

**ISSN: 1519-8782**

**XXVII CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA  
EM COMEMORAÇÃO AOS 100 ANOS DE NASCIMENTO DE FERNANDO SABINO  
E OS 50 ANOS DE EXISTÊNCIA DA PONTE RIO-NITERÓI  
RIO DE JANEIRO, DE 28 A 30 DE AGOSTO DE 2024**

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*



**CADERNOS DO CNLF, v. XXVII, n. 03,  
ANAIS DO XXVII CNLF, TEXTOS COMPLETOS,  
TOMO II**



**RIO DE JANEIRO, 2024**

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos  
Rua da Alfândega, 115, Sala 108 – Centro  
20.070-003 – Rio de Janeiro-RJ  
eventos@filologia.org.br – (21) 3368-8483  
<http://www.filologia.org.br>

---

**DIRETOR-PRESIDENTE:**

*José Mario Botelho*

---

**VICE-DIRETORA PRESIDENTE:**

*Anne Caroline de Moraes Santos*

---

**SECRETÁRIA:**

*Celina Márcia de Souza Abbade*

---

**DIRETORA DE PUBLICAÇÕES:**

*Melyssa Cardozo Silva dos Santos*

---

**VICE-DIRETOR DE PUBLICAÇÕES:**

*Regina Céli Alves da Silva*

---

**DIRETORA CULTURAL:**

*Leonardo Ferreira Kaltner*

---

**DIRETOR FINANCEIRA (INTERINO):**

*José Mario Botelho*

---

**XXVII CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA**  
**de 28 a 30 de agosto de 2024**

---

**COORDENAÇÃO GERAL:**

*José Mario Botelho*  
*Leonardo Ferreira Kaltner*

---

**COMISSÃO ORGANIZADORA:**

*Anne Caroline de Moraes Santos*  
*Celina Márcia de Souza Abbade*  
*José Mario Botelho*  
*Leonardo Ferreira Kaltner*  
*Melyssa Cardozo Silva dos Santos*  
*Regina Céli Alves da Silva*

---

**COMISSÃO EXECUTIVA:**

*Anne Caroline de Moraes Santos*  
*Celina Márcia de Souza Abbade*  
*José Mario Botelho*  
*Leonardo Ferreira Kaltner*  
*Melyssa Cardozo Silva dos Santos*  
*Regina Céli Alves da Silva*

---

**COMISSÃO CIENTÍFICA:**

*Anne Caroline de Moraes Santos*  
*Celina Márcia de Souza Abbade*  
*José Mario Botelho*  
*Leonardo Ferreira Kaltner*  
*Regina Céli Alves da Silva*

---

**COORDENAÇÃO LOCAL:**

*Leonardo Ferreira Kaltner*

---

**SECRETARIA GERAL:**

*Celina Márcia de Souza Abbade*

---

## EXPEDIENTE

Os Anais das edições do Congresso Nacional de Linguística e Filologia são publicados em Cadernos específicos (ISSN 1519-8782) como este. Tais Cadernos do CNLF são ancorados no *site* do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) como um periódico anual, o qual se destina a veicular a transmissão e a produção de conhecimentos e reflexões científicas, desta entidade, nas áreas de filologia e de linguística por ela abrangidas.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

## EQUIPE DE APOIO EDITORIAL

Constituída pela Comissão Organizadora e Executiva de cada edição do Congresso Nacional de Linguística e Filologia: Anne Caroline de Moraes Santos, Celina Márcia de Souza Abbade, José Mario Botelho, Leonardo Ferreira Kaltner e Melyssa Cardozo Silva dos Santos, que são os atuais Diretores do Círculo.

**Editor-Chefe:** José Mario Botelho

**Redator:** Leonardo Ferreira Kaltner

**Diagramação e editoração:** Leonardo Ferreira Kaltner

**Edição:** José Mario Botelho

Esta Equipe é a responsável pelo recebimento e prévia avaliação das propostas de trabalho, cujos textos completos são encaminhadas para o Conselho Editorial e posteriormente para a publicação do *Caderno do CNLF*.

## CONSELHO EDITORIAL

Constituída pela Comissão Científica de cada edição do Congresso Nacional de Linguística e Filologia e uma Comissão Consultiva: Aira Suzana Ribeiro Martins (CPH), Álvaro Alfredo Bragança Júnior (UFRJ), Anne Caroline de Moraes Santos (UVA), Bruno Rêgo Deusdará Rodrigues (UERJ), Dayhane Alves Escobar Ribeiro Paes (UFRRJ), José Mario Botelho (FFP-UERJ), Márcio Luiz Corrêa Vilaça (UNIGRANRIO), Márcio Luiz Moitinha Ribeiro (FFP-UERJ e UERJ), Mário Eduardo Viaro (USP), Nataniel dos Santos Gomes (UEMS), Paulo Osório (Uni. Of Beira Interior), Renata da Silva de Barcelos (UNICARIOCA).

Esta Equipe, constituída de Professores Doutores, é a responsável pela avaliação dos textos completos que compõem o *Caderno do CNLF*.

## APRESENTAÇÃO

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos tem o prazer de apresentar-lhe este número 03 do volume XXVII dos *Cadernos do CNLF*, com mais 17 textos completos das 123 atividades propostas e confirmadas até o dia 6 de agosto de 2024, que foram apresentadas no XXVII Congresso Nacional de Linguística e Filologia do dia 28 a 30 de agosto deste ano de 2024, em formato híbrido (com os dois primeiros dias com apresentações presenciais) na UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA (UVA), totalizando 251 páginas neste Tomo II, dos Anais do XXVII CNLF.

Na história das locações deste Congresso, vale lembrar que ele foi realizado, pela primeira vez, em novembro de 1997, na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (São Gonçalo-RJ). Sua segunda edição ocorreu na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro-RJ) e, depois disso, quinze edições consecutivas foram realizadas no Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro-RJ). Por causa disso, muitos participantes frequentes deste Congresso já o consideravam um evento da UERJ, supondo que o CiFEFiL fosse um órgão ou setor daquela instituição.

Somente a partir de 2014 é que ele se realiza fora do âmbito das instituições públicas de ensino superior do Rio de Janeiro, com a adesão da Universidade Estácio de Sá, que gentilmente nos acolheu desde o início daquele ano, quando ali realizamos o VI Simpósio Nacional de Estudos Filológicos e Linguísticos, pelo que agradecemos imensamente.

Também em 2014 recomeçamos nossas atividades acadêmicas na Universidade Veiga de Almeida, com a IX Jornada Nacional de Linguística e Filologia da Língua Portuguesa, visto que foi aqui que começaram os primeiros eventos organizados pelo CiFEFiL, quando um dos seus fundador, Emanuel Macedo Tavares era professor de Filologia Românica nesta instituição.

Em 2018, retornamos para o ILE da UERJ e realizamos o XXII CNLF, com o apoio da Direção do Instituto de Letras. No ano de 2021, também em agosto como é de praxe, realizamos o XXIV CNLF no formato virtual, que transcorreu sem nenhum problema, pois a Equipe de Trabalho já era detentor de um *savoir faire*, adquirido dos outros três Eventos anteriores.

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

Em 2023, depois daquele fatídico período da pandemia da Covid, realizamos o XXVI CNLF no formato híbrido na Universidade Federal Fluminense (UFF), que transcorreu com normalidade.

Nesse ano de 2024, também em agosto, realizamos o XXVII CNLF no formato híbrido pela segunda vez, agora na Universidade Veiga de Almeida (UVA), e esperamos ter oferecido à comunidade cifefiliana um evento de alto nível, como tradicionalmente vimos fazendo ao longo desses 30 anos de existência do Círculo.

Esta é, portanto, a segunda vez que este, que é o Evento principal do Círculo, foi realizado em formato híbrido, que já é um conhecimento solidificado para esta Comissão Organizadora.

Dando continuidade ao trabalho dos anos anteriores, editamos o Livro de *Resumos* e de *Programação*, em suporte virtual, na página do Congresso ([http://www.filologia.org.br/xxvii\\_cnlf](http://www.filologia.org.br/xxvii_cnlf)).

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos e sua Diretoria mais uma vez agradece a todos os Congressistas pela participação nesse XXVII CNLF e pela ótima semana de convívio acadêmico que nos foi proporcionado.

Aproveitamos para informar que a confiável Equipe de Avaliação de Periódicos da renomada Capes manteve-se firme na decisão de desvalorizar ainda mais os nossos Cadernos do CNLF, deixando de avaliá-los, por razões que só aqueles excelentes Avaliadores conhecem, apesar dos diversos Recursos impetrados por Membros da nossa grande família cifefiliana, o que põe em risco a (r)existência desta Direção, que há 28 anos vem promovendo grandes Congressos Nacionais (– Esta é a 28ª edição!), sem qualquer apoio financeiro das agências existentes, e publicando as pesquisas acadêmica dos inúmeros Congressistas nos Anais do Evento nos referidos Cadernos do CNLF (<http://www.filologia.org.br/cnlf.html>). Por isso, mais uma vez vamos produzir um *e-book* com os artigos deste Tomo II, que serão selecionados por nosso Concelho Científico.

Como Presidente do Círculo e Editor-Chefe dos Cadernos do CNLF, sinto-me desmotivado a manter vivo esse “desprestigiado” periódico do CiFEFiL. Reitero que, referentes à falta de um Parecer na última Avaliação (– Antes tínhamos Extrato C.), que *a priori* consideramos um despropositado esquecimento, esperávamos uma reconsideração, já que muitos Associados impetramos Recursos. Por hora, continuamos com a política de oportunizar aos estudantes e pesquisadores em geral o espaço para publicarem seus trabalhos, sendo que, no caso de alunos de gradua-

## XXVII CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

ção, só podem ser aceitos os artigos assinados conjuntamente pelos respectivos orientadores. Porém, não posso garantir que voltaremos a promover Congressos Nacionais como este XXVII CNLF e publicar esses caros *e-books* por conta própria (– Não cobramos taxa extra pela publicação dos artigos selecionados!), não só porque fomos desprestigiados na avaliação daquela Instituição, que nem se dignou a nos conferir o nosso já injusto Extrato C e isso tem afastado os eventuais pesquisadores, que preferem participar de Eventos, cujos Cadernos de Anais tenham recebido uma boa avaliação, mas principalmente porque essa injustiça acaba com o ânimo de qualquer Promotor de Eventos e Editor de Anais, ainda que ele se caracterize por ser totalmente dedicado ao seu mister.

Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 2025.

  
Editor-Chefe dos Cadernos do CiFEFiL

**SUMÁRIO**

- Apresentação.....5-7**  
*José Mario Botelho*
- 1. A insustentável leveza do tempo: semiose e substância de uma abstração.....10-26**  
*Rita de Cássia A. Pacheco Limberti*
- 2. Anchieta, leitor de Nebrija: uma análise historiográfica.....27-37**  
*Stephanie Cunha dos Santos Silva e Leonardo Ferreira Kalnter*
- 3. As horas de Augusto Matraga: a jornada do herói roseano....38-55**  
*Daniella Tavares Potrique e Cimélio Senna Vasconcelos da Silva*
- 4. As presenças encontradas nas correspondências de cunho familiar: Uma análise epistolográfica.....56-72**  
*Mariana Rodrigues Ferreira Fantinelli Delecrode e Edina Regina Pugas Panichi*
- 5. As transformações nas abordagens da semântica nos livros didáticos do Ensino Fundamental – anos finais.....73-89**  
*Silvânia Aparecida Alvarenga Nascimento*
- 6. Contribuições da Filologia e da Linguística Histórica na leitura de um livro de empréstimos da Biblioteca Do Gabinete Português de Leitura Da Bahia (Séc. XIX).....90-100**  
*Leonardo Coelho Marques de Jesus*
- 7. Crítica Genética e Estilística: uma análise na construção de discursosociais.....101-15**  
*Paula Elisie Madoglio Izidoro e Edina Regina Pugas Panichi*
- 8. Edição e estudo filológico da “Carta a Rodrigo Rocha, comunicando que não poderá participar de evento em homenagem ao Barão do Rio Branco por questões pessoais”.....116-32**  
*Michelli dos Santos Maciel, Karina de Jesus Araujo e Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida*
- 9. Metáforas da morte nos discursos literário e médico durante a epidemia de HIV/AIDS no Brasil.....133-46**  
*Urandi Rosa Novais*
- 10. Notas sobre uma proposta de análise lexicológica do campo do humano no Projeto de Lei nº 2.338/2023, que dispõe sobre a inte-**



- ligência artificial no Brasil.....147-57**  
*Carla Maria França e Maria da Conceição Reis Teixeira*
- 11. O campo lexical do envelhecer e suas representações sociais em “Memórias póstumas de Brás Cubas”.....158-72**  
*Paulo Roberto Santos Reis Soares e Celina Márcia de Souza Abbade*
- 12. O entrecruzar de olhares em um processo-crime oitocentista: Do suporte a algumas particularidades dos escreventes.....173-85**  
*Fabício dos Santos Brandão*
- 13. O letramento como instrumento multicultural.....186-200**  
*Beatriz dos Santos Alves e Maria Isaura Rodrigues Pinto*
- 14. O não dito em “Ana Terra”.....201-10**  
*Cesar Christian Ferreira dos Santos*
- 15. O priming semântico e a competência lexical: As expressões idiomáticas.....211-20**  
*Cristiane Rozenfeld*
- 16. Objetos de conhecimento discursivos e o livro didático: O caso da modalização.....221-34**  
*Noelma Oliveira Barbosa*
- 17. Sintaxe oracional da lírica profana medieval á luz da diatopia galega ou portuguesa.....235-51**

**A INSUSTENTÁVEL LEVEZA DO TEMPO:  
SEMIOSE E SUBSTÂNCIA DE UMA ABSTRAÇÃO**

Rita de Cássia A. Pacheco Limberti (UEMS)  
[rita.limberti@uems.br](mailto:rita.limberti@uems.br)

**RESUMO**

Essa palestra se propõe a uma provocação acerca dos conceitos de “tempo” e de “espaço”. O primeiro, considerado tanto sob o aspecto denotativo, em que significa “a maneira como contabilizamos os momentos, seja em horas, dias, anos, séculos”, quanto sob o aspecto conceitual, em que seu sentido se desloca na direção de uma abstração, como “uma grandeza física, considerado uma das dimensões do universo”; e o segundo, considerado, da mesma forma, tanto sob o aspecto denotativo, “intervalo vazio entre corpos, cosmos” quanto sob o aspecto conotativo, em que seu sentido se desloca na direção de uma concretização, como “um lugar”, um espaço que significa. A discussão se dará em torno da exposição permanente localizada no prédio da antiga prisão do Palazzo Ducale de Veneza, intitulada “Doing Time”, do artista taiwanês Tehching Hsieh, que consiste no registro fotográfico e documental de duas *performances* realizadas pelo artista em 1979 (“Jump”) e em 1980/1981 (“Time clock piece”). O aporte teórico que subsidia as discussões é a Semiótica greimasiana (“Du sens” I, II, entre outros), com inserções da Psicanálise freudiana (“O mal-estar na civilização”) e da filosofia (Santo Agostinho, “Confissões”; Agamben, “Profanações”; Platão, “O mito da caverna”). A abordagem analítica toma o objeto artístico enquanto objeto linguístico, em sua dimensão discursiva, semântica e pragmática.

Palavras-chave:  
Arte. Semiótica. Tempo.

**RESUMEN**

Esta conferencia tiene como objetivo provocar los conceptos de “tiempo” y “espacio”. El primero, considerado tanto desde el aspecto denotativo, en el que significa “la forma en que contamos los momentos, ya sean en horas, días, años, siglos”, como desde el aspecto conceptual, en el que su significado tiende hacia una abstracción, como “un cantidad física, considerada una de las dimensiones del universo”; y el segundo, considerado, del mismo modo, tanto bajo el aspecto denotativo, “intervalo vacío entre cuerpos, cosmos” como bajo el aspecto connotativo, en el que su significado avanza hacia una concretización, como “un lugar”, un espacio que medio. El debate se desarrollará en torno a la exposición permanente ubicada en el antiguo edificio penitenciario del Palacio Ducal de Venecia, titulada “Doing Time”, del artista taiwanés Tehching Hsieh, que consiste en el registro fotográfico y documental de dos *performances* realizadas por el artista en 1979 (“Jump”) y en 1980/1981 (“Time clock piece”). El soporte teórico que sostiene las discusiones es la Semiótica greimasiana (“Du sens” I, II, entre otros), con inserciones del Psicoanálisis freudiano (“El malestar en la civilización”) y de la filosofía (San Agustín, “Confissões”; Agamben, “Profanaciones”; Platón, “El mito de la caverna”). El enfoque analítico toma el objeto artístico como objeto lingüístico, en su dimensión discursiva, semántica y pragmática.

**Palabras clave:**  
**Arte. Semiótica. Tiempo.**

*“A vida é uma sentença de prisão perpétua;  
A vida é passar o tempo;  
A vida é livre-pensamento.”  
(Tehching Hsieh)*

Figura 1: Cartaz de exposição.



Fonte: Autora.

## 1. Introdução

O presente artigo, “A insustentável leveza do tempo: semiose e substância de uma abstração” se propõe a uma provocação acerca dos conceitos de “tempo” e de “espaço”. O primeiro, considerado tanto sob o aspecto denotativo, em que significa “a maneira como contabilizamos os momentos, seja em horas, dias, anos, séculos”, quanto sob o aspecto conceitual, em que seu sentido se desloca na direção de uma abstração, como “uma grandeza física, considerado uma das dimensões do universo”; e o segundo, considerado, da mesma forma, tanto sob o aspecto denotativo, “intervalo vazio entre corpos, cosmos” quanto sob o aspecto conotativo, em que seu sentido se desloca na direção de uma concretização, como “um lugar”, um espaço que significa.

A discussão se dá em torno de um dos eventos paralelos da Bienale di Venezia 2017, a exposição localizada no prédio da antiga prisão do Palazzo Ducale de Veneza, intitulada “Doing Time”, do artista taiwanês Tehching Hsieh, que apresenta o registro fotográfico e documental de duas performances realizadas pelo artista em 1973 (“The Jump Piece”) e em 1980/1981 (“Time clock piece”). A primeira *performance* consiste em uma queda livre do artista do segundo andar de sua casa, que dura segundos; a segunda *performance* dura um ano, período em que ele se pro-

pôs a registrar presença em um relógio de ponto instalado em sua residência a cada hora, durante todas as horas do dia, sem exceção.

O gênero “performance” se caracteriza por sua efemeridade, ou seja, seu estatuto possui um componente temporal (sua duratividade finita) e um componente espacial (ocorrência que se dá num determinado espaço no decorrer de um determinado intervalo de tempo). Dadas as propostas de Tehching, os conceitos “tempo” e “espaço” se subvertem, pois o artista os redimensiona. Em “Jump”, o tempo é reduzido ao mínimo que uma *performance* pode durar (frações de segundo quase inapreensíveis) e o espaço inexistente, pois a *performance* ocorre no ar, durante o deslocamento de seu corpo do prédio ao chão; em “Time clock”, o tempo é dilatado a um intervalo absurdo de um ano, impensado para uma *performance*, enquanto o espaço em que o artista deve ficar é “livre”, não definido, desde que a cada hora ele se encontre na presença do relógio para bater o ponto.

O tempo, nesta proposta, em suas dimensões exageradas, dilui a efemeridade e põe em evidência sua ação corrosiva: não da matéria, mas dos propósitos, convicções, verdades. O espaço, por sua vez, aparentemente “livre”, circunscreve-se no âmbito da distância que o artista pode ficar do relógio do ponto, ou seja, ele pode ir aonde quiser, desde que dê tempo de ir e voltar no intervalo de uma hora para que possa bater o ponto novamente. Dessa forma, o espaço é medido e calculado pela unidade temporal – pelo tempo que o corpo leva para se deslocar até um determinado lugar – e não propriamente por uma unidade espacial (metros, quilômetros). O relógio do ponto é um convite a um questionamento severo sobre a liberdade de ir e vir. Na *performance*, o artista está preso no tempo e não no espaço. O aporte teórico que subsidia as discussões é a Semiótica greimasiana (“Du sens” I, II, entre outros), com inserções da Psicanálise freudiana (“O mal-estar na civilização”) e da filosofia (Santo Agostinho, “Confissões”; Agamben, “Profanações”; Platão, “O mito da caverna”). A abordagem analítica toma o objeto artístico enquanto objeto linguístico, em sua dimensão discursiva, semântica e simbólica. Convém utilizar este.

## **2. O objeto**

A exposição “Doing Time” constitui-se como uma exposição *sui generis*, devido ao fato de propor-se a apresentar o registro fotográfico de duas *performances* já ocorridas, ou seja, não é uma exposição de fotos

(artísticas) nem uma *performance*, mas a representação do que foram as *performances*. Há uma sobreposição de códigos e de suportes que inauguram uma forma alternativa de perpetuar uma expressão artística efêmera. Nessa modalidade de arte – *performance* –, a apreciação, contemplação, observação e fruição se dão de forma única, pontual e irrepetível.

Ao assistir a uma *performance*, o destinatário não detém o controle do tempo de contemplação. É o *performer* que pontua essa dimensão – o tempo –, o qual, aliás, constitui-se um componente central dessa forma de expressão, pois é ele o produtor da efemeridade, é nele que os objetos e ações se situam, descrevem uma narrativa e se esvaem.... Já ao contemplar qualquer outra modalidade de expressão artística, o destinatário pode deter-se diante dela pelo tempo que quiser (pintura, escultura, instalação, a literatura) ou, no caso das artes como a dança, o teatro, o cinema, a música, ele pode voltar a apreciá-la mais vezes em outras apresentações/espetáculos ou outras infundáveis vezes em execuções de reproduções fonográficas e audiovisuais.

A diferença fundamental entre a *performance* e as outras expressões artísticas que consistem em um espetáculo, como o teatro, por exemplo, é exatamente o tempo. Na peça teatral a temporalidade encontra-se no interior da narrativa, em seu aspecto constitutivo: os fatos ocorrem em um determinado espaço e num determinado tempo ficcional. Ao se assistir novamente à peça, o tempo será exatamente o mesmo porque está delimitado ficcionalmente. Assim, uma peça, por exemplo, como Hamlet, de Shakespeare, sempre se iniciará numa noite fria no Castelo de Elsinore e terminará com a morte de Hamlet dizendo “O resto é silêncio.” O conjunto de fatos e acontecimentos contém-se naquele espaço de tempo histórico, essencial para a motivação das contendas e disputas; fora daquele espaço e daquele tempo, a narrativa Hamlet não existe, ou seja, o tempo é um elemento constitucional.

Na *performance*, o tempo é externo à narrativa, ou seja, é a sua duratividade efêmera, fugidia e inapreensível que a constitui. O decorrer cronológico, a temporalidade externa, o intervalo de tempo transcorrido a determinam. E por ser esse tempo de Chronos, do relógio, nunca mais será o mesmo. A narrativa de uma *performance* diz respeito à exterioridade, à relação pontual do performer com a realidade, com seus destinatários. Na *performance* de Tehching Hsieh, “Jump” (Salto), em que ele cai em queda livre do segundo andar de sua casa, é a duração da queda o foco da narrativa, ou seja, o tempo. Inapreensível, irrevogável, é o tempo que revela o sentido (ou o tira) de tudo que se passou: uma ação muito

extensa em sua dimensão ontológica – a coragem, a ousadia, a dor – dentro de um espaço de tempo quase imensurável, a ponto de ter que ser filmada, fotografada para poder ser vista em sua inteireza.

Tais considerações nos levam a perceber a *performance* como a “arte do real”, enquanto todas as outras modalidades artísticas modulam-se no universo da ficção. Segundo as considerações de Gustavo Bernardo, em “A ficção cética” (2004),

No mundo considerado real, dizemos que as leis da gravitação universal são aquelas enunciadas por Isaac Newton; no mesmo mundo, consideramos verdadeiro que Napoleão tenha sido morto em Santa Helena em 5 de maio de 1821. Contudo, cientistas e historiadores mantêm a mente aberta para admitir formulação diversa da gravitação ou nova data para a morte de Napoleão, caso novas evidências ou novos documentos provem o contrário do que se sabia até então. [...] O mundo criado pela ficção, no entanto, é diferente. No mundo da ficção, Sherlock Holmes era solteiro e Anna Karenina se matou; Sherlock Holmes não pode ter sido de modo algum casado ou viúvo, nem Anna Karenina pode ter morrido de morte natural. (KRAUSE, 2004, p. 22-3)

A *performance* de Tehching Hsieh conta com o componente real mais corrosivo: o tempo, ou seja, embora haja um forte propósito de chegar ao final da *performance*, não há uma boa margem de certeza de que isso ocorrerá. Ao contrário, paira uma grande dúvida sobre a sua realização, dada a bizarrice de sua proposta, que exige grande disciplina e sacrifício do performer. Dessa forma, o que ocorre na *performance* está sujeito a intercorrências (e em muitas *performance* elas são até solicitadas, como, por exemplo, a participação efetiva do público) próprias do decurso da narrativa do real, distanciando-se definitivamente da estabilidade da narrativa ficcional.

Para Umberto Eco (2013, p.), os textos ficcionais, à diferença do mundo e ainda quando ambíguos, explicitam uma margem muito clara de certeza, conduzindo-nos a paradoxo interessante: a ficção desrealiza o real para criar um novo real mais seguro, portanto “mais real” do que aquele que se encontrava no ponto de partida. (KRAUSE, 2004, p. 22-3)

A ficção, ao ser concebida, adquire existência própria e nada poderá mudá-la, enquanto o real, por ser um conjunto de arranjos de modalidades e de contratos entre sujeitos, torna-se imprevisível, incontrolável, inapreensível dentro da dimensão temporal, isto é, não existe. Em “Confissões”, Santo Agostinho trata com bastante propriedade desta inapreensibilidade do tempo e, conseqüentemente do que ocorre dentro dele.

Segundo o autor, não se pode apreender o futuro, o tempo futuro, porque ainda não chegou, tudo que há neste tempo são projeções imagi-

nárias; não se pode apreender o passado, o tempo passado, porque já passou, tudo que está no tempo passado são memórias (que não deixam de ser projeções imaginárias); e o presente, por estar em decurso, passando, também é inapreensível, pois cada partícula do tempo presente flui do futuro, de um devir, ao passado pelo lapso fugidivo do agora. Mesmo empregando-se o gerúndio, o fato narrado está em ocorrência; esta forma nominal do verbo expressa continuidade e não estagnação na linha temporal, o que seria impossível.

A *performance* é a expressão do ponto de vista do “agora”, mesmo que seja sobre um fato de “então” (do passado ou do futuro). Em outras palavras: o artista se expressa com um vocabulário ideológico contemporâneo sobre determinados objetos e valores, contando com a troca intersubjetiva com os sujeitos destinatários – o público –, não necessariamente com sua presença (embora em algumas *performances* esta seja essencial), mas com sua existência, com suas formas de vida, como atores da realidade (o que faz dele, o público, sujeito – enquanto interlocutor – e objeto – enquanto componente ou agente do tema). A *performance* propõe um diálogo sobre (ou pelo menos uma escuta de) um conceito de um determinado valor posto em cheque.

Quando, por exemplo, em sua *performance* “Limite Zero” (2012), a artista visual paraense Berna Reale, uma mulher sai nua às ruas, pendurada pelos pés e mãos atados a um varão apoiado sobre os ombros de dois homens que a carregam, vestidos com roupas de trabalhadores de frigoríficos, ela exorta os transeuntes ao choque diante da flagrante vulnerabilidade da mulher. Cada um que a assistir passando (nenhum voluntariamente, haverá aqueles que desviarão os olhos, pois foi a *performance* que foi até eles) responderá de uma forma diferente ao apelo, dividindo-se entre aqueles que compreendem e partilham a ideia de que a mulher deve ter seu lugar sociocultural e ideológico revisto e aqueles que não compreendem nem partilham tal ideia.

Figura 2. Limite Zero (2012).



Fonte: Autora.

A *performance* se notabiliza por essa inserção espaço temporal, por provocar uma bolha inusitada no contexto do cotidiano e ranhuras no relevo retilíneo imaginário da linha temporal. No exemplo acima, esta *performance* inseriu-se momentânea e extraordinariamente (ao passar) naquele espaço público, naquele instante. Após ter passado, o espaço voltou à “normalidade” e o tempo retomou sua dimensão cronológica, interrompida por alguns instantes, porém não voltaram a ser os mesmos: passaram a ser o espaço e o tempo em que houve uma *performance* de uma mulher que saiu à rua nua pendurada pelos pés e mãos atados a um pau apoiado sobre os ombros de dois homens que a carregavam.

Essa é a condição da *performance*, que a distingue de todas as outras manifestações artísticas e até mesmo de manifestações políticas, de classes, de gêneros, etc. Nesta, mesmo que uma mulher (ou um grupo de mulheres) saia nua às ruas para manifestar-se sobre sua condição, ela estará partindo de seu próprio lugar de fala – embora seja em nome de muitas –, com uma linguagem denotativa (cartazes e palavras de ordem), sendo que a nudez terá uma função simbólica apelativa. Já na *performance*, a linguagem simbólica propõe uma leitura mais elaborada do tema, inscrito no arquétipo iconográfico proposto da condição feminina: os pés e mãos atados, dependurada e sendo carregada (por homens, observe-se) como se fosse para um abate. Ali não se tem a *performer* nua, mas sim um corpo feminino nu: uma linguagem eloquente de vulnerabilidade. A artista se des-subjetiva para assumir uma dimensão metafórica transcendente.

A *performance* de Tehching é um ato solitário, não demanda a participação de pessoas nem se coloca aberta ao público, o relógio do ponto encontra-se no interior de sua casa. O registro fotográfico é o componente que vai tecendo o fio narrativo hora a hora, dia a dia, concebendo uma sintaxe entre as imagens (cartão do ponto com o registro hora a hora, o cabelo de Tehching crescendo, diferentes horários mostrados no relógio do ponto) de modo a apresentar ao público o trabalho em seus vários estágios, os quais, se vistos de modo estanque, não adquirem o sentido buscado, qual seja: o peso do tempo sobre as ações cotidianas, sua ação sobre a liberdade do indivíduo, seu papel crucial na narrativa. É a relação entre os estágios que produz sentido em cada um deles; esse princípio semiótico justifica o registro fotográfico, imprescindível para o vislumbre simultâneo deles e para a produção dos efeitos de sentido de aprisionamento físico (o corpo do *performer* fica circunscrito a um espaço restrito) delimitado pelo tempo (em que seja possível deslocar-se de modo a estar à frente do relógio de ponto à hora estipulada).



### 3. As performances de Tehching Hsieh

Figura 3. Cartaz da exposição.



Fonte: Autora.

O título da exposição, “Doing time”, em tradução literal corresponderia a “fazendo tempo”, sentido bastante sugestivo para seu conteúdo: *performances* que tematizam o tempo em grandezas extremas para uma *performance* – mínima, segundos; máxima, um. O sentido no idioma inglês, contudo, é outro (embora contíguo): “doing time” significa “cumprindo pena”. Tal significado vai além, pois apresenta as *performances* em seu sentido ontológico, ou seja, o propósito de cada uma delas demanda do artista sacrifícios, dores, privações, além de – no caso da segunda, “Time clock” –, ele ter que realmente cumprir uma sentença temporal, à semelhança das sentenças prisionais.

Uma sentença prisional contém uma penalidade de reclusão (há a privação de espaço, de liberdade de deslocamento espacial) e há a extensão temporal em que essa penalidade deve se dar. A reclusão ganha a proporção de pena no interior da extensão temporal. Uma reclusão por horas ou dias parece perfeitamente suportável; contudo, à medida em que a duração da reclusão aumenta, a pena vai se configurando como mais grave proporcionalmente à gravidade do ato que gerou a condenação.

Na *performance* “Time clock” tem-se uma sentença temporal (o propósito de duração da *performance* é de um ano), mas não se tem a reclusão espacial. Aparentemente o *performer* está livre para deslocar-se para onde quiser “desde que esteja à frente do relógio para bater o ponto” a cada hora. Ora, então, se ele é livre para deslocar-se e não pode ir mais longe que a um lugar para onde não se demore mais que meia hora para ir (pois tem que ter meia hora para voltar), então ELE ESTÁ PRESO NO TEMPO!!!

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

“Time clock” é, como “The Jump”, uma *performance* sobre o tempo, porém com uma proposta totalmente diversa. Enquanto nesta a duração temporal é de segundos, naquela é de um ano. Tehching Hsieh se propõe a registrar presença em um relógio do ponto instalado em sua residência, de hora em hora, durante as 24 horas do dia, no decorrer de um ano. No relógio do ponto foi instalada uma câmera fotográfica com um cabo em cuja ponta havia o dispositivo a ser acionado, de modo que ele próprio, com o dispositivo ao alcance de sua mão, pudesse fotografar-se batendo o ponto a cada hora.

Figura 4. Relógio do ponto e o dispositivo para os autorretratos (selfies).



Fonte: Autora.

No início da *performance*, Hsieh aparece com os cabelos cortados rente ao couro cabeludo (raspados), estratégia empregada para ter mais um aferidor da passagem do tempo, considerando-se que à medida que os cabelos crescessem pudesse ser observado com evidência que havia passado certo número de dias, semanas, meses, proporcional ao tanto que os cabelos haviam crescido. No final da *performance*, após um ano, seus cabelos aparecem bastante crescidos, na altura dos ombros.

Figura 5. Tehching no início da *performance*.



Fonte: Autora.

## XXVII CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Figura 6. Tehching no início da *performance*.



Fonte: Autora.

Além do registro das fotos (foram tiradas 8.760 fotos (24 horas x 365 dias = 8.760 horas)), foi feito o registro do relógio do ponto na cartela de papel (à época não havia controle de presença por meio digital), de modo que em cada cartela havia o registro das 24 horas de cada dia. Sendo assim, foram produzidas 365 cartelas em que constavam 24 registros em cada uma, perfazendo um total de 8.760 registros.

Figura 7. Primeiro dia, primeira cartela de ponto.



Fonte: Autora.

Figura 8. Último dia, última cartela de ponto

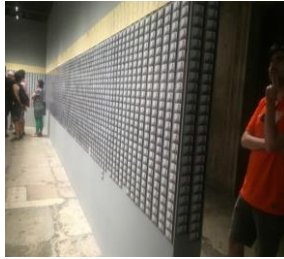


Fonte: Autora.

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

Na exposição, além do relógio de ponto, foram expostas as 8.760 fotos e as 365 cartelas, dispostas nas paredes em ordem cronológica, em colunas verticais, que continham a cartela de ponto no topo de cada coluna de fotos, as quais registravam cada hora do dia indicado na cartela.

Figura 9. Fotos e cartelas expostas nas paredes do recinto da exposição.



Fonte: Autora.

O fato de Hsieh ter tomado um relógio de ponto como meio de controle da proposta temporal da *performance* é altamente simbólico, pelo fato de este mesmo objeto ser meio de controle do tempo dos contratos de trabalho humano. Embora o registro do ponto possa parecer uma mera formalidade contratual, sua significação extrapola, e muito, o simples gesto do trabalhador de “bater o ponto”. O sentido mais profundo desta ação é que não é o suor de seu rosto, as forças de seus músculos ou a capacidade de seu cérebro que um trabalhador dispense ao trabalhar, em troca de uma remuneração (embora também seja); o que ele dispense, na verdade, é o seu tempo. As cargas horárias de trabalho de oito horas diárias mantêm os trabalhadores sob controle, pois não lhes resta tempo para refletir, criar, analisar, criticar, conscientizar-se, rebelar-se. Quando um trabalhador adquire algo, compra algo com o dinheiro recebido como remuneração por sua atividade, não é com o dinheiro que ele está pagando, mas sim com o seu TEMPO, ou seja, com a sua VIDA.

Figura 10. Cartaz da exposição “Out of now”.



Fonte: Autora.

Não por acaso, no cartaz da exposição lê-se “out of now”, que significa, em tradução livre, “fora de agora”. Essa expressão contém uma incongruência semântica, pois a condição de existência, de “ser”, estar”, dá-se em um dado momento, que se constitui exatamente o “agora”, o tempo da existência. Metaforicamente, estar “fora de agora” é estar existindo fora de “ser”, fora de uma vida subjetiva, própria, que é o papel do trabalhador como uma peça de uma enorme engrenagem (Tempos modernos, de Chaplin) que des-subjetiva o sujeito para torná-lo um objeto.

Hipoteticamente, contudo, o homem tem a sensação de liberdade e de controle de seu tempo, de poder fazer o que bem quiser. E “pode”, mas em seu tempo “livre”. “Livre” é antônimo de “preso”, característica de quem está impedido de agir, que é justamente o tempo em que o homem está trabalhando. Isso significa dizer que esta sensação de liberdade e de autonomia é tão falaciosa quanto a célebre frase da Rainha de Copas em Alice no País das Maravilhas, de Lewis Carrol: “Doces hoje não, mas sim todos os outros dias”. Alice, ao ouvir esta sentença, conformou-se com o fato de que só não poderia comer doces naquele dia.

No dia seguinte, contudo, ao protestar contra a permanência da proibição de comer doces, escutou da rainha; “Eu disse “Doces hoje não, mas sim todos os outros dias””, ou seja, a sentença era proferida diariamente, fazendo com que tal atualização a cristalizasse dentro de um “agora”, de um momento presente, de modo que a possibilidade de comer doces restasse “out of now”, ou seja, “fora do agora”. Analogamente, o homem é livre para fazer o que quiser, ir aonde quiser, desde que tenha tempo livre para isso, ou mesmo dinheiro (que é fruto de seu tempo).

Na *performance*, “Time clock”, não se fala em espaço, em deslocamento espacial, o homem está livre para deslocar-se para onde quiser “desde que esteja à frente do relógio para bater o ponto de hora em hora”.

“The Jump” (1973) e “Time clock” (1980/1981) são duas *performances* que tematizam o tempo em sua dimensão física, filosófica, cultural e semiótica. Ao propor uma *performance* de duração de lapsos de segundo (“The Jump”) e outra com duração um ano (“Time clock”), o artista coloca em questão a relação sujeito – espaço – tempo, metaforizando as implicações desta relação na vida cotidiana e colocando em evidência as agruras subliminares inerentes a ela.

Na *performance* “Jump” (salto, em português), tem-se um sujeito que lança seu corpo – que se encontrava no interior de sua casa no se-

gundo andar, lugar seguro – para fora, no espaço, sabidamente um lugar (se é que se pode chamá-lo assim) que o levaria à queda ao chão.

Figura 11. Sequência de imagens da queda.



Fonte: Autora.

Vários são os aspectos que envolvem esta ação. Em primeiro lugar, há que se considerar que havia um conhecimento prévio de que a queda era perigosa, que poderia provocar fraturas (como realmente provocou, dos dois tornozelos), muita dor física e outros eventuais problemas de saúde, como sequelas, mutilações e até a morte. Esse ato deliberado e cometido envolve mais do que a representação do tempo inapreensível (foi preciso registrar a queda para ser possível vê-la completamente), do presente fugidío que nada mais é que o desvão entre o passado e o futuro. Há um componente de ousadia e renúncia, coragem e desprendimento.

Hsieh poderia ter lançado qualquer outro objeto do alto do segundo andar, que tivesse seu peso, que cairia da mesma forma ao chão. Poderia ser uma estátua, ou um manequim, ou mesmo um bloco de plástico ou de pedra. Contudo, esse objeto que fosse lançado não causaria, obviamente, o impacto que um corpo humano, vivo, é capaz de causar. Tal impacto se dá pelo risco de vida contido na ação, o qual alinha-se à efemeridade do tempo, contida em sua duração. Assim, tem-se a vida como um evento fugaz, incontrolável, um simulacro.

No interior dessa dimensão fugaz, o homem constrói sua narrativa fluida como o decurso de um rio que corre em paralelo à correnteza do real. A queda de segundos é a expressão do fazer do homem no mundo, de seu desejo inconsciente e cego de atender a sua pulsão de morte e seu esforço hercúleo e inglório de tentar detê-lo. Há escadas para descer do segundo andar ao chão, há o conhecimento do perigo de descer saltando-se pela janela; no entanto o corpo se lança, se arrisca, se fratura, sofre dor. Qual seria o sentido desse salto? O mesmo sentido da vida: nenhum.

Visto de fora, o seu sentido é claro: mostrar o nonsense da existência e a fabricação do sentido e da realidade.

Figura 12. O salto.



Fonte: Autora.

Em suas “Confissões”, Santo Agostinho já teria abordado essa relação simbiótica entre o tempo e a existência humana: esta é inexistente fora da dimensão temporal (que lhe dá existência); e inapreensível, no interior da dimensão temporal, que relativiza, dilui e se faz passar por ela (a existência). A abstração é tamanha que “se ninguém me pergunta, eu o sei; mas se me perguntam, e quero explicar, não sei mais nada” (1964, XI, 14, 17).

“The Jump”, o salto, figurativiza, de forma minimalista, numa cena, a relação do homem com o tempo. No projeto do salto, a queda era o futuro, tinha já uma existência virtual, o sujeito que saltaria já existia em virtualidade. Após o salto, a queda tornou-se passado, lembrança, e o sujeito instalou-se na memória. Sobrepostos nas projeções temporais, os sujeitos se desdobram para conceber um sujeito que espera (o futuro) e que lembra (de um passado), instalado no presente, que nada mais é do que uma percepção subjetiva de suas próprias projeções.

Mas o que agora parece claro e manifesto é que nem o futuro, nem o passado existem, e nem se pode dizer, com propriedade, que há três tempos: o passado, o presente e o futuro. Talvez fosse mais certo dizer-se; há três tempos: o presente do passado, o presente do presente e o presente do futuro, porque essas três espécies de tempos existem em nosso espírito e não as vejo em outra parte. O presente do passado é a memória; o presente do presente é a intuição direta; o presente do futuro é a esperança (Cf. AGOSTINHO, 1964, XI, 20, 1).

Essa *performance* sobre o tempo, com uma duração cronológica tão ínfima, é capaz de conter um acontecimento que se expande enorme em significação, deixando clara a autonomia dos fatos no decurso do tempo, os quais transitam do futuro ao passado, atualizando-se toda vez

que são postos em existência pela linguagem (“no espírito”, para Santo Agostinho). Assim, no interior da narratividade, os fatos ancoram-se em marcadores temporais, os quais organizam e balizam as relações de anterioridade e posterioridade, de causa e efeito, de relações binárias de oposições, fazendo, por meio dessas relações, emergir a significação, o sentido buscado.

Mas como o futuro, que ainda não existe, pode diminuir ou esgotar-se? Como o passado que não existe mais pode aumentar, senão porque no espírito, autor dessas transformações, se realizam três ações: o espírito espera, está atento e se recorda. O objeto de sua espera passa pela atenção e se transforma em lembrança.

Com efeito: quem ousará negar que o futuro ainda não existe? Contudo, a espera do futuro já está no espírito. E quem poderá contestar que o passado já não existe? Contudo, a lembrança do passado ainda está no espírito (Cf. AGOSTINHO, 1964, XI, 28, 1).

Tehching Hsieh, ao conceber um objeto artístico abstrato, como uma *performance* – a qual, por sua natureza, já conta com o tempo como seu elemento constitutivo (além do espaço, o corpo do artista e a relação com o público) –, coloca o tempo como objeto central, temático, discursiviza sua efemeridade em um salto e oferece seu corpo como instrumento balizador da relação homem/espaço/tempo, ou seja, enquanto a queda do corpo estabelece um marco temporal efêmero, o conjunto de impressões e sensações provocadas por ela reverberam-se com proporcional intensidade na linha do tempo cronológico.

Figura 13. O corpo chega ao chão.



Fonte: Autora.

O salto termina quando o corpo encontra o chão, se fratura, sofre; a *performance* termina; o tempo da queda termina; no tempo que se segue, contudo, há um salto, um corpo, um choque, que se alojam na memória e transitam no passado, presente e futuro da semiose subjetiva, individual e coletiva, que se instituem na/pela linguagem.



#### 4. Conclusões

“Doing time” é uma exposição que nos leva a refletir sobre a efemeridade da vida, do tempo em si, e sobre como percebemos o tempo em sua dimensão física, psicológica, narrativa. A exposição tem como objeto algo já ocorrido mas documentado, o que significa uma forma de atuação do homem face ao Real e uma reação daquele à transitoriedade narrativa da realidade, ou seja, ao documentar, o homem cristaliza fatos e acontecimentos na linha temporal, concebendo uma realidade discursiva instável, passível de modificações. A essa ancoragem relativamente organizada dá-se o nome de historicidade.

Nessa medida, o que se tem é uma exposição cujo objeto é o tempo em seu transcurso, a qual lança mão, paradoxalmente, de um registro estático do tempo (imagens (fotos) e objetos), ilustrando a relação do homem com a linguagem em sua propriedade de verossimilhança. Sob esse ponto de vista, a exposição nos coloca diante da maior inquietação da existência humana: o seu sentido. Tehching Hsieh desafia o tempo em seu aspeto mais cruel: o seu poder corrosivo e limitador. Vivemos “dentro” de um tempo inapreensível, que nos escapa e não nos pertence. “Todos os dias quando acordo/não tenho mais/o tempo que passou/Mas tenho muito tempo/temos todo o tempo do mundo” (Tempo perdido, Legião Urbana).

A ilusão de se ter “todo o tempo do mundo”, de sua perenidade, sobrepõe-se à percepção da inexorável efemeridade do tempo. Hsieh ilustra essa resistência do homem à passagem do tempo com uma proposta arrojada de disciplina e controle, fazendo significar que o homem, em seu fazer no mundo, concebe um simulacro de existência atemporal, o qual lhe concede um lócus de conforto a salvo do caos. Surpreendentemente, o homem parece preferir esse modelo pronto, proposto pelo sistema, de um tempo compartimentado em horas: de entrada no trabalho, de almoço, de intervalo, de saída, hora de dormir, descansar, passear, ser feliz; as primeiras certas, cotidianas, frequentes, as últimas prováveis, raras, sonhadas.

Parece ser preferível ter o script pronto, viver por dever, não precisar pensar, não criar, não ter que escolher. Talvez seja mesmo preferível viver “out of now”, “fora do agora”, pois do contrário a vida poderá parecer insuportável. Curiosamente Hsieh nos demonstra isso de modo flagrante: a forma de vida encenada na *performance* (a nossa, a que vivemos, presos no tempo do mundo do trabalho) nos parece insuportável,

mas, óbvio, não a percebemos como nossas vidas e pensamos levar uma vida livre, bem diferente daquela.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- AGOSTINHO, Santo. *As Confissões*. São Paulo: Edameris, 1964.
- ECO, Umberto. *Confissões de um jovem romancista*. São Paulo: Cosac & Naify, 2013.
- FREUD, S. *O mal-estar na civilização (1930)*. São Paulo: LeBooks, 1976.
- GREIMAS, Algirdas Julien. *Sobre o sentido II - Ensaio semióticos*. São Paulo: Edusp, 2014.
- KRAUSE, Gustavo Bernardo. *A ficção cética*, AnnaBlume, 2004.

**ANCHIETA, LEITOR DE NEBRIJA:  
UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA**

*Stephanie Cunha dos Santos Silva* (FLUP)

[up202101097@up.pt](mailto:up202101097@up.pt)

*Leonardo Ferreira Kaltner* (UFF)

[leonardokaltner@id.uff.br](mailto:leonardokaltner@id.uff.br)

**RESUMO**

No século XVI, o padre José de Anchieta elabora a primeira descrição que se tem registro da língua ameríndia falada pelos tupinambás, o tupi antigo. Sua gramática possui características que nos permite classificar seu pensamento como pertencente a escola humanística. O presente trabalho tem por objetivo identificar quais são os aspectos dos escritos do jesuíta que revelam sua retórica linguística e a tradição à qual faz parte. A metodologia aplicada será a proposta pela Historiografia Linguística de Pierre Swiggers (2012) e Konrad Koerner (2014) que apontam três princípios: o da contextualização, o da imanência e o da adequação. Considerando o significativo desenvolvimento de gramáticas desde o século XV, destacam-se as obras *Introducciones Latinae* (1481), *Gramática de la lengua castellana* (1492) e *Vocabulario español-latino* (1495), de autoria de Antonio de Nebrija. A investigação aponta que entre os autores que exerceram influência na formação de Anchieta, Nebrija emerge como uma figura de destaque.

**Palavras-chave:**

Anchieta. Nebrija. Historiografia Linguística.

**ABSTRACT**

In the 16<sup>th</sup> century, Father José de Anchieta produced the first recorded description of the Amerindian language spoken by the Tupinambás, old Tupi. His grammar exhibits characteristics that allow us to classify his thinking as belonging to the humanistic school. The present study aims to identify the aspects of the Jesuit's writings that reveal his linguistic rhetoric and the tradition to which he belongs. The methodology applied will be proposed by the linguistic historiography of Pierre Swiggers (2012) and Konrad Koerner (2014), which point to three principles: contextualization, immanence, and adequacy. Considering the significant development of grammars since the 15<sup>th</sup> century, the works *Introducciones Latinae* (1481), *Gramática de la lengua castellana* (1492), and *Vocabulario español-latino* (1495) by Antonio de Nebrija stand out. The investigation suggests that among the authors who influenced Anchieta's formation, Nebrija emerges as a prominent figure.

**Keywords:**

Anchieta. Nebrija. Linguistics Historiography.

## 1. Introdução

Extensa é a bibliografia produzida por diversos pesquisadores a respeito da gramaticografia do século XVI. Isso se deve ao fato de ao longo desse período termos uma ampla produção de gramáticas vernaculares muito ainda aos moldes dos tratados latinos como é o caso das obras de autores com Nebrija, João de Barros e Fernão de Oliveira. O latim ainda ocupava um *status* de língua da erudição, o que se reflete na maneira como os gramáticos da época construíam suas obras e pensavam o próprio fenômeno da comunicação. Todavia, este olhar para a Antiguidade e para as línguas clássicas não era o mesmo que se tinha ao longo do período medieval. Já se observa no século XVI uma crescente produção elaborada aos moldes humanísticos. Dentre essas obras temos a produção do padre jesuítico José de Anchieta que em 1595 publica a gramática de uma das línguas que era falada na Costa do Brasil: o tupi antigo.

O tupi antigo é a língua que era usada pelos povos tupis e por grande parte dos colonizadores na Costa do Brasil durante os séculos XVI e XVII. O tupi antigo, também conhecida por “língua clássica do Brasil” já não é mais falado pelas comunidades indígenas do Brasil, de modo que o conhecemos apenas por meio dos registros textuais feitos pelos padres jesuítas e pelos viajantes. Por se tratar de uma língua desconhecida por parte dos europeus até então, e tendo em vista o projeto imperial português, a obra de Anchieta se torna a primeira a se dedicar a uma língua da América, mas não deixa de buscar nos tratados clássicos a estrutura e o método para construir sua descrição.

A gramática do tupi feita pelo padre revela traços humanísticos, o que é um elemento presente nas obras gramaticais de seu período e que demonstra como a leitura de outros gramáticos como Nebrija fazia parte da formação intelectual quinhentista. Esse grande trânsito de autores é uma das características da modernidade, que em contraste ao período medieval, era cercado por “fronteiras” e “pontes” culturais que são fundamentais para compreender não apenas as obras desse período, mas a própria História (Cf. SILVA; KALTNER, 2024). Assim, para analisar o que Anchieta escreveu é preciso mergulhar nos seus escritos, no contexto sociopolítico ao qual ele estava inserido e no pensamento linguístico do século XVI, por essa razão a metodologia que adotamos é a proposta pela Historiografia Linguística.

A Historiografia Linguística é um campo de estudos científicos desenvolvido por Konrad Koerner (1996) e Pierre Swiggers (2012). Eles propõem três princípios fundamentais para orientar a pesquisa nessa área:

a contextualização, a imanência e a adequação. O primeiro princípio envolve o estabelecimento de um “clima de opinião” dos períodos em que as teorias linguísticas foram desenvolvidas, permitindo ao historiador compreender o contexto político, social, econômico, filosófico e cultural em que o objeto de estudo está inserido (Cf. LIMA, 2016, p. 6). O princípio da imanência requer que o pesquisador adote uma perspectiva moldada pelas ideias e condições da época em que o objeto de estudo foi desenvolvido (Cf. LIMA, 2016, p. 6). Por fim, o princípio da adequação sugere que o historiógrafo pode se aventurar a fazer comparações entre o objeto pesquisado e as teorias linguísticas contemporâneas ao seu tempo (Cf. LIMA, 2016).

Para o presente trabalho focaremos na contextualização, e na imanência por entender que para além de fatores sociopolíticos que influíram na escrita de Anchieta, mergulhar nas obras que o cercavam também se mostra uma tarefa relevante para perceber qual era o pensamento linguístico, no qual se inseria, sem deixar com isso de lado uma leitura crítica da gramática no atual cenário linguístico.

## 2. *O século das gramáticas*

O século XVI é, em Portugal, marcado por grande mudança no aparelho burocrático português, forte expansão ultramarina e manutenção de privilégios dos senhores e eclesiásticos (Cf. MATTOSO, 1997, p. 450). Portugal contava não apenas com uma favorável posição geográfica, mas detinha o capital, o conhecimento e a tecnologia necessária para expandir seus domínios para o ultramar. Tais características portuguesas são justificadas por eventos que se iniciaram nos séculos anteriores. Belini (1997) afirma que:

Uma breve descrição da formação do reino de Portugal serve para introduzir alguns dos mais importantes temas relacionados à sociedade lusitana no século XVI. Destaca-se entre estes o problema da expansão associada à guerra contra o Islã. Portugal se formou no processo de reconquista do território ibérico aos mouros. O reino se estabeleceu inicialmente em torno da cidade do Porto, tornando-se independente de Castela em 1140. A expulsão dos árabes completou-se na segunda metade do século XIII. O rei João I (que reinou de 1385 a 1433), e seus filhos Duarte (1391-1438), Pedro (1392-1449) e Henrique (1394-1460) foram os primeiros de uma sucessão de governantes profundamente devotados à continuidade da expansão pela captura do norte da África e busca de um caminho marítimo até as fontes de suprimento das caravanas do Sahara que traziam ouro, especiarias e escravos para o litoral norte africano. Portugal conquistou Ceuta, no noroeste da África, em 1415 e, daí para diante, enviou expedi-

ções cada vez mais ao sul da costa oeste africana, estabelecendo feitorias comerciais em alguns locais. O ponto culminante desse processo foi atingido em 1498, quando uma expedição comandada por Vasco da Gama (?-1524) chegou até Calicute, na Índia, percorrendo uma rota através dos oceanos Atlântico e Índico. (BELLINI, 1997, p. 3)

O período de expansão marítima se mostra também como o período de grande desenvolvimento de gramáticas, que pode representar não apenas uma necessidade de normatizar a escrita, mas também de estabelecer aquilo que seriam as identidades. Como tradutor de um “humanismo à portuguesa”, D. João III se preocupou em estabelecer práticas de representação que possibilitassem aos seus súditos uma formação mental e a futura apropriação de uma visão de mundo (Cf. PAES, 2008, p. 113). Com o tempo, essa iniciativa de D. João, lançaria as bases para o que viria a ser, no século XVII, uma razão de Estado teológico-política. Paes (2008) afirma que os princípios mais importantes dessa visão já foram devidamente teorizados por intelectuais e pensadores e se resumem a prudência e a persuasão neoplatônica. Tais princípios orientaram as ações de governo adotadas pela Coroa portuguesa até a primeira metade do século XVIII, especialmente durante o reinado de D. João V (Cf. PAES, 2008, p. 113).

Muitos autores desenvolveram trabalhos a respeito da gramatografia do século XVI, autores como Ponce de Leon (2022) e Mattoso (1997). Isso se deve ao fato de ao longo deste período termos uma ampla produção de gramáticas vernaculares muito ainda aos moldes dos tratados latinos. O latim ainda ocupava um *status* de língua da erudição, o que se reflete na maneira como os gramáticos da época construíam suas obras e pensavam o próprio fenômeno da comunicação. Todavia, este olhar para a Antiguidade e para as línguas clássicas não era o mesmo que se tinha ao longo do período medieval. Já se observa no século XVI uma crescente produção elaborada aos moldes humanísticos. Lídia Bellini (1997) afirma que:

A cultura portuguesa do século XVI é aqui tratada como um caso particular do Renascimento europeu. Nela estão presentes a efervescência e a mistura de influências modernas, medievais e clássicas, características do período. Como ocorreu em outros países, em Portugal uma parcela importante das novas idéias [sic] sobre arte e diversos ramos do saber filosófico e literário era originária da Itália. Essas características gerais adquiriram formas específicas no contexto português. Isto também está de acordo com o modo como o Renascimento se difundiu pela Europa. (BELLINI, 1997, p. 2)

Coelho afirma que o experiencialismo português se difere do empirismo britânico, à medida que manteve uma forte relação com o aristot

telismo escolástico e com o humanismo católico. Humberto Coelho (2022) aponta que “ao contrário de outras tradições filosóficas continentais, não evoluiu da Escolástica para o Neoplatonismo como em Nicolau de Cusa [1401–1464] e Giordano Bruno [1548–1600]) ou para o Racionalismo (como em Descartes [1596–1650])” (COELHO, p. 327). O autor ainda afirma que a segunda escolástica, diferentemente da primeira que encontra relativa resistência em várias universidades, consegue trazer características do humanismo, sem perder com isso alguns fortes elementos da filosofia portuguesa que era notoriamente associada a literatura e poesia (Cf. COELHO, 2022, p. 329).

De acordo com Coelho (2022), mesmo que as obras de Aristóteles e Santo Tomás de Aquino fossem os principais elementos do currículo, tendo algumas vezes referências ocasionais a João Duns Escoto (c. 1265–1308), a influência do humanismo renascentista ainda se fazia presente. Essa influência se refletia tanto no estilo do discurso quanto na forma de apresentação, destacando a importância de Platão, Cícero e Agostinho de maneira mais sutil. As bases dessa segunda escolástica podem ser apontadas como a rejeição às correntes tomistas, como o nominalismo e escotismo, e seu tom sincretista (Cf. COELHO, 2022, p. 330-1). Essa segunda escolástica era em grande medida relacionada a Contrarreforma, mas com certas nuances do humanismo português (Cf. COELHO, 2022, p. 330-1).

Para além do florescer filosófico, a necessidade de desenvolver obras em língua portuguesa se acentuava desde o início do século XV, já que na península Ibérica o destaque maior era do castelhano, que se apresentava como a língua mais relevante da cristandade até o momento. Esse grande destaque do castelhano em detrimento de outras línguas pode ser justificado pela ausência de uma linguagem escrita, que fosse suficientemente estruturada (Cf. MATTOSO, 1997). Era necessário promover a língua portuguesa como a língua da cultura, da tradição e do império.

### **3. O século das gramáticas**

Durante o surgimento dos nacionalismos, Portugal e Espanha estavam significativamente à frente das outras nações europeias em termos de identidade política, mas eram divididos por longas rivalidades acirradas pela competição de seus projetos coloniais. No entanto, essa rivalidade não impactou a vida da Igreja. Pelo contrário, o intercâmbio de estudantes e professores, que sempre foi promovido pela integração entre

as universidades, intensificou-se ainda mais com a abordagem globalista da Companhia de Jesus (Cf. COELHO, 2022). Esse grande fluxo intelectual é perceptível nas obras que foram elaboradas nesse período, que pertenciam, em certa medida, a um mesmo pensamento linguístico, que é inaugurado por António de Nebrija, em 1492, o ano de publicação da primeira *Gramática sobre la Lengua Castellana*, elaborada por Antônio de Nebrija (Cf. MATTOSO, 1997). Mattoso (1997) aponta que:

Sem sair dos mesmos círculos cortesãos, note-se que Nebrija, ao fixar as regras de um idioma vernáculo, pretendia elevar o castelhano à categoria reservada ao latim e ao grego. O programa era ambicioso. Antes de mais, tratava-se de conferir o máximo de prestígio à única língua que, r momento da união das coroas de Castela e de Aragão, podia resolver os problemas da diversidade linguística peninsular. Ora, o prestígio de uma língua, considerada «sueta y fuera de regla», não consistia na aprovação dos seus usos, nem das suas formas mais elaboradas literariamente, m em investila dos modelos da Antiguidade. Por isso, a Gramática sobre la Lengua tem de se devolver ao seu contexto mais pertinente: o trabalho filológico sobre o latim. O latim e a eloquen dos clássicos deviam ser a base de uma nova cultura humanista (Rico, 1991, pp. 36-43). (MATTOSO, 1997, p. 320)

Sobre Nebrija, Gonçalo Fernandes afirma que seu nascimento ocorreu por volta de 1441 e 1444 em Nebrissa (Nebrissa) a cerca de 70 km de Sevilha (Cf. FERNANDES, 2006, p. 253). Élio António de Nebrija, pseudónimo de António Martínez de Cala e Xarana, estudou em Salamanca entre os 15 e 20 anos e aperfeiçoou-se no colégio espanhol de S. Clemente da Universidade de Bolonha (Cf. FERNANDES, 2006, p. 253). As *Introductiones Latinae*, de Élio António de Nebrija, foram uma obra marcante na história do humanismo espanhol e da cultura do país, tendo sua primeira edição em 1481 com 1.000 exemplares que se esgotaram rapidamente (Cf. FERNANDES, 2006, p. 255).

Nebrija tinha o objetivo de combater a ignorância nas ciências usando a gramática como arma, acreditando que a renovação do ensino do latim e a dignificação da língua contribuiriam significativamente para a cultura espanhola e europeia (Cf. FERNANDES, 2006, p. 255). Ele revisou e melhorou sua gramática ao longo do tempo, com várias edições. A primeira versão teve três edições (1481–1483) e a segunda, cinco edições, incluindo uma edição bilíngue em latim e castelhano por sugestão da rainha Isabel de Castela (Cf. FERNANDES, 2006, p. 255). No entanto, Nebrija considerou essa edição bilíngue mais um trabalho de intérprete do que algo autoral. A respeito da estrutura das *Introductiones*, de Nebrija, Gonçalo Fernandes (2006) aponta que:



As Introduções começam por estudar a morfologia do nome apresentando os paradigmas completos das declinações (nomes, adjetivos e pronomes) e conjugações; listas de advérbios, preposições, interjeições, quer nominal quer verbal “Si Nebrija commence par étudier le nom (...) ‘est pour se conformer à des habitudes séculaires issues des grammaires latines du 4e siècle. C’est peut-être aussi parce qu’il continue (...) à voir dans le substantif des traces de la substance aristotélicienne, le nom étant considéré comme une substance permanente (...) susceptible de « recevoir » des accidents” (Margolin 1992: 273) (FERNANDES, 2006, p. 258)

Nas obras de Nebrija, a presença da formação clássica, bem como uma busca de aproximar a língua a qual descrevia o latim, são bem marcadas. Um dos principais autores que influenciou sua escrita foi Élio Donato, e essa influência é percebida na maneira com ele divide as partes das orações. Nebrija estabelece oito partes para a oração: nome, pronome, verbo, participio, preposição, advérbio, conjunção e interjeição. Donato ao elaborar sua *Ars Minor* no que se refere as partes da oração aponta: “partes orationis quot sunt? Octo. quae? nomen pronomen uerbum aduerbium participium coniunctio praepositio interiectio” (DEZOTTI, 2011). Deste modo vemos que o gramático espanhol segue a mesma divisão feita pelo gramático latino. Todavia, da mesma forma que Donato se baseou em Dionísio, O Trácio e adaptou a estrutura proposta pelo grego na descrição do latim, assim também o faz Nebrija. Se por um lado no latim não existia artigo e Donato adiciona a interjeição como uma das oito partes das orações (Cf. SILVA; KALTNER, 2024), por outro lado Nebrija não deixa de descrever o artigo que era um elemento presente na língua castelã. Para seguir a tradição latina, o gramático espanhol divide as partes da oração tal como o gramático latino, mas faz uma adaptação, quando não coloca os artigos como uma categoria separada, mas sim uma parte acessória:

El artículo es una parte de la oración que sirve principalmente para circunscribir la extensión en que ha de tomarse el nombre al cual se antepone, haciendo que éste, en vez de abarcar toda la clase de objetos a que es aplicable, exprese tan sólo aquel objeto determinado ya y conocido del que habla y del que escucha. Al decir dame libros, no se determina cuáles; pero cuando se dice dame los libros, el artículo los expresa que se piden ciertos libros consabidos, de que se ha tratado antes. Éste se llama artículo definido o determinado, el cual tiene en singular las formas el, la, lo, que sirven, respectivamente, para los géneros masculino, femenino y neutro; y en plural, los para el género masculino y las para el femenino; v. gr.: EL cielo, La tierra, LO bueno, LO útil, LOS peces, LAS aves. (Nebrija, 1492)

Apesar de muitos trabalhos se debruçarem sobre a construção das gramáticas vernaculares quinhentistas a correlação entre Anchieta e Nebrija é pouco abordada. Dentre os autores que investigam as obras de ne-

brisesenses e sua recepção no pensamento linguístico, é possível citar Rogério Ponce de Leon Romeo (2022) que aponta que a Gramática do espanhol influenciou significativamente os tratados portugueses do século XVI. Ponce de Leon afirma que

[...] nas palavras do pesquisador Navarro, a forma como esse argumento se articula com o sentimento de 'superioridade' dos hispânicos, ainda que pareça não apenas fazer alusão à língua castelhana, mas também – através da disjunção... – à portuguesa. Não há dúvida, a esse respeito, como o próprio Asensio evidencia (1960: 408-413), de que esse argumento nebricense para a dignificação da língua (vulgar) e para a codificação do vernáculo foi retomado e adaptado pelos gramáticos portugueses do século XVI em suas obras. Este fato constitui apenas uma manifestação da influência, bastante mais ampla, das ideias – culturais, pedagógicas, linguísticas – contidas na Gramática sobre a língua castelhana sobre a gramatocografia da língua portuguesa publicada durante o século XVI, apesar de que, nela, não se alude de forma explícita nem a esta obra nem ao seu autor – com exceção de um trecho na Grammatica da lingoagem portuguesa (Lisboa 1536) de Fernão de Oliveira (1507-c. 1581) –, como mostrou Sônia Duarte (2017: 53). (PONCE DE LEON, 2022)

A península Ibérica passava por um período de construção de um projeto de império e de uma disputa de poder, de modo que a construção de uma identidade não se constituía apenas como uma questão cultural, mas sim uma questão política e a língua ocupava um papel fundamental nesse processo. Como salienta Nebrija, “siempre la lengua fue compañera del império” (NEBRIJA, 1992 [1492], p. 98-9). Assim, pensar na formação de um Império ultramarino perpassa por desenvolver um projeto de expansão da língua (Cf. PONCE DE LEON, 2022). O projeto de Império colonial português contou em grande parte com o auxílio da Companhia de Jesus. Neto e Maciel (2008) defendem que os jesuítas foram uma poderosa e eficiente congregação religiosa que em seu exercício objetivavam não apenas a busca da perfeição humana mediada pela palavra de Deus e a vontade dos homens, “(...) a obediência absoluta e sem limites aos superiores; a disciplina severa e rígida; a hierarquia baseada na estrutura militar; e a valorização da aptidão pessoal de seus membros” (NETO; MACIEL, 2008, p. 171).

Outra autora que também fala sobre a relevância desse grupo religioso para a formação do Império ultramar de Portugal é Maria Eduarda Paes (2008) que diz:

De fato, o papel de protagonista na construção do Imperium não cabe a D. Manuel, que governou ainda muito envolvido com as questões internas do Reino. Foram D. João III e sua corte os principais “arquitetos” da representação política e social de um império em grande expansão cuja justifi-

cação moral e religiosa encontrava respaldo na missão de dilatar a Fé pelo mundo. (PAES, 2008, p. 108)

Quando a Companhia de Jesus começou suas atividades nos territórios de Portugal, não havia um plano previamente estabelecido para a evangelização, nem por parte da própria Companhia, nem por parte da Igreja Católica ou da Coroa portuguesa. Ao chegarem ao Oriente e ao Novo Mundo, não existiam ainda a sua disposição documentos oficiais ou institucionais que servissem de delimitação para suas atividades, por esta razão a catequização foi desenvolvida, baseando-se em decisões que eram tomadas pelos próprios missionários frente a cada um dos contextos políticos, sociais e culturais aos quais se deparavam (Cf. SABEH, 2018, p. 47). Para os jesuítas o conhecimento das línguas dos povos indígenas do Brasil se mostrava como a melhor opção para desenvolvimento de suas pregações, seguindo estratégias que eram formuladas de acordo com as especificidades de cada uma das regiões e povos aos quais tiveram contacto (Cf. SABEH, 2018). Assim, ao chegar as aldeias, os padres dedicavam-se ao estudo dos idiomas locais (Cf. SABEH, 2018). Um desses padres que adotaram esse *modus operandis* foi José de Anchieta.

Anchieta teve formação iniciada nas Ilhas Canárias, tendo continuidade no Real Colégio das Artes de Coimbra (Cf. KALTNER; SANTOS, 2021). Pode-se afirmar que o clima de opinião da época ainda era em muito pautado pela Igreja, mas o homem moderno já havia vivenciado o renascimento o que traz as obras do período notas muito características do ensino humanístico. Tal característica é perceptível em alguns elementos da obra de Anchieta como o fato de haver uma separação entre teologia e gramática, ser mais suscita do que os tradados medievais e não trazer tantos termos técnicos em sua análise, citando autores clássicos como exemplo (Cf. KALTNER e SANTOS, 2022).

É de se notar como a gramática passa a ser estudada e ensinada como uma disciplina por si só, sendo assim desvinculada da teologia, até então os gramáticos eram também membros ativos de alguma ordem religiosa de modo que a língua e a teologia não se separavam. Exemplos dessa paulatina mudança se personifica na obra de Nebrija, que era um gramático e não um religioso, na gramática de João de Barros que também não fazia parte de nenhuma ordem. O próprio Anchieta, quando escreveu sua gramática ainda não tinha sido consagrado à ordem jesuítica. Esse dado evidencia que a Igreja nesse período histórico detinha ainda forte influência na sociedade, mas ela não era mais a que possuía o monopólio do conhecimento. Tal paulatina secularização dos estudos linguísticos se justifica em grande parte pelo humanismo e pelas ideias da

segunda escolástica que se estabelecia e ganhava cada vez mais proeminência.

#### **4. Considerações finais**

Dizer que Anchieta era um leitor de Nebrija não refere apenas ao acesso a sua obra, o que o jesuíta o tinha, mas sim a ser um dos gramáticos que fazia parte de seu pensamento gramatical. Anchieta adota métodos semelhantes ao do gramático espanhol para codificar a língua vernácula indígena. O Superior de Anchieta teve sua formação em Salamanca, universidade que adotava os escritos de Nebrija.

Essa visão de Império não é um nacionalismo embrionário, como no século 19. Identidade: latim como modelo. Dentro de um ambiente plurilíngue. Multiculturalismo do humanismo que permitia a construção dessas gramáticas, em um ambiente de plurilinguismo.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BASTOS, Neusa. Elos Portugal e Brasil: João De Barros e Anchieta. *Revista de Letras*, 2016. Disponível em: [https://www.academia.edu/71938737/Elos\\_Portugal\\_e\\_Brasil\\_Jo%C3%A3o\\_De\\_Barros\\_e\\_Anchieta](https://www.academia.edu/71938737/Elos_Portugal_e_Brasil_Jo%C3%A3o_De_Barros_e_Anchieta).

BELLINI, Lígia. Notas sobre cultura, política e sociedade no mundo português do século XVI. *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF*, v. 4, n. 7, p. 143-67, Niterói, 1997.

COELHO, Humberto Schubert. O Papel Da Filosofia e Do Imaginário Jesuítico Nas Missoes Portuguesas (1500–1597). *Mirabilia Journal* 35, 2022. Disponível em: [https://www.academia.edu/91637152/O\\_papel\\_da\\_Filosofia\\_e\\_do\\_imaginario\\_jesuítico\\_nas\\_missoes\\_portuguesas\\_1500\\_1597](https://www.academia.edu/91637152/O_papel_da_Filosofia_e_do_imaginario_jesuítico_nas_missoes_portuguesas_1500_1597).

DEZOTTI, Lucas Consolin. *Arte menor e Arte maior de Donato*. Tradução, anotação e estudo introdutório. São Paulo, 2011.

GÓMEZ ASENCIO, José. Terminologia gramatical luso-castelhana dos inícios: de Antonio de Nebrija a João de Barros. *Confluência* [1415-7403], 2015. Disponível em: <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/80>

KALTNER, Leonardo Ferreira. Considerações sobre as fontes do pensamento linguístico de Anchieta: intertextualidade gramatical. *Confluência*

cia [1415-7403], 2021. Disponível em: <https://www.revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/466>.

\_\_\_\_\_; SANTOS, Melyssa Cardozo Silva. Fenômenos fonéticos e composição de verbos e nomes: uma análise externa e interna da Gramática de Anchieta (1595, 1, 6-8). *Cadernos de Linguística*, v. 3, n. 1, e634, 2022.

MATOSO, José. *Portugal medieval: novas interpretações*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002.

NETO, Alexandre. MACIEL, Lizete. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. *Educar*, n. 31, p. 169-89, Curitiba: UFPR, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/VKN68qKSCDDcvmq5qC7T6HR/?format=pdf&lang=pt>.

PAES, MARIA EDUARDA. Entre a Conversão e a Conquista: Reflexões Sobre o Modus Operandi dos Jesuítas e sua adequação ao processo colonizador na América Portuguesa do século XVI. *Cadernos de História*, 2010. Disponível em: [https://www.academia.edu/88867882/Entre\\_a\\_Conversao\\_e\\_a\\_Conquista\\_Reflexoes\\_sobre\\_o\\_modus\\_operandi\\_dos\\_jesuítas\\_e\\_sua\\_adequacao\\_ao\\_processo\\_colonizador\\_na\\_America\\_Portuguesa\\_do\\_século\\_XVI](https://www.academia.edu/88867882/Entre_a_Conversao_e_a_Conquista_Reflexoes_sobre_o_modus_operandi_dos_jesuítas_e_sua_adequacao_ao_processo_colonizador_na_America_Portuguesa_do_século_XVI).

PONCE DE LEÓN ROMEO, Rogelio. *Nebrija en Portugal: la recepción de la Gramática sobre la lengua castellana en la gramatografía del portugués durante los siglos XVI y XVII*. 2022.

SILVA, Stephanie Cunha dos Santos da; KATNER, Leonardo Ferreira. Anchieta e a Gramática do tupi: a descrição humanística da língua mais usada na costa do Brasil. *Caderno Especial: Anais do XVI SINEFIL*. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2024.

**AS HORAS DE AUGUSTO MATRAGA:  
A JORNADA DO HERÓI ROSEANO**

*Daniella Tavares Potrique* (UERJ)

[daniellatavares96@gmail.com](mailto:daniellatavares96@gmail.com)

*Cimélio Senna Vasconcelos da Silva* (UVA)

[senna20012@gmail.com](mailto:senna20012@gmail.com)

**RESUMO**

Este trabalho tem o objetivo de descrever a jornada heroica de Augusto Matraga, personagem principal da novela “A hora e vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa. Para tanto, realizamos uma revisão de literatura, a fim de elucidar as questões que envolvem o herói mitológico e a obra de Guimarães Rosa. Contamos com os estudos de Silva (1984), Bosi (1997), Candido (2002), Rónai (2001; 2016), Hansen (2012), Pacheco (2008) e D’Onofrio (2007) que nos ajudaram a compreender o regionalismo metamorfoseado por Rosa e o enquadramento de sua obra na narrativa de semiótica de acontecimento. Por fim, contamos com a saga heroica proposta por Campbell (2007) com comentários de Müller (1987) para acompanhar a jornada de Augusto Matraga.

**Palavras-chave:**

Herói. Augusto Matraga. Guimarães Rosa.

**ABSTRACT**

This work aims to describe the heroic journey of Augusto Matraga, main character of the novel “A hora e vez de Augusto Matraga”, by Guimarães Rosa. To this end, we conducted a literature review in order to elucidate the issues surrounding the mythological hero and the work of Guimarães Rosa. We rely on the studies of Silva (1984), Bosi (1997), Candido (2002), Rónai (2001; 2016), Hansen (2012), Pacheco (2008) and D’Onofrio (2007) who helped us understand regionalism metamorphosed by Rosa and the framing of his work in the semiotic narrative of an event. Finally, we have the heroic saga proposed by Campbell (2007) with comments by Müller (1987) to accompany Augusto Matraga’s journey.

**Keywords:**

Hero. Augusto Matraga. Guimarães Rosa.

**1. Considerações iniciais**

Augusto Matraga, personagem principal da novela – ou conto, como alguns defendem – “A hora e vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa, é um tipo que desperta a aversão do leitor, pois tem uma personalidade agressiva e egoísta. Entretanto, se considerarmos as caracte-

rísticas pessoais que são valorizadas no contexto em que se passa o conto, a personalidade de Matraga torna-se justificável e até heroica.

Principalmente após uma transformação intensa, que o faz assumir uma personalidade de caráter aceitável em um contexto maior que o de sua origem. Esse personagem e sua jornada guardam representações importantes para a literatura brasileira e para o estudo do ser humano como criador de significados.

Este trabalho tem o objetivo principal de traçar a jornada heroica de Augusto Matraga e possui como mapa de aventura do herói a proposta do mitologista Joseph Campbell (2007). Em seu livro, “O herói de mil faces”, Campbell separa a jornada do herói em três partes principais - a partida, a iniciação e o retorno – e destaca etapas dentro de cada uma dessas partes. Todo esse processo é feito com exemplos de heróis de diferentes épocas e culturas, o que dá significado ao termo “mil faces” no título da obra.

A fim de explicar o herói roseano, faremos uma apresentação do autor e sua obra por meio dos autores Anazildo Vasconcelos da Silva (1984), que oferece importantes contribuições para o seu enquadramento retórico como modernista e que, conseqüentemente, segue a lógica do acontecimento. O que será complementado pelas observações de seus recursos linguísticos dados por Alfredo Bosi (1997), que ultrapassam os limites entre narrativa e lírica. Essa ultrapassagem é o que permitirá relacionar o seu regionalismo a uma contextualização universal e mítica, o que permite que Rosa crie o que Alfredo Bosi (1997) e Antônio Candido (2002) chamam de alquimia.

Antes de detalharmos a jornada de Augusto Matraga, faremos uma exposição sobre o herói roseano como um herói regionalista, que apresenta enfrentamentos psicológicos universais. Nesta parte, contaremos com as explicações de Paulo Rónai (2001; 2016) sobre Riobaldo e Augusto Matraga, com contribuições de Salvatore D’Onofrio (2007) e Ana Paula Pacheco (2008). Ao fim dessa exposição, iniciaremos a jornada de Augusto Matraga, guiados por ele e por Joseph Campbell (2007).

## **2. *O herói roseano***

### **2.1. *Guimarães Rosa e sua obra***

A obra de Guimarães Rosa faz parte da terceira geração do modernismo. Como narrativa do século XX, ela se encaixa, em termos se-

mióticos, na lógica – ou semiotização – do acontecimento, tendo como base os estudos de Anazildo Vasconcelos da Silva (1984). A lógica do acontecimento não é objetiva – como a lógica do espaço - nem subjetiva – como a lógica do personagem (Cf. SILVA, 1984). Ou seja, as convenções sociais não se sobrepõem aos anseios subjetivos do personagem, nem o contrário.

Como parte de um período de ruptura, o personagem moderno tem um conflito com ele mesmo. E Rosa fará uso de recursos linguísticos para expressar esses conflitos. Afinal, “como para os mestres da prosa moderna (um Joyce, um Borges, um Gadda), a palavra é sempre um feixe de significações: mas ela o é em um grau eminente de intensidade se comparada aos códigos convencionais de prosa”. (BOSI, 1997, p. 485)

pois a escrita de Rosa opera anulando de forma intencional os limites entre a narrativa e lírica (Cf. BOSI, 1997). E é por meio dessa mescla entre narrativa e lírica que se explora o mítico, já que

O princípio fundamental da linguagem poética, genialmente intuído por Vico, é o da analogia a arcana “lógica poética”, lógica dos sentidos, que vincula a fala inovadora às matrizes de toda língua. Ora, o pensamento analógico é pensamento mítico. (BOSI, 1997, p. 487)

Assim, “Rosa inventa um mundo mitológico que vive a sua autonomia fictícia com inteireza épica, bárbara e aparentemente fechada sobre si mesma” (HANSEN, 2012, p. 128). Esse mundo é o sertão, e é aparentemente fechado porque, no final das contas, esse sertão é ao mesmo tempo regional e ao mesmo tempo universal. É dessa maneira que ocorre a metamorfose do regionalismo operada por Guimarães Rosa: um regionalismo universalizante. Construído por meio de um procedimento retórico que envolve “a integração das referências sertanejas em níveis metafóricos ou alegóricos de significação em que elas passam a conotar referências filosóficas e literárias universais” (HANSEN, 2012, p. 121).

De acordo com Alfredo Bosi (1997):

O regionalismo, que deu algumas das formas menos tensas de escritura (a crônica, o conto folclórico, a reportagem), estava destinada a sofrer, nas mãos de um artista-demiurgo, a metamorfose que o traria de novo ao centro da ficção brasileira. A alquimia, operada por João Guimarães Rosa, tem sido o grande tema da nossa crítica desde o aparecimento dessa obra espantosa que é Grande Sertão: Veredas. (BOSI, 1997, p. 484-5) (grifos do autor)

Essa alquimia ocorreu porque Guimarães Rosa construiu um regionalismo mais genuíno e perdurável, ele concebeu “uma experiência total em que o pitoresco e o exótico são animados pela graça de um movimento interior, em que se desfazem as relações de sujeito a objeto para



ficar a obra de arte como integração total de experiência” (CANDIDO, 2002, p. 186).

Inclusive, é possível considerar que essa concepção ocorreu antes mesmo de “Grande Sertão: Veredas”, em *Contos*, primeira versão do que viria a ser Sagarana, o regionalismo já foi metamorfoseado por Rosa, afinal:

Sagarana não vale apenas na medida em que nos traz um certo sabor regional, mas na medida em que constrói um certo sabor regional, isto é, em que transcende a região. A província do sr. Guimarães Rosa, no caso Minas, é menos uma região do Brasil do que uma região da arte, com detalhes e locuções e vocabulário e geografia cosidos de maneira por vezes quase irreal, tamanha é a concentração com que trabalha o autor. (CANDIDO, 2002, p. 187) (grifos do autor)

Rónai (2001) exemplifica como ocorre essa universalização quando faz alguns esclarecimentos sobre o herói de Grande Sertão: Veredas:

O seu Riobaldo, esse Fausto sertanejo, entre inculto mas dotado de imaginação e poesia, ao passar revista aos acontecimentos de sua vida aventureira, enfrenta seguidamente todas as contingências do ser - o amor, a alegria, a ambição, a insatisfação, a solidão, a dor, o medo, a morte - e relata-as com a surpresa, a reação fresca de quem as experimentasse pela primeira vez no mundo, reinventando as explicações dos filósofos numa formulação pitoresca e ingênua. (RÓNAI, 2001, p. 19)

E também, o mesmo autor (2016), explica como isso ocorre em “A hora e vez de Augusto Matraga”:

Aplicação ainda mais perfeita deste processo observa-se em “A hora e vez de Augusto Matraga”, a novela talvez mais densa de humanidade de todo o volume. A vida retraída do valentão arrependido que, depois de ter sido deixado como morto pelos capangas do adversário, levou anos a restaurar a saúde do corpo e a amansar o espírito sedento de vingança inspira ao leitor uma inquietação crescente. Treme-se por esta alma perdida e reencontrada, que por fim só escapará à tentativa da desforra por outro ato louco de valentia que o redime, mas ao mesmo tempo o aniquila. (RÓNAI, 2016, p. 17)

A seguir, vamos entender como se relacionam as características de um herói mítico a um herói sertanejo, que dão origem ao herói roseano.

## **2.2. O herói roseano**

O herói universal apresenta características como coragem, altruísmo e a capacidade de transitar entre dois mundos. Mas não podemos

esquecer que esse universal ganha representações diferentes do que é ser corajoso ou altruísta dependendo do contexto no qual está inserido. O herói roseano, além de representar o homem em crise do modernismo, e ser expresso por meio de uma retórica moderna, autorreferente, que faz uma revisão crítica de si mesmo (Cf. SILVA, 1984), é um herói sertanejo, o jagunço.

Sertanejo porque é um ser do sertão, um lugar distante, com leis diferentes. Um jagunço porque faz valer a valentia inerente ao herói universal de maneira regional, sertaneja, uma valentia violenta. Pois, “os heróis míticos (...) buscam estabelecer o Bem no sertão por via de uma ética interna em que a violência jagunça adquire caráter ordenador, enquanto um homem fora, que quer o progresso e exclama “vivas” à lei, pretende acabar com o jaguncismo” (PACHECO, 2008, p. 183).

Porém, até chegar a isso, o personagem herói precisa passar por etapas:

O herói, começo da narrativa, normalmente possui apenas o querer, faltando-lhe o saber e o poder. Esse “poder” lhe é fornecido pelo actante ajudante, que pode ser o doador ou outro ator que tem a incumbência de auxiliar o herói. Como também, de outro lado, o herói pode encontrar obstáculos no seu caminho: é a função do actante oponente, exercida pelo vilão ou um ajudante deste. A significação do eixo ajudante->sujeito<-opponente prende-se, do ponto de vista cósmico, aos elementos protetores ou eufóricos da natureza, as forças do bem (simbolizadas pelo papel do ajudante), em contraste com os elementos do mal (encarnados pelo oponente) e, do ponto de vista psíquico, a vontade de possuir o objeto do desejo em contraste com o medo do fracasso perante os virtuais obstáculos. Nesse caso, evidentemente, trata-se de uma narrativa de fundo psicológico. (D’ONOFRIO, 2007, p. 76)

Agora que passamos pela ideia de herói mítico para chegar à ideia de herói sertanejo, podemos iniciar a última etapa do nosso trabalho. Iremos demonstrar um exemplo de herói roseano através da jornada de Augusto Matraga que, na verdade, começa como nada.

### **3. As horas de Augusto Matraga**

#### **3.1. Augusto Estêves, ou Nhô Augusto**

*“Matraga não é Matraga, não é nada.” (ROSA, 2016, p. 324)*

Augusto Matraga, para merecer esse nome, tem que passar por uma longa e transformadora jornada. Augusto Estêves, ou Nhô Augusto, tem um início de estória que já expõe seu caráter: “duro, doido e sem detença, como um bicho grande do mato” (ROSA, 2016, p. 329). Ele arre-mata uma moça num leilão – Sariema – só para causar desgosto no rapaz que a queria, tanto que faz pouco dela e a abandona logo em seguida: “você tem perna de manuel-fonseca, uma fina e outra seca! E está que é só osso, peixe cozido sem tempero... Capim pr’a mim, com uma sombra-ção dessas!... Vá-se embora, frango-d’água! Some daqui!” (ROSA, 2016, p. 328).

Depois de abandonar a moça, ele encontra um de seus aliados, Quim Recadeiro, que traz um recado de sua esposa, Dona Dionóra, para que ele volte para casa e termine os arranjos para a viagem. Ao que Augusto responde: “Desvira, Quim e dá o recado pelo avesso: eu lá não vou!” (ROSA, 2016, p. 328).

A novela possui uma narrativa em ordem cronológica, em terceira pessoa e narrador onisciente, que expõe os pensamentos dos personagens. Um exemplo disso é o momento em que Dona Dionóra recebe o recado de Augusto dado por Quim: “não deu ar de seus pensamentos (...) mas muitos que eles eram” (ROSA, 2016, p. 328). Nesse momento, também, é que aparece o relato da infância de Nhô Augusto – “uma meninice à louca e à larga, de filho único de pai pancrácio” (ROSA, 2016, p. 329) – e a existência de Ovídio Moura, pois Dionóra fica pensando na proposta que ele a fez de fugir com ele.

Ovídio é o oposto de Augusto: “Gostava dela, muito... Mais do que ele mesmo dizia, mais do que ele mesmo sabia, da maneira de que a gente deve gostar. E tinha uma força grande, de amor calado, e uma paciência quente, cantada” (ROSA, 2016, p. 330). Não é à toa esse nome, Ovídio foi um poeta romano, autor de *A arte de amar*, tema que condiz muito com a personalidade do personagem.

Por fim, Dionóra e a filha – Mimita – viajam sozinhas. Elas pernoitam no sítio de um tio, “tio nervoso” (ROSA, 2016, p. 330), com o qual Dionóra conversa sobre o descaso de Augusto. O tio nos apresenta mais relatos da infância dele:

Mãe do Nhô Augusto morreu, com ele ainda pequeno... Teu sogro era um leso, não era pr’a chefe de família... Pai era como que Nhô Augusto não tivesse... Um tio era criminoso, de mais de uma morte, que vivia escondido, lá no Saco-da-Embira... Quem criou Nhô Augusto foi a avó... Queria o menino pr’a padre... Rezar, rezar, o tempo todo, santimônia e ladainha... (ROSA, 2016, p. 330)

De manhã, elas retomam a viagem e Mimita se queixa sobre a falta do pai: “Por que é que o pai não gosta de nós, mãe?” (ROSA, 2016, p. 331). Nesse mesmo momento, Ovídio aparece para levar as duas com ele, e deixa o seguinte recado, para Augusto, com Quim: “Volta você, e fala com seu patrão que Siá Dona Dionóra não quer viver mais com ele, e que ela de agora por diante vai viver comigo, com o querer dos meus parentes todos e com a bênção de Deus!” (ROSA, 2016, p. 331). Quim, fiel à Nhô Augusto, amaldiçoa Ovídio - “Homem sujo!... Tomara que uma coruja ache graça na tua porta!...” (ROSA, 2016, p. 331) – e se prepara para avisar a Augusto que “a casa estava caindo” (ROSA, 2016, p. 331).

Nota-se que Ovídio também é corajoso, afinal, ele, por amor, enfrentou o perigo de roubar a esposa e a filha de Nhô Augusto. Entretanto, essa coragem não é o tipo de coragem valorizada pelo sertanejo, que está mais para uma valentia agressiva contra os inimigos, nada por amor. Quim Recadeiro reconhece e admira a valentia de Nhô Augusto e vê a atitude de Ovídio como uma desonra entre homens, tanto que o amaldiçoa.

A partir daqui a situação de Nhô Augusto começa a mudar. Seguiremos, agora, guiados pela jornada heroica de Augusto com o auxílio dos comentários de Joseph Campbell e Lutz Müller. É a hora da partida, e ela virá não apenas com um chamado, mas dois.

### **3.2. A hora da partida**

*“Tempo do bem-bom se acabou, cachorro de Estêves!...” (ROSA, 2016, p. 334)*

A aventura do nosso herói começa quando ele recebe duas notícias ruins, uma atrás da outra. Quim Recadeiro é o mensageiro dessas notícias, e encontra Augusto totalmente despreparado para receber a primeira: “estava deitado na cama - pior lugar que há para se receber uma surpresa má” (ROSA, 2016, p. 332). Por isso, ele já chega avisando: “Levanta e veste a roupa, meu patrão Nhô Augusto, que eu tenho uma novidade meia ruim, p’ra lhe contar.” (ROSA, 2016, p. 332).

Augusto o responde pulando da cama e se vestindo num instante. “Fala tudo!” (ROSA, 2016, p. 332). E Quim contou, justificando que não fez justiça ele mesmo porque era “negócio de honra, com sangue só p’ro dono” (ROSA, 2016, p. 332). Nhô Augusto aprovou a atitude dele – mais uma vez o caráter sertanejo aparece – e mandou que chamasse seus ho-

mens. Quim retorna com a segunda má notícia: seus homens o abandonaram e agora faziam parte do grupo do Major Consilva.

Nesse momento, Nhô Augusto toma uma decisão que vai mudar a sua vida. De acordo com Campbell (2007), é possível que o herói não atenda ao chamado, mas esse não foi o caso do valente Augusto: “quase qualquer um capiau outro, sem ser Augusto Estêves, naqueles dois contratempos teria percebido a chegada do azar, da unhaca, e passaria umas rodadas sem jogar” (ROSA, 2016, p. 333). “Mas Nhô Augusto era couro ainda por curtir” (ROSA, 2016, p. 333) e partiu para a sua batalha sozinho, o que demonstra muita coragem, pois ele decide ir primeiro à casa do seu inimigo, Major Consilva. Entende-se que, de acordo com as leis do sertão, a ofensa de Consilva era maior, por isso, deveria ser a primeira a ajustar.

Essa decisão terá um fim trágico, entretanto, o herói será recompensado mais adiante, afinal o caminho se abre para o herói que ousa seguir na jornada (Cf. CAMPBELL, 2007). Mal Augusto chegou à casa do Major e esse último anunciou: “tempo do bem-bom se acabou, cachorro de Estêves!...”. Os seus capangas partiram para cima de Nhô Augusto - com mais gosto ainda o “capiauzinho monggo que amava a mulher-à-toa Sariema” (ROSA, 2016, p. 334). Eles bateram muito e Augusto sofreu, tanto que já o estavam dando por morto: “Não tem mais nenhum Nhô Augusto Estêves, das Pindaíbas, minha gente?! (...) Não tem não! Tem mais não!” (ROSA, 2016, p. 335). De certa forma, eles estavam certos.

Não satisfeitos com as agressões, os capangas decidiram humilhar Augusto e deixar nele uma marca de ferro: “abrasaram o ferro com a marca do gado do Major – que soía ser um triângulo inscrito numa circunferência –, e imprimiram-na, com chiado, chamusco e fumaça, na polpa glútea direita de Nhô Augusto” (ROSA, 2016, p. 335). A dor que sente faz com que ele grite e dê um salto. Esse salto o ajuda a chegar à beira do barranco e rolar para baixo. Certos de que Augusto Estêves estava morto, os capangas decidem que não há necessidade de conferir: “arma uma cruz aqui mesmo, Osório, para de noite ele não vir puxar teus pés...” (ROSA, 2016, p. 336).

Aparentemente, está tudo acabado para Augusto, mas como recompensa pela sua coragem ele recebe um auxílio sobrenatural. Essa etapa representa a proteção da mãe cósmica para o herói, simbolizada pelo poder “benigno e protetor do destino” (CAMPBELL, 2007, p. 76). Esse poder aparece por meio da ajuda de um casal:

O preto que morava na boca do brejo, quando calculou que os outros já teriam ido embora, saiu do seu esconso, entre as taboas, e subiu aos degraus de mato do pé do barranco. Chegou-se. Encontrou vida funda no corpo tão maltratado do homem branco; chamou a preta, mulher do preto que morava na boca do brejo, e juntos carregaram Nhô Augusto para o casebre dos dois. (ROSA, 2016, p. 336)

Esse casal, inicialmente, cuida para que ele tenha uma morte digna, mas Nhô Augusto dá um sinal de vida: “me matem de uma vez, por caridade, pelas chagas de Nosso Senhor...” (ROSA, 2016, p. 336). Ele fica num estado de delírio, falando coisas sem sentido, “pra gente ausente” (ROSA, 2016, p. 336) e Quitéria – aqui ainda chamada de “a preta” - fica espantada com a revolta e o desamparo em que Augusto se encontra:

– Deus que me perdoe, [...] mas este homem deve de ser ruim feito cas-cavel barreada em buraco, porque está variando que faz e acontece, e é só braveza de matar e sangrar... E ele chama por Deus, na hora da dor forte, e Deus não atende, nem para um fôlego, assim num desamparo como eu nunca vi! (ROSA, 2016, p. 336)

O casal cuida de Augusto, cuida como filho, Quitéria até canta cantigas para ele. Enquanto isso, Augusto pensa e se arrepende

Nhô Augusto se lembrou da mulher e da filha. Sem raiva, sem sofrimento, mesmo, só com uma falta de ar enorme, sufocando. Respirava aos arran-cos, e teve até medo, porque não podia ter tento nessa desordem toda, e era como se o corpo não fosse mais seu. Até que pôde chorar, e chorou muito, um choro solto, sem vergonha nenhuma, de menino ao abandono. E, sem saber e sem poder, chamou alto soluçando:

– Mãe... Mãe... (ROSA, 2016, p. 337-8)

E é com esse arrependimento que Augusto comenta que gostaria de ser absolvido de seus pecados. Então, o casal busca um padre, para que ele possa se confessar. Por meio das recomendações desse padre, Augusto chega ao primeiro limiar. O primeiro limiar é “uma passagem pelo véu que separa o conhecido do desconhecido” (CAMPBELL, 2007, p. 85), o padre recomenda que ele faça tudo que deixou de fazer antes, que viva a sua outra vida ao contrário:

– Você nunca trabalhou, não é? Pois, agora, por diante, cada dia de Deus você deve trabalhar por três, e ajudar os outros, sempre que puder. Mode-re esse mau gênio: faça de conta que ele é um poldro bravo, e que você é mais mandante do que ele... Peça a Deus assim, com esta jaculatória: “Je-sus, manso e humilde de coração, fazei meu coração semelhante ao vos-so...” (ROSA, 2016, p. 339)

Esse primeiro limiar é o que antecede o limiar mágico, caminho para a iniciação, o ventre da baleia (Cf. CAMPBELL, 2007). O ventre é o limiar transmutador, assim, o antigo precisa morrer para o novo nascer:

a “passagem do limiar constitui uma forma de autoaniquilação” (CAMPBELL, 2007, p. 92). Augusto continua em sua jornada com determinação:

Nunca mais seria gente! O corpo estava estragado, por dentro, e mais ainda a ideia. E tomara um tão grande horror às suas maldades e aos seus malfeitos passados, que nem podia se lembrar; e só mesmo rezando. (ROSA, 2016, p. 340)

Agora, nosso herói está pronto para a iniciação.

### 3.3. A hora da iniciação

*“– Eu vou pr’a o céu, e vou mesmo, por bem ou por mal!... E a minha vez há de chegar... Pr’a o céu eu vou, nem que seja a porrete!...”*  
(ROSA, 2016, p. 340)

Augusto e o casal – Quitéria e Serapião – partem para morar em outro lugar: “junto com o casal de pretos samaritanos, que, ao hábito de se desvelarem, agora não o podiam deixar nem por nada, pegou chão, sem paixão” (ROSA, 2016, p. 340). Eles foram morar no povoado do Tombador, onde Augusto coloca em prática as orientações do padre.

Agora, o herói vive uma vida totalmente diferente, e retribui o cuidado que seus pais cósmicos tiveram com ele:

Trabalhava que nem um afadigado por dinheiro, mas, no feito, não tinha nenhuma ganância e nem se importava com acrescentes: o que vivia era querendo ajudar os outros. Capinava para si e para os vizinhos do seu fogo, no querer de repartir, dando de amor o que possuísse. E só pedia, pois, serviço para fazer, e pouca ou nenhuma conversa.

O casal de pretos, que moravam junto com ele, era quem mandava e demandava na casa, não trabalhando um nada e vivendo no estádio. Mas, ele, tinham-no visto mourejar até dentro da noite de Deus, quando havia luar claro. (ROSA, 2016, p. 341)

Mas faz parte da iniciação o caminho de provas. Ele apareceu e Augusto foi devidamente auxiliado pelos seus novos pais - “o negro e a negra eram agora pai e mãe de Nhô Augusto” (ROSA, 2016, p. 342). No caminho de provas, “o herói é auxiliado, de forma encoberta, pelo conselho, pelos amuletos e pelos agentes secretos do auxiliar sobrenatural que havia encontrado antes de penetrar nessa região” (CAMPBELL, 2007, p. 102).

Augusto trabalhava arduamente, na esperança de obter a sua hora e a sua vez, esse era o seu foco. Ele estava num lugar distante e seguro,

propício para a sua evolução como ser humano, mas “como tudo é mesmo pequeno, e o sertão ainda é menor, houve que passou por lá um conhecido velho de Nhô Augusto – o Tião da Thereza” (ROSA, 2016, p. 342). E esse conhecido trouxe notícias que deixaram Augusto muito abalado. Tião da Thereza contou que:

A mulher, Dona Dionóra, continuava amigada com seu Ovídio, muito debem os dois, com tenção até em casamento de igreja, por pensarem que ela estava desimpedida de marido; com a filha, sim, é que fora uma tristeza: crescera sã e se encorpora uma mocinha muito linda, mas tinha caído na vida, seduzida por um cometa, que a levou do arraial, para onde não se sabia... O Major Consilva prosseguia mandando no Murici, e arrematara as duas fazendas de Nhô Augusto... (ROSA, 2016, p. 343)

Essas notícias já tinham deixado Nhô Augusto cheio de desgosto, e a última, sobre Quim, fechou a lista de sua desolação:

Mas o mais mal-arrumado tinha sido com o Quim, seu antigo camarada, o pobre do Quim Recadeiro – “Se lembra?” – Pois o Quim tinha morrido de morte-matada, com mais de vinte balas no corpo, por causa dele, Nhô Augusto: quando soube que seu patrão tinha sido assassinado, de mando do Major, não tivera dúvida: ...jurou desforra, beijando a garrucha, e não esperou café coado! Foi cuspir no canguçu detrás da moita, e ficou morto, mas já dentro da sala-de-jantar do Major, e depois de matar dois capangas e ferir mais um... (ROSA, 2016, p. 343)

Augusto pede para Tião parar de falar e não contar a ninguém que ele está vivo, pois é como se ele tivesse morrido, aquele Augusto Estêves morreu: “não tem nenhum Nhô Augusto Estêves, das Pindaibas, Tião...” (ROSA, 2016, 343). Tião responde, com ar de desprezo, que realmente não tem: “estou vendo...” (ROSA, 2016, p. 343).

Mesmo após se distrair com o trabalho, Augusto pensava em tudo o que Tião contou. Isso o fez pensar que talvez fosse melhor voltar a ser o que era antes, ideia que logo se desfez, quando lembrou das palavras do padre. Mas continuava triste e envergonhado. Seus novos pais o apoiaram, eles representavam a ajuda nas provas.

Ele contou que se sentia “desonrado, desmerecido, (...) tão sem homência” (ROSA, 2016, p. 345), que sentia desgosto pela mulher, que estava sendo feliz com outro, e a filha, que havia se perdido na vida. Grande tristeza também sentia por não ter honrado a fidelidade de Quim, o único que o defendeu até o fim: “como é que eu vou me encontrar com o Quim lá com Deus, com que cara?!...” (ROSA, 2016, p. 345). Augusto já não sabia mais se realmente seria possível entrar no céu e mãe Quitéria o consolava: “vira o demônio de costas, meu filho... Faz o que o seu padre mandou!” (ROSA, 2016, p. 345).



Com a ajuda de seus protetores, Augusto começa a se sentir melhor, fica confiante novamente. Mas começa a cometer pequenos deslizes, como fumar e beber um pouco. Parecia um anúncio do novo desafio que estava por vir. O caminho da iniciação, de acordo com Campbell (2007), pode apresentar como prova o encontro com o lado negativo do pai - energia masculina - ou da mãe - energia feminina - que representam os opostos das coisas, a duplicidade. Müller (1992) explica essa duplicidade através do irmão-sombra: “esse caráter duplo se mostra no aparecimento de um irmão (gêmeo) ou de um inimigo igualmente forte” (MÜLLER, 1992, p. 32).

Augusto, como já possuía um histórico de infância infeliz, foi de certa forma recompensado e nasceu de novo nos braços de pais cuidadosos - Quitéria e Serapião - então, o lado oposto apareceu como a sua sombra, um homem bem parecido com o seu passado - Estêves. Chegou um bando no povoado que assustou a todos, por motivos compreensíveis, se acompanharmos a descrição do chefe do bando:

O mais forte e o mais alto de todos, com um lenço azul enrolado no chapéu de couro, com dentes brancos limados em acume, de olhar dominador e tosse rosnada, mas sorriso bonito e mansinho de moça. [...] O arrancatoco, o treme-terra, o come-brasa, o pega-à-unha, o fecha-treta, o tira-prosa, o parte-ferro, o rompe-racha, o rompe-e-arrasa: Seu Joãozinho Bem-Bem. (ROSA, 2016, p. 348).

Ele causou medo em todos, menos em Nhô Augusto:

O povo não se mexia, apavorado, com medo de fechar as portas, com medo de ficar na rua, com medo de falar e ficar calado, com medo de existir. Mas Nhô Augusto, [...] quando soube do que havia, jogou a carga no chão e correu ao encontro dos recém-chegados. (ROSA, 2016, p. 348)

Joãozinho Bem-Bem era a sombra de Augusto e o destino deles possuía duas opções: “o adversário quase sempre é vencido pelo herói depois de uma luta longa e difícil, ou a luta termina empatada” (MÜLLER, 1992, p. 32). Mas esse desfecho só ocorre muito depois, a princípio eles ficam muito amigados.

Augusto convida Bem-Bem e todo o seu bando para passarem a noite em sua casa e oferece a todos eles muita comida, bebida e o que mais desejarem. Nesse momento, que é praticamente uma confraternização, Joãozinho e seus capangas contam sobre as coisas que fazem e o chefe faz questão de dizer que tudo é feito de acordo com a lei - a lei do sertão: “gente minha só mata as mortes que eu mando, e morte que eu mando é só morte legal!” (ROSA, 2016, p. 350).

As conversas seguem e Augusto fica numa oscilação – se empolga e se reprime. Bem-Bem o incentiva a atirar num passarinho, mas ele não quer machucar “a criaçãozinha de Deus” (ROSA, 2016, p. 353) e atira num galho. Ele logo percebe que está se deixando levar pela presença de alguém tão parecido com o seu passado e fica desanimado, mas continua tratando bem os seus hóspedes. Pela manhã, quando Joãozinho Bem-Bem e seu bando estão de saída, Augusto recebe uma proposta, na verdade duas, muito tentadoras. A primeira é a chance de se vingar de seus inimigos, sem nem fazer esforço: “A pois, se precisar de alguma coisa, se tem um recado ruim para mandar para alguém... Tiver algum inimigo alegre, por aí, é só dizer o nome e onde mora” (ROSA, 2016, p. 353). A tentação é grande, mas não fala nada.

A segunda proposta é a de fazer parte do bando de Bem-Bem:

Está-se vendo que não viveu sempre aqui nesta gruta, capinando roça e cortando lenha... Não quero especular coisa de sua vida p'ra trás, nem se está se escondendo de algum crime. Mas, comigo é que o senhor havia de dar sorte! Quer se amadrinhar com meu povo? Quer vir junto? (ROSA, 2016, p. 355)

Novamente, a tentação é grande, ainda mais pela honra que é receber um convite desses. “O convite de seu Joãozinho Bem-Bem, isso, tinha de dizer, é que era cachaça em copo grande! Ah, que vontade de aceitar e ir também...” (ROSA, 2016, p. 354). Mas Augusto quer ir para o céu e continua no seu propósito.

Campbell (2007) explica que uma das etapas da iniciação pode consistir no aparecimento da mulher como tentação. Essa questão aparece para Nhô Augusto em dois momentos: um quando ele sente falta e outro quando vê uma moça bonita passar. Mas ele não é influenciado por essas tentações.

Após vencer todas as provas e tentações e se aproximar do fim da sua iniciação, Augusto tem momentos de profunda tranquilidade. De tanto lutar para ser uma boa pessoa e fazer isso, ironicamente, de formar agressiva consigo mesmo, ele tirou a fúria com os outros e a colocou para trabalhar contra o seu demônio interior. É o momento da apoteose (Cf. CAMPBELL, 2007), a unidade da dualidade bem e mal de Augusto: “Bastava-lhe rezar e aguentar firme, com o diabo ali perto, subjogado e apanhado de rijo, que era um prazer” (ROSA, 2016, p. 356).

Chega a merecida bênção última de Augusto. Após completar suas tarefas com sucesso, ele se sentiu preparado – e até convocado – para a partida. A bênção última é como um prêmio de paz, pelo sucesso em

sua jornada (Cf. CAMPBELL, 2007). Esse novo Augusto “resultante da morte simbólica do eu não é eterno, nem imortal, mas um homem transformado pela morte” (MÜLLER, 1992, p. 43). Ele tornou-se “um homem que desistiu de fugir de si mesmo e da morte, despertando por isso para uma nova vida, com uma nova vitalidade” (MÜLLER, 1992, p. 43).

Na despedida de Augusto, Rodolpho Merêncio oferece um jegue, que na hora ele não aceita, mas depois que mãe Quitéria lembra o significado sagrado desse animal na vida de Jesus, ele decide aceitar. E, assim, parte nosso herói para a última parte da jornada: “Adeus, minha gente, que aqui é que eu não mais fico, porque a minha vez vai chegar, e eu tenho que estar por ela em outras partes!” (ROSA, 2016, p. 358).

### 3.4. A hora do retorno, ou a hora e vez

“Ó gostosura de fim-de-mundo!...” (ROSA, 2016, p. 366)

Apesar de ter se apresentado como uma pessoa ruim e difícil, Augusto é um herói que passa facilmente pelas etapas heroicas propostas por Campbell (2007), principalmente no final da jornada. Ele não recusa o retorno, pelo contrário, o faz por livre e espontânea vontade. Desta forma, ele não precisa da fuga mágica nem do resgate com auxílio externo (Cf. CAMPBELL, 2007). Ele segue feliz o caminho da volta: “achava muitas coisas bonitas, e tudo era mesmo bonito, como são todas as coisas, nos caminhos do sertão” (ROSA, 2016, p. 358).

Augusto vai direto para o limiar do retorno (Cf. CAMPBELL, 2007) na companhia de seu jegue, o guia que decide o rumo da viagem: “Não me importo! Aonde o jegue quiser me levar, nós vamos, porque estamos indo é com Deus!...” (ROSA, 2016, p. 361). Ao abandonar a sua reclusão, o herói torna-se um dançarino cósmico, um senhor dos dois mundos. “O dançarino cósmico, declara Nietzsche, não se mantém pesadamente no mesmo lugar; mas, com alegria e leveza, gira e muda de posição.” (CAMPBELL, 2007, p. 225). E foi assim, leve, que Augusto continuou seu caminho: “Oh coisa boa a gente andar solto, sem obrigação nenhuma e bem com Deus!...” (ROSA, 2016, p. 360).

Ele aproveita toda a beleza natural do caminho e, numa tarde, conversa com um senhor cego, que tem um bode como guia, aplaude a declamação que o senhor faz, conversa um pouco e continua seu caminho com o jegue.

Finalmente, Augusto chega ao lugar que dará a sua hora e vez: arrial do Rala-Coco. Logo ele percebe uma agitação no lugar e o informam que é “a jagunçada de seu Joãozinho Bem-Bem” (ROSA, 2016, p. 361). Animado, ele vai atrás do bando e é muito bem recebido, principalmente pelo chefe, que oferece a ele o mesmo tratamento que recebeu quando esteve no povoado do Tombador.

Esse clima ameno logo irá se converter numa zona de guerra. Joãozinho Bem-Bem, como sombra de Augusto, só pode ter um destino: morrer. Mas nos resta saber se Augusto vai junto ou não. Bem-Bem informa a Augusto que eles estão numa missão de vingança, pois mataram um de seus Jagunços, o Juruminho, e também aproveita para fazer, novamente, o convite para que Augusto faça parte do seu bando. Mais uma vez, surge a tentação, mas o herói não colocará agora, no final do caminho, todo seu esforço de lado. Ele agradece muito, mas recusa e pede para não tocarem mais no assunto.

Logo em seguida, aparece um senhor desesperado, pedindo a piedade de Bem-Bem: “– Ai, meu senhor que manda em todos... Ai, seu Joãozinho Bem-Bem, tem pena!... Tem pena do meu povinho miúdo... Não corta o coração de um pobre pai...” (ROSA, 2016, p. 364). Ele é o pai do homem que matou o Juruminho e, como o filho fugiu, Bem-Bem achava justo compensar a perda com o sacrifício da família. O pai até ofereceu a sua morte para compensar, mas Joãozinho não quis aceitar. Ele estava seguindo a regra: “– Lhe atender não posso, e com o senhor não quero nada, velho. É a regra... Senão, até quem é mais que havia de querer obedecer a um homem que não vinga gente sua, morta de traição?... É a regra.” (ROSA, 2016, p. 364).

Essa regra era a mesma regra que Augusto seguia antes, a regra do sertão, do jagunço, mas agora ele estava seguindo uma regra diferente, uma regra mais universal. Augusto estava na última etapa de sua jornada, liberdade para viver: “o alvo do mito consiste em dissipar a necessidade dessa ignorância diante da vida por intermédio de uma reconciliação entre consciência individual e vontade universal” (CAMPBELL, 2007, p. 232). Augusto ia resolver essa situação como um jagunço, mas um jagunço universal; pela família daquele senhor e pelas suas memórias, mas, principalmente, por ele mesmo, pois a sua hora e vez chegou e ele quer ir para o céu.

Augusto pediu para Joãozinho Bem-Bem não executar a vingança, o que pareceu uma grande ofensa. E não tinha jeito, ele teria que resolver isso da melhor forma que sabia: pela violência. Bem-Bem, que simpati-

zava muito com Augusto, não queria começar uma guerra com ele, mas um de seus capangas se adiantou e foi inevitável. Augusto anunciou que sua vez havia, finalmente, chegado: “Nomopadrosfilhospritosantamêin! Avança, cambada de filhos-da-mãe, que chegou a minha vez!...” (ROSA, 2016, p. 366).

A partir daí são apenas descrições de tiros e sangue. De fato, Joãozinho Bem-Bem morreu pelas mãos de Augusto, mas deixou o recado:

– Estou no quase, mano velho... Morro, mas morro na faca do homem mais maneiro de junta e de mais coragem que eu já conheci!... Eu sempre lhe disse quem era bom mesmo, mano velho... É só assim que gente como eu tem licença de morrer... Quero acabar sendo amigos... (ROSA, 2016, p. 367)

Eles acabam amigos. Augusto, que agora é Augusto Matraga, faz seus últimos pedidos e deixa seus últimos recados antes de partir:

– P'ra dentro de casa, não, minha gente. Quero me acabar no solto, olhando o céu, e no claro... Quero é que um de vocês chame um padre... Pede para ele vir me abençoando pelo caminho, que senão é capaz de não me achar mais...  
E riu. (ROSA, 2016, p. 368)

Augusto Matraga ainda conta com a presença de um conhecido de sua antiga vida, João Lomba, que pode passar o recado para a sua família:

Então, Augusto Matraga fechou um pouco os olhos, com sorriso intenso nos lábios lambuzados de sangue, e de seu rosto subia um sério contentamento.

Daí, mais, olhou, procurando João Lomba, e disse, agora sussurrado, sumido:  
– Põe a benção na minha filha... seja lá onde for que ela esteja... E, Dionóra... Fala com a Dionóra que está tudo em ordem!  
Depois, morreu. (ROSA, 2016, p. 369)

#### 4. *Considerações finais*

Existem estórias que nos encantam, que nos divertem, que nos emocionam e que nos fazem refletir. E existem estórias que nos tiram do eixo, que nos fazem, quase imperceptivelmente, entrar em outro mundo. A estória de Augusto Matraga pode se encaixar nessa última descrição, afinal, ao ler a sua jornada acabamos, mesmo sem querer, desejando que ele consiga realizar a sua vontade de ir para o céu. Por esse motivo, é importante encarar o Augusto Matraga como um herói mitológico. Mesmo com as suas particularidades de jagunço, ele nos faz, ao longo da sua jor-

nada, encarar dramas profundamente humanos: o arrependimento e o desejo de salvação.

Matraga é um dos heróis que carrega as heranças da linguagem simbólica que estrutura os mitos ao longo de incontáveis séculos, preservada no inconsciente coletivo. Guimarães Rosa, o alquimista do regionalismo, conseguiu criar um herói sertanejo universal chamado Augusto Matraga. Uma evidência disso é o fato de a sua jornada seguir a mesma lógica da jornada dos heróis de mil faces – e mil eras – proposta por Joseph Campbell. Matraga é uma dessas mil faces de herói que, nas suas singularidades, formam um só: o herói com o qual todo ser humano se identifica por razões que tem raízes muito remotas.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1997.

CAMPBELL, Joseph. *O herói de mil faces*. São Paulo: Pensamento, 2007.

\_\_\_\_\_. *O poder do mito*. São Paulo: Palas Athena, 1990.

CANDIDO, Antonio. *Textos de intervenção*. São Paulo: Editora 34, 2002.

D'ONOFRIO, Salvatore. *Forma e sentido do texto literário*. São Paulo: Ática, 2007.

HANSEN, João Rodolfo. Forma literária e crítica da lógica racionalista em Guimarães Rosa. *Letras Hoje*, v. 47, n. 2, p. 120-30, Porto Alegre, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/11308>. Acesso em: 20 mai. 2020.

MÜLLER, Lutz. *O herói: todos nascemos para ser heróis*. São Paulo: Cultrix, 1992.

PACHECO, Ana Paula. Jagunços e homens livres pobres: o lugar do mito no Grande sertão. *Novos estud. – CEBRAP*, n. 81, p. 179-88, São Paulo, jul. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002008000200013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002008000200013&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 15 de mar. 2020.

RÓNAI, Paulo. A arte de contar em Sagarana. In: ROSA, J.G. *Sagarana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

\_\_\_\_\_. Três motivos em Grande Sertão: Veredas. In: ROSA, J.G. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ROSA, João Guimarães. *Sagarana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

\_\_\_\_\_. Carta de João Guimarães Rosa a João Condé, revelando segredos de Sagarana. In: \_\_\_\_\_. *Sagarana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

SILVA, Anazildo Vasconcelos da. *Semiotização literária do discurso*. Rio de Janeiro: Elo, 1984.

**AS PRESENCAS ENCONTRADAS NAS CORRESPONDÊNCIAS  
DE CUNHO FAMILIAR: UMA ANÁLISE EPISTOLOGRÁFICA**

*Mariana Rodrigues Ferreira Fantinelli Delecrade* (UEL)

[mariana.rffantinelli@uel.br](mailto:mariana.rffantinelli@uel.br)

*Edina Regina Pugas Panichi* (UEL)

[edinapanichi@sercomtel.com.br](mailto:edinapanichi@sercomtel.com.br)

**RESUMO**

O presente artigo tem por objetivo apresentar e analisar o manuscrito de uma correspondência enviada por Benigno Bittencourt Moraes a Otávio Rodrigues Ferreira, a fim de verificar neste material indícios documentais e históricos que comprovam esta carta como correspondência de cunho familiar, já que possuíam grande vínculo de amizade. Para subsidiar os aportes teóricos utilizados, a saber Epistolografia e Estilística Lexical, também utilizamos trechos da entrevista presencial feita com uma das filhas do senhor Benigno, Leiva Moraes de Castro, que comprovou dados e concedeu acesso a outros documentos de processo importantes para a constituição do corpus desta pesquisa. A intenção é que a carta apresentada possa permitir que os analistas assimilem os aspectos epistolográficos e estilísticos existentes nos conjuntos ou nas missivas com os quais estabelecer contato e que o leitor perceba que as ausências são facilmente ocupadas pelas presenças encontradas nas correspondências de cunho familiar.

**Palavras-chave:**

Documentos. Epistolografia. Correspondência familiar.

**ABSTRACT**

This article aims to present and analyze the manuscript of a correspondence sent by Benigno Bittencourt Moraes to Otávio Rodrigues Ferreira, in order to verify in this material documentary and historical evidence that prove this letter as correspondence of a family nature, since they had a great bond of friendship. To subsidize the theoretical contributions used, namely Epistolography and Lexical Stylistics, we also used excerpts from the face-to-face interview with one of Benigno's daughters, Leiva Moraes de Castro, who verified data and granted access to other important process documents for the constitution of the corpus of this research. The intention is that the letter presented may allow analysts to assimilate existing epistolographic and stylistic aspects in the sets or missives with which they establish contact and that the reader perceives that absences are easily filled by the presences found in correspondence of a family nature.

**Keywords:**

Documents. Epistolography. Family correspondence.

**1. Introdução**

Quantas presenças e quantas ausências podem ser encontradas em uma correspondência? Os elementos que marcam os relacionamentos



também podem ser verificados no corpo das cartas? Os contextos que circundam a vida privada e a vida pública dos correspondentes podem ser extraídos nas linhas das mensagens enviadas e recebidas? Este artigo tem a intenção de responder aos questionamentos apontados por meio da análise da correspondência enviada por Benigno Bittencourt Moraes a Otávio Rodrigues Ferreira. Este rico material de fonte histórica foi encontrado no acervo pessoal do destinatário, o qual foi preservado pelos integrantes da família Rodrigues Ferreira, na Fazenda Santana, em Cambará-PR.

Com o intuito de corroborar as informações da carta, realizamos, em 14 de março de 2023, uma entrevista presencial em Curitiba-PR, com a filha do senhor Benigno, a senhora Leiva Castro Moraes, de 94 anos, que colaborou respondendo a uma série de questionamentos baseados em documentos de processo, a saber: artigos de jornais da época, propagandas, fotografias, os quais testificam a rede de contatos estabelecida entre o seu pai e o senhor Otávio e entre os dois e outros nomes influentes da política e da sociedade.

Empregaremos dois aportes teóricos basilares para os assuntos abordados: a Epistolografia e a Estilística. Com relação ao primeiro pressuposto teórico, daremos especial atenção aos textos que desenvolvem os estudos sobre a rede de sociabilidade, o grau de relacionamento mantido entre os correspondentes, bem como em que contexto sócio-histórico ocorreu a troca, a fim de compreendermos a mensagem tratada na carta em tela.

Ao aplicarmos os estudos estilísticos, iremos nos debruçar especialmente na seleção lexical empregada para realizar a troca mútua de informações: cabeçalho, apostos e vocativos, ortografia aplicada, termos carregados de valor afetivo, marcas pessoais do remetente, entre outros itens notados na análise do *corpus*.

O exame da carta permitirá o entendimento de como se instaurou e como se desenvolveu esta amizade, na medida em que conheceremos uma pequena parte do dia a dia e da rotina destes homens, assim como nos aproximará da rede de instituições e demais pessoas com quem preferencialmente se relacionavam.

## **2. A correspondência entre amigos – Epistolografia familiar**

A carta pode ser considerada uma mensagem que surge no cotidiano das vidas e dos relacionamentos. Antonio Candido (2006) considera o estudo desta expressão artística como a ciência dos homens. Segundo Gomes (2005, p. 7), “(...) as cartas são escritas para serem lidas por uma certa pessoa, selando um ‘pacto epistolar’, abarcando assuntos variados e até íntimos e um pouco secretos”. É o tipo de comunicação que mandamos para um ausente, a fim de dizer aquilo que diríamos se estivéssemos em condições de falar presencialmente com ele.

A interação na escrita acontece na ausência entre os participantes das trocas; portanto, há um hiato entre o tempo de escrita, o tempo de envio, o de recebimento e o de leitura. Carvalho (2005) diz que a carta

deixa mais evidente a disjunção pragmática, impossibilitando a partilha do tempo e do espaço entre os participantes da cena comunicativa. Isso a torna interessante como forma de interação [...], obrigando o enunciador a convocar recursos de ordem não-tecnológica (diferentes dos recursos tecnológicos utilizados nos meios virtuais), para construir uma cenografia que o presentifique ao outro, presentificando-o a si. (CARVALHO, 2005, p. 18)

Esta defasagem temporal e espacial se projeta no movimento de contramão entre destinatário e remetente. Haroche-Bouzinac (2016, p. 114) explica que o relógio epistolar assim se configura: “qualquer remetente sabe que o presente da escrita corresponde ao futuro da recepção, qualquer destinatário sabe igualmente que o presente da recepção remete ao passado da expedição”.

O primeiro estará situado no passado. A mensagem chegará “desatualizada”, com decisões já tomadas e eventos apresentados já realizados. O segundo, estará voltado para o futuro, e deve antecipar as reações do receptor. Esta troca só será bem-sucedida se ambos aceitarem essa noção de descompasso de forma descontraída.

As cartas sofreram mudanças ao longo do tempo e das grades culturais em que são realizadas as interações verbais. Cabe, então, ao analista estabelecer as conexões e as singularidades que podem ser levantadas no gênero textual, lembrando que a correspondência pessoal “(...) é, sobretudo, (...) um espaço revelador de suas ideias, de seus projetos, opiniões, interesses e sentimentos. Uma escrita de si que constitui e reconstitui suas identidades pessoais e profissionais do decurso da troca das cartas” (GOMES, 2005, p. 13).

O objeto carta também pode ser apontado como material testemunhal para retratar elementos que serão investigados pelo epistológrafo que estuda tais documentos, isto é, em que conjunto de circunstâncias se dá o ato da comunicação: o contexto social, o espaço, a reconstituição histórica que liga remetente-destinatário, o grau de relacionamento e o *status* dos participantes, bem como a imagem que cada interlocutor tem de si, os temas abordados, o meio utilizado, ou seja, será possível encontrar pontos considerados essenciais para compreendermos como se deram as discussões em torno dos fenômenos sociais, das transformações culturais, de momentos íntimos, relacionais ou comerciais e a relação com o mundo ao qual pertenciam e interagiam.

O contexto histórico presente nas cartas é assim explicado por Haroche-Bouzinac (2016):

A carta depende de fatores ligados ao contexto histórico: situação das vias e das comunicações postais, estrutura hierárquica das relações sociais, maior ou menor grau de aceitação de uma moda ou etiqueta, acesso à escrita de uma massa variável dos sujeitos que produzem as mensagens. Todos esses parâmetros influem no conteúdo e na forma da mensagem enviada e condicionam igualmente sua recepção. (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 26)

Espera-se deste instrumento de pesquisa que, conforme a época retratada, sejam apresentadas notícias da vida política, da vida privada, relatos agradáveis, confidenciais, análises, reflexões, expressões de sentimentos, ou seja, de acordo com as evoluções, seu conteúdo também evolua.

Cada época e cada grupo social equilibram, desta forma, à sua maneira, a problemática entre mim e o outro. Haroche-Bouzinac (2016, p. 30) explica que “reconhecer esses diversos modos de manejar a aptidão a corresponder é, sem dúvida, compreender melhor o que faz com que uma comunidade exista, cimentada pelo compartilhamento dos mesmos usos, das mesmas normas, dos mesmos sonhos (...)”.

A chamada *carta aos familiares* compreende o círculo de parentes e amigos, os serviços e os encarregados unidos à família por laços próximos. Esta forma de correspondência beneficia-se de um estilo mais informal, destituído de “pomposas”. Há certa liberdade permitida em virtude da proximidade dos vínculos. O tom de conversa é notado nas linhas escritas. Chapelain, em uma carta datada de 19 de fevereiro de 1653, diz estar

[...] convencido de que toda carta familiar, figurando no lugar dessa palavra imediata o modo como aparece na conversação entre pessoas de bem

[*honnêtes gens*], se transparecer estudo, se contiver declamação, se adotar tom pomposo para se elevar, peca contra sua natureza e cai na afetação, ou seja, não é boa, por mais bela que seja, e terminará chocando os que possuem gosto sensato.

Por meio das trocas epistolares, é possível notar “a manutenção de espaços de socialização coletivos para seus descendentes e de uma convivência familiar intensa em festas e eventos que moldaram de maneira sólida e duradoura os laços de família” (FERREIRA, 2001, p. 3).

A estrutura composicional da carta organiza um modo de dizer, de acordo com os elementos constitutivos: o papel pode sinalizar o ofício do destinatário, bem como o cabeçalho traz a indicação do lugar e a data em que se deu a enunciação. O vocativo constrói no texto a figura do destinatário e a relação que tem com o remetente, do mesmo modo que a despedida e a assinatura identificam o grau de relacionamento ou de proximidade com o remetente. O assunto, isto é, o tema específico, objeto da troca comunicativa, também é requisito da forma composicional.

À luz dos estudos epistolográficos e da literatura contemporânea, autores como Stênio Gradel, Aline Bei, Gabriel Abreu e Annie Ernaux dissertam sobre o novo fôlego dados às correspondências, no sentido de não ter sido o gênero que entrou em extinção, de fato. De acordo com Diaz (2002), o que ocorreu e ocorre são transformações que assumem diferentes facetas e que dificultam uma leitura única, retomadas pela definição “a correspondência é um Proteu” (DIAZ, 2002, p. 67), alusão ao mito sobre a divindade marinha que possuía o dom de transformar-se em qualquer forma que quisesse.

### ***3. A Estilística e suas contribuições para a seleção lexical***

Ao contemplar os estudos estilísticos, será possível potencializar a qualidade e a relevância do material de pesquisa selecionado, visto que ricos exemplos empregados pelos remetentes e destinatários das missivas poderão ser extraídos durante a análise.

O estilo comunica ao leitor/pesquisador o valor hierárquico dos participantes do processo de comunicação, o grau de proximidade entre os interlocutores, manifestando-se como uma reunião de traços linguísticos particulares. O estilo varia conforme os papéis desempenhados pelos sujeitos, a posição social de cada um, as respectivas idades.

Além do aspecto estritamente pessoal, a utilização de vocábulos informais e característicos, a carta é uma opção que leva consigo diversas outras

manifestações, como fotografias, poemas, letras de músicas, trechos de documentos, dentre outros gêneros ligados ao domínio documental ou artístico. Ou seja, uma carta não é meramente um manuscrito, e sim um registro de épocas e pessoas, com suas particularidades. Logo, a troca de correspondências [...] testemunha o intercâmbio dos reais valores intelectuais e humanos, sejam relacionados à esfera do conhecimento popular, seja à do erudito (SANTOS; FERREIRA; BATISTA, 2019, p. 91)

Nilce Sant’Anna Martins, em sua *Introdução à Estilística* (2012), logo no primeiro capítulo interroga o leitor entusiasta em estudos sobre o estilo com importantes questionamentos:

O que é Estilística? Eis uma pergunta a que não se responde fácil e prontamente. Pode-se dizer, como princípio de explicação, que Estilística é uma das disciplinas voltadas para os fenômenos da linguagem, tendo por objeto o estilo, o que remete a outra embaraçosa e infalível pergunta: o que é estilo? (MARTINS, 2012, p. 17)

Inúmeros são os estudos e os estudiosos que se debruçaram em apreciar novas abordagens, tendências e concepções sobre a Estilística e sobre o estilo. Ambos os termos, para serem compreendidos em sua integralidade, também são dependentes das posturas metodológica, epistemológica e teórica de seus autores e das tendências de estudos que abraçaram. A professora Beth Brait (2014) explica que,

[...] nesse percurso, Nilce Sant’Anna abre espaço para a inclusão de perspectivas que possam corroborar, no passado e no presente, não somente suas escolhas em relação a estilo, a perspectiva tão cuidadosamente explorada ao longo de sua obra, mas outros tantos pontos de vista sobre essa importante questão presente nos estudos da linguagem. (BRAIT, 2014, p. 264)

A Estilística tem o potencial de complementar e de assimilar a Gramática ao perceber as ligações com o léxico, sintaxe, fonética, fonologia e morfologia, daí a classificação em estilística fônica, estilística lexical, estilística da enunciação e estilística sintática. É possível encontrar na carta as marcas de expressividade do autor, as quais são transmitidas coesiva e coerentemente ao seu leitor, como em um processo de “negociação de entendimento”:

[...] ler ou escrever um texto é muito mais do que apenas compreender ou organizar palavras em frases e parágrafos. É algo que envolve um amplo mecanismo a partir do qual o pensamento e as pretensões comunicativas do autor se apresentam para a reflexão e avaliação do leitor. Como se constroem esses textos? Com palavras, sintagmas, termos e orações – elementos que mantêm entre si um relacionamento interno de concordância, de regência de atribuição (HENRIQUES, 2008, p. 15)

Martins (2012, p. 97) explica que a estilística léxica ou da palavra “estuda os aspectos expressivos das palavras ligados aos seus componentes semânticos e morfológicos, os quais, entretanto, não podem ser completamente separados dos aspectos sintáticos e contextuais”. A linguista enfatiza que o sentido das palavras é constituído pelos elementos emotivos, os quais são responsáveis por garantir a tonalidade afetiva das palavras, dependendo do contexto de uso, da entonação, de recursos gráficos, dentre outros itens que corroboram a compreensão do enunciado pretendido.

Já Mattoso Câmara Jr. (1997) afirma que a estilística lexical:

[...] estuda a seleção vocabular e os fenômenos de conotação e polissemia, referentes aos valores afetivos, emotivos, ou socialmente convencionais que se aderem à significação das palavras. Assim, entram aí a exploração do vocabulário, o emprego de diminutivos e aumentativos afetivos, o emprego de diminutivos pejorativos ou maliciosos, a exploração da polissemia, da sinonímia e da paronímia, mais a exploração dos antagonismos entre determinados campos semânticos. Somem-se ainda a coesão semântica obtida a partir da seleção vocabular, os fenômenos de denotação e conotação, a monossemia ou a monossignificação versus a polissemia ou plurissignificação, as figuras de linguagem tais como as comparações, as metáforas e metonímias, as hipérbolos e as sinestésias, os neologismos (criação estilística de novas palavras) e a adequação vocabular. (Câmara Jr., 1997, p. 110)

A estilística oferece, assim, mais acuidade, clareza e sistematização para construir uma relação entre os textos e suas interpretações, sendo, portanto, uma abordagem que permite a construção de estratégias interpretativas sólidas e de práticas pedagógicas eficientes.

Assim, ao refletir sobre o emprego da Estilística e a sua importância para os estudos da linguagem, torna-se muito claro o entendimento de que sua função é romper limites, permitir “o brincar” com as palavras e expressões, trazer ao texto novos efeitos de sentido e estimular a criatividade do autor da obra, pontos estes observados na obra.

#### ***4. Análise do corpus***

A correspondência e as figuras utilizadas para a composição do corpus deste artigo foram coletadas em dois momentos: a) em uma visita à sede da Fazenda Santana, situada em Cambará-PR, local que abriga parte do acervo pessoal da família Rodrigues Ferreira e b) em viagem da autora à Curitiba-PR para a realização da entrevista presencial com a filha do senhor Benigno Bittencourt Moraes, Leiva Castro Moraes, 94

anos, bibliotecária, procuradora geral do Estado do Paraná e, depois de ter obtido a aposentadoria, assessora no Tribunal de Justiça, que aceitou participar de forma voluntária, concedendo acesso ao seu acervo pessoal de registros fotográficos.

Cabe ressaltar que a entrevista foi gravada por meio de um aplicativo de gravador de voz e alguns trechos serão reproduzidos, conforme desenvolvimento da análise em tela. A entrevistada nos relatou que o pai e Otávio Rodrigues Ferreira conheceram-se antes de virem residir em Cambará-PR. Por um tempo, moraram em Itápolis, cidade interiorana do estado de São Paulo. Este, provavelmente, pode ter sido o primeiro encontro dos dois.

Ambos eram descendentes de portugueses e, então, estabeleceram um princípio de amizade. Antes de vir com a família para Cambará-PR, o senhor Benigno residiu em Ourinhos, município situado no interior do estado de São Paulo e local de nascimento da entrevistada. Quando houve a mudança para Cambará-PR, aquele que se fixou primeiro tratou de receber o outro em suas necessidades momentâneas.

Benigno era conhecido pelos funcionários como “Pai dos pretos”. Era amigável, acolhedor, trabalhador e um pai amoroso e dedicado, conforme relato da filha. Era proprietário da “Machina S. Benedito de benefício e rebenefício de café”, também comprador de “algodão, café e cereais”. Também era proprietário de uma pequena fazenda. Da mãe, Hilda de Castro Moraes, também fala com muito amor e intensa carga de saudades. Abaixo, a fotografia do enlace matrimonial do casal.

Figura 1: Enlace matrimonial de Hilda de Castro e de Benigno Bittencourt Moraes<sup>1</sup>.



Fonte: Acervo pessoal da autora (2023).

<sup>1</sup> A amizade entre os dois conterrâneos e as respectivas esposas favoreceu o apadrinhamento dos filhos: José Rodrigues Ferreira, afilhado de Benigno e Hilda, e Cleyde Moraes, afilhada de Otávio e Virgínia. Em um dado momento da entrevista, a senhora Leiva contou que “todo dia, a gente jantava e ia tomar cafezinho na fazenda”.

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

Ambos exerceram funções políticas no município de Cambará-PR. Otávio Rodrigues Ferreira foi vereador por várias legislaturas e prefeito no período de 03 de dezembro de 1947 a 03 de dezembro de 1951 sob a bandeira do União Democrática Nacional (UDN), tendo sido chefe político e presidente do diretório no município. Os jornais da época listam a presença da família de Benigno no banquete de posse de Otávio. Também foi Provedor da Santa Casa de Misericórdia desde a sua fundação.

Benigno Bittencourt Moraes, também afiliado ao UDN, foi presidente da Câmara de Vereadores do município e foi um dos vereadores mais votados na época. Presidiu o Rotary Club, organização internacional de serviço humanitário, e auxiliou na fundação de outros clubes pela região.

Eram líderes influentes que mantinham contato frequente com a alta cúpula do UDN em Curitiba-PR e conseguiram importantes recursos para melhorar a infraestrutura da cidade de Cambará-PR.

Figura 2: Os amigos “compadres” Benigno Bittencourt Moraes (esquerda) e Otávio Rodrigues Ferreira (direita).



Fonte: Acervo pessoal da autora (2023).

Há, por parte dos cambaraenses que viveram os fatos políticos do período, a lembrança de um fato acontecido durante as intensas manifestações populacionais em apoio ao UDN: houve um comício na cidade e, para tanto, foi construído um palanque para a apresentação dos projetos e dos ideários. Como muitos apoiadores subiram no palanque, este cedeu. Alguém, no meio dos espectadores, levantou um lençinho branco e bradou em alta voz: “É o peso da democracia”.



A entrevistada narrou um triste episódio que marcou a vida dos pais recém-casados quando estes ainda residiam em Ourinhos-SP: o falecimento do irmão recém-nascido, Antonio Wilson. O acontecimento foi transcrito em sua integralidade, e as marcas originais foram preservadas com o intuito de reforçar o estreitamento dos laços de amizade entre as famílias Moraes e Rodrigues Ferreira:

Antes de eu ter nascido, nasceu um irmãozinho meu que faleceu lá em Ourinhos. Uma vez, nós fomos até para a fazenda da Dona Virgínia, o seu Otávio era falecido. E a mamãe queria ver a campa do meu irmãozinho, sabe [...]. Então nós até ficamos lá na fazenda com a dona Virgínia. Ela era um amor de pessoa, meu Deus do céu. E a campa dele ficava, assim, deve ficar ainda, perto do cruzeiro. Era uma campa e tinha um anjinho em cima, sabe, e uma tampa de granito, qualquer coisa assim, não me lembro bem, mas era assim, altinha, pequenininha. Quando nós fomos lá, embaixo estava cheio de velas. Eu acho que o pessoal pedia as coisas para ele e viam que era um anjinho. Ele faleceu com meses. Nem se sabe o motivo, porque ele estava na cama e, de repente, quando a mamãe foi lá ele tinha falecido. Não sabe se foi a poeira que entrava pela janela que sufocou [...] foi uma loucura. Encontrar ele ou falecido ou quase falecido [...] Tentaram ressuscitar, tentaram fazer tudo e não conseguiram, mas acho que ele foi sufocado ou então o leite também [...] ficou meio no ar. Não faziam autopsia para ver o que era [...]. Primeiro filho. A inexperiência. Foi um golpe. Não sei nem se foi isso que fez o papai ir para Cambará, não sei.

Durante a nossa conversa, lembrou um momento curioso das idas à Fazenda Santana:

A gente era garota ainda e naquele tempo secava o café ali no terreiro de cimento. Éramos bem crianças ainda nesta época. Acontecia o seguinte: quem achasse o “filipe”, que eram dois grãos secos de café grudadinhos, ganhava um presente. Então a criançada toda ficava não sei quanto tempo procurando. A gente [sic] acho que ganhava bala ou moedinha, ganhava alguma coisa. Toda a criançada ficava quase que a tarde inteira catando os “filipes”.

De acordo com informações extraídas do site Café Point, o pesquisador José Braz Matiello confirma essa formação diferenciada dos frutos ao relatar que “a formação de frutos filipe está relacionada à duplicação dos pistilos, comum também em outras espécies, em geral associada à falta de água. No caso da planta que dá a maior parte de filipes, que é raro, pode ter ocorrido uma mutação” (CAFÉ POINT, 2020, p. 1-2).

O engenheiro agrônomo confirma que a brincadeira narrada por Dona Leiva realmente existia:

Segundo algumas lendas, os grãos filipe significam sorte e existem várias crenças e brincadeiras ao redor do tema. A mais conhecida diz que, quando encontrado na lavoura, vale uma prenda, um presente. Quem acha este

grão o esconde por alguns dias até encontrar uma maneira ideal de passá-lo para outra pessoa. (CAFÉ POINT, 2020, p. 1-2)

Figura 3: Pé de café com frutos filipe.



Fonte: Reis (2020<sup>2</sup>).

Naturalmente, o vínculo amistoso foi estendido dos pais para os filhos. A entrevistada recordou a personalidade bondosa de Maria Helena, a única filha de Otávio e Virgínia, por meio da narração de uma passagem: “Sabe o que ela fazia? Naquela ocasião, mulher não dirigia. O seu Otávio, lógico que tinha carro. Ela atravessava o pasto, todo dia, e ia lecionar para as crianças pobres. Ela não era professora nomeada, não ganhava nada. Era por caridade mesmo”.

A Figura 4 retrata a já citada afilhada de Otávio e Virgínia, Cleyde de Castro Moraes (à esquerda), a amiga de longa data, Maria Helena Rodrigues Ferreira (ao centro), e a mãe da entrevistada, a senhora Hilda de Castro Moraes (à direita). A alegria atesta a felicidade do encontro. A entrevistada também tinha outras duas irmãs: Leila de Castro Moraes e Maria Cecília de Castro Moraes.

Figura 4: Cleyde, Maria Helena e D. Hilda.



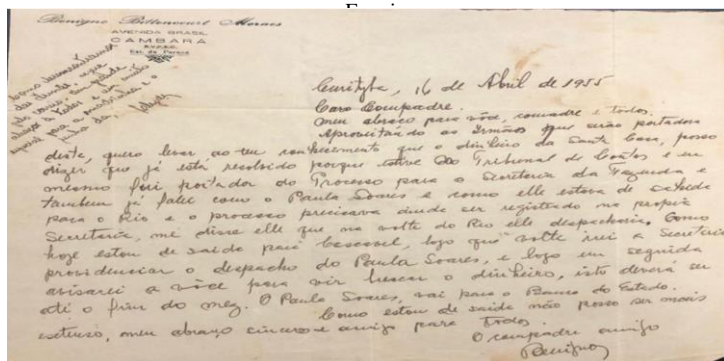
Fonte: Acervo pessoal da autora (2023).

---

<sup>2</sup> Este ano refere-se à publicação em: <https://www.cafepoint.com.br/noticias/giro-de-noticias/ja-ouviu-falar-dos-graos-filipe-220103/>. Acesso em 18 mai. 2023.

A correspondência de cunho familiar escolhida subsidia o referencial teórico, pois é possível, por meio dela, extrair vários pressupostos levantados. O remetente da carta foi Benigno Bittencourt Moraes e o destinatário era Otávio Rodrigues Ferreira. O cabeçalho contém dados importantes para situarem espaço e tempo de envio e recebimento: “Curitiba, 16 de abril de 1955”. Infelizmente, não há registros arquivados da resposta desta carta.

Figura 5: Correspondência enviada por Benigno Bittencourt Moraes a Otávio Rodri-



Fonte: Acervo pessoal da autora (2023).

O analista lança mão dos sentidos da visão, do tato e do olfato para substituir a presença do remetente. O suporte escolhido para guardar o manuscrito é muito significativo. O papel da carta contém o endereço comercial do Sr. Benigno e a sigla R.V.P.S.C, que significa Rede de Viação Paraná-Santa Catarina. Provavelmente o senhor Benigno tinha algum contrato com a antiga R.V.P.S.C. De acordo com informações repassadas por Flávio Hermogenes Gaspar, engenheiro residente e chefe do Departamento Comercial da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA), atualmente aposentado, os fornecedores recebiam um bloco de papel com o endereço comercial e o timbre da antiga R.V.P.S.C com o propósito de descreverem a quantidade de materiais que haviam repassado à rede. A R.V.P.S.C faturava os pedidos e efetuava os pagamentos. Dada tal explicação, é possível compreender que o papel escolhido para o envio da correspondência possui valor documental e comercial.

No canto superior esquerdo, há um recado informal da afilhada Cleide para os padrinhos. Os laços afetivos são, mais uma vez, confirmados. O casal Benigno e Hilda havia se mudado de Cambará-PR para Curitiba-PR e a filha perdeu o contato diário com os padrinhos. A escrita

do bilhete é carregada de forte carga emocional, contribuindo para transformar o material num “substituto carnal” (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 66), ou seja, uma espécie de abraço que não pôde ser dado presencialmente.

O exórdio, expressão inicial da carta, traz o vocativo “Caro compadre”, que revela a origem social do remetente. Mesmo que fossem amigos e compadres, o contexto social primava por uma comunicação respeitosa, dotada de certos formalismos. Sendo comerciante, era provável que se dirigia aos demais amigos da mesma forma.

Haroche-Bouzinac (2016) explica que a narração ou desenvolvimento da carta

[...] pode compreender todos os tipos de outras formas de relatos, descrições, diálogos reproduzidos ou encenados, anedotas, enigmas para prender a atenção do correspondente. A narração inclui eventualmente as respostas “artigo por artigo” a uma carta anterior ou a uma indagação. Cada artigo corresponde a uma parte que constitui a unidade mínima da mensagem. (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p. 35)

Como dito, cremos que esta não seja a resposta a uma carta enviada anteriormente, mas que seja, dado o conteúdo exposto, uma carta a fim de levar ao conhecimento do destinatário alguns assuntos que já haviam sido conversados em algum momento oportuno. O tom geral da carta diz respeito a uma verba solicitada para auxiliar a manutenção da Santa Casa de Misericórdia de Cambará. Benigno confirma a ida ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a entrega para registro na Secretaria da Fazenda e, em seguida, o recebimento do despacho por parte de Paulo Soares, assim que este voltasse de viagem. Tanto Benigno como Otávio eram benfeitores na instituição hospitalar. Há a sinalização de que outra correspondência seria enviada, assim que fosse necessário ir à Curitiba para buscar o dinheiro levantado.

O registro ortográfico não pode deixar de ser contemplado, já que é forte indício para compreendermos a linguagem empregada nesta relação de amizade, além de comprovar o contexto sócio-histórico contemplado.

O Acordo Ortográfico entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras que vigorava à época era o de 1931, aprovado em 11 de junho de 1931, pelo presidente da República, Fernando Magalhães. As bases do acordo para os casos relacionados versavam o seguinte:

## XXVII CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

### BASES DO ACORDO ORTOGRÁFICO ENTRE A ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA E A ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS ELIMINAR:

2o – As consoantes geminadas: sábado, belo, efeito, em vez de sabbado, bello, effeito.

3o – O h mudo mediano: sair, tesouro, compreender.

#### SUBSTITUIR:

3o – O y por i: juri, martir, Potí, Andaraí.

5o – O z final por s nas palavras como agua-rás, português, país, após (BRASIL, 2014, p. 59-60)

O mesmo documento, na seção Formulário Ortográfico, desenvolve as normas acima:

#### LETRAS DOBRADAS:

II – Não se duplicará nenhuma consoante. Assim, escrever-se-á: sábado, acusar, adido, efeito, sugerir, belo, chama, pano, aparecer, atitude, e não sabbado, accusar, addido, suggerir, bello, chamma, panno, apparecer, attitude.

#### EMPREGO DO h INICIAL, MEDIO E FINAL:

IV – É proscrito o h:

a) quando figurar no meio das palavras, com exceção dos casos acima indicados: sair, compreender, coorte, cair, exumar, proibir, e não sahir,comprehender, cohorte, cahir, exumar, prohibir;

#### AS LETRAS K, W E Y:

VII – São proscritas de todas as palavras portuguesas, ou aportuguesadas, as letras, k, w, y, que serão substituídas do modo que se segue:

c) O y por i – juri, mártir, tupí. Andaraí

#### O EMPREGO DO S:

X – Escrever com s final e não z:

g) os monossílabos e palavras agudas seguintes: aliás, ananá,após, arnês, arrás, arriós, arsis, ás, atrás, através, calcês, camoês, carajás, catrapús, convés, cós, cris, daruês, dê, (desde), detrás, enapupês, enxós, filhós, fre-guês, gilvás, grós, linaloés, luís (moeda), macis, mês, obús, pardês, paspalhós, pavês, piós, princês, rês, revés; tornês, trás, tris, viés, zástrás, etc (BRASIL, 2014, p. 61-63)

Recortamos da correspondência os termos “Curityba”, situado no cabeçalho da carta, “elle” (l. 7 e l. 9), “sahida” (l. 7) e “mez” (l.13), os quais merecem especial atenção com relação às normas explanadas. Mesmo que a norma trouxesse a substituição do y por i, a eliminação da consoante dobrada, a exclusão do h médio e a troca do z final por s, é possível notar que o remetente ainda faz o emprego das palavras sem aplicar as alterações regidas pelo Acordo. Isto significa que a mudança legal é mais rápida do que a assimilação cultural. Observamos apenas na palavra “saida” (l. 10 e l. 14) a tentativa de aplicar a novidade da norma ortográfica. Por ser comerciante e lidar com vários tipos de relacionamentos comerciais e pessoais, notamos que o remetente busca aplicar

uma redação coerente e bem escrita para comunicar a mensagem pretendida.

Destacamos, por fim, os lexemas que conferem tonalidade afetiva ao conteúdo da correspondência. Os adjetivos, os substantivos, os verbos e os advérbios são os responsáveis por realçarem a emotividade pretendida no ato da fala e na descrição sobre quem se fala. Assim, Otávio é qualificado como “Caro Compadre”; Benigno se coloca como “O compadre amigo”; o abraço é “sincero e amigo”, ou seja, todos os substantivos e adjetivos confirmam, estilisticamente, o carinho que Benigno mantinha pelo amigo de longa data, Otávio.

### **5. Considerações finais**

O estudo de correspondência, tipo de documentação que recentemente tem ganhado importância e destaque como fonte histórica, mostra que ainda são escassos os trabalhos acadêmicos que se dedicam a explorar as correspondências trocadas no âmbito doméstico, ou seja, aquelas que ligam o remetente e o destinatário por um vínculo de amizade e/ou familiar. Pode ser considerado, contudo, um rico instrumento de análise histórica e os manuscritos são tidos como um tesouro documental.

Infelizmente, não temos arquivada a resposta da carta apresentada para realizarmos comprovações ou confrontações. A ausência da continuidade do assunto não tem a intenção de significar desimportância e nem mesmo que os temas tratados não sejam os mais inusitados ou que aqui se ache uma grande revelação ou confidência. O que é contado sobre o cotidiano, sobre o ordinário também é revelador: destaca que Otávio e Benigno primavam por sempre estar em contato, por manter, mesmo que à distância, acessa a chama da amizade e do bom relacionamento que sempre tiveram. Era muito importante que a toda a família também mantivesse os vínculos sempre ativos. Como pudemos perceber, muitos episódios marcaram a vida dos Rodrigues Ferreira e dos Moraes.

Esperamos que este artigo possa contribuir para a constituição do arcabouço teórico da Epistolografia e da Estilística, permitindo que os analistas assimilem estes e outros aspectos existentes nos conjuntos ou nas missivas com os quais estabelecer contato.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAIT, B. A dimensão dialógica de estilo. In: OLIVEIRA, E.G. de; SILVA, S. (Org.). *Dimensões atuais do significado e do estilo: Homenagem a Nilce Sant Anna Martins*. V. 1, Campinas: Pontes Editores, 2014. p. 263-79

BRASIL. *Acordo ortográfico da língua portuguesa: atos internacionais e normas correlatas*. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação das Edições Técnicas, 2014. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508145/000997415.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2023.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

CÂMARA JR, Joaquim M. *Contribuições à estilística da Língua Portuguesa*. 24. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1997.

CARVALHO, Paulo César de. *Fragmentos epistolares de um discurso amoroso: elementos para uma análise semiótica do estatuto do gênero carta de amor*. 2015. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. 265f. Disponível em: <https://docplayer.com.br/21816054-Fragmentos-epistolares-de-um-discurso-amoroso-elementos-para-uma-analise-semiotica-do-estatuto-do-genero-carta-de-amor.html>. Acesso em: 01 jul. 2024.

CHAPELAIN, Jean [Carta]. 19 fev.1653. 1 carta.

DIAZ, Brigitte. *L'épistolaire ou la pensée nomade: formes et fonctions de la correspondance dans quelques parcours d'écrivains au XIXe. siècle*. Paris: Presses Universitaires de France, 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Correspondência familiar e rede de sociabilidade. In: XXV Encontro anual da ANPOCS, 2001, Caxambu. *Seminários temáticos...* Caxambu: ANPOCS, 2001, p. 2-20. Disponível em: <https://silo.tips/download/correspondencia-familiar-e-rede-de-sociabilidade>. Acesso em 24 mai. 2023.

GOMES, Ângela de Castro. *Em família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre*. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

HAROCHE\_BOUZINAC, Geneviève. *Escritas Epistolares*. Trad. de Lígia Fonseca Ferreira. São Paulo: USP, 2016.

HENRIQUES, Claudio C. Estilística em foco. In: \_\_\_\_\_. *Estilística e Discurso: estudos produtivos sobre o texto e expressividade*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018. (Coleção Português na Prática)

JÁ ouviu falar dos grãos filipi? *Café Point*, São Paulo, 19 jun. 2020. Disponível em: <https://www.cafepoint.com.br/noticias/giro-de-noticias/ja-ouviu-falar-dos-graos-filipe-220103/>. Acesso em: 23 mai. 2023.

MARTINS, Nilce Sant’Anna. *Introdução à Estilística: a expressividade na língua portuguesa*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Caroline N. N. dos Santos; FERREIRA, José Luiz; BATISTA, Ray M. de M. Cartas: registros de amizade e vida intelectual. In: ARAÚJO, H.H. de. (Org.). *Cartas de Escritores: vida literária em epistolografia “modernista”*. Natal: EDUFRN, 2019. p. 88-110



**AS TRANSFORMAÇÕES NAS ABORDAGENS DA SEMÂNTICA  
NOS LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO FUNDAMENTAL –  
ANOS FINAIS**

*Silvânia Aparecida Alvarenga Nascimento* (UFCAT)  
[aparesilvania5@gmail.com](mailto:aparesilvania5@gmail.com)

**RESUMO**

Os conhecimentos primordiais da educação têm passado por transformações com a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) a partir de 1997 e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017. Diante das orientações desses importantes documentos, os livros didáticos precisaram readequar seus conteúdos e atividades para atenderem às novas demandas educacionais. Assim, nosso trabalho tem como objetivo realizar um confronto entre a abordagem da semântica em dois livros didáticos de períodos distintos da Educação Básica. Nosso aporte teórico está centrado em Valente (1997), Ilari (2001), Caçado (2008), Abrahão (2018), entre outros. A metodologia empregada é qualitativa e a pesquisa é documental, uma vez que confrontaremos o ensino da semântica no livro didático intitulado “Reflexão e Ação”, de Prates (1984), destinado à 8ª série do Ensino Fundamental, e na obra denominada “Português: linguagens”, de Cereja e Vianna (2022), voltada para o 9º ano do Ensino Fundamental. Analisamos como cada obra aborda os conceitos de semântica, as atividades propostas e a forma como incentivam a reflexão e o entendimento dos alunos sobre a temática. Como resultado, constatamos que as mudanças nos documentos curriculares influenciaram a forma como os livros didáticos tratam a semântica. Houve uma transição importante de uma abordagem tradicional e mecanicista, com práticas repetitivas, para uma perspectiva mais contextualizada e reflexiva, promovendo uma compreensão mais significativa dos fenômenos semânticos.

**Palavras-chave:**

Semântica. Documentos oficiais. Livros didáticos.

**ABSTRACT**

The fundamental knowledge of education has undergone transformations with the implementation of the National Curricular Parameters (PCN) in 1997 and the National Common Curricular Base (BNCC) in 2017. In the face of the guidelines of these important documents, textbooks have needed to readjust their contents and activities to meet the new educational demands. Thus, our work aims to carry out a confrontation between the approach of semantics in two textbooks from different periods of Basic Education. Our theoretical contribution is centered on Valente (1997), Ilari (2001), Caçado (2008), Abrahão (2018), among others. The methodology employed is qualitative and the research is documentary, since we will confront the teaching of semantics in the textbook entitled “Reflexão e Ação”, by Prates (1984), intended for the 8th grade of Elementary School, and in the work called “Português: linguagens”, by Cereja and Vianna (2022), aimed at the 9<sup>th</sup> grade of Elementary School. We analyze how each work addresses the concepts of semantics, the proposed activities and the way in which they encourage students’ reflection and understanding of the subject. As a result, we found that changes in curricular documents have influenced the way textbooks

deal with semantics. There has been an important transition from a traditional and mechanistic approach, with repetitive practices, to a more contextualized and reflective perspective, promoting a more meaningful understanding of semantics.

**Keywords:**

**Semantics. Textbooks. Official documents.**

## **1. Introdução**

Os conhecimentos primordiais da educação têm passado por transformações com a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) a partir de 1997 e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017. Esses documentos representam marcos importantes na organização e direcionamento do ensino no Brasil, estabelecendo diretrizes que visam promover uma educação de qualidade e equidade em todas as etapas da Educação Básica. Com a implementação dos PCN, houve uma primeira grande orientação no currículo, buscando padronizar e assegurar uma base comum para as escolas em todo o país. A BNCC, além de dar continuidade aos princípios dos PCN com ênfase no texto e gêneros textuais, promove uma abordagem mais detalhada, dividida em habilidades, competências gerais e específicas com vistas a desenvolver o aluno ao longo de sua trajetória escolar, aspectos cognitivos e socioemocionais na promoção de uma formação integral.

Diante das orientações desses importantes documentos, os livros didáticos precisaram readequar-se para atenderem às novas demandas educacionais. Isso inclui a incorporação de uma maior diversidade de gêneros textuais, a valorização da pluralidade cultural e linguística, e a incorporação de ferramentas tecnológicas. Essas diretrizes trouxeram transformações significativas no modo como os conteúdos curriculares são abordados, inclusive a semântica. Assim, nosso trabalho tem como objetivo realizar um confronto entre a abordagem da semântica em dois livros didáticos de períodos distintos da Educação Básica. Nosso aporte teórico está centrado em Valente (1997), Ilari (2001), Cançado (2008), Abrahão (2018), entre outros.

A metodologia empregada é qualitativa e a pesquisa é documental, uma vez que confrontaremos o ensino da semântica no livro didático intitulado “Reflexão e Ação”, de Prates (1984), destinado à 8ª série do Ensino Fundamental, e na obra denominada “Português: linguagens”, de Cereja e Vianna (2022), voltada para o 9º ano do Ensino Fundamental, com o propósito de evidenciar as diferenças e similaridades nas abordagens semânticas adotadas nesses dois livros didáticos de períodos distin-

tos, promovendo uma reflexão mais ampla sobre o ensino da semântica. Para tanto, analisamos como cada obra aborda os conceitos de semântica, as atividades propostas e a forma como incentivam a reflexão e o entendimento dos alunos sobre a temática.

Nossa pesquisa está organizada em cinco etapas. A primeira delas é a introdução, que acaba de ser apresentada, seguida pela fundamentação teórica, na qual abordaremos autores relevantes que discutem a semântica. A terceira etapa será dedicada à apresentação dos resultados, em que analisaremos as obras didáticas selecionadas. Posteriormente, traremos as considerações finais, refletindo sobre as contribuições deste estudo para o ensino da semântica. Por fim, a pesquisa será encerrada com as referências bibliográficas que embasam e sustentam o estudo.

## 2. *Fundamentação teórica*

A semântica dedica-se ao estudo do significado das línguas, sendo um campo diversificado e abrangente, que varia conforme as diferentes abordagens adotadas pelos estudiosos. A complexidade na interpretação do significado, as múltiplas vertentes teóricas e as diversas metodologias utilizadas contribuem para essa diversidade. Em decorrência disso, podemos identificar vários ramos, como a semântica diacrônica, lexical, sentencial, proposicional, estrutural, gerativa, interpretativa, funcional, cognitiva, atencional, formal, transcendental, do discurso, da enunciação, argumentativa, prototípica, das catástrofes, entre outras (Cf. ABRAHÃO, 2018).

Tamba (2006) reforça esse posicionamento ao garantir que existem diversas definições sobre o que constitui a semântica, o que reflete a complexidade de abordagens do seu estudo. Um exemplo dessa variação conceitual pode ser observado na definição de Lyons (1978, p. 9), que descreve a semântica de forma ampla como “o estudo do sentido”. Em consonância com o autor, Guiraud (1955, p. 4) garante que “a semântica é o estudo do sentido das palavras”. Já Lerat (1983, p. 3) expande essa visão ao definir a semântica como “o estudo do sentido das palavras, das frases e dos enunciados”. Por sua vez, Ullmann (1972, p. 3) sustenta que “a semântica é o estudo do significado das palavras”.

Em contrapartida, Bechara (1997, p. 340) conceitua a semântica como “o estudo da significação dos vocábulos e das transformações de sentido que esses vocábulos sofrem”. Na perspectiva de Valente

(1997, p. 36), é “o estudo da significação das palavras”, dividindo-a em “semântica descritiva (sincrônica) e semântica histórica (diacrônica)”. Enquanto Cançado (2008, p. 15) afirma que a semântica “é o estudo do significado das línguas”, com foco na interpretação das expressões, destacando aquilo que permanece constante em uma construção linguística (Cf. CANÇADO, 2008).

Diante dessa diversidade de definições, Marques (1990) argumenta que não é possível definir a semântica e o seu objeto de estudo de forma consensual entre os teóricos. Para a autora, semântica é a ciência da significação das formas linguísticas ou ainda pode ser conceituada como o estudo do significado e do sentido das palavras e do contexto. Assim, a semântica trata essencialmente do sentido e do significado das estruturas linguísticas. Contudo, o ponto de maior divergência entre os estudiosos da área reside na definição de “significação”, já que, por ser um conceito amplo, ele carrega uma multiplicidade de interpretações, resultando em diferentes enfoques.

Nessa perspectiva, Ferrarezi Jr. (2008) apresenta uma distinção importante entre os conceitos de significado e sentido. O autor descreve significado como “um objeto ainda desconhecido em sua totalidade, mas concebido como tendo natureza neurológica, um objeto de nível da cognição pura. O significado é visto como aquilo que é cognitivamente ativado pela linguagem no nível neurológico”. Em contrapartida, o sentido é definido como “(...) as manifestações linguísticas do significado [que] podem ser definidos como: as pontes que fazem a ligação entre os sinais mais próprios da língua (sons na forma de palavras e de melodias entonacionais)” (FERRAREZI JR., 2008, p. 21-2). O sentido é formado por traços de significado produzidos pela cultura e tidos como importantes para a sociedade. Esses traços são utilizados por uma comunidade específica para representar, por meio de sinais, elementos ou eventos de um determinado mundo (Cf. FERRAREZI JR., 2008).

Essa complexidade na definição provoca diferentes concepções sobre o que é semântica e como definir seu objeto de investigação. Ao longo do tempo, os teóricos têm buscado definir e conceituar o que é significado. Marques (1990) apresenta três diferentes abordagens, a saber:

(a) o significado de uma forma linguística é a sua referência, a entidade, classe de entidades, o acontecimento, classe de acontecimentos, que a forma nomeia ou designa, isto é, a que se refere;

(b) o significado de uma forma linguística é a imagem mental, o conceito, a que essa forma serve de sinal externo intersubjetivo;

(c) o significado de uma forma linguística é o seu uso, ou seja, o seu emprego de acordo com estímulos que a condicionam e as respostas ou reações, verbais e não-verbais, adequadas às circunstâncias, finalidades e condições em que é utilizada. (MARQUES, 1990, p. 19)

Marques (1990) assevera que as abordagens semânticas desenvolvidas no âmbito do estruturalismo e do gerativismo “(...) têm procurado desenvolver o tratamento da linguagem como ciência, com base em métodos analíticos formalmente rigorosos, análogos aos empregados nas demais áreas do conhecimento consideradas científicas” (MARQUES, 1990, p. 25). A autora afirma que essa distinção referente ao objeto de estudo da semântica ainda se encontra em processo de análise devido à sua natureza multifacetada e da variedade de interpretações (Cf. MARQUES, 1990).

Esse cenário se relaciona a uma tradição de longa data, que remonta aos gregos, onde a língua já era analisada sob duas perspectivas conceituais distintas: a teoria dos naturalistas e a teoria dos convencionalistas. A visão naturalista entende que cada palavra nomeia uma entidade ou acontecimento da realidade, na qual o significado está diretamente ligado ao referente, ou seja, àquilo que a palavra designa. Já a perspectiva convencional concebe as palavras como reflexos da realidade, enfatizando que, em suas relações com os objetos, ideias ou coisas que representam, é possível distinguir duas partes: uma material, sensível e sonora, e outra conceitual e inteligível, que é convencionalizada a essa forma sonora (Cf. MARQUES, 1990).

A autora destaca que nesse segundo enfoque, as palavras ganham um valor simbólico por meio da articulação dos sons, e seu significado é o conceito mental que elas evocam. Portanto, as palavras não representam diretamente os conceitos, mas são abstrações que refletem e evocam mentalmente as coisas que designam. Dessa forma, seria esperado que cada palavra correspondesse exclusivamente a um único objeto ou indivíduo, entretanto, essa premissa não se sustenta, pois um mesmo vocábulo pode designar diferentes seres ou objetos, como as homônimas, que envolvem palavras idênticas na forma escrita e/ou sonora, mas com significados distintos. As sinônimas, que consistem em palavras com significados semelhantes ou próximos; e as antônimas, palavras com significados opostos. Essas variações mostram a complexidade da linguagem e o desafio de estabelecer uma correspondência direta entre palavras e seus referentes (Cf. MARQUES, 1990).

Além disso, o contexto também desempenha um importante papel na semântica, pois “(...) uma palavra tem tantos sentidos quantas sejam

as suas diversas realizações contextuais” (MARQUES, 1990, p. 61). Nesse sentido, o significado de uma palavra não é fixo, mas moldado por fatores como lógica, emoção, combinações linguísticas, evocações e associações que acrescentam interpretações ao seu sentido básico. Assim, as palavras podem ser caracterizadas como denotativas, quando prevalece seu significado descritivo; ou conotativas, quando o contexto lhes atribui novos significados, gerando diferentes camadas interpretativas. Certamente, as palavras ou expressões com significado conotativo se configuram a partir do contexto e da situação comunicativa em que são utilizadas pelos falantes (Cf. MARQUES, 1990).

Ilari (2001, p. 41) acrescenta à definição de conotação, afirmando que é “o efeito de sentido pelo qual a escolha de uma determinada palavra ou expressão dá informações sobre o falante, sobre a maneira como ele representa o ouvinte, o assunto e os propósitos da fala em que ambos estão engajados (...)”. Desse modo, o sentido conotativo é figurado e o denotativo é expresso pelo seu sentido literal (Cf. ILARI, 2001).

Essa complexidade semântica também é percebida por Oliveira (2012), ao afirmar que o objeto de estudo da semântica vai além do significado das sentenças, uma vez que o foco está na capacidade interpretativa do falante, que envolve não apenas o conhecimento dos significados das partes que compõem uma sentença, mas também a habilidade de combiná-las de maneira recursiva, permitindo a dedução de novos significados. Dessa forma, a dinâmica do significado está intrinsecamente ligada à competência comunicativa do falante e ao contexto em que as expressões são utilizadas.

O falante da língua vai construindo ao longo do tempo novos significados, e a semântica dedica-se ao estudo dessas mudanças que as palavras podem ter dentro de diferentes contextos, provocando certos significados. A semântica é considerada uma ciência, a parte da linguística que estuda os significados das palavras, das construções linguísticas, dos símbolos e imagens. Diante disso, o ensino da semântica desempenha um papel vital no desenvolvimento das competências linguísticas dos estudantes. Ao explorar os diversos aspectos da significação, os alunos ampliam a compreensão e interpretação de textos, além de se comunicarem de maneira mais eficaz e precisa.

### 3. *Resultados e discussão*

A BNCC estabelece as aprendizagens essenciais para a Educação Básica no Brasil, definindo competências e habilidades para garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação minimamente igualitária, independente da região ou tipo de escola que frequentam. Nesse sentido, o documento procura promover a formação dos alunos para enfrentar desafios profissionais e pessoais.

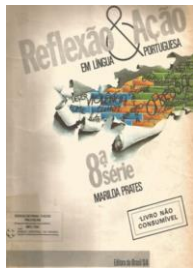
No que diz respeito à semântica nos anos finais do Ensino Fundamental, a Base destaca algumas habilidades específicas, como a (EF06LP12) a capacidade de utilizar, ao produzir textos, recursos de coesão referencial (como nomes e pronomes), além de recursos semânticos que envolvem a sinonímia, antonímia e homonímia, bem como mecanismos de representação de diferentes vozes, incluindo o discurso direto e indireto. Outras habilidades importantes são as (EF07LP13) e (EF08LP14) que determinam que o aluno deve interpretar verbetes de enciclopédia, identificando a estrutura e as informações semânticas. Há também a habilidade (EF09LP13) na qual é preciso que o estudante justifique, pelo contexto semântico e linguístico, o significado de palavras e expressões desconhecidas (Cf. BRASIL, 2017).

Antes da BNCC, os PCN já desempenhavam um papel orientador nos currículos educacionais, no entanto, os Parâmetros não abordavam o ensino de semântica de maneira tão específica quanto a BNCC. Anteriormente a esses documentos, a educação não tinha diretrizes padronizadas para um ensino mais igualitário para todos. Assim, a proposta deste estudo é analisar as transformações que ocorreram nos livros didáticos antes e depois da introdução dos PCN e da BNCC. Para tanto, selecionamos dois livros didáticos de períodos diferentes, destinados aos anos finais do Ensino Fundamental.

Essa análise permitirá compreender como as orientações curriculares influenciaram a abordagem semântica nas obras didáticas, evidenciando as mudanças no ensino. Dessa forma, o estudo também busca identificar se a aprendizagem da semântica tornou-se mais acessível e dinâmica após as atualizações curriculares, e como essas mudanças impactam diretamente a formação dos alunos, contribuindo para seu letramento e sua capacidade de interpretar e produzir textos de forma mais crítica e eficaz. Ressaltamos que devido à vasta quantidade de atividades relacionadas à semântica presentes em ambos os livros, optamos por selecionar, para nossas análises, apenas algumas atividades, buscando abordar uma diversidade de fenômenos semânticos trabalhados nessas obras.

Assim, apresentamos as capas dos dois livros didáticos do nosso estudo, conforme ilustrado na Figura 1:

Figura 1: Capa dos livros didáticos “Reflexão & Ação” e “Português: linguagens”.



Fonte: Prates (1984).



Fonte: Cereja e Vianna (2022).

As obras analisadas, voltadas para o atual 9º ano do Ensino Fundamental, trazem abordagens distintas para a aprendizagem da semântica, refletindo as diferentes concepções pedagógicas de suas épocas.

O livro “Reflexão & Ação”, de 1984, apresenta uma abordagem tradicional e detalhada, com um foco especial em atividades voltadas para a sinonímia, fornecendo aos alunos um arcabouço teórico consistente antes de aplicar os conceitos. Esse método mais tradicional valoriza a prática de exercícios voltados para a fixação dos conteúdos e uma compreensão mais formal dos fenômenos semânticos.

Por outro lado, na obra “Português: Linguagens”, de 2022, os autores adotam uma perspectiva mais moderna e contextualizada, alinhada com as diretrizes estabelecidas pela BNCC. Nessa obra, a semântica é explorada a partir de textos e gêneros discursivos variados, permitindo que os alunos aprendam dentro de contextos mais práticos e próximos de suas vivências cotidianas. Isso torna o processo de aprendizagem mais dinâmico e envolvente, favorecendo o desenvolvimento de competências relacionadas à leitura crítica. Diante disso, iniciamos nossas análises com a primeira atividade do livro “Reflexão & ação” na qual é proposto o preenchimento das lacunas com homônimas homógrafas.

Prates (1984) apresenta a conceituação de homônimas homógrafas, que são palavras que possuem a mesma escrita, mas com significados distintos. Após a definição, a autora apresenta um exemplo que ilustra o conceito de forma objetiva e acessível, conforme exposto na Figura 2:



Figura 2: Homonímias homógrafas.

3) Preencha as lacunas com por ou pôr:

a) Os candidatos foram eleitos \_\_\_\_\_ eles.  
 b) O vira-lata queria \_\_\_\_\_ as cartas na mesa.  
 c) Os cães de raça chamaram o vira-lata para \_\_\_\_\_ os votos na urna.  
 d) O vira-lata é interrompido \_\_\_\_\_ cães da platéia.  
 e) E preciso \_\_\_\_\_ ordem na casa!

**PARA COMPREENDER E FIXAR**

• PALAVRAS HOMÓGRAFAS — são palavras que têm a mesma grafia, mas significado diferente.

Veja: { Ele não pôde ir ao comício.  
 { Ele não pode ir ao comício.

1) Preencha as lacunas com pêlo ou pelo:

a) O \_\_\_\_\_ do animal é usado \_\_\_\_\_ homem para fazer agasalhos.  
 b) Conclui-se \_\_\_\_\_ que o vira-lata disse, que é o \_\_\_\_\_ do povo que agüenta as conseqüências.  
 c) O \_\_\_\_\_ daquele cachorro "pedigree" foi avaliado como o melhor da raça juiz da competição.

Fonte: Prates (1984, p. 39).

Essa atividade é importante porque permite que os alunos observem a diversidade semântica da língua e como diferentes palavras podem gerar múltiplos sentidos, sendo essencial para o desenvolvimento da habilidade de ler com precisão. Além das homonímias homógrafas, o qual são o foco da atividade, também podemos mencionar as homonímias homófonas. Estas referem-se a palavras que, ao serem pronunciadas, possuem o mesmo som, mas apresentam grafia e significados diferentes. Outro tipo de homonímia são as perfeitas, que consistem em palavras com grafia e som iguais, mas com significados distintos.

O conhecimento sobre homonímias é crucial para que os alunos reconheçam que a semelhança na grafia e/ou na pronúncia entre palavras não implica que tenham o mesmo significado. Essa habilidade evita equívocos na comunicação, pois, muitas vezes, palavras que parecem idênticas podem levar a interpretações indesejáveis. Além disso, conhecer as homonímias permite ao aluno diferenciá-las de outro fenômeno semântico importante: a polissemia. Embora ambos os fenômenos envolvam palavras com múltiplos significados, na polissemia, os significados são relacionados entre si, enquanto na homonímia, eles são completamente independentes.

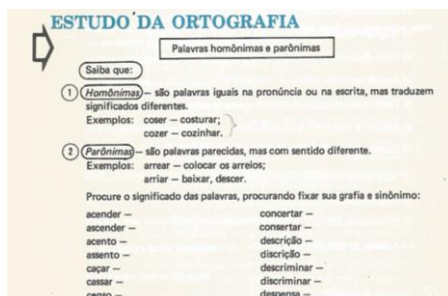
O domínio sobre homonímias também ajuda o aluno a reconhecer a ambiguidade que essas palavras podem provocar. Por exemplo, em uma construção linguística na qual uma palavra homônima é utilizada, sem o contexto apropriado, pode haver mais de uma interpretação, comprometendo assim a objetividade e eficácia da mensagem. A habilidade de identificar e interpretar a ambiguidade é extremamente importante quando se estuda gêneros discursivos como piadas, publicidade, quadri-

nhos, charges, entre outros, uma vez que o uso de homônimas e da polissemia é intencional para gerar duplo sentido. Entretanto, a ambiguidade em outros gêneros, como artigo científico, manual de instruções, receitas, bulas, dentre outros, é inadequada, pois esses gêneros exigem uma produção textual precisa.

A atividade proposta busca reforçar o aprendizado dos alunos tanto de maneira conceitual quanto prática, utilizando um exercício repetitivo que visa consolidar o conhecimento adquirido sobre as homônimas homógrafas. Esse tipo de atividade mecanizada era uma metodologia comum no passado, frequentemente utilizada para promover a memorização. Embora essa abordagem ainda seja encontrada com facilidade em livros didáticos contemporâneos, muitos estudiosos argumentam que métodos repetitivos não são os mais eficazes para uma aprendizagem significativa.

Na próxima atividade, o livro didático explora tanto as palavras homônimas quanto as parônimas. Inicialmente, a autora apresenta definições claras para esses dois fenômenos semânticos, evidenciando suas características. Em seguida, são apresentados exemplos e, depois, uma lista abrangente é proposta, na qual os alunos devem preencher os espaços em branco, o que os ajudará a distinguir esses conceitos de forma prática, conforme ilustrado na Figura 3.

Figura 3: Palavras homônimas e parônimas.



Fonte: Prates (1984, p. 176).

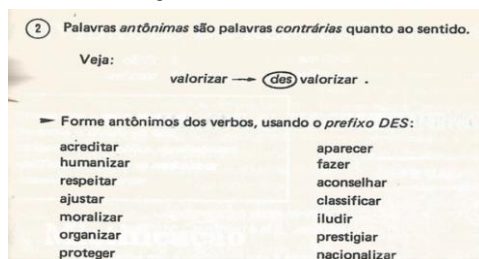
O livro didático procurou apresentar para o aluno a distinção entre esses dois fenômenos semânticos, mostrando que as palavras homônimas podem ter escrita e som idênticos, grafia distinta e som igual, ou escrita equivalente e som diferente, mas, em todos os casos, seus significados são sempre distintos. As palavras parônimas, por sua vez, são apenas pa-

recidas na pronúncia e na escrita, entretanto seus significados são divergentes. Essa diferenciação é crucial, uma vez que os alunos podem facilmente se confundir ao se deparar com esses vocábulos.

A atividade proposta sugere que a busca por significados e sinônimos no dicionário, com o intuito de auxiliar os alunos na memorização dessas palavras, permite que consigam diferenciá-las mais rapidamente ao se depararem com elas. Entretanto, essa abordagem atualmente é, muitas vezes, combatida por não ser capaz de garantir uma compreensão mais aprofundada sobre o que está sendo ensinado. A mera busca por definições pode resultar em uma memorização superficial, sem que os alunos realmente entendam a aplicação prática desses conceitos em contextos variados.

Na sequência de nossas análises, na Figura 4, observamos que o livro também aborda o conceito de antonímias.

Figura 4: Antonímias.



Fonte: Prates (1984, p. 57).

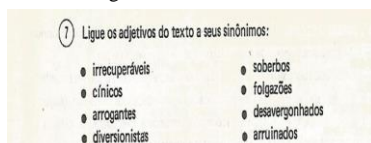
A autora, mais uma vez, busca definir aspectos semânticos antes de apresentar as atividades de fixação. Nesta proposta, a obra foca em verbos que expressam a ideia de contrariedade, utilizando o prefixo “des”. Os antônimos, como sabemos, são palavras que indicam oposição, mas a abordagem empregada aqui precisa de profundidade. Ao apresentar uma extensa lista de palavras para que o aluno adicione mecanicamente o prefixo “des”, a autora ignora a necessidade de promover uma reflexão crítica sobre essa prática. Não há contextualização que permita ao aluno discernir quando e por que o prefixo deve ser utilizado, tampouco se outras estratégias poderiam ser empregadas para a formação de antônimos.

Essa falta de reflexão crítica pode resultar em uma compreensão superficial do conceito, levando os alunos a aplicar o prefixo indiscrimi-

nadamente, sem considerar as nuances semânticas de cada vocábulo. A memorização mecânica, sem um entendimento do significado e do uso das palavras em contextos variados, pode limitar a capacidade dos alunos de reconhecer os antônimos.

Dando continuidade à nossa investigação, na Figura 5, encontramos uma atividade que aborda os sinônimos.

Figura 5: Sinônimos.

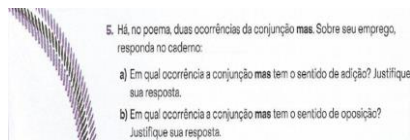


Fonte: Prates (1984, p. 68).

Na atividade proposta, a autora solicita que os alunos conectem os adjetivos a seus respectivos sinônimos. Embora o conceito de sinonímia não seja explicitamente apresentado nesta atividade, ele já foi abordado em exercícios anteriores. Ressaltamos que, por ser um fenômeno fundamental na semântica, é importante relembrar que sinônimos são palavras que compartilham significados semelhantes, o que permite, em alguns casos, a substituição de uma palavra por outra sem alteração significativa no sentido da construção linguística. A inclusão de diversas atividades focadas na semântica permite aos alunos explorar uma variedade de fenômenos linguísticos, proporcionando a oportunidade de observar, por exemplo, o modo como os sinônimos funcionam e podem ser aplicados. Essa prática enriquece o vocabulário dos estudantes e amplia suas habilidades de expressão e domínio da língua materna.

Ao analisarmos o livro didático de 1984, percebemos que a autora adota uma abordagem que privilegia a conceituação dos fenômenos semânticos, seguida da apresentação de exemplos e, posteriormente, atividades práticas para a fixação do conteúdo. Esse método mais tradicional, baseado em conceitos e exercícios, busca garantir que os alunos internalizem as definições antes de aplicá-las. Finalizada a investigação da obra didática de Prates (1984), iniciamos as análises de Cereja e Vianna (2022), como ilustrado na Figura 6.

Figura 6: O sentido da conjunção “mas”.



Fonte: Cereja e Vianna (2022, p. 50).

Na atividade, os autores não deixam claro qual aspecto semântico será trabalhado, nem oferecem uma definição ou exemplos que possam guiar os alunos. No exercício, os autores pedem que os alunos observem a conjunção “mas” utilizada no poema e indiquem se ela está expressando uma ideia de adição, sugerindo ampliação/complementação, ou de oposição, transmitindo contrariedade. Essa diferenciação entre os usos da conjunção “mas” requer uma compreensão avançada da polissemia.

Na questão da letra “a”, a conjunção “mas” sugere que a informação que se segue é um acréscimo à ideia já apresentada. No sentido de oposição expressa na questão da letra “c”, a conjunção, “mas” assume um sentido de contradição entre as ideias. Nesse caso, a conjunção indica que a ideia seguinte contrasta com a anterior, criando um efeito de oposição que pode intensificar a mensagem do poema. Esse tipo de análise revela a flexibilidade semântica da conjunção, “mas”, que pode servir tanto para adicionar informações quanto para opor ideias, dependendo do contexto em que é utilizada.

Ao trabalhar com gêneros textuais como o poema, os autores conseguem engajar os alunos de maneira mais eficaz, tornando o aprendizado relevante e atraente. Essa mudança de abordagem destaca a transformação nas metodologias de ensino, evidenciando a importância de uma aprendizagem mais centrada no aluno, que favoreça a construção do conhecimento de maneira crítica e reflexiva.

Avançando nas análises, na Figura 7, os autores empregam uma propaganda como recurso para explorar a semântica. Essa estratégia é interessante, pois utiliza um formato cotidiano que os alunos podem reconhecer e se relacionar. A propaganda não apenas ilustra o uso da linguagem em um contexto real, mas também permite que os estudantes analisem como os elementos semânticos influenciam a persuasão e a construção de significados em diferentes contextos comunicativos. No entanto, a eficácia desse recurso depende da orientação dada aos alunos sobre como interpretar os elementos semânticos presentes na propaganda. É crucial que a abordagem pedagógica ofereça suporte e direcionamento adequa-

dos para que os estudantes consigam explorar e compreender plenamente as relações semânticas propostas.

Figura 7: O sentido de “compartilhar”.



Fonte: Cereja e Vianna (2022, p. 125).

Na atividade, a forma verbal “compartilhar” assume sentidos distintos em suas diferentes ocorrências, ilustrando a riqueza semântica do termo. No primeiro uso, “compartilhar” fotos e vídeos é geralmente entendido como uma prática positiva e comum no contexto digital, promovendo a interação social e a troca de experiências. Esse significado reflete a cultura contemporânea de compartilhamento nas redes sociais, na qual o ato de dividir conteúdos visuais é associado à diversão e à construção de conexões. Por outro lado, a expressão “compartilhar” também pode evocar um sentido mais profundo e significativo, relacionado ao ato de partilhar, doar ou repartir. Neste contexto, o verbo ganha uma nova dimensão, a de doação de sangue, logo, “compartilhar” se transforma em um ato de generosidade e altruísmo, pois a pessoa está repartindo algo vital que pode salvar vidas.

Essas duas ocorrências do verbo “compartilhar” criam um contraste semântico que ilustra a dualidade do termo. Por um lado, temos o compartilhamento leve e descontraído típico do ambiente digital; por outro, uma ação concreta de amor que requer um compromisso genuíno com a comunidade. Ao subverter o uso comum do termo no mundo digital, essa atividade destaca a importância de refletir sobre o significado e o impacto que os fenômenos semânticos têm na produção de sentido.

Ao longo da análise dos dois livros didáticos, observamos transformações significativas nas abordagens pedagógicas voltadas para a semântica. O primeiro livro, *Reflexão & Ação*, embora apresente conceitos relevantes, utiliza métodos que podem ser considerados limitados para a aprendizagem efetiva. Já a obra *Português: Linguagens* adota uma abordagem integrada às diretrizes da BNCC, promovendo um aprendizado mais crítico. Essa transformação é fundamental para o desenvolvimento

das competências linguísticas dos alunos, preparando-os para a comunicação cada vez mais complexa e interconectada. Como resultado, constatamos que as mudanças nos documentos curriculares influenciaram a forma como os livros didáticos tratam a semântica. Houve uma transição importante de uma abordagem mecanicista, com práticas repetitivas, para uma perspectiva mais contextualizada e reflexiva, promovendo uma compreensão mais significativa dos fenômenos semânticos.

#### 4. Considerações finais

Ao comparar as duas obras, nota-se uma clara evolução no ensino da semântica, que passou de uma prática voltada para conceitos isolados a uma abordagem que valoriza sua aplicação prática em contextos reais de comunicação. Essa transição reflete uma mudança significativa no objetivo educacional, que busca preparar os alunos para enfrentar os desafios linguísticos do mundo contemporâneo, especialmente no que se refere ao ambiente digital e às interações cotidianas. A análise demonstra que, em uma das obras, os aspectos semânticos foram trabalhados de maneira descontextualizada, ou seja, apresentando conceitos de forma fragmentada, sem conectar o conteúdo ao uso real da língua. Em contraste, a outra obra enfatizou a importância da língua como ferramenta de interação social e comunicação efetiva em diferentes contextos.

Essa mudança na abordagem pedagógica é de grande relevância, pois promove uma compreensão mais profunda e significativa dos fenômenos semânticos, além de estimular o desenvolvimento de habilidades analíticas e críticas nos alunos. O enfoque sociointeracionista, ao conectar a semântica às práticas sociais, permite que os alunos não apenas compreendam os conceitos linguísticos, mas também saibam utilizá-los em situações práticas, ampliando sua capacidade de interpretar e produzir sentidos em diversos gêneros discursivos. Assim, a evolução no tratamento da semântica nas obras didáticas reflete um avanço pedagógico que contribui para o desenvolvimento integral dos alunos, preparando-os para uma atuação mais consciente e eficiente nas interações linguísticas do mundo moderno.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHÃO, Virginia Beatriz Baesse. *Semântica, enunciação e ensino*. Vitória-BA: EDUFES, 2018.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Educação é a Base. Brasília: MEC/SEB/Consed/Undime, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf). Acesso em: 14 ago. 2024.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CANÇADO, Márcia. *Manual de Semântica*: noções básicas e exercícios. São Paulo: Contexto, 2007.

CEREJA, William; VIANNA, Carolina Dias. *Português: linguagens*: 9º ano. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

FERRAREZI JUNIOR., Celso. *Semântica para a educação básica*. São Paulo: Parábola, 2008.

GUIRAUD, Pierre. *Semântica*. São Paulo: Perspectiva, 1955.

ILARI, Rodolfo. *Introdução à Semântica*: brincando com a gramática.

São Paulo: Contexto, 2001.

LERAT, Pierre. *A semântica*: sua teoria e suas aplicações. São Paulo: Ática, 1983.

LYONS, John. *Semântica*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

MARQUES, Maria Helena Duarte. *Iniciação à Semântica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

OLIVEIRA, Roberta Pires de. Semântica. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. *Introdução à Linguística*: domínios e fronteiras. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012, p. 23-54

PRATES, Marilda. *Reflexão e ação*: língua portuguesa: 8ª série. São Paulo: Brasil, 1984.

TAMBA, Irène. *Semântica*. Trad. de Marco Marciolino. São Paulo: Parábola, 2006.

ULLMANN, Stephen. *Semântica*: uma introdução à ciência do significado. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.



**XXVII CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA**

VALENTE, André. *A linguagem nossa de cada dia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Leviatã Publicações, 1997.

**CONTRIBUIÇÕES DA FILOGIA E DA LINGUÍSTICA  
HISTÓRICA NA LEITURA DE UM LIVRO DE EMPRÉSTIMOS  
DA BIBLIOTECA DO GABINETE PORTUGUÊS  
DE LEITURA DA BAHIA (SÉC. XIX)**

*Leonardo Coelho Marques de Jesus* (UFBA)  
[leonardo.coelhom@gmail.com](mailto:leonardo.coelhom@gmail.com)

**RESUMO**

O presente trabalho é proveniente de uma pesquisa de mestrado no campo da Filologia em interface com a História Social da Cultura Escrita. O objeto em análise é o primeiro livro de empréstimos de obras da Biblioteca do Gabinete Português de Leitura da Bahia, instituição criada em 1863 na cidade de Salvador por portugueses, com o objetivo de fortalecer a língua e cultura portuguesas em território baiano através da leitura. O referido documento é datado em 1876 e, em seus mais de 400 fólios, apresenta o registro de saída de livros do Gabinete, indicando, além de entre outros dados, a obra emprestada e o prazo do empréstimo. No escopo da pesquisa está a edição conservadora (semidiplomática) do documento e um posterior levantamento de dados referentes aos empréstimos de livros, bem como a identificação dos gêneros – literários ou não –, das obras emprestadas, localizando possíveis padrões de preferência de leitura entre os sócios. Através pressupostos teóricos da Filologia e da Linguística Histórica, pretende-se, aqui, compreender de que modo esses referenciais teóricos podem ser úteis para leitura de documentos manuscritos do final do século XIX.

**Palavras-chave:**

Filologia. Linguística Histórica. Gabinete Português de Leitura.

**RESUMEN**

El presente trabajo surge de una investigación de maestría en el campo de la Filología en interfaz con la Historia Social de la Cultura Escrita. El objeto analizado es el primer libro de préstamo de obras de la Biblioteca del Gabinete de Lectura Portuguesa de Bahía, institución creada en 1863 en la ciudad de Salvador por portugueses, con el objetivo de fortalecer la lengua y la cultura portuguesa en Bahía a través de la lectura. El citado documento está fechado en 1876 y, en sus más de 400 folios, presenta el registro de salida de libros de la Oficina, indicando, entre otros datos, la obra prestada y el plazo del préstamo. El alcance de la investigación incluye la edición conservadora (semidiplomática) del documento y un posterior levantamiento de datos sobre préstamos de libros, así como la identificación de los géneros – literarios o no – de las obras prestadas, localizando posibles patrones preferentemente leídos, entre los miembros. A través de supuestos teóricos provenientes de la Filología y la Linguística Histórica, se pretende comprender cómo estos referentes teóricos pueden ser útiles para la lectura de documentos manuscritos de finales del siglo XIX.

**Palabras clave:**

Filología. Linguística histórica. Gabinete de lectura portugués.

## 1. *Introdução*

O anteprojeto “Entre as páginas e a sociedade: uma análise filológica do livro de empréstimos de 1876 do Gabinete Português de Leitura da Bahia” é uma proposta de análise de um documento manuscrito do século XIX que utiliza a Filologia e a História Social da Cultura Escrita como referenciais teóricos. Este artigo foi escrito com o intuito de pensar a Linguística Histórica em diálogo com o seu campo teórico, refletindo como esta corrente teórica pode ser útil metodologicamente na discussão de seus anteprojetos, aqui neste caso, a Filologia.

Inicialmente, pretende-se trazer possibilidades de conceituar a Filologia, a fim de fazer um panorama de como esta importante ciência tem sido pensada e a reflexão que diversas/os pensadoras/es tiveram sobre ela durante o curso do tempo. O mesmo se dará com a Linguística Histórica. Uma vez que o projeto trata de um documento manuscrito, em seguida, serão trazidas informações acerca de sua composição e características e o local onde está salvaguardado, a biblioteca do Gabinete Português de Leitura. Por fim, serão trazidas algumas reflexões de como a LH e a Filologia podem convergir na leitura de um manuscrito com características similares as do Livro de Empréstimos, uma vez que ambas as ciências se debruçam sobre o mesmo objeto, o texto, cada uma sob a sua perspectiva.

## 2. *O texto escrito, a Filologia e a Linguística Histórica*

Os livros configuram-se como uma das tecnologias mais importantes da história da humanidade, tendo ganhado, como aponta El Far (2006, p. 27), “(...) várias formas e propósitos, “sempre com o intuito de tornar a leitura algo sedutor e atraente”. Martyn Lyons (2011, p. 7) afirma que a “(...) sua portabilidade, facilidade de referência e capacidade de concentrar uma grande quantidade de dados o tornaram indispensável”, esse movimento fez com que, paulatinamente, esse objeto passasse a ganhar espaço e relevância na sociedade, fazendo-o tornar-se um objeto singular e de desejo de muitos.

Do surgimento da escrita, passando pelos códices e o surgimento da imprensa e, finalmente, do livro (nos moldes que conhecemos na contemporaneidade), a cultura escrita tornou possível a preservação e disseminação de culturas, religiões, comércios, línguas e saberes ao redor do mundo, sendo fonte de entretenimento, educação, expressão artística etc. Nesse sentido, o texto escrito é um elemento de fundamental importância

para a preservação de informações sobre si, já que é através do registro escrito, como aponta Robinson (2009), que se faz o acúmulo de conhecimento, os registros históricos, a ciência e, é claro, os livros.

A Filologia vem auxiliando nas mais diversas investigações sobre momentos variados da história, sendo a mais antiga das ciências sobre a linguagem (MILANI, 2008). Por se dedicar exclusivamente ao texto escrito, a Filologia constitui-se como a mais antiga das ciências dedicadas à linguagem no mundo ocidental, tendo, àquela época, o intuito de, nas palavras de Milani (2008), recuperar o formato dos textos da mitologia e da religião helena, que, deixados na tradição oral, estavam caindo no esquecimento.

Na Antiguidade Ocidental, o trabalho filológico tinha um perfil distinto, especialmente entre os gregos, uma vez que cabia ao filólogo a responsabilidade pela edição e conservação de manuscritos, garantindo, assim, a sua fiel reprodução, autenticidade e circulação. No livro *Introdução à Crítica Textual*, o professor Cesar Cambraia traz um panorama histórico e terminológico do termo Filologia, trazendo definições desde a Grécia Antiga, devido ao caráter polissêmico do termo.

Na contemporaneidade, a Filologia assume um viés de análise e compreensão da sociedade através dos textos escritos de momentos variados da história, constituindo-se, nas palavras de Borges e Sacramento,

[...] como um feixe de práticas de leitura, interpretação e edição que, a um só tempo, consideram como objeto, de modo indissociável, língua, texto e cultura. Tem por objetivo a compreensão e estudo dos processos (i) de produção das práticas de cultura escrita; (ii) de transmissão histórica dos textos; (iii) de circulação social do texto, (iii) recepção e reconfigurações que uma dada época constrói para o texto (McKENZIE, 2005) (BORGES; SACRAMENTO, 2012, p. 21)

De acordo com Spina, (1977), a Filologia concentra-se no texto escrito para explicá-lo e prepará-lo para ser publicado. Nas palavras de Milani,

Especificamente, a Filologia tem metodologia desenvolvida diretamente para a abordagem do texto em circunstâncias que esse texto não seja objeto de uma revisão de conteúdo, ou sócio-psicológica, como se faz na contemporaneidade, mas requeira uma retomada consciente de estrutura formal e da representação do formato original, tanto do discurso como do texto supor para o conteúdo. (MILANI, 2008)

Portanto, o filólogo, ao dedicar-se fielmente ao texto escrito, pode (e irá) fazer uso de outras áreas do conhecimento, a fim de melhor compreender o texto que está sendo utilizado como análise, a exemplo, de

acordo com Martins (2003), áreas do conhecimento humano como a História, a Literatura, a Filosofia, a própria Linguística, a Paleografia, a Codicologia e outras que forem necessárias para o maior e melhor entendimento do universo textual (MARTINS, 2012). Nesse sentido, entende-se aqui a importância da Linguística no fazer filológico, uma vez que, segundo Maia (2012):

Entendida a actividade filológica como análise crítica de textos que visa a sua reconstrução e edição, a Filologia está intimamente associada à Linguística: ela possui um conjunto de recursos interpretativos e explicativos que a Linguística Histórica não pode e não deve desprezar. (MAIA, 2012)

A Linguística Histórica, por sua vez, surge com a intenção de investigar o passado das línguas e a sua evolução ao longo do tempo, buscando compreender a motivação da mudança. Mattos e Silva (2008) afirma:

Tradicionalmente, define-se linguística histórica como o campo da linguística que trata de interpretar mudanças – fônicas, mórficas, sintáticas e semântico-lexicais – ao longo do seu tempo histórico, em que uma língua ou uma família de línguas é utilizada por seus utentes em determinado espaço geográfico e em determinado território, não necessariamente contínuo. (MATTOS E SILVA, 2008, p. 8)

Embora surgidas em momentos parecidos, Linguística e Linguística Histórica apresentam um afastamento metodológico, uma vez que o estabelecimento da Linguística enquanto ciência se dá com a proposta de dicotomias, afim de estabelecer a língua enquanto objeto de estudo de modo metodologicamente científico. No entanto, ao realizar a separação entre sincronia e diacronia, o modelo estruturalista proposto por Saussure, nas palavras de Maia (2012), deixa escapar a possibilidade de fazer análises sobre a origem e a difusão da mudança, uma vez que, segundo Faraco (1950):

A realidade empírica central da linguística histórica é o fato de que as línguas humanas mudam com o passar do tempo. Em outras palavras, as línguas humanas não constituem realidades estáticas; ao contrário, sua configuração estrutural se altera continuamente no tempo. E é essa dinâmica que constitui o objeto de estudo da linguística histórica. (FARACO, 1950. p. 12)

Ao interpretar a língua enquanto algo homogêneo, o modelo teórico sugerido por Saussure termina por ignorar fenômenos recorrentes no sistema linguístico, demonstrando o quão estáticos foram os pressupostos teóricos do estruturalismo, enquanto a Linguística Histórica atém-se para a constituição das línguas desde a sua criação, como propõe Mattos e Silva (1988):

Em geral se encontra definida a Linguística Histórica, por exemplo nos dicionários e manuais de Linguística, como aquela lingüística que tem por objetivo principal a explicação da constituição das línguas através do tempo, ou seja, aquela que procura explicar a mudança das línguas. (MATTOS E SILVA, 1988, p. 90)

A partir do século XIX, a Linguística Histórica inicia uma série de comparações entre línguas na intenção de encontrar semelhanças, mas também diferenças entre esses idiomas e, também, encontrar pontos de convergência que indiquem um possível parentesco. Essa reflexão significa, segundo Paixão de Sousa (2018), um marco divisor na história das histórias do tempo e da linguagem, por inaugurar uma concepção inteiramente nova dos condicionantes dessa relação, e por construir um novo plano para sua análise. Através de quadros comparativos de palavras e estruturas gramaticais, foi possível inferir sobre a existência de uma língua-mãe, através da tradição histórico-comparativa.

Fato é que, por debruçarem-se sobre o mesmo objeto de estudos, o texto, a Filologia e Linguística Histórica apresentam pontos de interseção, pensando aqui que, em concordância com Maia (2012), para obter conhecimentos sobre a língua de épocas anteriores e para explicar processos históricos de mudança, é necessário ter acesso a dados registrados nos textos escritos. É o texto que tem servido de veículo para apresentar os dados de língua. De acordo com Telles e Gama,

O método filológico apoia a análise linguística, ao fornecer com critérios um texto fidedigno. Por outro lado, elementos linguísticos do texto estabelecido permitem – e têm sempre permitido – estudar a língua aí documentada. (TELLES; GAMA, 2016)

É importante salientar que, por serem campos teóricos que, segundo alguns teóricos defendem, caminhem em paralelo, a Filologia e a Linguística Histórica são essenciais uma a outra, conforme afirma Mattos e Silva (1988):

[...] para mim, a Filologia é uma ciência que não precisa ser definida em relação à Linguística, mas que é essencial à Linguística Histórica stricto sensu, quando esta trabalha com documentação escrita. (MATTOS E SILVA, 1988, p. 97)

Levando em consideração que o ato de ter acesso ao texto escrito para edição e posterior publicação, é importante fazer a utilização de pressupostos de ambas as disciplinas. É de fundamental importância compreender que a edição de textos de períodos recuados da história necessita de um conjunto documental que dê conta de realizar análise de modo a localizar informações de ordem linguística. Esse conjunto docu-

mental ganha o nome de *corpus*, ou *corpora*, se, no plural, que, segundo Guilherme Fromm, na área da Linguística, indica uma coleção de textos reunidos, de áreas variadas ou não, com um propósito específico de análise (Cf. FROMM, 2003). De acordo com Maia,

[...] todas as pesquisas linguísticas de base empírica, tanto em matéria de “oralidade” como de “escrituralidade (KOCH; OSTERREICHER, 2001) têm que apoiar-se necessariamente em *corpora*. (MAIA, 2012).

Neste sentido, será apresentado na próxima seção o *corpus* adotado nesta pesquisa. Trata-se do Livro de Empréstimos do Gabinete Português de Leitura da Bahia.

### 3. *O livro de empréstimos do gabinete português de leitura da Bahia*

Levando em consideração que o Livro de Empréstimos faz parte de um acervo vasto e importante para a sua comunidade, convém trazer nesta seção informações acerca de seu local de salvaguarda, o Gabinete Português de Leitura da Bahia.

O Gabinete Português de Leitura da Bahia foi criado em 02 de março de 1863, possuindo “entre suas finalidades, criar uma biblioteca onde os ‘*subditos portugueses*’ pudessem se reunir para desfrutar de obras basilares da cultura portuguesa e de outros idiomas, além de oferecer cursos e atividades de interesse à cultura lusa” (LOSE *et al.*, 2021, p. 26). A primeira ata administrativa informa que o Gabinete Português de Leitura da Bahia (GPLB) foi criado com o intuito de trazer “(...) obras de reconhecida utilidade, escritas nos idiomas português e francês, e mais aquelas que posteriormente se julgarem mais precisas” (ATA n. 1, 1863 *apud* CARVALHO, 1999).

A instituição nasce como uma sociedade de homens portugueses em que seria possível o empréstimo de livros lusos, com a clara finalidade de concentrar elementos da cultura e língua portuguesa em solo soteropolitano. Na sua criação, a instituição conta apenas com membros portugueses na condição de sócios, sendo possível, anos mais tarde, a entrada de brasileiros na sociedade.

O GPLB ocupa um lugar de destaque no cenário cultural da região do Centro de Salvador, representando não apenas um espaço físico de encontro intelectual, mas também um depósito de conhecimento e registros que testemunham a história e a evolução sociocultural da Bahia. O acervo tem um valor inestimável, composto por uma vasta coleção de

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

obras literárias, históricas e culturais que atravessam os séculos, refletindo a intersecção de culturas e influências que moldaram a identidade baiana ao longo do tempo.

No entanto, é preciso notar que a riqueza desse lugar são os livros que estão ali presentes. Há, salvaguardados na prateleira da instituição, documentos que, pelo seu teor, conseguem figurar como verdadeiras janelas para o passado, revelando não apenas os títulos que foram lidos, mas também os interesses, preocupações e aspirações dos leitores da época. O livro de empréstimos de 1876, cujos fólios contam histórias sobre os indivíduos que frequentavam o gabinete, suas escolhas literárias e até mesmo os diálogos culturais que ecoavam entre as prateleiras, é um exemplo dessa riqueza.



Imagens 1 e 2: capa e fólio 1 recto do Livro de Empréstimos

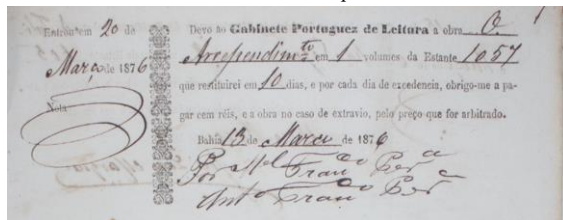
Fonte: Gabinete Português de Leitura da Bahia

O Livro de Empréstimos é um códice que apresenta pouco mais de 400 fólios escritos no recto e verso, nos quais apresentam-se formulários impressos para registrar a saída dos livros. Num estudo inicial, foi identificado apenas a única mão, o bibliotecário do período responsável pela biblioteca, porém, ao analisar mais cuidadosamente, observou-se que as assinaturas no fim da ficha de empréstimo são dos sócios que solicitavam os livros. Nesses formulários, o bibliotecário registrava, basicamente, o livro que foi emprestado, em qual estante ele estava, o prazo do empréstimo e, por último, a assinatura da pessoa que fez a retirada. Visando a sua conservação, o livro não é manuseado rotineiramente. Por esse motivo, foram feitos registros fotográficos em boa qualidade de vi-



sualização por funcionários do Gabinete, o que permite que a pesquisa seja feita analisando esses registros.

Primeira ficha de empréstimo.



Fonte: Gabinete Português de Leitura.

Proposta de transcrição conservadora da primeira ficha de empréstimo.

<p>Entrou em <u>20</u> de <u>Março</u> de <u>18</u> <u>76</u> Nota (?)</p>	<p>Devo ao <b>Gabinete Português de Leitura</b> a obra <u>0</u> <u>Arrepêdim<sup>co</sup></u> em <u>1</u> volumes da Estante <u>1057</u> que restituirei em <u>10</u> dias, e por cada dia de excedência, obrigo-me a pagar cem réis, e a obra no caso de extravio, pelo preço que for arbitrado. Bahia, <u>13</u> de <u>Março</u> de 187 <u>6</u> <u>Por M<sup>te</sup> Fran<sup>co</sup> Per<sup>o</sup></u> <u>Ant<sup>o</sup> Fran<sup>co</sup> Per<sup>o</sup></u></p>
--	---

#### 4. A edição e seus critérios

Para a edição do Livro de Empréstimos, por se tratar de um documento com a peculiaridade de ser parte impresso, parte manuscrito; por se tratar de um documento datado no final do século XIX; e por entender que as edições devem satisfazer as necessidades de uma linguística histórica empírica (Cf. MAIA, 2012) optou-se por uma edição conservadora, entendendo, ainda de acordo com Maia (2012), que esta deve refletir fielmente as características linguísticas dos manuscritos, uma vez que nelas se refletem as marcas da variação da língua da época.

Por se tratar de um documento que é parcialmente impresso e manuscrito, optou-se pela seleção de fontes grafemáticas com estética aproximada na parte tipográfica e com indício de feitas à mão na parte manuscrita. Optou-se, neste momento, pelo não-desdobramento de abrevia-

turas, garantindo, assim, o respeito rigoroso à grafia do texto original, observando também a manutenção de maiúsculas, minúsculas e acentuação. Itens lexicais não identificados serão sinalizados entre parênteses com uma interrogação (?). Neste momento, a edição conservadora mostra-se mais adequada, pois ela

[...] parece ser mais do que justificada quando se considera que a *scripta* do documento tanto pode mostrar os erros óbvios (ou *lapsus calami*) – repetições, transposições, erros devidos ao contexto linguístico ou extralinguístico, os erros de concordância, as autocorreções, as adições, as omissões, as confusões de palavras (MARTÍNEZ ORTEGA, 1999) – como, o que é mais importante, as variantes textuais decorrentes do desempenho do que escreve, do responsável pela *scripta*. (LOSE; TELLES, 2017, p. 289)

Por manter as características originais do texto original, garantindo, assim, a sua fidedignidade, a edição conservadora torna-se útil para a Linguística Histórica na atividade de observar a trajetória de eventuais mudanças na língua através desse registro escrito. No caso do *corpus* adotado nesta pesquisa, a LH pode ser eficaz ao tentar identificar mudanças de ordem fonético-fonológicas, ou ainda morfológicas, semânticas ou sintáticas, pensando que esses elementos não devem passar despercebidos pelo olhar filológico, já que, de acordo com Telles e Gama (2016), esses elementos da *scripta* permitem o uso do texto para compreensão do momento cultural representado pelo texto (e pelo seu autor). Importante perceber, também, que o Livro de Empréstimos está salvaguardado numa instituição com mais de cento e cinquenta anos de história, sendo um é um registro ativo da dinâmica social de uma instituição como o Gabinete Português de Leitura da Bahia.

Uma vez que a pesquisa ainda está em fase inicial e devido ao extenso tamanho do documento a ser trabalhado, não foi possível finalizar a etapa de transcrição e posterior edição dos fólios. Portanto, as informações trazidas são de natureza preliminar de análise. Contudo, seguindo os pressupostos estabelecidos pelos referenciais teóricos adotados para a construção deste artigo e as leituras adotadas na disciplina demonstram claramente a importância da Linguística Histórica para o labor filológico e como ambas as disciplinas andam lado a lado, colaborando mutuamente e trazendo à luz informações relevantes acerca de momentos recuados da história dos povos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Luiz Eleildo Pereira; XIMENES, Expedito Eloísio. *Uma revisão do conceito de texto e suas implicações para os estudos filológicos*. *Filologia e Linguística Portuguesa*, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 25-42, 2019. DOI: 10.11606/issn.2176-9419.v21i1p25-42. Disponível em: <https://periodicos.usp.br/flp/article/view/156300>. Acesso em: 5 set. 2024.

BORGES, Rosa. *Saberes em diálogo na prática filológica editorial*. *Linha D'Água*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 7-27, 2018. DOI: 10.11606/issn.2236-4242.v31i2p7-27. Acesso em: 4 set. 2024.

CAMBRAIA, Cesar Nardelli. *Introdução à Crítica Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola, 2005.

FROMM, Guilherme. O uso de corpora na análise lingüística. *Revista Factus*, v. 1, n. 1, p. 69-76, São Paulo, 2003.

LOSE, Alcía Duhá *et al.* *O manuscrito fundador do Gabinete Português de Leitura da Bahia: Atas 1863-1875*. Salvador: Memória e Arte, 2021. Disponível em: [www.memoriaarte.com.br](http://www.memoriaarte.com.br).

LOSE, Alcía Duhá; SOUZA, Arivaldo Sacramento de. Para uma filologia na pesquisa em linguística histórica. *Letras*, (60), p. 11-32, 2022. <https://doi.org/10.5902/2176148542058>

MAIA, Clarinda. Linguística Histórica e Filologia. In: LOBO, T.; CARNEIRO, Z.; SOLEDADE, J.; ALMEIDA, A.; RIBEIRO, S. (Orgs). *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias* [online]. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 533-42

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Fluxo e refluxo: uma retrospectiva da Linguística Histórica no Brasil. *Revista D.E.L.T.A.*, v. 4, n. 1, p. 1-162, São Paulo.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Caminhos da Linguística Histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola, 2008. 208p.

MILANI, Sebastião Elias. Da Filologia, da Gramática Comparada, da Neogramática à Historiografia Linguística. In: SIMELP – Seminário Mundial de Língua Portuguesa. São Paulo, 2008, p. 1-20. Disponível em: [https://dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcv.fflch.usp.br/files/06\\_8.pdf](https://dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcv.fflch.usp.br/files/06_8.pdf)

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. *Linguística Histórica*. In: Claudia P.; Nunes, J.H. (Org.). *Introdução às Ciências das Linguagem: Língua, Sociedade e Conhecimento*. 1. ed. Campinas: Pontes, 2006. v. 3, p. 11-48

TELLES, Célia Marques; DA GAMA, Albertina Ribeiro. Perspectivas da filologia textual. *Revista do GELNE*, [s.l.], v. 4, n. 2, p. 1-6, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9077>. Acesso em: 4 set. 2024.

TELLES, Célia Marques; LOSE, Alícia Duhá. Qual edição e o que editar. *A Cor Das Letras*, 18(2), p. 271-93. 2017. <https://doi.org/10.13102/cl.v18i2.1863>.

## CRÍTICA GENÉTICA E ESTILÍSTICA: UMA ANÁLISE NA CONSTRUÇÃO DE DISCURSOS JUDICIAIS

*Paula Elisie Madoglio Izidoro (UEL)*

[paula.madoglio.izidoro@uel.br](mailto:paula.madoglio.izidoro@uel.br)

*Edina Regina Pugas Panichi (UEL)*

[edinapanichi@sercomtel.com.br](mailto:edinapanichi@sercomtel.com.br)

### RESUMO

Este estudo tem como propósito analisar a elaboração do discurso judicial do Juiz Federal José Carlos Cal Garcia durante o período de 1986 a 1989, utilizando abordagens críticas genéticas e estilísticas. Os manuscritos e prototextos encontrados no Núcleo de Documentação e Memória, do departamento da Justiça Judiciária do Paraná, serão examinados para entender como essas abordagens podem contribuir para a compreensão do processo de construção textual na ciência jurídica. Além disso, buscamos detalhar os aspectos estilísticos e argumentativos desses documentos, bem como investigar a elaboração das decisões judiciais de Cal Garcia e sua justificação linguística e argumentativa. Para alcançar esse objetivo, faremos uso da crítica genética e estilística, com referências aos estudos de Grésillon, Salles e Panichi, visando enriquecer o campo da crítica genética e demonstrar sua eficácia e transdisciplinaridade.

### Palavras-chave:

Estilística. Crítica Genética. Justiça Federal.

### ABSTRACT

This study aims to analyze the development of the judicial discourse of Federal Judge José Carlos Cal Garcia during the period from 1986 to 1989, using genetic and stylistic critical approaches. The manuscripts and proto-texts found in the Documentation and Memory Center of the Department of Judicial Justice of Paraná will be examined to understand how these approaches can contribute to the understanding of the textual construction process in legal science. Furthermore, we seek to detail the stylistic and argumentative aspects of these documents, as well as investigate the formulation of Cal Garcia's judicial decisions and their linguistic and argumentative justification. To achieve this goal, we will employ genetic and stylistic criticism, with references to the studies of Grésillon and Salles, aiming to enrich the field of genetic criticism and demonstrate its effectiveness and transdisciplinarity.

### Keywords:

Stylistics. Genetic Criticism. Federal Justice.

## 1. Introdução

Em um contexto histórico originado no ano de 1889, o estado brasileiro facilitou uma transformação em sua estrutura governamental, fazendo a transição para uma estrutura republicana, que suplantou a monarquia

anteriormente existente, estabelecendo assim os princípios fundamentais para a formação de um regime democrático na nação, caracterizado pela implementação da separação clássica de poderes – executivo, legislativo e judiciário – e o repúdio resultante do conceito de autoridade moderadora, que foi exercido exclusivamente pelo monarca como supremo líder do estado.

Com o advento da república federativa, ocorreu uma alteração significativa na estrutura do judiciário, correspondendo à bifurcação entre jurisdições estaduais e federais, que, apesar da revogação provisória experimentada durante a governança autoritária das décadas de 1930 e 1940, foi preservada até a era contemporânea, atualmente ancorada na Constituição Federal de 1988.

Estruturados em Juízes Federais e Tribunais Regionais Federais, funcionando como órgãos adjudicatórios de primeira e segunda instância, respectivamente, os tribunais federais têm a tarefa, entre outras responsabilidades, de processar e julgar casos em que o Governo Federal, autoridades locais ou empresas públicas federais têm o status de demandantes, interventores ou réus, conforme delineado nos artigos 106 e 109 da Constituição.

Vale ressaltar que, desde seu início, o escopo operacional do judiciário federal estava confinado às capitais estaduais; no entanto, em resposta ao imperativo de adaptação estrutural para atender às demandas apresentadas à sua jurisdição, a partir da década de 1970, os tribunais federais instituíram a criação de tribunais e cargos adicionais para juízes federais por meio de um processo de seleção nacional, com o objetivo de melhorar a acessibilidade aos seus serviços para municípios situados nas regiões do interior. Isso serve como pano de fundo contextual para a inclusão de José Carlos Cal Garcia como ponto focal de interesse em nossa análise, devido às suas contribuições significativas para o avanço da justiça federal em nosso Estado.

Tendo reconhecido a importância de estabelecer a justiça federal no Paraná, particularmente em seus territórios rurais, bem como reconhecendo as principais contribuições feitas por José Carlos Cal Garcia ao longo dessa empreitada, afirmamos a necessidade de investigar os manuscritos de autoria do referido juiz, com o objetivo de aprimorar a narrativa histórica no Estado do Paraná.

Para facilitar essa análise, o estudo apresenta um relato biográfico conciso do indivíduo em questão, examina os manuscritos com o objeti-

vo de delinear parâmetros e trechos específicos e aprofunda o discurso teórico sobre a crítica genética, que sustentará nossos argumentos ao longo da progressão da pesquisa.

Segundo Panichi, a Crítica Genética auxilia os pesquisadores que demonstram interesse no processo de criação, uma vez que a escritura

[...] se constrói em uma pluralidade de caminhos e o texto surge dessa pluralidade onde se organizam os percursos da escritura. [...] Os manuscritos são vestígios da memória do processo textual. Dessa forma, uma informação presente em uma obra pode aparecer em outra, enquadrada de forma diferente ou de forma semelhante. (PANICHI, 2016, p. 70)

Consequentemente, os manuscritos caracterizados por suas rasuras despertam um interesse significativo dos pesquisadores, pois as fissuras nos materiais analíticos são examinadas para facilitar uma compreensão mais profunda do trabalho. A seleção dos estudos conduzidos por Panichi (2003; 2016), Grésillon (2002; 2007 2009), Salles (2000; 2002; 2007; 2008), ao lado de outros estudiosos da área de crítica genética, será fundamental para elucidar o processo subjacente à formulação das frases de Cal Garcia, pois esses estudos permitem uma compreensão da construção da escrita dentro das intrincadas estruturas de suas anotações pessoais contemplações e contemplações. Além disso, a investigação atual também aprimorará o domínio do Direito, ao revisitar o legado de um contexto histórico notavelmente significativo no estabelecimento da justiça federal no Paraná.

## 2. *A Crítica Genética*

A busca acadêmica da crítica genética começou inicialmente com textos literários; no entanto, um crescente interesse acadêmico no Brasil em relação à aplicação dessa estrutura analítica em diversos domínios, como Filologia e Edótica, bem como em áreas mais especializadas, como o Direito, tornou-se notavelmente evidente.

Esse arcabouço teórico teve origem na França em 1968, quando Louis Hay e Almuth Grésillon convocaram uma coorte de pesquisadores com o objetivo de organizar sistematicamente os manuscritos do poeta alemão Heinrich Heine, que haviam sido transferidos recentemente para a Biblioteca Nacional da França, conceituando “a literatura como atividade, como movimento”, conforme articulado por Grésillon (2007, p. 19). Durante esse período, os pesquisadores encontraram vários desafios

metodológicos em seu envolvimento com os manuscritos acima mencionados (Cf. Salles, 2008).

Grésillon (1991) designa essas fases como o “Momento ascético germânico”, sucedido pelo “Momento Associativo Expansivo” (1975–1985), durante o qual um diálogo foi iniciado entre esse grupo de pesquisadores e outra coorte interessada nos estudos manuscritos de Proust, Zola, Valéry e Flaubert. Nesse momento, um projeto distinto evoluiu para uma investigação mais ampla, levando ao estabelecimento de um laboratório dedicado exclusivamente ao exame de manuscritos literários (Cf. Salles, 2008).

No Brasil, o engajamento com a Crítica Genética começou em 1985, especificamente no estado de São Paulo, durante o I Colóquio de Crítica Textual, organizado pela Universidade de São Paulo (USP). Consequentemente, coube ao professor Philippe Willemart ser pioneiro na introdução de estudos genéticos no país, conforme delineado no prefácio da edição brasileira de “Elementos da crítica genética: lendo manuscritos modernos”, de autoria de Almuth Grésillon, por meio da qual foi firmado um acordo que facilitou a troca de ideias entre acadêmicos franceses e brasileiros. Assim, a crítica genética transcendeu os limites da USP e proliferou por todo o país, permeando vários locais e referenciando outros autores eminentes.

Apesar de seu início no domínio literário, Salles e Cardoso (2007) postulam que a crítica genética englobava inerentemente o potencial de investigar um reino transdisciplinar que permitiria uma compreensão e um discurso em torno de processos criativos alternativos e expressões artísticas, uma vez que a expansão dos estudos genéticos parecia ser auspiciosa tanto em sua caracterização objetiva quanto em seu foco investigativo.

Se o objetivo das investigações no âmbito da crítica genética era elucidar o processo de formação de uma obra literária específica, e se o ponto focal do exame era a documentação deixada pelos autores em seus manuscritos, segue-se que esse domínio de pesquisa deve, de forma imperativa, transcender os limites da literatura e estender seus limites. Nesse sentido, Salles e Cardoso (2007) afirmam que é possível descobrir metodologias criativas alternativas em qualquer manifestação artística, textual ou não, baseada nos registros deixados pelo criador.

Um exame de materiais dentro do domínio jurídico é de considerável importância, particularmente os manuscritos de José Carlos Cal



Garcia, nos quais se pode discernir o emprego de marcadores textuais que significam rasuras cognitivas, posteriormente complementados por modalizadores que são fundamentais na construção do raciocínio lógico, uma vez que

[...] a realização do texto [...] obedece a uma sequência de etapas nas quais se constroem formas, de início provisórias, que mais tarde vão recebendo modificações, até o momento em que se tornam uma frase, um período, um parágrafo, uma composição completa. (PANICHI; CONTANI, 2003, p. 2)

O esforço analítico aqui apresentado, que revisita as interferências envolvidas na construção do texto, tem importância substancial na atribuição de significado aos despachos emitidos. Dado que esses documentos foram inscritos manualmente, torna-se possível traçar as pegadas intelectuais do autor, tentando assim materializar seus processos cognitivos ao longo desse empreendimento.

Os materiais que constituem a trajetória criativa preservada pelo autor destacam a natureza dinâmica da produção textual, que pode ser denominada como resquício das condições preliminares que dão origem a uma obra literária. Esses resquícios são perceptíveis ao longo do processo de escrita e refletem as decisões tomadas pelo autor durante essa expedição intelectual. Como articula Salles (2000, p. 81), “são suas formas de apreender o mundo que insistem nele e em suas relações sobre o que o atrai e que, de alguma forma, ele traz para sua obra sob a criação”.

A necessidade de examinar esses manuscritos para compreender e recuperar contextos históricos é ainda mais justificada, particularmente considerando a importância de Cal Garcia para a busca da justiça no Paraná. Esse esforço emprega mecanismos que se unem para recuperar o passado, que, conforme observado por Nava (*Apud* Panichi; Contani, 2003), engloba tanto a memória involuntária – onde o passado surge inesperadamente – quanto a memória provocada, que envolve a reconstrução dos detalhes vivenciados em uma época passada. Em última análise, nosso objetivo é evocar a memória e reconstruir a trajetória de escrita do Juiz Federal, elucidando assim como a crítica genética opera como uma estrutura transdisciplinar e eficaz em diversos domínios do conhecimento.

A Crítica Genética se dedica ao exame teórico e crítico do processo de criação do texto, abrangendo a gênese da obra em si. Essa abordagem é caracterizada pela aspiração de compreender o processo de criação artística, com base nos registros que o artista gera ao longo de sua jornada.

da. Como afirma Salles (2000), as ações do criador invariavelmente exercem um profundo fascínio sobre os destinatários das obras artísticas e até mesmo sobre os próprios criadores.

Ao embarcar nessa jornada acadêmica, o pesquisador é motivado por uma profunda curiosidade em compreender e interpretar o processo contínuo de criação. O crítico genético aspira a perceber a criação artística em sua totalidade; por meio do trabalho que está em processo de construção, eles buscam descobrir seu contexto histórico. Salles (2008) afirma ainda que o ponto focal do estudo é a trajetória empreendida pelo autor com a intenção de realizar (ou quase realizar) a obra em sua totalidade.

Apoiando essa noção, Salles (2000) também afirma que o manuscrito representa a realização de um processo que está em um estado de contínua metamorfose, e é para esse material que o crítico genético direciona sua atenção, utilizando-o como elemento fundamental para o avanço de seus estudos.

Ao contemplar esse processo, enfatizamos os insights de Bernardet (2016), que postula que as produções não são mais percebidas como diretrizes estáticas que poderiam facilitar uma compreensão e análise mais matizadas da obra. Em vez disso, o que importa é o movimento dinâmico do processo, bem como as relações que surgem entre os documentos.

Willemart (2009) concorda ao dizer que o foco da Crítica Genética não se limita, necessariamente, ao estudo dos manuscritos ou de outros esboços, mesmo que esses sejam o embrião da trajetória, pois os estudos genéticos também se tornam possíveis com textos sem manuscritos e com a produção eletrônica, visto que estuda os processos de criação com o objetivo de seguir os caminhos do criador.

O crítico genético mantém interesse, conforme Salles (2016), na discussão das obras vistas como objetos móveis e inacabados, o que se torna bastante diferente dos estudos acerca de fenômenos comunicativos em suas variadas manifestações e que consideram produtos terminados e/ou acabados. Panichi (2016) argumenta que na Crítica Genética, o texto começa a ser estudado como um objeto estético, havendo um deslocamento dos estudos literários de uma percepção estática do texto, rumo a uma visão dinâmica do processo.

Dessa forma, o geneticista, ao ter contato com os manuscritos de um determinado autor, terá como função, de acordo com Grésillon

(2002), tornar disponíveis, acessíveis e legíveis os documentos que antes de tudo não passam de peças de arquivos, mas que ao mesmo tempo contribuíram para a elaboração de um texto e são os testemunhos materiais de uma dinâmica criadora.

### 3. *A Estilística*

Quando alguém se envolve com a noção de “estilo”, é imperativo diferenciar entre sua aplicação em um contexto mais amplo e sua relevância específica para a linguagem. De forma mais geral, “estilo” denota os atributos distintivos de uma entidade, abrangendo aspectos como modos de vestuário, padrões comportamentais, modos de expressão ou até mesmo a forma física adotada por um objeto específico. Em cada uma dessas interpretações, existe uma sugestão inerente às atitudes ou emoções dos indivíduos engajados no esforço criativo.

No campo da linguística, o estilo é caracterizado como um modo distinto de expressão que delinea a escrita ou a comunicação oral de um indivíduo. O campo da Estilística é encarregado de examinar essas seleções linguísticas, facilitando a compreensão de como um texto ou discurso é construído, as motivações subjacentes, os objetivos pretendidos e os efeitos resultantes alcançados (Cf. ZYNGIER; CARNEIRO; NOVODVORSKI, 2023). Assim, a estilística surge como um componente crucial para elucidar os mecanismos de comunicação e os papéis que padrões linguísticos específicos assumem na evocação de respostas emocionais, estéticas e cognitivas.

A compreensão contemporânea da Estilística é uma disciplina acadêmica relativamente incipiente, tendo surgido no século XX, com uma concentração no desvio e na seleção linguística, ao lado das inúmeras variações linguísticas que surgem de acordo com a situação contextual ou a disposição emocional do falante, além da expressividade e seu consequente impacto no público (Cf. MARTINS, 2012).

Como disciplina acadêmica, a estilística elucida as utilizações da linguagem que vão além das meras funções denotativas, examinando as aplicações potenciais nos estratos fônico, léxico, morfológico e sintático, que são inerentemente interconectados e não totalmente autônomos uns dos outros (Cf. PANICHI; ROMERO, 2023).

É evidente que, desse ponto de vista, um dispositivo estilístico é considerado um instrumento de expressão; ou seja, um mecanismo em-

pregado para amplificar uma ideia com precisão, aprimorar um conceito com maior riqueza semântica ou identificar um método de comunicação mais adequado, adaptado para cumprir uma intenção específica (Cf. UCHÔA, 2013).

#### **4. *Biografia de Cal Garcia***

José Carlos Cal Garcia nasceu em 9 de abril de 1928, em Salvador. Ele se formou em Direito pela Faculdade de Direito da Bahia em 1950. Posteriormente, especializou-se em Direito Público e Direito do Trabalho na Universidade Nacional de Tucumán, na Argentina.

Na mesma década, ele se casou e, a convite de um colega, Almir Passo, mudou-se para o estado do Paraná, estabelecendo sua residência na cidade de Maringá. Aproximadamente em 1967 ou 1968, coincidindo com o início da Faculdade de Direito de Maringá, Cal Garcia surgiu como um de seus professores inaugurais, transmitindo conhecimentos no campo do Direito Constitucional.

Também atuou como segundo presidente da Subseção da Ordem dos Advogados de Maringá e foi reitor inaugural da Universidade Estadual de Maringá – UEM, ocupando esse cargo de 1969 a 1974. Dentro desta instituição, o bloco D-34 é nomeado em sua homenagem, onde o programa jurídico é conduzido.

Cal Garcia manteve a advocacia por trinta e três anos e, em 1983, foi aprovado em um concurso público para o cargo de juiz federal, sendo o único candidato aprovado pelo Paraná. Conseqüentemente, ele assumiu o cargo em 5 de setembro de 1984, aos 55 anos.

Em 30 de março de 1989, Cal Garcia foi nomeado Juiz do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, designação que não era chamada de “Juiz Federal” na época. Ocupou os cargos de Vice-Presidente e Corregedor-Geral de Justiça do TRF da 4ª Região de 25 de abril de 1990 a 21 de junho de 1991, além de ter atuado como 2º Presidente do TRF da 4ª Região durante o biênio de 1991/1993, período em que a cidade de Maringá foi dotada de sua Corte Federal inaugural, instituída pela Lei nº 8.424/1992.

Ele concluiu sua carreira com a aposentadoria em 8 de outubro de 1993 e, em 25 de agosto de 1998, José Carlos Cal Garcia faleceu, deixando um legado significativo para a advocacia no estado do Paraná.

### 5. *Encaminhamentos metodológicos*

A Crítica Genética é a ciência dos manuscritos, dessa forma, constitui-se na seguinte perspectiva teórico-metodológica:

Seu objeto: os manuscritos literários, tidos como portadores do traço de uma dinâmica, a do texto em criação. Seu método: o desnudamento do corpo e do processo da escrita, acompanhado da construção de uma série de hipóteses sobre as operações escriturais. Sua intenção: a literatura como um fazer, como atividade, como movimento. (Grésillon, 2007, p. 19)

Salles (2008) afirma que a grande pergunta que permeia a Crítica Genética é como o texto é criado, buscando respostas nas análises dos processos criativos na intenção de compreender o próprio movimento de criação, assim como os procedimentos de produção e, dessa maneira, assimilar o processo que antecedeu o desenvolvimento da obra. A autora complementa, tendo como base a seguinte argumentação:

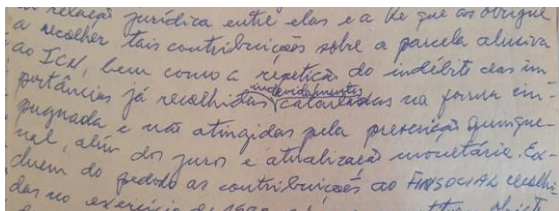
Ao investigar a obra em seu vir-a-ser, o crítico genético se detém, muitas vezes, na contemplação do provisório. Ele reintegra os documentos preservados e conservados – um objeto, aparentemente, parado no tempo – no fluxo da vida. Ele tem, na verdade, a função de devolver à vida a documentação, na medida em que essa sai dos arquivos ou das gavetas e retorna à vida ativa como processo: um pensamento em evolução, ideias crescendo em formas que vão se aperfeiçoando, um artista em ação, uma criação em processo. (SALLES, 2008, p. 29)

Consideramos que a metodologia dessa pesquisa sustenta o que Morin (2000, p. 23) detalha como “arte de transformar detalhes aparentemente insignificantes em indícios que permitam reconstituir toda uma história”.

Salles (2008) assevera que o que certifica essa especificidade ao método, o que o distingue de outros estudos que também têm manuscritos como objeto é o seu propósito, ou seja, o fato de tomá-los como índices do processo de criação, sendo um suporte para a produção artística ou os registros da memória da criação e, dessa maneira, dar tratamento metodológico que viabilize maior conhecimento sobre o percurso do autor.

## 6. Alguns recortes

Figura 1: Recorte A – sentença.



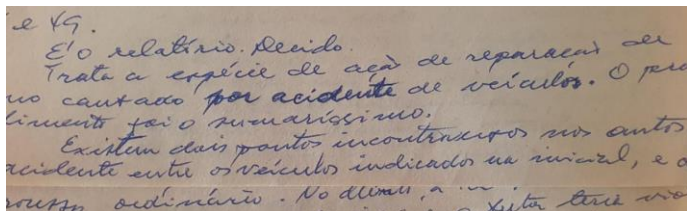
Fonte: Seção de Memória Institucional da Seção Judiciária do Paraná.

No recorte A, observamos que, originalmente, havia sido escrito: (...) bem como a repetição do indébito das importâncias já recolhidas calculadas na forma impugnada e não atingidas pela prescrição (...).

Em sua revisão, Cal Garcia resolve inserir o termo “independentemente”, passando a frase à seguinte leitura (...) bem como a repetição do indébito das importâncias já recolhidas independentemente calculadas na forma impugnada e não atingidas pela prescrição (...).

Percebemos que a inserção do advérbio modaliza o sentido da frase e o quanto isso se torna relevante, principalmente no contexto jurídico, porque se observa que não era uma cobrança qualquer, era uma cobrança feita de forma indevida e que poderia mudar o rumo do processo. Além disso, a opção por “independentemente” imprime força ao período, tendo em vista a sua constituição sonora advinda de sua formação polissilábica.

Figura 2: Recorte B – sentença.

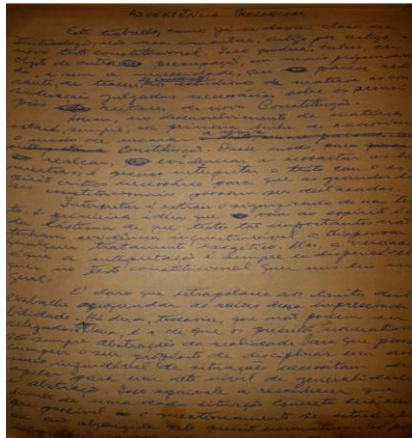


Fonte: Seção de Memória Institucional da Seção Judiciária do Paraná.

No recorte B, lemos: “Trata-se da espécie de ação de reparação de dano causado **por acidente** de veículos”, onde observamos que a expressão “por acidente” está em destaque. Percebemos que o escritor repassa a caneta sobre as palavras na intenção de evidenciá-las.

Devemos salientar que o fato de julgar um caso implica diversos detalhes. Em caso de homicídio, por exemplo, há diferença na pena se constatar-se a intenção ou não de cometê-lo (culposo ou doloso). Diante disso, Cal Garcia quis destacar a expressão, pois isso implicava no resultado da sentença que ora julgava.

Figura 3 - manuscrito do livro de Cal Garcia



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

**Manuscrito:** Assim, no desenvolvimento da matéria estará, sempre, na primeira linha de raciocínio o modo de encarar <sup>“nova”</sup> o texto, se assim podemos interpretar, constituição. Desse modo, para (ilegível), realçar, ~~pa~~ evidenciar e ressaltar as linhas mestras é preciso interpretar o texto com espírito crítico necessário para que as grandes bases constitucionais possam ser destacadas.

**Publicação:** No desenvolvimento da matéria estará, sempre, na primeira linha de raciocínio o modo de encarar a constituição. Dessa forma, para realçar<sup>1</sup>, evidenciar<sup>2</sup> e ressaltar<sup>3</sup> as linhas mestras é preciso interpretar o texto com espírito crítico necessário para que as grandes bases constitucionais possam ser destacadas.

Observamos a estratégia do autor ao abordar a Constituição, até então uma novidade àquelas pessoas. Em um primeiro momento, o autor opta por “o texto, se assim podemos interpretar”, passando por “nova” e publica-se “constituição”.

Na mesma página, foi suprimida uma importante observação feita pelo Cal Garcia no que diz respeito à interpretação que deve-se ter da lei. Podemos presumir a supressão dada ao subjetividade de seu texto, que destoa de todo restante do livro que segue caráter técnico e objetivo.

Interpretar é extrair o significado de um texto. A primeira ideia que vem ao espírito é a da lástima de que textos tão importantes não tenham evidência inquestionável a dispensar qualquer tratamento exegético. Delas, a verdade é que a interpretação é sempre indispensável quer no texto constitucional que nas leis em geral. É claro que extrapolaria aos limites deste trabalho aprofundar as raízes dessa imprescindibilidade. Há duas, todavia, que não podem ser relegadas. [...] A interpretação, por outro lado, faz o caminho inverso percorrido pelo legislador. Do abstrato percurso chegar a preceituações mais discretas, o que só é factível procurando extrair o exato significado da nor-

Além disso, podemos destacar um estilo do autor: esclarecer sua fala usando o paralelismo com três estruturas como observado em:

No desenvolvimento da matéria estará, sempre, na primeira linha de raciocínio o modo de encarar a constituição. Dessa forma, para realçar<sup>1</sup>, evidenciar<sup>2</sup> e ressaltar<sup>3</sup> as linhas mestras é preciso interpretar o texto com espírito crítico necessário para que as grandes bases constitucionais possam ser destacadas.

Ela reflete, não só pela metodologia usada como também pela realidade brasileira, as aspirações<sup>1</sup>, os anseios<sup>2</sup> e as apreensões<sup>3</sup> da Nação.

[...] de esclarecimento<sup>1</sup>, de justificativa<sup>2</sup> e de afirmação<sup>3</sup> de princípios.

[...] e pontos obscuros, dando-lhes sentido preciso<sup>1</sup>, completo<sup>2</sup> e adequado<sup>3</sup>.

Pode parecer, à primeira vista, pouco recomendável num texto constitucional, que se quer duradouro, tais referências. Acredita-se, todavia, que não. A referência direta a tais princípios e diretrizes reflete, sem dúvida, uma multiplicidade de preceitos de boa convivência internacional<sup>1</sup>, universais<sup>2</sup> e imperecíveis<sup>3</sup>, que sobreviverão a qualquer situação anômala.

Entre o Estado e o Poder, colocam-se a liberdade política<sup>1</sup>, a liberdade religiosa<sup>2</sup>, a liberdade de imprensa<sup>3</sup> com o objetivo de sensibilizar a opinião pública e, através desta, o Congresso Nacional.

O texto consagrou três espécies de direitos: individuais<sup>1</sup>, sociais<sup>2</sup> e políticos<sup>3</sup> que, para serem verdadeiramente garantidos, foram concebidos como solidários.

## **8. Considerações finais**

A Crítica Genética desempenha um papel importante ao reintroduzir nos campos de estudo uma dimensão histórica que o formalismo estruturalista havia consistentemente negligenciado (GRÉSILLON, 2007). Tendo em vista isso, nessa pesquisa foi possível percorrer alguns caminhos trilhados pelo Juiz Federal José Carlos Cal Garcia para a elabo-



ração de algumas de suas sentenças judiciais, visto que a Crítica Genética permite revisitar o percurso de criação dos textos.

Através da Crítica Genética e Estilística, duas abordagens que incorporam diversas possibilidades de investigação, e em nossa pesquisa viabilizada pelos manuscritos de Cal Garcia, pudemos analisar as decisões tomadas pelo escritor em seus documentos de processo que serviram como base para a elaboração das sentenças judiciais.

Também foi possível reviver a memória da justiça federal no estado do Paraná, que tanto preza pelas lembranças, a ponto de destinar uma seção para guardar memórias importantes que contribuíram para o crescimento da ciência jurídica no estado, como o caso dos manuscritos de José Carlos Cal Garcia.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDET, Jean-Claude. Prefácio. In: SALLES. C.A. *Redes de criação*. Vinhedo-SP: Horizonte, 2016. p. 11-12

CANEZIN, Claudete Carvalho; PANICHI, Edina Regina Pugas. *O discurso jurídico nos processos da Vara Maria da Penha: uma abordagem estilístico-discursiva*. Londrina: EDUEL, 2019.

FRANCISCO, Eva Cristina. Crítica de processo e ensino-aprendizagem de língua portuguesa. *Revista (Entre Parênteses)*, v. 10, p.1-16, Alfenas-MG. Disponível em: <https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/article/download/1560/1198/> Acesso em 01 out. 2024

GRÉSILLON, Almuth. Devagar: obras. In: *Criação em processo: ensaios de crítica genética*. Roberto Zular. São Paulo: Iluminuras, 2002.

\_\_\_\_\_. *Elementos de crítica genética: ler os manuscritos modernos*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

\_\_\_\_\_. Crítica genética, prototexto, edição. In: GRANDO, Â.; CIRILLO, J. (Orgs). *Arqueologias da criação: estudos sobre o processo de criação*. Belo Horizonte: Arte, 2009. p. 41-51

MARTINS, Nilce Sant'Anna. *Introdução à estilística*. 4. ed. São Paulo: USP, 2012.

MELO, Gladstone Chaves de. *Ensaio de estilística da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

MORIN, Edgar. *A inteligência da complexidade*. São Paulo: Peirópolis, 2000.

OLIVEIRA, Esther Gomes de; CORDEIRO, Isabel Cristina. Estilística, gramática e argumentação: Pontos de contato. In: STORTO, L.J.; BARBOSA, J. dos S.; DUARTE, T. J. *Estudos em estilística e crítica genética: homenagem à Edina Regina Pugas Panichi*. Campinas: Pontes, 2021.

PANICHI, Edina Regina Pugas; CONTANI, Miguel Luiz. *Pedro Nava e a construção do texto*. Londrina: Eduel; São Paulo: Ateliê, 2003.

\_\_\_\_\_. *Processos de construção de formas na criação: o projeto poético de Pedro Nava*. Londrina: Eduel, 2016.

\_\_\_\_\_; ROMERO, Susanah Yoshimi Watanabe. Estilística lexical e processos de transformação em Guimarães Rosa: a anedota fósforo. *Cadernos do Congresso Nacional de Linguística e Filologia*. 2021. Disponível em: [http://www.filologia.org.br/xxiv\\_CNLF/completos/estilistica\\_EDINA.pdf](http://www.filologia.org.br/xxiv_CNLF/completos/estilistica_EDINA.pdf). Acesso em: 01 out. 2024.

SALLES, Cecilia Almeida. *Crítica genética: uma nova introdução*. 2. ed. São Paulo: Educ, 2000.

\_\_\_\_\_. Crítica genética e semiótica: uma interface possível. In: ZULAR, Roberto (Org.). *Criação em processo: ensaios de Crítica Genética*. São Paulo: Ed. Iluminuras, 2002, p. 117-202.

\_\_\_\_\_; CARDOSO, Daniel Ribeiro. In: *Crítica genética em expansão*. *Cienc. Cult.* São Paulo, v. 59, n. 1, jan./mar. 2007 Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252007000100019](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000100019). Acesso em: 01 out. 2024.

\_\_\_\_\_. *Crítica genética: fundamentos dos estudos genéticos sobre o processo de criação artística*. 3. ed. São Paulo: EDUC, 2008.

SANTOS, Roberto Lima. *Os manuscritos de sentenças do juiz federal Cal Garcia à luz da crítica genética*. Disponível em: <https://memoria.jfpr.jus.br/wp-content/uploads/2022/07/Os-manuscritos-de-sentencas-do-Juiz-Federal-Cal-Garcia-a-luz-da-critica-genetica.pdf>. Acesso em: 28 out. 2022

UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. Estudos estilísticos no Brasil. *Matraga*, v. 20, n. 32, Rio de Janeiro, jan/jun. 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/matraga/article/view/19836>. Acesso em: 25 out. 2023

WILLEMART, Philippe. *Os processos de criação na escritura, na arte e na psicanálise*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

Zyngier, Sonia, Carneiro, Raphael Marco Oliveira; Novodvorski, Ariel. Reflecting on stylistics and the teaching of literature: an interview with sonia zyngier. *SciELO Preprints*, 2023 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/01031813v62220238667192> Acesso em: 26 out. 2023.

**EDIÇÃO E ESTUDO FILOLÓGICO DA “CARTA A RODRIGO ROCHA, COMUNICANDO QUE NÃO PODERÁ PARTICIPAR DE EVENTO EM HOMENAGEM AO BARÃO DO RIO BRANCO POR QUESTÕES PESSOAIS”<sup>3</sup>**

*Michelli dos Santos Maciel (USP)*

[michellimaciel@usp.br](mailto:michellimaciel@usp.br)

*Karina de Jesus Araujo (USP)*

[kjaraujo@usp.br](mailto:kjaraujo@usp.br)

*Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida (USP)*

[msantiago@usp.br](mailto:msantiago@usp.br)

**RESUMO**

Com o objetivo de elaborar a edição da “Carta a Rodrigo Rocha comunicando que não poderá participar de evento em homenagem ao Barão do Rio Branco por questões pessoais”, este estudo filológico pretende fornecer notas sucintas de caráter histórico, paleográfico, codicológico e diplomático. A análise será realizada a partir do fac-símile digitalizado, disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. A correspondência, assinada por Silvestre Rodrigues da Silva Travassos, foi escrita em 6 de fevereiro de 1904, na Bahia. Busca-se também ilustrar as ocorrências presentes no manuscrito, além de fornecer um breve histórico sobre os indivíduos envolvidos na comunicação: Rodrigo Rocha, Silvestre Rodrigues da Silva Travassos e a figura homenageada, o Barão do Rio Branco.

**Palavras-chave:**

Filologia. Crítica Textual. Barão do Rio Branco.

**ABSTRACT**

With the aim of preparing the edition of the “Carta a Rodrigo Rocha comunicando que não poderá participar de evento em homenagem ao Barão do Rio Branco por questões pessoais”, this philological study intends to provide concise notes of a historical, paleographic, codicological, and diplomatic nature. The analysis will be carried out based on the digitized facsimile, available in the digital collection of the National Library of Rio de Janeiro. The correspondence, signed by Silvestre Rodrigues da Silva Travassos, was written on February 6, 1904, in Bahia. It also aims to illustrate the occurrences found in the manuscript, in addition to providing a brief historical overview of the individuals involved in the communication: Rodrigo Rocha, Silvestre Rodrigues da Silva Travassos, and the honored figure, the Baron of Rio Branco.

**Keywords:**

Philology. Textual Criticism. Baron of Rio Branco.

---

<sup>3</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## 1. Introdução

O objetivo deste trabalho é realizar um estudo filológico da “Carta a Rodrigo Rocha comunicando que não poderá participar de evento em homenagem ao Barão do Rio Branco por questões pessoais”, com sucintas notas históricas sobre os envolvidos na comunicação, além de breves comentários paleográficos, codicológicos e diplomáticos sobre o documento. Para alcançar esse propósito, o estudo será dividido nas seguintes seções: 2. Considerações iniciais; 3. Figuras envolvidas na comunicação; 4. Edições; 5. Breve análise paleográfica, codicológica e diplomática. Além dessas, o trabalho contará com Introdução, Considerações finais e Referências.

Na segunda seção, optou-se por contextualizar o manuscrito e a coleção a que ele pertence, além da homenagem mencionada na carta. Na terceira seção, serão apresentadas as figuras envolvidas na comunicação: Rodrigo Rocha, Silvestre Rodrigues da Silva Travassos e o Barão do Rio Branco. A quarta seção trará a edição fac-similar do manuscrito e a edição semidiplomática. A quinta seção exibirá breves comentários paleográficos, codicológicos e diplomáticos sobre o documento, juntamente com o estudo das ocorrências identificadas a partir da análise das edições.

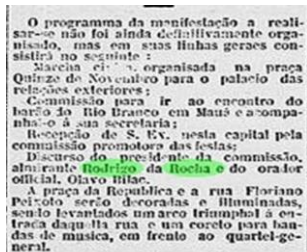
## 2. Considerações iniciais

A carta integra a Coleção Ernesto Senna, que reúne mais de 1.400 documentos. O manuscrito encontra-se fisicamente disponível no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, na série *Correspondência de terceiros*, e também em formato digital no site da Instituição. Ernesto Senna, carioca, jornalista, escritor e biógrafo, nasceu em 22 de setembro de 1858 e faleceu em 19 de outubro de 1913. Desde jovem, engajou-se em seus objetivos para alcançar seu maior sonho: tornar-se jornalista. Atuou ativamente na política, envolveu-se em causas literárias e em questões humanitárias. Além de militar e jornalista, era também colecionador. De acordo com Juvêncio e Araújo (2022, p. 484), Ernesto Senna reuniu uma vasta e diversificada coleção de documentos de personalidades de sua convivência ou de épocas anteriores. Entre esses materiais, destacam-se escritos, autógrafos, cartas, assinaturas, desenhos e partituras, compondo um acervo de grande diversidade.

Muitos políticos, figuras influentes e membros da sociedade civil foram convidados a participar da homenagem ao Barão do Rio Branco,

realizada em 20 de fevereiro de 1904. O evento foi inclusive noticiado em jornais da época. Numa dessas publicações, na edição de 3 de fevereiro de 1904, do jornal Gazeta de Notícias, é possível constatar que o Contra-almirante Rodrigo José da Rocha era membro de uma das comissões responsáveis pela celebração.

Figura 1: Recorte do jornal Gazeta de Notícias, de 3 de fevereiro de 1904.



Fonte: Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1904.

Outra figura conhecida que integrou uma comissão diferente foi o Coronel Ernesto Senna, responsável por colecionar, posteriormente, a carta de Rodrigo Rocha.

### **3. Figuras envolvidas na comunicação**

Pelo menos três figuras estão presentes na carta pertencente ao acervo de Ernesto Senna, são eles: Rodrigo Rocha, Silvestre Rodrigues da Silva Travassos e Barão de Rio Branco.

Rodrigo José da Rocha nasceu em 5 de abril de 1846, em São Gabriel, no estado do Rio Grande do Sul. Segundo a Revista Marítima Brasileira (1906), ele “(...) desempenhou varias e importantes commissões, as quaes serviram sempre de testemunha da sua competencia, recomendando-o á estima e consideração dos seus collegas (...)”. Recebeu diversas medalhas por sua participação na Guerra do Paraguai e construiu uma carreira militar na Marinha, onde atuou até falecer tragicamente na explosão do navio Aquidabã, ocorrida na noite de 21 de janeiro de 1906, em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro.

O General Silvestre Rodrigues da Silva Travassos nasceu em 7 de dezembro de 1848, em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro. Ele ingressou no Exército aos 19 anos e seguiu carreira militar. No entanto, em 14 de novembro de 1904, liderou uma revolta contra a vacinação obrigatória

contra a varíola (BRASIL, 1904), tomando o controle da Escola Militar de Praia Vermelha e destituindo o comandante da instituição, conforme a seguir:

O general de brigada [...] Silvestre da Silva Rodrigues Travassos, depôs o comandante da Escola Militar da Praia Vermelha, general Alípio de Macedo da Fontoura Costallat, e assumiu o comando dos cerca de 300 alunos, que, em sua quase totalidade, aderiram à revolta. (CASTRO; GAGLIARDI, 2009, p. 48)

Durante o episódio, Travassos foi gravemente ferido, o que resultou em sua morte em 22 de novembro do mesmo ano, poucos dias após o levante na Escola Militar de Praia Vermelha. José Maria da Silva Paranhos Júnior, nascido em 20 de abril de 1845, no Rio de Janeiro, ficou conhecido como o Barão do Rio Branco. Diplomata, historiador e político brasileiro, destacou-se por seu papel crucial na consolidação das fronteiras do Brasil no final do século XIX e início do século XX. Em 20 de fevereiro de 1904, ao encerrar o discurso proferido no Palácio do Itamaraty, declarou:

Sinto-me feliz por haver colaborado nesta obra de paz e de confraternidade e não posso considerar como dirigidas a mim pessoalmente as demonstrações de apreço e de aprovação de que me tornais alvo. Recebo-as, entretanto, com a mais profunda gratidão, por mim, pelos meus colegas na negociação finda, mas compreendendo perfeitamente que o principal mérito no resultado cabe e deve pertencer aos presidentes das duas Repúblicas, sem cuja vontade firme e corajosa não teríamos podido conseguir. (RIO BRANCO, 2012, p. 120)

Como diplomata, ele é mais conhecido por sua atuação na resolução pacífica de conflitos de fronteira do Brasil com países vizinhos, sendo lembrado até os dias atuais. Sua habilidade em negociar e resolver disputas sem o uso da força deixou um legado duradouro, inspirando gerações futuras de diplomatas. Nomeado Ministro das Relações Exteriores em 1902, cargo que ocupou até sua morte, em 10 de fevereiro de 1912, ele modernizou o serviço diplomático brasileiro e fortaleceu as relações internacionais do país.

#### 4. *Edições*

O manuscrito estudado possui sete páginas. A edição fac-similar será apresentada e, na sequência, virá a edição semidiplomática do respectivo fólio. A edição paleográfica ou semidiplomática pressupõe um “grau médio de mediação” (CAMBRAIA, 2005, p. 95), ou seja, o editor faz uma intervenção moderada (Cf. CAMBRAIA, 2005). Já na edição

fac-similar, supõe-se “grau zero de mediação” (CAMBRAIA, 2005, p. 91), pois o manuscrito é reproduzido mecanicamente. Dessa forma, a edição em fac-símile apresenta uma reprodução fotográfica do manuscrito, fiel ao suporte textual, sem alterações. A edição semidiplomática, por sua vez, adota uma abordagem de transcrição altamente conservadora, utilizando técnicas de composição tipográfica moderna para apresentar o texto exatamente como encontrado no suporte original (Cf. CASTRO, 1995).

As normas para a elaboração da edição semidiplomática foram seguidas, o que implica uma transcrição conservadora, incluindo o desdobramento das abreviaturas e a manutenção da forma original do texto conforme aparece no manuscrito. A primeira página do manuscrito apresenta apenas o carimbo molhado da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, com os dizeres: “Bibliotheca Nacional Rio de Janeiro”. No centro, parece estar escrito “SECÇÃO DE MANUSCRIPTOS”, embora algumas letras estejam apagadas, como mostrado a seguir:

Figura 2: Fac-símile Reto<sup>4</sup> inicial da Carta a Rodrigo Rocha comunicando que não poderá participar de evento em homenagem ao Barão do Rio Branco por questões pessoais.



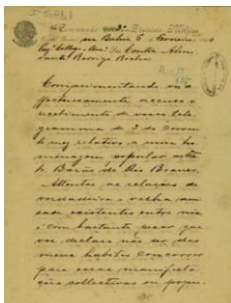
Fonte: Travassos (1904).

---

<sup>4</sup> Não foi possível constatar se é uma folha avulsa que funciona como capa para o manuscrito ou a escrita da carta ocorre no verso do fólio, dessa forma, optou-se por não numerar essa página.



Figura 3: Fac-símile Reto 1 da Carta a Rodrigo Rocha comunicando que não poderá participar de evento em homenagem ao Barão do Rio Branco por questões pessoais.



Fonte: Travassos (1904).

- 4 **Commando do 3º Districto Militar<sup>5</sup>**  
**Quartel General** na Bahia 6 de Fevereiro de 1.904  
 Prezado Collega e Amigo **Senhor.**<sup>6</sup> Contra-Almirante Rodrigo Rocha.<sup>7</sup>
- 5 Comprimtando-vos affectuosamente, accuso o recebimento de vosso telegramma de 3 do corrente mez relativo a uma homenagem popular ao *Exellentissimo*
- 10 *Senhor* Barão do Rio Branco.  
 Attentas as relações de verdadeira e velha amizade existentes entre nós,
- 15 é com bastante pesar que vos declaro não ser dos meus habitos concorrer para essas manifestações collectivas ou popu-

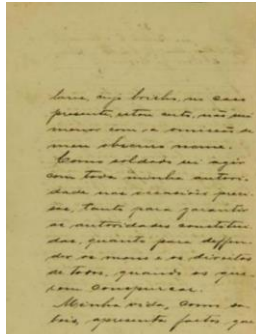
<sup>5</sup> O papel timbrado apresenta o brasão da República do Brasil na margem superior esquerda, algumas inscrições fazem parte da folha timbrada e já estão impressas. Há ainda uma anotação tardia, escrita a lápis: “I-5,21,1”.

<sup>6</sup> A abreviatura encontra-se na parte timbrada.

<sup>7</sup> Após o endereçamento da carta, há uma inscrição: R. nº 13/9/4, os números são escritos à caneta e há um carimbo molhado com as letras. Ao lado direito, há outro carimbo molhado em formato elíptico, com os dizeres: “Bibliotheca Nacional Rio de Janeiro” e no centro, “SECCÃO DE MANUSCRITOS”, com algumas letras apagadas.

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

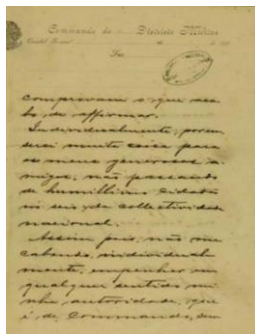
Figura 4: Fac-símile Verso 1 da Carta a Rodrigo Rocha comunicando que não poderá participar de evento em homenagem ao Barão do Rio Branco por questões pessoais.



Fonte: Travassos (1904).

- 20 lares, cujo brilho, no caso  
presente, estou certo, não será  
menor com a omissão de  
meu obscuro nome.  
Como soldado sei agir  
25 com toda minha autori-  
dade nas occasiões preci-  
sas, tanto para garantir  
as autoridades constitui-  
das, quanto para deffen-  
30 der os meus e os direitos  
de todos, quando os que-  
rem conspirar.  
Minha vida, como sa-  
beis, apresenta faltas que

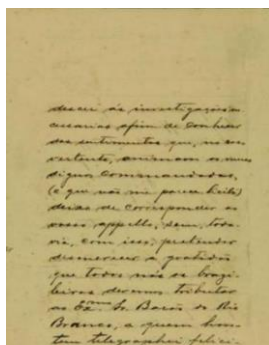
Figura 5: Fac-símile Reto 2 da Carta a Rodrigo Rocha comunicando que não poderá participar de evento em homenagem ao Barão do Rio Branco por questões pessoais.



Fonte: Travassos (1904).

35 **Commando do ..... Districto Militar<sup>8</sup>**  
**Quartel General ..... de ..... de 1.90.....**  
**Snr.<sup>9</sup>**  
 comprovam o que acaba  
 de afirmar.  
 40 Individualmente, porem,  
 serei muita coisa para  
 os meus generosos a-  
 migos, não passando  
 de humillimo cidadão  
 45 no seio da collectividade  
 nacional.  
 Assim pois, não me  
 cabendo, individual-  
 mente, empenhar em  
 50 qualquer sentido mi-  
 nha autoridade, que  
 é de commando, sem

Figura 6: Fac-símile Verso 2 da Carta a Rodrigo Rocha comunicando que não poderá participar de evento em homenagem ao Barão do Rio Branco por questões pessoais.



Fonte: Travassos (1904).

descer ás investigações ne-  
 cessarias afim de conhecer  
 55 dos sentimentos que, no caso  
 vertente, animam os meus

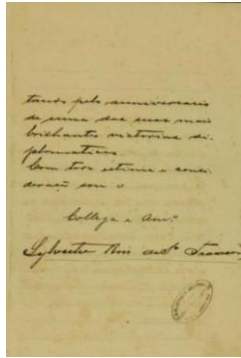
<sup>8</sup> O papel timbrando apresenta o brasão da República do Brasil na margem superior esquerda, nenhuma parte da folha timbrada está preenchida.

<sup>9</sup> Carimbo molhado em formato elíptico após timbre, com os dizeres: “Bibliotheca Nacional Rio de Janeiro” e no centro, “SECÇÃO DE MANUSCRIPTOS”, com algumas letras apagadas.

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

- dignos commadados,  
(o que não me parece licito)  
deixo de corresponder ao
- 60 vosso appello, sem, toda-  
via, com isso, pretender  
desmerecer a gratidaõ  
que todos nós os brazi-  
leiros devemos tributar
- 65 Ao Excellentissimo Senhor Barão do Rio  
Branco, a que hon-  
tem telegraphiei felici-

Figura 7: Fac-símile Reto 3 da Carta a Rodrigo Rocha comunicando que não poderá participar de evento em homenagem ao Barão do Rio Branco por questões pessoais.



Fonte: Travassos (1904).

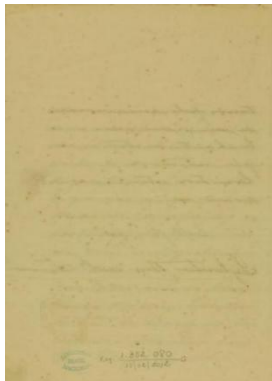
- tando pelo aniversario  
de uma das suas mais
- 70 brilhantes victorias di-  
plomaticas.  
Com toda estima e consi-  
deração sou o
- Collega e Amigo
- 75 Sylvestre Rodrigues da Silva Travassos<sup>10</sup>

O verso da página 3 apresenta o carimbo molhado em formato elíptico com a inscrição “BIBLIOTECA NACIONAL” nas bordas e “BRASIL” no centro do carimbo. Ao lado direito do carimbo, aparece a lápis o seguinte texto: “Reg. 1.352.080/10/02/2012 c”. Tanto o carimbo quanto a marcação estão centralizados na margem inferior.

---

<sup>10</sup> Carimbo molhado em formato elíptico, na margem inferior direita, abaixo da assinatura da carta, com os dizeres: “Bibliotheca Nacional Rio de Janeiro” e no centro, “SECÇÃO DE MANUSCRITOS”, com algumas letras apagadas.

Figura 8: Fac-símile Verso 3 da Carta a Rodrigo Rocha comunicando que não poderá participar de evento em homenagem ao Barão do Rio Branco por questões pessoais.



Fonte: Travassos (1904).

### 5. *Breve análise paleográfica, codicológica e diplomática*

Este estudo baseia-se no fac-símile digital, assim alguns pontos foram selecionados para a exposição neste trabalho. Para os comentários paleográficos, adotam-se alguns aspectos propostos por Cambraia (2005, p. 24), tais como:







- a) classificação da escrita, localização e datação; b) descrição sucinta de características da escrita; c) descrição sucinta do sistema de sinais abreviativos empregados na referida escrita; d) descrição de outros elementos não-alfabéticos existentes e de seu valor geral: números, diacríticos, sinais de pontuação, separação vocabular intralinear e translinear, paragrafação, etc.; e) descrição de pontos de dificuldade na leitura e as soluções adotadas. (CAMBRAIA, 2005, p. 24)

O manuscrito foi escrito em 6 de fevereiro de 1904, na Bahia, segundo Berwanger; Leal (2008, p. 68), grande parte da documentação brasileira está inscrita como humanística. A letra é cursiva, com inclinação para a direita. Sobre a Escrita Humanística Cursiva, Andrade (2010, p. 82) orienta que “apresenta traçado oblíquo à linha, as letras se inclinam à direita, o que se nota sobretudo pelas hastes superiores, e são enlaçadas entre si, com separações claras entre palavras”. A pessoa que assina o documento é a mesma que o escreve. O traçado da letra é firme, o *ductus* da escrita se mantém ao longo do documento, o escrevente demonstra habilidade na escrita, embora a letra cursiva demonstre rapidez na execução, o documento estudado apresenta uma ligadura evidente apenas na assinatura, demonstrando que no restante do documento o es-


crevente teve tempo para concluir a tarefa. A escrita parece bem uniforme, contudo, é possível perceber que algumas letras possuem um peso maior do que as outras.

O quadro a seguir ilustra todas as abreviaturas presentes no manuscrito:

Quadro 1: Abreviaturas constantes no *corpus*.

Fac-símile	Abreviatura	Desdobramento	Localização
	Prez.º	Prezado	f. 1r, 1.3
	Am.º	Amigo	f. 1r, 1.3 f. 3r, 1.74
	Snr. <sup>11</sup>	Senhor	f. 1r, 1.3
	Ex.º	Excellentíssimo	f. 1r, 1.8 f. 2v, 1.65
	Sr.	Senhor	f. 1r, 1.9 f. 2v, 1.65
	Roris	Rodrigues	f. 3r, 1.75


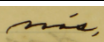
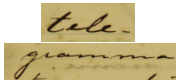
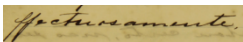
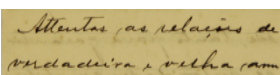
<sup>11</sup> A abreviatura já estava impressa no papel timbrado.

	S <sup>a</sup>	Silva	f. 3r, 1.75
---	----------------	-------	-------------

Fonte: Elaboração própria.

O quadro 2 traz alguns elementos encontrados no *corpus*, mas não lista todas as ocorrências, ou seja, devido a brevidade dos comentários paleográficos e a extensão do manuscrito, optou-se por indicar apenas alguns elementos encontrados. No documento analisado há números, diacríticos, sinais de pontuação, separação de sílaba e paragrafação (CAMBRAIA, 2005).

Quadro 2: Recorte dos elementos não-alfabéticos existentes no *corpus*.

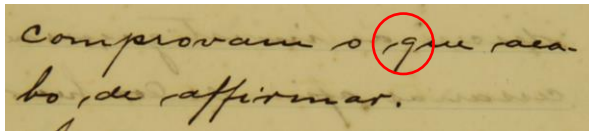
Elemento	Valor geral	Localização
	Número	f. 1r, 1.2
	Diacrítico (Acento grave)	f. 1r, 1.14
	Separação de sílaba	f. 1r, 1.8 e 9
	Pontuação (Vírgula)	f. 1r, 1.6
	Paragrafação	f. 1r, 1.12 e 13

Fonte: Elaboração própria.

Foram encontradas inúmeras consoantes duplas durante a análise paleográfica, porém, como o documento possui cinco fôlios com mancha escrita, compor um quadro com todas as ocorrências ultrapassaria a extensão deste artigo. Outra observação relevante está na grafia da palavra “mez” com “z” no final, diferentemente da usada atualmente. Verificou-se também que a palavra amizade está grafada com a letra “s”. De cunho paleográfico, o escrevente acrescenta um sinal gráfico nas letras iniciais mais arredondadas perceptível antes do “a”, “d” e “q”, podendo ser facilmente confundido com uma vírgula, pois há um leve espaço entre a letra e o sinal, porém, parece fazer parte do modo de escrita do autor.

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

Figura 9: Recorte do Fac-símile da Carta a Rodrigo Rocha comunicando que não poderá participar de evento em homenagem ao Barão do Rio Branco por questões pessoais.



Fonte: Travassos (1904).

Para a elaboração da breve análise codicológica, utilizou-se o *Guia Básico de Descrição Codicológica* proposto por Cambraia (2005, p. 28), com algumas alterações, justamente pela utilização do fac-símile digitalizado para o estudo. Anteriormente mencionado, a carta faz parte da série *Correspondência de terceiros* pertencente à Coleção Ernesto Senna e foi assinada por Silvestre Rodrigues da Silva Travassos, em 06 de fevereiro de 1904, na Bahia. Endereçada a Rodrigo Rocha, a comunicação tenta justificar a ausência do emitente no evento em homenagem ao Barão do Rio Branco.

Como a versão fac-similar digitalizada foi utilizada, não seria possível informar a dimensão do fólio, mancha escrita ou margens, contudo, é possível observar que o texto foi escrito em papel. A contagem das linhas foi iniciada a partir da primeira linha do papel timbrado, do início ao fim do manuscrito, contaram-se 75 linhas, incluindo a assinatura do escrevente. O documento apresenta sete páginas no total, porém apenas cinco páginas com mancha escrita, a primeira página apresenta apenas o carimbo da instituição de arquivo e parece ser mais uma capa para a correspondência do que fazer parte do conteúdo, já a última página conta também com a numeração “Reg. 1.352.080/10/02/2012 c” escrita a lápis, além do carimbo. A carta foi escrita em papel timbrado e apresenta o brasão da República do Brasil em dois fólios, alguns dizeres já estão previamente impressas na folha timbrada.

Há ainda uma anotação tardia, escrita à lápis: “I-5,2I,I” no reto 1. O documento apresenta em vários fólios o carimbo molhado em formato elíptico com os dizeres: “Bibliotheca Nacional Rio de Janeiro” e no centro, “SECÇÃO DE MANUSCRIPTOS”, contudo, algumas letras estão apagadas. A inscrição “R. nº 13/9/4” aparece no primeiro fólio (reto 1), apenas os números são escritos à caneta, as letras são em formato de carimbo molhado.

O texto apresenta ainda uma pauta perceptível, segue alinhado e com tabulação de parágrafo. A sombra da escrita pode ser vista, mas não atrapalha a leitura. Apenas dois fólios apresentam o cabeçalho impresso

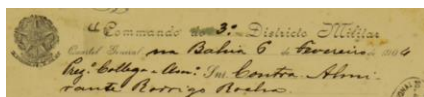


no timbrado, o reto 3 não apresenta a parte impressa. O manuscrito está em ótimo estado de conservação, com raras manchas no corpo do texto, possui algumas manchas nas extremidades da folha, que não impedem a leitura do texto. Não há indicação da ação de papirógrafos ou pragas. O fólho também não apresenta rasgos ou perfurações, nem oxidação de tinta e nem borrões, nem letras sobrescritas ou rasuras.

Apesar da carta ser considerada por Bellotto (2002 e 2008) como um documento não diplomático, possui certa padronização e geralmente contém os seguintes elementos: protocolo inicial, texto e protocolo final. O protocolo inicial apresenta datas (“tópica” ou “cronológica”), endereçamento e direção; já o texto, inclui o objetivo da carta em formato de parágrafo; e o protocolo final compreende o desfecho da carta, composto pelo “fecho de cortesia”, assinatura e nome de emitente (Cf. BELLOTTO, 2002, p. 51-52). O manuscrito, em análise, apresenta basicamente todos os elementos para ser considerado uma carta.

Tem-se como protocolo inicial o recorte do fac-símile a seguir:

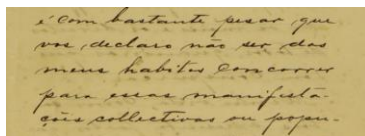
Figura 10: Recorte do Fac-símile da Carta a Rodrigo Rocha comunicando que não poderá participar de evento em homenagem ao Barão do Rio Branco por questões pessoais.



Fonte: Travassos (1904).

Na sequência, apresenta-se o texto com os motivos pelos os quais o emitente não poderá participar do evento, o fac-símile está exposto integralmente na seção Edições. Contudo, abaixo será apresentado o momento de recusa ao convite para participar da homenagem ao Barão do Rio Branco:

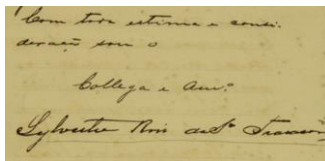
Figura 11: Recorte do Fac-símile da Carta a Rodrigo Rocha comunicando que não poderá participar de evento em homenagem ao Barão do Rio Branco por questões pessoais.



Fonte: Travassos (1904).

O protocolo final consta no último trecho da carta, conforme o recorte do fac-símile abaixo:

Figura 18: Recorte do Fac-símile da Carta a Rodrigo Rocha comunicando que não poderá participar de evento em homenagem ao Barão do Rio Branco por questões pessoais.



Fonte: Travassos (1904).

## 6. Considerações finais

A proposta inicial era realizar um estudo filológico sobre a “Carta a Rodrigo Rocha, comunicando que não poderá participar de evento em homenagem ao Barão do Rio Branco por questões pessoais”. Por meio deste artigo, foi possível não apenas obter conhecimento sobre o manuscrito, mas também sobre as figuras envolvidas na comunicação e sobre o evento propriamente dito.

Ocorreu um resgate da homenagem ao Barão do Rio Branco, realizada em 20 de fevereiro de 1904. Descobriu-se, inclusive, que o Contra-almirante Rodrigo José da Rocha e o próprio Ernesto Senna eram membros de comissões diferentes responsáveis pela mesma comemoração. Em contrapartida, o General Silvestre Rodrigues da Silva Travassos liderou uma revolta contra a vacinação obrigatória contra a varíola (BRASIL, 1904), fato que resultou em sua morte, após ter sido ferido durante o levante. O Barão do Rio Branco, por sua vez, é conhecido por sua atuação na diplomacia do país, ao optar pela resolução pacífica de conflitos de fronteiras com países vizinhos.

A edição semidiplomática do manuscrito apresentada após o fac-símile digitalizado facilita a leitura e o entendimento do texto. Os breves comentários paleográficos enriquecem o estudo, ilustrados por meio de quadros que apresentam todas as abreviaturas presentes no *corpus* e recortes dos elementos não alfabéticos do manuscrito. A breve descrição codicológica considerou a versão digital do fac-símile, constatando que o manuscrito apresenta um total de 75 linhas, incluindo a assinatura do escrevente. Além disso, incluiu uma descrição do estado de conservação do documento, bem como exemplos das intervenções de terceiros. Embora a carta não seja considerada um documento diplomático, sua estrutura contém o protocolo inicial, o texto e o protocolo final, conforme observado na análise diplomática.

Contudo, este artigo não esgota todas as possíveis análises e modos de exercer o labor filológico sobre o documento estudado. Mesmo alcançando o objetivo de realizar um estudo filológico sobre o manuscrito, conclui-se que este trabalho proporcionou conhecimento sobre fatos históricos de uma época pretérita, bem como sobre personagens que foram relevantes para a produção e execução da carta.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Maria Cecília Jurado de. Paleografia. In: SAMARA, E. de M. (Org). *Paleografia, documentação e metodologia histórica*. São Paulo: Humanitas, 2010. p. 9-146

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Diplomática e tipologia documental em arquivos*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

\_\_\_\_\_. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. *Noções de Paleografia e de Diplomática*. 3. ed. rev. e ampl. Santa Maria: UFSM, 2008.

BRASIL. *Lei nº 1261, de 31 de outubro de 1904*. Torna obrigatórias, em toda a República, a vacinação e a revaccinação contra a variola. Rio de Janeiro-DF: Diário Oficial da União, 1904. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/542905/publicacao/15777796>. Acesso em: 09 jul. 2024.

BUENO, Francisco da Silveira. *Estudos de filologia portuguesa*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1967. p. 6-11

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CASTRO, Celso; GAGLIARDI, Juliana. *A revolta da Escola Militar da Praia Vermelha* (1904). *Militares e Política*, nº 5 (jul.-dez. 2009), p. 47-64. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/mp/article/view/33819>. Acesso em: 09 jul. 2024.

CASTRO, Ivo. Filologia. Biblos. In: *Enciclopédia Verbo das literaturas de língua Portuguesa*. Lisboa: Verbo, 1995.

FACHIN, Pablo Roberto Marchis. *Descaminhos e dificuldades: leitura de manuscritos do século XVIII*. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2008.

JUVÊNCIO, Carlos Henrique; ARAÚJO, André Vieira de Freitas. *Marcas de proveniência como vestígios de uma história: A trajetória da coleção de ernesto senna*. *PontodeAcesso*, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 483-504, 2022. DOI: 10.9771/rpa.v16i3.52321. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/52321>. Acesso em: 23 jun. 2024.

SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. Os manuscritos e impressos antigos: a via filológica. In: GIL, B.D.; CARDOSO, E. de A.; CONDÉ, V.G. (Orgs). *Modelos de análise linguística*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 223-34

SPINA, Segismundo. *Introdução à Edótica/crítica textual*. São Paulo: Ars Poética: USP, 1977.

TRAVASSOS, Silvestre Rodrigues da Silva. [*Carta a Rodrigo Rocha comunicando que não poderá participar de evento em homenagem ao Barão do Rio Branco por questões pessoais*]. Bahia [Salvador, BA]: [s.n.], 06/02/1904. 5p. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervodigital/div\\_manuscritos/mss1352080/mss1352080.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervodigital/div_manuscritos/mss1352080/mss1352080.pdf). Acesso em: 11 Abril 2024.

#### Outras fontes:

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1904. Disponível em:

[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730\\_04&pesq=%22Rodrigo%20Rocha%22&pasta=ano%20190&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=7093](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_04&pesq=%22Rodrigo%20Rocha%22&pasta=ano%20190&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=7093). Acesso em: 29 out. 2024.

Obras do Barão do Rio Branco IX: discursos. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

Revista Maritima Brasileira, Rio de Janeiro, janeiro de 1906. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=008567&pagfis=14162>. Acesso em: 9 jul. 2024.

## METÁFORAS DA MORTE NOS DISCURSOS LITERÁRIO E MÉDICO DURANTE A EPIDEMIA DE HIV/AIDS NO BRASIL

Urandi Rosa Novais (UFS)  
[urandinovais@gmail.com](mailto:urandinovais@gmail.com)

### RESUMO

O estudo empreendido objetivou estudar metáforas e metonímias conceituais de morte, em textos literários e da área de medicina, mapeando como os aspectos cognitivos, sociais, históricos e culturais estão atrelados a esse processo de significação. O trabalho está embasado nos pressupostos teóricos da Semântica Cognitiva Sócio-Histórica-Cultural (SANTANA 2019; ALMEIDA, 2020; NOVAIS, 2023), da Teoria da Metáfora Conceptual (LAKOFF E JOHNSON, 1980; LAKOFF, 1987), da Visão multinível da Metáfora Conceptual (KÖVECSES, 2020; LEAL, 2020; SILVA, 2021) e na Teoria da Metonímia Conceptual (PAIVA, 2011). A pesquisa possui uma abordagem qualitativa de caráter descritivo, explicativo e interpretativo, bibliográfico e documental. O corpus foi composto por contos e artigos científicos da área médica, publicados entre os anos de 1980 a 2000, constituído a partir da Teoria dos Fractais (MANDELBROT, 1982; PAIVA, 2011; 2010) e da Técnica da Saturação Teórica (FLAQUETTO *et al.*, 2018; FONTAELLA, 2011; SANTANA, 2019). Os resultados encontrados nos possibilitaram refletir sobre como as metáforas e metonímias conceituais podem moldar determinados discursos na sociedade.

### Palavras-chave:

HIV/AIDS. Metáfora conceptual 2. Metonímia conceptual.

### ABSTRACT

The study undertaken aimed to study conceptual metaphors and metonymies of death, in literary and medical texts, mapping how the cognitive, social, historical and cultural aspects are linked to this process of meaning. The work is based on the theoretical assumptions of Socio-Historical-Cultural Cognitive Semantics (SANTANA 2019; ALMEIDA, 2020; NOVAIS, 2023), Conceptual Metaphor Theory (LAKOFF AND JOHNSON, 1980; LAKOFF, 1987), Multilevel Vision Conceptual Metaphor (KÖVECSES, 2020; Leal, 2020; SILVA, 2021) and the Theory of Conceptual Metonymy (PAIVA, 2011; SPERANDIO, 2014; 2015). The research has a qualitative approach of a descriptive, explanatory and interpretative, bibliographic and documentary nature. The corpus was composed of short stories and scientific articles from the medical field, published between 1980 and 2000, based on the Fractal Theory (MANDELBROT, 1982; PAIVA, 2011, 2010) and the Theoretical Saturation Technique (FLAQUETTO *et al.*, 2018; FONTAELLA, 2011; The results found allowed us to reflect on how conceptual metaphors and metonymies can shape certain discourses in society

### Keywords:

HIV/AIDS. Conceptual metaphor. Conceptual metonymy.

## **1. Introdução**

O tema da morte é algo que instiga a humanidade desde tempos pretéritos. Para alguns a morte é vista como castigo divino para a humanidade enquanto para outros ela pode ser vista como a mola propulsora de muitas atividades humanas. Conforme Becker (1973), em *Negação da morte*, das muitas coisas que movem o ser humano, o terror da morte é a mais forte e determinante, fazendo com que o animal humano busque diversas maneiras de afastar de si a ideia de finitude.

Esse medo da morte fica muito evidente quando o ser humano enfrenta determinadas doenças que fogem do seu controle. Se fizermos uma retrospectiva, na história, perceberemos que, em determinados momentos, muitas pessoas foram dizimadas por determinadas doenças, fazendo com que a ideia de morte fosse algo próximo e a convivência com ela fosse diária. No entanto, com o passar o tempo e, principalmente, os avanços na área de saúde com a descoberta de medicamentos e tratamentos mais eficazes na prevenção e combate de determinadas enfermidades, essa ideia de morte passou a ser distanciada.

Dito isso, o presente trabalho teve por objetivo estudar metáforas e metonímias conceptuais de morte, em textos literários e da área de medicina, mapeando como os aspectos cognitivos, sociais, históricos e culturais estão atrelados a esse processo de significação. Pois, no momento da conceptualização, há uma gama de informações que são acionadas no processo de significação e são essas informações que nos interessam mapear, para compreender como essas metáforas e metonímias moldaram os discursos médico e literário, no contexto da epidemia de HIV/AIDS, no Brasil, entre os anos de 1980 a 2000.

O estudo empreendido se justifica pela necessidade de ampliar as investigações acerca da significação da morte, abarcando um período específico da história do nosso país. Além disso, as mortes decorrentes da epidemia de HIV/AIDS foram conceptualizadas das mais diversas formas, englobando experiências religiosas, científicas, morais etc. Dessa maneira, acreditamos que os textos produzidos nesse contexto, principalmente, os selecionados para compor o nosso corpus de estudo, devem contribuir nesse processo de investigação acerca da conceptualização da morte.

No tocante à metodologia, nossa investigação é de caráter qualitativo, utilizando os seguintes tipos de pesquisa: explicativa, descritiva, documental e bibliográfica, pois essas técnicas contribuem para o estudo

interpretativo dos dados encontrados no *corpus* abordado; este foi constituído de textos literários, contos, escritos por Caio Fernando Abreu (1948-1996), e textos da área de saúde publicados em cinco periódicos de grande circulação nacional (*Revista Bioética, Informe Epidemiológico do SUS, Revista de Saúde Pública, Revista Brasileira de Epidemiologia, e os Cadernos de Saúde Pública*) publicados por diferentes pesquisadores. A composição da nossa amostra de pesquisa se deu a partir do uso da Técnica da Saturação Teórica (Cf. SANTANA, 2019; FLAQUETTO *et al.*, 2018; FONTAELLA, 2011) e a Teoria dos Fractais (Cf. MANDELBROT, 1982; PAIVA, 2011, 2010).

Os resultados encontrados nos possibilitaram refletir sobre como determinadas metáforas conceptuais são capazes de moldar os discursos de uma época, pois a ideia e conceito que se constrói de morte não é apenas um estado, mas também um símbolo complexo que varia de pessoa para pessoa e de uma cultura para outra (Cf. BECKER, 2020 [1973]).

## 2. *A Semântica Cognitiva Sócio-Histórica-Cultural e suas teias teóricas*

O trabalho empreendido se ancorou nos pressupostos teóricos da Semântica Cognitiva Sócio-Histórica-Cultural, doravante SCSHC. Essa vertente de pesquisa é mais uma das muitas ilhas teóricas dos estudos em Linguística/Semântica Cognitiva. A SCSHC “está embasada em uma visão experiencialista da cognição e considera, em suas investigações, a simbiose entre as dimensões social, histórica, cultural, além da dimensão cognitiva, na geração do significado” (ALMEIDA; SANTANA, 2020, p. 113).

Assim, o pensamento adotado nos estudos em SCSHC está embasado em uma visão experiencialista da cognição e relaciona a capacidade cognitiva dos indivíduos ao contexto sócio-histórico-cultural-político-ideológico (Cf. ALMEIDA; SANTOS, 2019). Sendo assim, ao realizar estudos e pesquisas na perspectiva da SCSHC:

Compreendemos que falamos e/ou escrevemos sobre a visão que construímos do mundo e não propriamente sobre o mundo, tal como dado independente de nós. Então, os conceitos gerados pela espécie humana acham-se inter-relacionados ao tempo, à cultura, à ideologia que os produzem e os recriam ou, até mesmo, às posições individuais que afloram no uso linguageiro. Assim sendo, qualquer significado é posicionado, já que, ao ser construído nas diferentes interações humanas, as perspectivas daqueles

que o elaboram, no discurso, impõem-se. (ALMEIDA; SANTOS, 2019, p. 141)

Para conceber essa ideia de significado perspectivista, experiencialista e corpóreo, a SCSHC considera a linguagem enquanto um fenômeno atrelado à biologia humana, pois todas as dimensões da nossa experiência visual como, por exemplo, o movimento, a textura, a forma etc., como as demais modalidades perceptivas ratificam a ideia de que nossa experiência está indissolivelmente atrelada à nossa estrutura. Assim, “(...) quando examinarmos mais de perto como chegamos a conhecer esse mundo, descobriremos sempre que não podemos separar nossa história das ações – biológicas e sociais – a partir das quais ele aparece para nós” (MATURANA; VARELA, 2001 [1984], p. 28).

Desse modo, ao buscar compreender e produzir sentidos acerca do mundo que constrói e no qual está inserido, o ser humano utiliza-se dos mais diversos processos cognitivos e, dentre eles, a metáfora merece destaque. Ela desempenha esse papel por fazer parte da nossa vida cotidiana, estando presente na nossa linguagem, no nosso pensamento e, também, nas nossas ações, ou seja, “(...) Nosso sistema conceptual ordinário, em termos do que pensamos e atuamos, é fundamentalmente de natureza metafórica” (LAKOFF; JOHNSON, 1980, p. 39).

Neste trabalho, estudamos a metáfora conceptual (MC) a partir da visão multiníveis adotada por Kövecses (2017; 2020). Segundo o referido pesquisador, há, em uma metáfora conceptual, uma articulação simultânea de estruturas conceptuais ou unidades que podem ser identificadas a partir de níveis de esquematicidade. Em seus estudos, ele aborda 4 deles: o nível dos Esquemas de Imagem (EIs), o dos Domínios (DMs), o dos *Frames* (*FRs*) e o dos Espaços Mentais (EMs), considerando ainda mais um nível, o nível cinco, em que a metáfora conceptual seja instanciada, ou seja, esse nível está relacionado às expressões linguísticas que instanciam as metáforas e ao contexto em que os textos estudados estão articulados.

Além de estudar os níveis esquemáticos da MC, buscamos estabelecer relações entre metáforas e metonímias conceptuais, pois a metonímia é também elemento da cognição humana e está presente em nossa vida cotidiana, possibilitando-nos compreender os mais diversos conceitos. Assim, podemos afirmar que a metonímia é “um processo cognitivo e linguístico através do qual usamos uma coisa para nos referirmos a outra” (LITTLEMORE, 2015, p. 1).



A importância da metonímia enquanto processo cognitivo e linguístico se dá pela necessidade que temos de englobar o máximo possível de informações sobre o mundo de uma maneira mais administrável (Cf. SILVA, 2021; LITTLEMORE, 2015). Assim, as características metonímicas (parte/todo, característica por pessoa, continente pelo conteúdo, causa por efeito, marca pelo produto etc.) nos possibilita reunir o máximo de informação possível de uma maneira mais prática e objetiva.

Por isso, nossa pesquisa adotou uma postura teórica que investigou as relações existentes entre metáfora e metonímia, sendo essa relação necessária à investigação que realizamos sobre a conceptualização da morte. Pois, ao desenvolver nosso estudo, estabelecendo a interação entre metáfora e metonímia, foi possível compreender melhor o fenômeno estudado.

### 3. *Caminhos metodológicos*

O estudo, aqui apresentado, foi realizado a partir de uma pesquisa de caráter qualitativo, pois essa abordagem de pesquisa abarca, em sua realização, diferentes métodos de investigação, para estudar um determinado fenômeno situado em um local, para entender seu sentido, como também interpretar os sentidos que as pessoas dão a esse fenômeno (Cf. CHIZZOTTI, 2003).

Essa escolha se deu pelo fato de os estudos em SCSHC buscar articular o texto ao contexto em que foi produzido. Pois, em nosso estudo, não nos interessa apenas a expressão linguística que instancia a metáfora e/ou metonímia conceptual, mas, também, o contexto em que o texto de onde a expressão linguística foi retirada e o sujeito escrevente. Pois, como afirma Mattos e Silva (2004), ao realizarmos estudos que articulam texto e história, principalmente os estudos linguísticos, devemos abordar não só as questões sobre “língua”, mas também sobre quem fala, ou seja, os sujeitos escreventes. Assim, ao considerarmos, em nossa investigação, texto-contexto-sujeito escrevente, acreditamos abarcar o máximo de informações possíveis no processo de conceptualização de morte nos discursos médico e literário, durante a epidemia de HIV/AIDS, no Brasil.

Nosso corpus de pesquisa foi composto por textos literários (contos) e artigos científicos da área médica. Para delimitação da nossa amos-

tra de pesquisa, utilizamos a Técnica da Saturação Teórica<sup>12</sup> que, conforme Thiry-Cherques (2009), é um mecanismo que valida a pesquisa, abordando e colhendo informações nos diversos setores e áreas em que seja impossível ou desnecessário o tratamento por probabilidade da amostra de pesquisa.

Embora seja uma técnica adotada nas áreas de saúde, administração e marketing, ela tem sido utilizada nas pesquisas em Letras, especialmente no campo da Linguística/Semântica Cognitiva (Cf. ALMEIDA, 2020; SANTANA, 2019), sendo que essas pesquisadoras mantiveram a preocupação e a responsabilidade do fazer científico no que concerne ao fechamento da amostra de pesquisa por saturação teórica.

Aplicamos essa técnica de maneira que a coleta de dados foi interrompida a partir do momento em que os Domínios Matrizes começaram a se repetir, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 1: Ponto de Saturação nos artigos científicos.

Artigos Científicos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Domínios Matrizes												
CONSEQUÊNCIA	X		x		x		x	X	x	x	x	x
PERIGO							X					
GUERRA		X										
EVENTO		X				x						
ORGANISMO VIVO			X									

Legenda: X novo Domínio Matriz; x Recorrência do Domínio Matriz.

Fonte: Novais (2023, p. 196).

Conforme a tabela acima, fica evidente o momento em que os artigos científicos deixaram de nos oferecer novos DMs relacionados à conceptualização de morte. Essa aplicação também foi realizada com os textos literários, conforme a tabela abaixo.

<sup>12</sup> A técnica da saturação teórica é uma ferramenta utilizada em pesquisas qualitativas, para estabelecer e delimitar o tamanho de uma amostra de estudo, evitando, dessa forma, a captação de dados não relevantes para o estudo do fenômeno observado. Isso se deve ao fato de esses estudos prezarem pela qualidade dos dados e não apenas pela probabilística da quantidade (NOVAIS, 2023, p. 102).

Tabela 2: Ponto de Saturação nos contos.

Domínios Matrizes	Contos				
	1	2	3	4	5
EVENTO	X	x			
ORGANISMO VIVO	X		x		
SENTIMENTO		X			
PERIGO			X		
GUERRA			X		
VIAGEM			X	x	
PROCESSO					X

Legenda: X novo Domínio Matriz; x Recorrência do Domínio Matriz.

Fonte: Novais (2023, p. 196).

Conforme apresentado na tabela 2, não houve ponto de saturação, pois apenas 5 contos do já citado autor nos forneceu expressões linguísticas que instanciam metáforas conceituais de morte.

Delimitado tamanho da nossa amostra de pesquisa, ou seja, 8 artigos científicos e 5 contos, recolhemos os excertos textuais que apresentavam as expressões linguísticas em que encontramos metáforas e metonímias conceituais de morte.

Depois de recolher todos os excertos textuais, organizamo-los a partir das metáforas conceituais que instanciavam e qual Domínio Matriz era acessado no processo de conceptualização conforme o quadro abaixo.

Quadro 1: Organização do estudo do corpus<sup>13</sup>

Excerto textual	Metáfora Conceptual	Domínio Matriz
[...] e agora vejo apenas um rapaz dentro do qual <b>a morte</b> caminha inexorável, só não sabemos quando o <b>golpe final</b> , mas virá [...] (ABREU, 1994, p. 191).	MORTE É GUERRA	GUERRA

Fonte: elaboração nossa.

Realizada essa organização, passamos ao estudo do corpus da seguinte forma: apresentação da metáfora conceptual e as expressões lin-

<sup>13</sup> Apresentamos nesse trabalho apenas o estudo da Metáfora Conceptuais: MORTE É GUERRA. Pretendemos, em estudos futuros apresentar outras metáforas conceituais que foram encontradas em nosso corpus de estudo.

guísticas que as instanciaram; em seguida, apresentamos o estudo dos níveis esquemáticos e a relação entre metáforas e metonímias conceptuais, como veremos na seção a seguir.

#### **4. Metáforas e Metonímias podem moldar o pensamento coletivo: estudo do corpus**

O estudo da metáfora conceptual MORTE É GUERRA busca demonstrar como determinadas metáforas podem estruturar os discursos de uma determinada sociedade, revelando estigmas e preconceitos que precisam ser revistos e combatidos.

##### **4.1. MORTE É GUERRA**

Estudos surgidos a partir da teoria proposta por Lakoff e Johnson (1980) evidenciam como recorremos ao domínio da GUERRA, para a compreensão de outros domínios. No nosso estudo, por exemplo, recorremos ao referido domínio, para compreender o fenômeno da conceptualização da MORTE.

Quadro 2: Ocorrências da Metáfora Conceptual MORTE É GUERRA.

MORTE É GUERRA		
Ocorrência <sup>14</sup>	Autor	Excerto textual
06	ABREU (1994)	[...] e agora vejo apenas um rapaz dentro do qual <b>a morte</b> caminha inexorável, só não sabemos quando <b>o golpe final</b> , mas virá [...] (p. 191).
11	COHEN <i>et al.</i> (1993)	Ocorre que o diagnóstico, com efeito de uma bomba, põe em xeque as defesas psíquicas anteriores, uma vez que denuncia toda a vulnerabilidade humana, antes impossível de ser percebida. <b>Desse confronto com a morte</b> a melhor saída é a de quem estima a própria vida e nela acredita, mesmo levando em conta a sua contingência, inclusive porque o abatimento emocional debilita o corpo, tornando-o ainda mais vulnerável. (p. 02).

Fonte: Novais (2023, p. 140).

<sup>14</sup> As ocorrências 06 e 11 foram as que instanciaram a metáfora conceptual MORTE É GUERRA. Por isso, mantivemos o número, obedecendo a ordem encontrada no corpus da pesquisa. Ressaltamos que, neste trabalho, apresentamos apenas uma das muitas metáforas encontradas.

Ao aplicarmos a visão multiníveis da metáfora (KÖVECSES, 2020; 2017; LEAL, 2020; SILVA, 2021), é possível identificar os seguintes Esquemas de Imagem envolvidos na MC MORTE É GUERRA: LIGAÇÃO, PARTE/TODO, FORÇA, FORÇA CONTRÁRIA e TRAJETÓRIA. O EI LIGAÇÃO é estrutural, ligando os dois domínios envolvidos no processo de conceptualização; o EI PARTE/TODO, também, é estrutural, pois usamos parte dos elementos do domínio GUERRA para compreender MORTE. O EI de FORÇA, mais especificamente, o de FORÇA CONTRÁRIA se dá a partir das seguintes expressões linguísticas: “*Desse confronto com a morte*” e “*golpe final*”, pois, essas expressões nos possibilitam estabelecer uma relação com nossa experiência corpórea de confronto, combate, luta, ou seja, nos opor a uma força contrária, sendo que esses sentidos estão articulados ao DM da GUERRA.

Ainda é possível, na ocorrência 06, identificar o EI TRAJETÓRIA, com foco na META, ou seja, o objetivo final que, neste caso, é a morte do sujeito portador de HIV/AIDS, como é possível perceber na seguinte expressão linguística: “(...) e agora vejo apenas um rapaz dentro do qual a morte caminha inexorável, só não sabemos quando o golpe final, mas virá”. Pela expressão, é possível perceber que a morte traça um determinado trajeto para cumprir seu objetivo final: ceifar a vida do indivíduo.

No segundo nível esquemático temos o Domínio Matriz GUERRA. Isso se dá, principalmente, pelo fato de a morte ser causada por uma doença, AIDS. E, quando se fala de doença, as metáforas da guerra são evocadas. O DM GUERRA acaba se constituindo por diversos *frames*; estes compõem o terceiro nível esquemático da referida MC, sendo eles: LUTA e GOLPE FINAL presentes na expressão linguística “só não sabemos quando o golpe final, mas virá”; ESTRATÉGIA DE ATAQUE/DEFESA presente na expressão linguística “põe em cheque as defesas psíquicas”; BOMBARDEIO evocado na expressão linguística “Ocorre que o diagnóstico, com efeito de bomba”; CONFRONTO presente em “Desse confronto com a morte”.

Nessa evocação de *frames* para elaboração do conteúdo conceptual, chegamos ao nível menos esquemático e mais específico da MC, ou seja, os Espaços Mentais, pois é a partir deles que conseguimos mapear os sentidos presentes nas ocorrências. A ocorrência 06 foi extraída de um texto literário e aciona o EM de CONFIR-MAÇÃO, pois a referida ocorrência é oriunda de um conto datado e localizado no contexto da epidemia de HIV/AIDS, em um momento em que não existia tratamento para

a doença. Assim, a pessoa que se descobria portadora de HIV/AIDS, de certa forma, travava uma luta pela vida. Mas, infelizmente, com ausência de tratamento efetivo e a ação do vírus, enfraquecendo o sistema imunológico do paciente, era uma luta perdida, pois acabava morrendo em decorrência dos agravamentos da doença.

Na ocorrência 06, temos a expressão linguística que confirma essa derrota sofrida pelo sujeito com HIV/AIDS, naquele contexto epidêmico: “a morte caminha inexorável, só não sabemos quando o golpe final, mas virá (...)”. Nessa expressão, levando em consideração o item léxico “inexorável” usado para caracterizar a morte e, considerando o contexto em que o referido texto foi publicado, podemos perceber o quanto a morte era implacável e severa, ou seja, naquele contexto, descobrir-se portador de HIV/AIDS era confirmar a perda da luta pela vida, sofrendo a severidade das ações da doença por todo o corpo até o momento do “*golpe final*”, isto é, da morte do sujeito infectado por HIV/AIDS.

Já na ocorrência 11, oriunda da área médica e escrita por um médico, evoca o EM de ENFRENTAMENTO. Nela, temos a seguinte construção de sentido: o sujeito se vê diagnosticado de forma positiva para HIV/AIDS, “Ocorre que o diagnóstico, com efeito de bomba”, relacionando ao bombardeio de informações e sensações sentidas pela pessoa ao receber o diagnóstico positivo, para uma doença que lhe levaria à morte. Por outra parte, o *frame* ESTRATÉGIAS DE DEFESA acionado pela expressão linguística “põe em cheque as defesas psíquicas” pode ser relacionado à situação psicológica do sujeito que se vê condenado à morte por uma doença que, neste caso, é a AIDS e, por fim, ao evocar o *frame* CONFRONTO, “Desse confronto com a morte”, é acionada a ideia de confrontar a morte, possibilitando ao paciente, naquele contexto epidêmico, lidar, da melhor maneira, com a ideia de morte, para evitar o abatimento emocional e não ficar ainda mais vulnerável à doença que o mataria.

Além disso, quando trazemos o contexto da ocorrência, relacionando-o ao gênero textual artigo científico e ao conceptualizador escrevente, um médico. É possível compreender o uso dos *frames* evocados pelos EMs para a construção da prática real de comunicação. Pois, é comum, no discurso da área médica, o acionamento da nossa experiência com guerra, para falar sobre as doenças e, também, sobre a morte.

Para além da MC MORTE É GUERRA, é possível identificarmos a metonímia conceptual que se apresenta de duas formas, a depender da perspectivação que adotamos. Seguindo os pressupostos de Lakoff

(1987) e Radden e Kövecses (1999), temos a metonímia conceptual como um efeito prototípico, pois, ao retomarmos a expressão linguística “Desse confronto com a morte”, na ocorrência 11, temos o item léxico “confronto”; este, considerando o contexto em que os textos estão datados e localizados, pode ser considerado o elemento mais prototípico da categoria GUERRA que é acionada como DM estruturante da referida MC. Esse efeito prototípico do item CONFRONTO, como já discutido, levou em consideração aspectos do contexto sócio-histórico-cultural, ou seja, entre os muitos itens que compõem a categoria GUERRA, o que mais forneceu informações sobre a guerra travada contra a morte em decorrência de HIV/AIDS foi o item CONFRONTO.

Por outro lado, adotando a perspectiva da metonímia conceptual enquanto um fractal da linguagem (Cf. PAIVA, 2010, 2011; ALMEIDA, 2015; SANTANA, 2019), a referida expressão linguística, ao trazer o item léxico “confronto”, realiza um processo de compressão de todo o DM GUERRA, pois, o *frame* CONFRONTO tem a capacidade de comprimir todo o cenário de guerra, sendo que, partindo da nossa experiência, em um confronto, podemos mapear: os adversários envolvidos na guerra, as estratégias de ataque e defesa, o lado mais vulnerável, as vítimas mortas e feridas, entre outras características que perpassam um ambiente de guerra.

Assim, ao evocar “Desse confronto com a morte”, no cenário de epidemia de HIV/AIDS, há, no item léxico “confronto”, uma compressão de todo o processo envolvido desde o diagnóstico da doença, a aceitação, o enfrentamento dos preconceitos e estigmas sociais, os abalos psicológicos, os tratamentos paliativos e até mesmo a aceitação da ideia de morrer.

Na ocorrência 06, é possível, também, perceber a metonímia enquanto um elemento fractal da linguagem não só pela relação PARTE/TUDO, mas, principalmente, pela capacidade de compressão que ela exerce nesse contexto de uso, pois “golpe final” comprime uma gama de informações que, a partir do contexto em que o texto está inserido, pode ser acionado: o sujeito se descobre com HIV/AIDS, em um contexto sem tratamento efetivo – “um rapaz dentro do qual a morte caminha inexorável”, trava uma luta pela vida com tratamentos paliativos que não surtem efeito; a doença se instala no organismo, debilitando o sistema imunológico, deixando o paciente suscetível às doenças oportunistas – “só não sabemos quando o golpe final, mas virá”, essas doenças levam o indivíduo à morte, ou seja, na luta pela vida entre o sujeito convivendo com

HIV/AIDS e a morte, esta sai vencedora ao dar o golpe final no paciente. E, em uma luta, o golpe final aciona o vencedor (morte) e o perdedor (paciente convivendo com HIV/AIDS).

## 5. *Considerações finais*

Estudar as metáforas conceptuais a partir da visão multinível (Cf. KÖVECSSES, 2020; 2017) nos possibilitou mapear os aspectos estruturantes de uma metáfora conceptual. Além do mais, esses aspectos ratificam os procedimentos teóricos e metodológicos adotados pela SCSHC que, em suas investigações, considera a ideia de mente corporificada, ou seja, os aspectos cognitivos, sociais, históricos e culturais estão atrelados a esse processo de significação.

O estudo nos demonstrou como as metáforas e metonímias conceptuais podem determinar o pensamento e comportamento da sociedade em relação à morte provocada por uma doença, pois, conforme Sontag (1989) muitas metáforas fazem o doente sofrer mais que a própria doença. Assim, ao relacionar o diagnóstico positivo para HIV com a ideia de morte, muitas pessoas, convivendo com o HIV/AIDS, viam-se desesperadas, desamparadas e excluídas do convívio social.

Tanto o discurso médico quanto o discurso literário, ao apresentar a MC MORTE É GUERRA, possibilitaram-nos perceber a visão estigmatizada e preconceituosa da sociedade da época da epidemia de HIV/AIDS, no Brasil. Por isso, é necessário debater, rever conceitos, para combater os estigmas que ainda existem em nossa sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Caio Fernando. *Os dragões não conhecem o paraíso*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

\_\_\_\_\_. *Ovelhas negras*. Porto Alegre: L&PM, 2009.

ALMEIDA, A. Ariadne Domingues. Estamos sempre em guerra? Estudo Cognitivo Sócio-Histórico de uma metáfora da Gripe Espanhola e da COVID-19. *Estudos Linguísticos e Literários*. n. 69, 2020, p. 366-95, Salvador.

\_\_\_\_\_; SANTANA, Neila Maria Oliveira. *Semântica cognitiva sócio-histórica: estudos sobre o significado*. Salvador: EDUNEB, 2020.



\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. A Semântica Cognitiva Sócio-Histórico-Cultural: Questões Epistemológicas. In: LOPES, N. da Silva; SANTOS, E.S. dos; CARVALHO, C. dos S. (Orgs.). *Língua e Sociedade: Diferentes Perspectivas, Fim Comum*. São Paulo: Blucher, 2019. p. 113-32

\_\_\_\_\_; SANTOS, Elisângela Santana dos. O estudo do significado léxico em semântica sócio-histórico-cognitiva. In: *Macabéa – Revista eletrônica do Netlli*, v. 8, n. 2, p. 136-57, Crato, 2019.

BESSA, Marcelo Secron. *Histórias positivas: a literatura (des)construindo a AIDS*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

COHEN, Cláudio; FAIMAN, Carla Júlia Segre. AIDS: ataque ao sistema de defesas psíquicas. *Revista Bioética*, v. 1, n. 1, p. 01-05, 1993.

KÖVECSES, Zoltán. *Extendend conceptual metaphor theory*. Cambridge: Cambridge University press, 2020, p. 50-92.

\_\_\_\_\_. Levels of metaphor. *Cognitive linguistics*, v. 2 n. 28, p. 321-47, Amsterdam, 2017.

LAKOFF, George. *Woman, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: The University Chicago Press, 1987.

LAKOFF, George; TURNER, Mark. *More than cool reason: a field guide to poetic me-taphor*. Chicago: The University Chicago Press, 1989.

LEAL, Morgana de Abreu. *Metáforas do medo*. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Educação e Humanidades – Instituto de Letras – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro, 2020. 241f.

LITTLEMORE, J. *Metonymy: Hidden Shortcuts in Language, Thought and Communication*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

MANDELBROT, Benoît. Fractais. In: FAUSTO, R. *et al.* (Org.). *Fronteiras da ciência: desenvolvimentos recentes Desafios futuros*. Coimbra: Gradiva, 2003.

MATURANA, H.; VARELA, F. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. Trad. de Humberto Mariotti e Lia Diskin. São Paulo: Palas Athena, 2001.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. O processamento metonímico/metafórico à luz da teoria do caos/complexidade. *Revista Portuguesa de Humanidades/Estudos Linguísticos*, p. 51-66, 2011.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. A metonímia como processo fractal multimodal. *Veredas online* – atemática, p. 07-19, PPG linguística/UFJF – Juiz de Fora, 2010.

SANTANA, Neila Maria Oliveira. Estudo Sócio-Histórico-Cognitivo das conceptualizações e categorizações do amor em cartas dos séculos XIX e XX. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras – Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, 2019. 212f.

SONTAG, Susan. *Aids e suas metáforas*. Trad. de Paulo Henrique de Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

TUIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento. *Revista Brasileira de Pesquisas em Marketing (PMKT)*, v. 2, p. 20-7, setembro, 2009.

NOVAIS, Urandi Rosa. *A epidemia de HIV/AIDS no Brasil: um estudo semântico cognitivo sócio-histórico-cultural da conceptualização da morte no século XX*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2023. 193f.

**NOTAS SOBRE UMA PROPOSTA DE ANÁLISE  
LEXICOLÓGICA DO CAMPO DO HUMANO NO PROJETO  
DE LEI Nº 2.338/2023 QUE DISPÕE SOBRE A INTELIGÊNCIA  
ARTIFICIAL NO BRASIL**

*Carla Maria França* (UNEB)

[c\\_carlafrancan@hotmail.com](mailto:c_carlafrancan@hotmail.com)

*Maria da Conceição Reis Teixeira* (UNEB)

[conceicaoreis@terra.com.br](mailto:conceicaoreis@terra.com.br)

**RESUMO**

Na presente comunicação, almejamos tecer considerações sobre estudo lexicológico em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Estudos e Linguagens (PPGEL) da Universidade do Estado da Bahia. No referido estudo, objetiva-se identificar e classificar as marcas lexicais deixadas no texto do Projeto de Lei (PL) nº 2.338/2023, visando contribuir com a compreensão da consideração da centralidade humana e seu alcance sobre a distribuição e uso da inteligência artificial. O estudo documental de cunho qualitativo encontra-se ancorado no aporte teórico e metodológico da teoria dos Campos Lexicais postulada pelo linguista romeno Eugenio Coseriu (1986 [1977]). O texto do projeto de lei que integra o *corpus* da pesquisa encontra-se em tramitação no Senado Federal com previsão de aprovação no segundo semestre de 2024. Cabe destacar que o campo lexical do humano posto em funcionamento no PL 2.338/2023 e seu texto substitutivo consta lexias referentes ao campo do humano e evidencia o lugar do homem em relação às práticas e aos lugares sociais que ocupa, agora, em relação com a inteligência artificial. Para tanto, as lexias estudadas são, *a priori*, classificadas em dois grandes grupos: funções sociais e/ou atribuições e qualificados humanos.

**Palavras-chave:**

**Humano. Campos lexicais. Inteligência Artificial.**

**ABSTRACT**

In this communication, we wish to make considerations about a lexicological study in progress in the Graduate Program in Studies and Languages (PPGEL) of the Universidade Estado da Bahia (UNEB). No referido. study, aims to identify and classify the lexical marks left in. text of Bill (PL) 2.338/2023, aiming to contribute to the understanding of the consideration of human centrality and its scope on the distribution and use of artificial intelligence. The qualitative documentary study is anchored in the theoretical and methodological contribution of the theory of the Lexical Fields postulated by the Romanian linguist Eugenio Coseriu (1986 [1977]). The text of the bill that integrates the corpus of research is under processing in the Federal Senate with approval expected in the second half of 2024. It should be noted that the lexical field of human put into operation in PL 2.338/2023 and its substitute text contains lexias referring to the human field and highlights the place of man in relation to the practices and social places he occupies, now, in relation to artificial intelligence. For this, the lexias studied

are, a priori, classified into two main groups: social functions and/or attributions and human qualifiers.

**Keywords:**

**Human. Artificial intelligence. Lexical fields.**

## **1. Introdução**

A análise de um texto de lei, patrimônio do direito civil e registro das normas que regem relações demandadas no território nacional, oferece uma visão detalhada e comprometida com pormenores de um tema maior e instigante que poderiam passar despercebidos, contudo, permitem entender as relações de poder tensionadas nas relações sociais. Os estudos lexicais, segundo alguns teóricos contemporâneos, possibilitam acessar o nível da língua (léxico) que registra valores, crenças, hábitos e as inovações tecnológicas de uma comunidade.

O ser humano, no desenvolvimento de técnicas de sobrevivência e interação, sempre buscou algo que facilitasse suas tarefas cotidianas. Em síntese, ao processo, técnicas, instrumentos e produtos dessa busca dá-se o nome de tecnologia. Materializada nos equipamentos físicos e sócio-organizacionais, a tecnologia acompanha ações cognitivas e físicas do ser humano no percurso de sua história. Após adentrar na era das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), a humanidade chega agora, à era da Inteligência Artificial (IA), com a qual se alimenta de um sistema com dados vindos de determinado campo para que, com eles, o sistema aprenda e extraia padrões.

Assim, como a TV acabou por influenciar modos de ser e de agir sobre os nativos da época de sua disseminação no século XX, a IA provoca efeitos na sociedade, mas não tão aparentes quanto os da tecnologia televisiva. Ela surge do questionamento do que fazer com o crescente número de dados gerados dos processos de interações estabelecidas na internet. Em consequência do surgimento dessa nova tecnologia, as sociedades foram obrigadas a lidar com inédita mediação da realidade. Essa mediação é percebida pelo alcance de algoritmos que mapeiam os padrões comportamentais dos usuários dos aplicativos de interação social, bem como das redes neurais inspiradas no cérebro humano.

Nesse cenário, este artigo é um recorte da dissertação em andamento no Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) cujo objetivo é identificar registros do campo lexical do humano no texto inicial do Projeto de Lei

(PL) 2.338/2023. O estudo em desenvolvimento busca averiguar como a centralidade humana em seu escopo constitucional é considerada no corpo do texto do referido projeto de lei. O texto do projeto de lei que integra o *corpus* da pesquisa encontra-se em tramitação no Senado Federal, por isso, optou-se pelo texto inicial, anterior às mais de cem emendas já propostas. O conteúdo do texto inicial do PL 2.338/2023 trata explicitamente de riscos, direitos e deveres dos atores envolvidos no uso e governança de sistemas de IA.

Trata-se de uma pesquisa documental quali quantitativa construída sob o aporte teórico-metodológico dos princípios da Lexemática ou Semântica Estrutural aplicados aos conceitos dos campos lexicais.

Espera-se, com a dissertação intitulada “Análise Lexicológica do campo lexical do humano no projeto de lei que regula o uso da Inteligência Artificial no Brasil”, suscitar uma reflexão linguística acerca do atual momento de tomada de decisões em torno do desenvolvimento tecnológico. Acredita-se que um estudo lexicológico do referido projeto de lei possa contribuir a compreensão de aspectos da estrutura social em que o documento está inserido. Segundo Teixeira, o estudo do léxico “permite entrever aspectos do funcionamento da estrutura social da comunidade de fala de uma dada língua” (TEIXIERA, 2017, p. 296).

As seções que seguem dão notícia sobre, respectivamente, a questão da pesquisa e seus objetivos, aporte teórico-metodológico, o *corpus* e seu contexto de produção, e, por fim, algumas notas de uma análise prévia de cinco lexias que integram o *corpus*.

## 2. *Questão de pesquisa e objetivos*

Linguagem e sociedade estão necessariamente imbricadas nas produções de enunciados que viabilizam as práticas sociais nas diversas esferas. A língua, materializada na fala ou na escrita, possibilita várias perspectivas de investigação, levando-se em consideração a sua relação com a sociedade. Uma delas é enveredar pela análise do léxico a partir de um texto produzido em determinado momento histórico. Segundo Abba-de, “estudar o léxico de uma língua é abrir possibilidades de conhecer mais um pouco da história social do povo que a utiliza” (ABBADE, 2011, p. 1332).

Em função disso e partindo da concepção do texto de lei como patrimônio nacional, o desafio da investigação é responder à questão: como

a centralidade humana, em seu escopo constitucional, é considerada no corpo do texto do projeto de lei nº 2.338 de 2023?

A partir da questão aqui colocada, tem-se como objetivo geral a configurar do campo lexical do humano no projeto de lei originalmente proposto pelo senador Rodrigo Pacheco (nº 2.338/2023), que busca regular o uso da Inteligência Artificial no Brasil. Tem-se, então, como objetivos específicos: a) inventariar as lexias referentes ao campo do humano no texto do PL; b) organizar as lexias inventariadas em macrocampos e, conseqüentemente, sua divisão em microcampos, a partir das relações de oposição entre as lexias; c) construir as entradas lexicais do *corpus* em análise levando em consideração o contexto da língua em uso no texto, bem como os aspectos social e econômico do Brasil; d) analisar a relevância da centralidade humana nos enunciados do corpo do texto da referida lei.

### **3. Aporte teórico-metodológico**

O texto do projeto de lei que regula o uso da IA possui um conjunto de termos conhecidos na atualidade, no que se refere a área do direito e da informática, mas muitos outros certamente desconhecidos no que tange aos mesmos temas e às relações de mercado, o que pode ativar sentidos específicos dependendo da esfera social de interesse no assunto. Assim, considerar os princípios da Lexemática, aplicados à teoria dos campos lexicais permite dialogar com esferas diversas da atividade humana, trazendo à reflexão expressões e registros que poderiam passar indiferentes por se tratar de um tema recente e emergente: a inteligência artificial.

Conforme dito anteriormente, o problema da proposta de pesquisa refere-se à centralidade humana, fundamento constitucional, na perspectiva jurídica. Essa centralidade humana, no âmbito constitucional, compreende a consideração dos direitos fundamentais da pessoa humana, a saber: direito à vida, direito à liberdade, direito à igualdade, direito à segurança, direito à propriedade, direito à educação, direito à saúde, direito à moradia, direito ao trabalho e direito ao lazer.

Cabe observar que tais direitos não são encontrados, à primeira vista, no texto da Carta Magna, contudo, são objeto de interpretação da Doutrina e Jurisprudência (BRASIL, 1988). No estabelecimento desses direitos, o conceito de pessoa humana, construído na tradição filosófica desde a Roma Antiga, é essencial, pois proporciona entendimento do

conceito de dignidade humana, inerente à natureza humana (Cf. MENDONÇA; RAMIRO, 2022, p. 74). Pode-se definir assim, a centralidade humana:

A centralidade da pessoa humana como fundamento constitucional compreende sua proteção, e a garantia de sua dignidade e direitos inalienáveis, sendo assunto em constante debate, defesa e interações com outras classificações que vêm lhe dar plena compreensão e sentido” (MENDONÇA; RAMIRO, 2022, p. 73)

Quanto ao sentido de humano, optou-se pelo sentido antropológico, assim como concebe Jean Paul Sartre (2005). Para este autor, o ser humano é um ser-para-si, um ser livre e a liberdade só se realiza na ação, na capacidade humana de modificar a realidade. Ele é móvel, livre para si, para lutar pela sua vida.

O estudo aqui delineado caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa do tipo descritiva para a composição de um resultado lexicológico: um quadro descritivo dos lexemas referentes ao humano. Aplicar-se-ão os princípios da lexicática, especialmente seguindo alguns conceitos da teoria dos campos lexicais assim postulados por Coseriu (1977). A princípio, o método descritivo foi tomado para identificar e registrar as lexias referentes ao humano, conforme objetivos específicos do projeto. Ao conceitualizar as lexias e o campo estudado, acredita-se contribuir para uma reflexão crítica quanto ao advento e gestão do momento de produção e divulgação científica e tecnológica liderado pela IA.

De início, buscar-se-á selecionar os itens que constituiriam o campo lexical do humano tanto quanto nome, como qualificador, para compor, em seguida, os macrocampos e microcampos. Em vista dos objetivos específicos, para prosseguir com a seleção das lexias, serão utilizados programas de busca, como por exemplo, o *AntConc* e as ferramentas do *Word*. No processo de registro das entradas lexicais, serão consultadas obras lexicográficas corrente da língua portuguesa, o *Novíssimo Aulete: Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* (Cf. AULETE; GEIGER, 2011) vocabulário jurídico (Cf. SANTOS, 2001; SILVA, 2012 ou sua versão digital.

Na perspectiva da teoria dos campos lexicais, cada lexia agrupada em dado campo possui um valor lexical comum com as demais do mesmo campo, opondo-se, ao mesmo tempo entre si, por traços distintivos mínimos de conteúdo. Cada lexia organiza-se em função de um campo conceitual comum, nesse caso, o conceito do humano em oposição ao conceito do artificial ou cibernético.

A teoria dos campos lexicais serve à Lexicologia, Lexicografia, Terminografia, Semântica e às demais áreas que precisarem e, assim optarem, lançar mão da materialidade lexical na diversidade de textos circulantes nas esferas sociais.

O ser humano nomina ou conceitua a realidade a seu redor através do léxico, o que, na teoria dos campos lexicais, dá-se por categorias léxico-gramaticais, como explica Biderman: “A conceptualização da realidade configura-se lingüisticamente em modelos categoriais arbitrários não coincidentes” (BIDERMAN, 1998, p. 92). Enfim, o estudo a partir dos campos lexicais, por lidar com unidades de sentido construído pela sua realização na sociedade, permite registrar e categorizar frequências, repetições de ocorrências lexicais, em textos de relevância social como notfícios, documentos legais, cartas políticas e outros.

#### **4. O *corpus* e seu contexto de produção**

A língua, além de registrar e acumular as aquisições culturais, espelha a vida do povo, retrata as influências pelas quais passam os grupos humanos, traduzindo os anseios que assinalam as diferentes épocas, evidenciando as tendências que marcam cada momento, fornecendo, sempre e em qualquer época, elementos para uma leitura da sociedade (Cf. TEIXEIRA, 2017, p. 294). O *corpus* sobre o qual será feita a análise desta pesquisa é o texto de um projeto de lei de 33 páginas, oriundo de um anteprojeto de lei elaborado por uma comissão de juristas e especialistas em direito civil e digital e do então senador Rodrigo Pacheco, que foi coordenada por Ricardo Villas Bôas Cuevas, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Segundo a página do Senado, edição escrita por Iara Farias Borges, em maio de 2023:

Para elaborar o anteprojeto, a comissão de especialistas realizou quatro audiências públicas, um seminário internacional e 12 painéis temáticos que ouviram mais de 60 especialistas. Além disso, encomendou estudo legislativo sobre o assunto (BORGES, 2023, [n.p.]

O projeto foi apresentado pelo Senador e Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, também autor do projeto, para a apreciação do Plenário (Senado) em três de maio de 2023. O PL 2.338/23 nove capítulos, em páginas numeradas no rodapé e codificadas conforme normas para anteprojeto e projetos estabelecidas pelo Senado Federal. Assim, o PL 2.338/23, tornado público via acesso pelo site do Senado Federal (<https://www25.senado.leg.br>), traz a característica da sua transitoriedade nas palavras e em sua formatação.



Em seu teor, o PL 2.338/2023 descreve obrigações de autoridade competente para fiscalizar a governança, uso e divulgação dos sistemas de IA no país. Além disso sugere valores de multa proporcionais para pessoas físicas e para pessoas jurídicas. Em sua configuração original, “prevê avaliação de riscos, responsabilização dos agentes envolvidos e direitos de pessoas eventualmente afetadas pela Inteligência Artificial” (BORGES, 2023, [n.p.]) e dá definições metalinguísticas sobre termos do PL.

Uma regulação da IA tornou-se necessária e urgente, principalmente depois da promulgação do *AI Act* da União Europeia, considerando o caminho trilhado por outros cenários internacionais. Há, segundo alguns especialistas, com uma regulação oficial, a facilitação de um diálogo entre legislações de diferentes nações, a partir de uma interoperabilidade, ou seja, uma convergência regulatória, o que aumentaria a “boa vontade” dessas nações nas oitivas e atendimentos nos quesitos informação, segurança e parcerias em relação ao Brasil, pois tais países não teriam grande “esforço de adequação” ao contexto brasileiro.

Ainda há que se considerar, nesse mesmo contexto de produção, que, ao tratar com questões cibernéticas, os atores envolvidos na elaboração, aprovação e promulgação de leis, lidam com o chamado “problema de ritmo” (*problem pacing*), especialmente, no caso da IA, que possui uma aceleração de mudança exponencial. É que, simplesmente, tal problema faz com que a regulação não dê conta de acompanhar seu objeto de regulação – a tecnologia. Na visão dos envolvidos e de estudiosos no assunto, a demora na implementação de regras e, proporcionalmente, a desatualização de quaisquer normas aprovadas para a regulação são adversidades potenciais que acompanham as legislações em IA (Época, 2024, n.p.). A primeira emenda ao PL 2.338 refletiu primordialmente sobre o *problem pacing*, propondo a descrição e visualização clara dos riscos do desenvolvimento e uso de sistemas em IA à centralidade humana em seus diversos graus.

### 5. Algumas notas da análise lexicológica

Partindo dessas noções, apresentadas *en passant* neste artigo, separou-se cinco itens lexicais localizadas no início do documento do PL 2.338/2023.

As lexias “pessoa humana”, “direitos humanos”, “participação humana”, “consumidor”, “fornecedor de sistema de inteligência artificial

al” encontram-se agrupadas em macrocampos, conforme pode-se ver no quadro a seguir:

Quadro 01: Ocorrências de lexias nominais e seus macrocampos .

MACROCAMPO	LEXIA
Antropológico	Pessoa humana
	Direitos humanos
	Participação humana
Profissão/função social	Consumidor
	Fornecedor de sistema de inteligência artificial

Fonte: Elaborado pelas autoras.

No corpo do texto do projeto de lei há lexias voltadas a profissões ou funções sociais (posições ou lugares sociais nos âmbitos político, jurídico, familiar e demais), que são denominadas lexias nominais porque são constituídas por grupos de sintagmas nominais. Nas estruturas paradigmáticas e sintagmáticas, as escolhas lexicais são realizadas nos processos qualificadores e especificadores. O adjetivo “humana” qualifica nomes salientando a necessidade atual de diferenciar “humano” e “artificial” como em “participação” e, mais adiante, em “revisão”, os quais estão no macrocampo antropológico.

As lexias nominais simples e compostas do macrocampo das profissões ou funções ocupados pelos sujeitos na sociedade podem ser pensadas em oposição aos ramos de atividade humana como em “fornecedor de sistema de inteligência artificial”. O item lexical “consumidor”, por sua vez, pode ser pensado em oposição a “usuários”, o qual é comumente utilizado no campo lexical da literatura informática.

## 6. Considerações finais

O propósito deste artigo foi apresentar algumas notas de uma análise lexicológica que se pretende desenvolver à luz da Lexemática, operando com alguns conceitos da teoria dos campos lexicais.

Os modos de produção da sociedade são frutos de sua organização em resposta às necessidades de cada tempo e é através do léxico que linguisticamente ficam registrados construtos sociais do funcionamento dessa organização.

Acredita-se que a análise das lexias do campo do humano permite confirmar a importância das deliberações humanas ante a emergência de uma tecnologia generativa, capaz de ser cocriadora de relações sociais e seus produtos, enfim, permite refletir na atividade e responsabilidade do homem individual e social com os engenhos que constrói e suas consequências presentes e futuras.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBADE. Celina Márcia de S. Lexicologia e a Teoria dos Campos Lexicais. In: XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia. 2011. Anais do XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia. Disponível em: 105.pdf (filologia.org.br). Acesso em: 18 abr. 2024.

AULETE Caldas; GEIGER, Paulo. Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

BIDERMAN, Maria Tereza C. Dimensões da palavra. In: Filologia e Linguística portuguesa, n. 2. p. 81-818. Araraquara, 1998. Disponível em: Biderman 1998\_0.pdf (usp.br). Acesso em; 28 jun. 2024.

BORGES, Iara Maria. Pacheco apresenta projeto de regulação da Inteligência Artificial sugerido por comissão de especialistas. *Rádio Senado*. 8 mai. 2023. Disponível em: Pacheco apresenta projeto de regulação da Inteligência Artificial sugerido por comissão de especialistas – Rádio Senado. Acesso em: 30 jun. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília-DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 22 out. 2024.

BRASIL. *Projeto de lei nº 2.338, de 03 maio de 2023*. Dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial. Brasília, DF. Senado Federal, 2024. Disponível em: documento (senado.leg.br). Acesso em 18 abr. 2024.

BRASIL. *Atividade Legislativa – Comissões*. Disponível em: CTIA - Comissão Temporária Interna sobre Inteligência Artificial no Brasil – Atividade Legislativa – Senado Federal. Acesso em: 26 abr. 2024.

COSERIU, Eugenio. *Princípios de semântica estrutural*. Madrid: Gredos, 1977.

\_\_\_\_\_. *Linguistic competence: what is it really?* Modern Language Review, n. 80, v. 4, p.xxv-xxxv, Cambridge, 1985.

\_\_\_\_\_. *Lições de linguística geral*. Trad. de Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1980.

\_\_\_\_\_. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística*. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

\_\_\_\_\_. Sincronía, diacronía y tipología. In: Congreso Internacional de Lingüística Y Filología Románicas, 11, 1965, Madrid. Actas [...] Madrid: Facultad de Filosofía y Letras, 1968. p. 269-281.

\_\_\_\_\_. *Georg von der Gabelentz et la linguistique synchronique*. Word, v. 23, n.1-3, p. 74-100, Philadelphia, 1967.

\_\_\_\_\_. Structure lexicale et enseignement du vocabulaire. In: Premier Colloque International de Linguistique Appliquée, 1966. *Actes [...]*, Nancy: Faculté des lettres et des sciences humaines de l'Université de Nancy, 1966. p. 175-252

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Léxico e semântica: estudos produtivos sobre palavra e significação*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

HUMBOLDT, W. V. *Humboldt on language: on the diversity of human language construction and its influence on the mental development of the human species*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999

SANTOS, Washington dos. *Vocabulário jurídico universitário*. Imprensa: Divinópolis, Apollo, 2001.

SARTRE, Jean Paul. *O ser e o Nada*. São Paulo: Vozes, 2005.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. 26. ed. Trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix: 1995.

SILVA, De Plácido e. *Vocabulário jurídico*. 31. ed. São Paulo: Forense, 2012.

TEIXEIRA, Maria da Conceição R. (2017). Uma análise lexicológica dos instrumentos e das relações de trabalho em Seara Vermelha, de Jorge Amado. *A Cor Das Letras*, 18(2), 294-302. Disponível em: <https://doi.org/10.13102/cl.v18i2.1862>. Acesso em: 20 abr. 2024.

Outra fonte:

Consumidor. Disponível em: BRASIL. Lei n. 8.078 – 1990. Código de defesa do consumidor.

Direitos humanos – Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/o-que-sao-direitos-humanos#:~:text=Os%20direitos%20humanos%20pertencem%20a,cada%20um%20de%20n%C3%B3s%20iguaism&text=Os%20direitos%20humanos%20s%C3%A3o%20normas,os%20direitos%20de%20outra%20pessop>. Acesso em 21 out. 2024.

**O CAMPO LEXICAL DO ENVELHECER  
E SUAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM MEMÓRIAS  
PÓSTUMAS DE BRÁS CUBAS**

*Paulo Roberto Santos Reis Soares* (UNEB)

[psipaulorobortoreis@gmail.com](mailto:psipaulorobortoreis@gmail.com)

*Celina Márcia de Souza Abbade* (UNEB)

[celinabbade@gmail.com](mailto:celinabbade@gmail.com)

**RESUMO**

A evidência de que há um crescimento vertiginoso da população envelhecida, no âmbito mundial, provoca uma série de observações e estudos sobre a temática do envelhecimento. Diante desse contexto, surge a necessidade de um novo olhar para as perspectivas linguísticas do envelhecimento investigando o arcabouço lexical da literatura Machadoiana, que evidencia, como um de seus elementos, a complexidade do processo de envelhecer. O presente artigo tem como objetivo apresentar uma análise sobre o campo lexical do envelhecer e suas representações sociais, na obra “Memórias póstumas de Brás Cubas”, do escritor realista Machado de Assis, numa perspectiva lexemática. O estudo bibliográfico de cunho qualitativo encontra-se fundamentado no aporte teórico e metodológico da teoria dos Campos Lexicais postulada por Eugenio Coseriu (1986 [1977]). Os resultados evidenciam que o fenômeno do envelhecer não compreende apenas a ordem do biológica, mas, também, aspectos psicológicos, existenciais, sociais e, sobretudo linguísticos.

**Palavras-chave:**

Envelhecer. Lexemática. Campos lexicais.

**ABSTRACT**

The evidence that there is a dizzying growth in the aging population, worldwide, provokes a series of observations and studies on the subject of aging. Given this context, there is a need for a new look at the linguistic perspectives of aging, investigating the lexical framework of Machado's literature, which highlights, as one of its elements, the complexity of the aging process. This article aims to present an analysis of the lexical field of aging and its social representations, in the work “Memórias póstumas de Brás Cubas”, by the realist writer Machado de Assis, from a lexematic perspective. The qualitative bibliographic study is based on the theoretical and methodological contribution of the Lexical Fields theory postulated by Eugenio Coseriu (1986 [1977]). The results show that the phenomenon of aging does not only comprise the biological order, but also psychological, existential, social and, above all, linguistic aspects.

**Keywords:**

Lexematics. Get old. Lexical fields.

## 1. Introdução

Estudar o léxico de “Memórias póstumas de Brás Cubas” é resgatar a memória do surgimento do Realismo brasileiro que, se opondo ao Romantismo, trouxe elementos concretos da vida de um homem recém-chegado à velhice. A obra em questão é um marco histórico, pois remonta uma mudança na literatura brasileira. A substituição da idealização do homem, diante de uma sequência lógica temporal e subjetiva, para uma visão não linear e objetiva acerca do indivíduo, enquanto ente social, faz do movimento Realista uma mola propulsora de crítica e problematização de novas representações sociais.

Com o advento do cientificismo, o convencionalismo da linguagem do Romantismo já não era capaz de responder às indagações da razão, que desnudava o ser humano evidenciando a sua natureza biopsicossocial (Cf. CADEMARTORI, 1985). Nota-se, a partir do repertório machadiano, que o homem real é atravessado por marcadores de um tempo, que não segue divagações virtuosas nem heroicas. A temporalidade em “Memórias póstumas de Brás Cubas” postula a escrita da verossimilhança. As personagens fogem da romantização e apresentam uma ideia de homem que durante o seu curso de vida percebe a sua existência que dicotomiza com a finitude e a morte.

Nessa esteira, Machado de Assis não releva apenas a sua própria história, mas também as suas percepções e vivências sobre o processo de envelhecimento, desde o nascimento até a morte, no século XIX. A ideia presente no pensamento de Abbade (2011) corrobora para o entendimento de que as palavras trazem características de quem as profere. Contudo, esses elementos lexicais podem ser encontrados nas diversas representações sociais da nossa atualidade, que se depara com as temáticas do desenvolvimento humano (Cf. MOSCOVICI, 1961).

Pretende-se, aqui, promover discussões relacionando aspectos do envelhecimento e da velhice, a partir do levantamento de seu léxico na obra literária Machadiana. Para tanto, a teoria dos campos lexicais contribuirá na estruturação do conjunto de palavras presentes na obra, com o intuito de agrupar lexias que estejam inseridas num mesmo campo lexical. Nesse ínterim, faz-se necessária uma investigação do vocabulário da obra e dos aspectos dos personagens, como ferramentas de contextualização histórico-cultural (Cf. ABBADE, 2011).

Considera-se, a partir de tais pressupostos, a linguagem como elemento constitutivo da comunicação e interação da pessoa humana com

o social. Antes de cumprir a finalidade de comunicar, a linguagem serve para promover a elaboração e construção do pensamento (Cf. FRANCHI, 2011). Esse elo, entre a dimensão social da palavra e os seus sentidos, é multidisciplinar.

Ao organizar o campo lexical do envelhecer, em “Memórias póstumas de Brás Cubas”, numa perspectiva lexicomática, almeja-se evidenciar os diversos constructos acerca do envelhecimento humano na sociedade hodierna. Destarte, os estudos lexicais podem contribuir efetivamente para a discussão e formação, no que tange aos aparatos da promoção da longevidade, saúde mental e qualidade de vida, uma vez que “estudar o léxico de uma língua, é estudar também a História do povo que a fala”. (ABBADE, 2006, p. 213). O presente trabalho pretende refletir sobre o campo lexical do envelhecer e suas representações sociais em “Memórias póstumas de Brás Cubas”.

## **2. Língua, léxico e literatura**

A língua se caracteriza como um sistema de signos e regras e ocupa um lugar central na vida humana, porque é responsável pela mediação entre o indivíduo, na sua concretude, e a sociedade. Sem a língua o homem estaria impossibilitado de desenvolver as habilidades de comunicação social. Dessa forma, a organização interna de uma língua favorece a construção de repertórios heterogêneos em meio a códigos comuns, sendo a linguagem a ferramenta de agrupamento, interação e socialização de mensagens (Cf. POLGUÈRE, 2018).

Nesse processo, o léxico é fundamental para a compreensão da língua e da linguagem como recursos imprescindíveis para a construção da cultura e da sociedade. Outrossim, cada lexia traz consigo definições de seu contexto sociocultural perante o testemunho de sua época. Em outras palavras, o léxico envereda-se pela história, costumes e hábitos de um povo, que constantemente constrói memórias (Cf. ABBADE, 2008). Na incursão pela entidade das lexias, a comunidade dos falantes acumula palavras e sentidos ao longo da sua trajetória prestando o serviço de comunicar elementos constitutivos de cada língua (Cf. VILLALVA, 2014).

Embora a língua seja viva, no sentido de sempre estar permutando com o tempo, algumas lexias parecem continuar carregando consigo algumas representações sociais em épocas diferentes. Vilalva (2014), retrata que uma das dimensões do léxico é a acumulação. As palavras de hoje estão interligadas às palavras do passado. Essa sincronicidade surge, so-



bretudo, na escrita documentada. Não obstante ao pensamento anterior, Antunes (2012) pontua, que o léxico é um sistema de caráter aberto, inesgotável e sempre renovador, já que pela dinâmica interna das palavras os significados podem ser alterados.

Pela mediação do léxico, a literatura aparece como um mecanismo criativo e competente na formação de novos contornos, além de prospectar a pessoa, enquanto um ser capaz de compreender o mundo e agir sobre ele. Diante disso, a literatura intercambia o homem e a cultura como produção e aquisição de novos saberes, valores e crenças, suscitando sentidos de vida. Assim sendo, existe um diálogo, mesmo que ainda tímido, entre léxico e literatura.

A literatura realiza interações entre vocabulários, culturas, sociedades etc. Ao se deparar com uma obra literária, tem-se um mundo, que independente das variações linguísticas, conserva uma narrativa socio-cultural, com capacidade para preservar a língua como patrimônio de um povo. Nesse ensejo, a literatura machadiana tende a evidenciar a potencialidade do léxico e a natureza humana nas dimensões biopsicossociais. Assim,

[...] o léxico, enquanto descrição de uma cultura, está no seio mesmo da sociedade, reflete a ideologia dominante, mas, também, as lutas e tendências dessa sociedade. (ARAGÃO, 2016, P. 39)

Com o advento do Realismo brasileiro, Machado de Assis (1839–1908), na sua obra “Memórias póstumas de Brás Cubas”, contribui para o entendimento de que o léxico pode inferir realidades do indivíduo na relação com a cultura e com a sociedade. Numa linguagem irônica, o defunto-autor denuncia as contradições do seu tempo e, ao mesmo tempo, evidencia as singularidades da identidade do homem. Homem este que não é retratado com lexias romantizadas, mas através de significados ambivalentes. Ora, o homem não é totalmente bom nem totalmente ruim, na obra literária em estudo. O autor seleciona e organiza lexias que expõem as oposições de sentimentos, pensamentos e comportamentos humanos.

### **2.1. “Memórias póstumas, cultura e envelhecimento humano**

A evidência de que há um crescimento vertiginoso da população envelhecida, no âmbito mundial, provoca uma série de observações e estudos sobre a temática do envelhecimento. O Brasil, seguindo o itinerário de tantos outros países em desenvolvimento, é exemplo desse quadro es-

tatístico. Estima-se que, daqui a alguns anos, as pessoas velhas representarão mais de 13% da população, isto é, mais de 30 milhões de pessoas. A projeção é que a taxa de natalidade continue a decrescer, enquanto o público idoso permaneça ascendendo progressivamente (Cf. IBGE, 2022).

Diante desse contexto, surge a necessidade de um novo olhar para as realidades do envelhecimento e da velhice, revisitando a literatura Machadiana, que evidencia, como um de seus elementos, a complexidade do envelhecimento humano. Tal fenômeno não compreende apenas a ordem biológica, mas, também aspectos psicológicos, existenciais, sociais e linguísticos (Cf. DARDENGO; MAFRA, 2018). Nesse sentido, a Psicogerontologia, enquanto ciência que faz o diálogo entre a Psicologia e a Gerontologia, contribui para o entendimento das particularidades do processo do envelhecer e suas representações sociais (Cf. NAZARÉ; MORAIS, 2009).

Outrossim, a teoria das representações sociais é uma das ferramentas que ajuda a compreender a dinâmica das relações entre grupos, sob o prisma da cultura e da sociedade. Dessa forma, o indivíduo tem a possibilidade de construir e descrever explicações para os objetos sociais. Moscovici (2003) acentua, que o propósito das representações sociais são a comunicação e a condução na elaboração de novos discursos.

Assim, o livro “Memórias póstumas de Brás Cubas”, escrito por Machado de Assis, foi escolhido como *corpus* de estudo para abordar o modo como as diversas representações sociais do envelhecimento e da velhice estão presentes na língua, história e cultura. Desse modo,

[...] língua, história e cultura caminham sempre de mãos dadas e para conhecermos cada um desses aspectos, faz-se necessário mergulhar nos outros, pois nenhum deles caminha sozinho e independente. Portanto, o estudo da língua de um povo, é consequentemente, um mergulho na história e cultura deste povo (ABBADE, 2006, p. 214)

Os estudos em lexicologia, numa perspectiva sócio-histórica, evidenciam as diferentes lexias, os entes sociais e os aspectos da cultura. Em síntese, a ciência lexicológica inquire o léxico nas suas interlocuções linguísticas, pragmáticas, discursivas, culturais, políticas e sociais (Cf. ABBADE, 2009). Contudo, investigar as representações sociais do envelhecimento e da velhice, em “Memórias póstumas de Brás Cubas”, não é apenas entender a estrutura linguística da palavra, mas como os indivíduos manifestam a sua identidade e as suas percepções sobre o mundo. Daí a relevância do léxico, que não é um mero catálogo de palavras (Cf.

ISQUERDO, 1998; QUEIROZ, 2013), mas um arsenal que permite conhecer a vida como ela é. É navegar na vida de um grupo em uma determinada época histórica, através do seu sistema lexical (Cf. ABBADE, 2009).

Para que haja esse mergulho no léxico, faz-se necessária a análise do ambiente de produção sociocultural. Por isso, as condições contextuais do ser humano são fundamentais para o melhor entendimento acerca da interdependência entre língua, cultura e sociedade (Cf. TEIXEIRA, 2009). Entretanto, a língua provoca mudanças significativas ao longo do tempo, e essas alterações modificam os contextos, como bem recorda o próprio Machado de Assis:

Não há dúvida de que as línguas se aumentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes. Querer que a nossa par no século de quinhentos, é um erro igual ao de afirmar que a sua transplantação para a América não lhe inseriu riquezas novas. A este respeito a influência do povo é decisiva. Há, portanto, certos modos de dizer, locuções novas, que de força entram no domínio do estilo e ganham direito de cidade (ASSIS, 1972, p. 7)

A linguagem cultural do envelhecimento é uma espécie de genealogia. Em cada época, os indivíduos tecem seu entendimento sobre o processo de envelhecer sob uma gênese de sentidos e significados. Em “Memórias póstumas de Brás Cubas”, há uma arqueologia do envelhecer que inverte as etapas do curso de vida. O escritor começa a sua narrativa a partir do evento da sua própria morte. Machado de Assis aponta três justificativas para tal escolha, a saber: ele se considera um defunto autor; o escrito ficaria mais elegante; e por fim, traz o exemplo bíblico de Moisés, que também narrou a sua própria morte, porém colocando-a no final do seu texto (Cf. ASSIS, 1994).

Nota-se, diante dos critérios adotados, a ironia, capaz de escancarar um dos dilemas mais complexos existentes no processo de envelhecer: a morte. A morte aparece como um dos principais temas da obra machadiana. Na dedicatória, disse: “ao verme que primeiro roeu as frias carnes do meu cadáver...” (ASSIS, 1999, p. 25). O verme – referência ao tempo – denuncia a fragilidade da vida humana e a sua finitude. Ao mesmo passo, as lexias “verme”, “cova”, “túmulo” e outras vão criando uma representação de que o sistema da morte é uma condição de quem está envelhecendo. Machado de Assis sublinha, portanto, que Brás Cubas – o defunto autor – já estava com sessenta e quatro anos de idade, demarcando a última etapa do curso de vida: a velhice.

Não obstante a passagem do tempo, a velhice, na cultura vigente, continua sendo associada à morte. Nessa esfera, as perdas vividas na velhice são reais e simbólicas. Envelhecer implica sucessivas rupturas ao longo da vida. As rupturas são mortes de pessoas, no caso de Brás Cubas evidencia-se perdas de entes queridos e a sua própria morte, até as mudanças no corpo [verme que roeu], na subjetividade e nas relações sociais. Dessa maneira, envelhecer exprime caráter de uma série de finitudes.

Em “Memórias póstumas de Brás Cubas”, o envelhecimento é caracterizado, ainda, como uma estrutura que iguala a todas as pessoas. Para Machado de Assis, independentemente da posição social, todas as pessoas passam pelo processo de envelhecer. Itinerário esse feito também de fragilidades e complicações na saúde, como, enfermidades. Assim, envelhecer desencadeia a perda gradual das reservas fisiológicas, onde a pessoa fica mais suscetível às doenças e um declínio nas suas funções cognitivas (Cf. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2015; PELEGRI-NO, 2009).

A complexidade de envelhecer, na vida de Brás Cubas, revela representações positivas, mas, também negativas. Assim, o autor explicita as diferentes facetas do envelhecimento humano. Cada faixa etária é uma construção social. O recorte etário não é definido apenas pelas alterações fisiológicas da pessoa, mas, sobretudo pelo ritmo de entendimento do indivíduo e da sociedade do seu tempo. Logo, infere-se envelhecimentos, no sentido de que cada indivíduo constrói o seu processo de envelhecer. Esta passagem do tempo não se assemelha a uma estrutura homogênea. O envelhecer apresenta uma considerável variação (Cf. DEBERT, 2007, p. 54).

### **3. A Lexemática e a Teoria dos Campos Lexicais**

Em meados do século XIX surgiu a Lexemática, também chamada de Semântica Estrutural, que é uma ramificação da Lexicologia, cuja finalidade é a averiguação do léxico no sistema linguístico particular, por meio de uma determinada língua. Assim, a Lexemática ocupa-se do significado do léxico, investigando as mudanças estruturais. Não são objetos dos estudos da Lexemática as interjeições, artigos, numerais e preposições. Estas palavras não são estruturáveis e, portanto, não são passíveis de significados (Cf. COSERIU, 1977).

A ideia de “campo”, nos estudos lexicais, emerge de uma Semântica de base estruturalista. Apesar de se reconhecer todo o processo dis-

cursivo sobre o assunto antes mesmo do Curso de Linguística Geral (CLG), de Ferdinand Saussure, foi a partir de Coseriu (1977) que se desenvolveu o arcabouço teórico e metodológico dos Campos Lexicais. Para Coseriu, os campos lexicais participam das estruturas lexemáticas primárias. Além do mais, o teórico acentua que os lexemas estão inseridos numa cadeia de fala formando uma relação de oposição.

[...] Un campo léxico es un conjunto de lexemas unidos por un valor léxico común (valor del campo), que esos subdividen en valores más determinados, oponiéndose entre sí por diferencias mínimas de contenido léxico. (COSERIU, 1981, p. 135)

Dessa forma, os campos lexicais podem assumir diferentes níveis de estruturação, como, por exemplo, o campo lexical da “velhice” pode ser incluído no nível superior do campo do “envelhecimento”. A velhice é uma fase circunscrita do envelhecer, sendo o envelhecer um processo maior que engloba diversas faixas do curso de vida.

O significado de cada lexia terá uma relação direta com o significado das palavras vizinhas. Contudo, há uma organização hierárquica para articular o campo lexical. Logo, não tem como compreender uma lexia independente do seu conjunto – campo – mas, a observação de tal lexia precisará se dá por meio de um todo (Cf. ABBADE, 2011). Nessa perspectiva, a teoria coseriana busca organizar o vocabulário de uma língua em categorias. Tal oposição e associação semânticas contribuem para um entendimento ainda mais aprofundado e completo sobre cada lexia (Cf. COSERIU, 1977).

### ***3.1. O campo lexical do envelhecer em “Memórias póstumas”***

Nesse ensejo, a Teoria dos Campos Lexicais proposta por Coseriu (1986 [1977]) pode contribuir no redimensionamento e organização do vocabulário da obra machadiana, sobretudo para compreender o envelhecimento humano. É possível notar nas lexias que se referem ao contexto do envelhecer e suas representações sociais uma tentativa de contextualizar a atmosfera sociocultural no qual o autor estava envolvido. Outrossim, o campo lexical do envelhecer pode oferecer um panorama conceitual a respeito do envelhecimento humano, bem como sobre as percepções, vivências e constructos acerca das etapas do curso de vida.

Dessa forma, o campo lexical do envelhecer não é uma estrutura estática. Inicia-se o processo de envelhecimento a partir do nascimento. Daí a conceptualização de Machado de Assis que insere o nascimento em

sua obra, haja vista, que não tem como falar de envelhecer sem abordar sobre a gênese de todos os seres humanos. As fases do curso de vida estão interligadas umas às outras, embora existam caracteres específicos em cada período. Assim sendo, tratar sobre o envelhecer é reconhecer a cronologia, os traços socioculturais e psicológicos do indivíduo (Cf. IRIGARY; SCJHNEIDER, 2008).

Para Palácios (2004), o envelhecer envolve fatores endógenos e exógenos, que devem ser considerados na demarcação de cada fase. Acentua, ainda, que o envelhecimento não é sistema unitário e não ocorre de modo simultâneo. A existência de cada indivíduo revela um *modus operandi* de envelhecer. Frisa-se que o envelhecer é singular, mas, ao mesmo tempo, social e cultural. O que é envelhecer para uma pessoa pode ser diferente do que é para uma outra, assim também acontece com as sociedades e culturas. Essa constatação realça a dimensão complexa do campo do envelhecer, que não pode ser compreendido de forma reducionista.

Os discursos atuais sobre o envelhecimento humano perpassam por uma série de estereótipos que associam o envelhecer e a velhice à “melhor idade” e “idade feliz”. Acredita-se, inclusive, no chamado mito do idoso feliz – aquele que não sente dor, não sofre, que virou uma criança. Nesse sentido, “Memórias póstumas” pode ajudar a entender melhor o campo lexical do envelhecer de forma realista, trazendo elementos de um processo não linear. Ora elementos tristes, ora elementos alegres. Um misto de reações frente aos eventos da vida, como, doenças, mortes, mendicidade e fragilidades (Cf. LEVY, 2022).

As crenças sobre o envelhecimento influenciam na comunicação sobre a sua definição. Se envelhecer é visto como um processo negativo, abordado como um sistema de tristeza, doenças e mortes, a pessoa tende a considerar essas lexias como palavras chaves na sua autopercepção sobre o que é tornar-se velha. Esse tipo de representação encontra-se presente na atmosfera do contexto da obra machadiana, mas, também, na atualidade, pois toda e qualquer representação parte da sociedade em que o indivíduo vive (Cf. LEVY, 2022).

A ancoragem das representações sociais do envelhecer e suas apresentações sociais dependerá da organização da pessoa em relação a sua posição social, bem como da sua estruturação simbólica sobre a vida e a passagem do tempo (Cf. DOISE, 2002). Em “Memórias póstumas”, o defunto autor apresenta múltiplas faces do envelhecimento humano relacionadas às mudanças da sociedade de sua época. Nessa lógica, tem-se a

simbologia de um tempo que estava envelhecido, como, por exemplo, a camada burguesa e o romantismo ideológico; mas, também, a marcação de um novo tempo, com o surgimento do realismo e seus desdobramentos sociopolíticos.

Do ponto de vista da subjetividade, os personagens de “Memórias póstumas de Brás Cubas” retratam o envelhecimento como algo natural. Vale destacar, que a dinamicidade lexical do envelhecer, na obra em questão, performa o princípio de mutabilidade das palavras, bem como a heterogeneidade do léxico. Se o ser humano envelhece, o envelhecer torna-se um domínio linguístico. As experiências de transição etária só podem ser compreendidas se os indivíduos que envelhecem narrarem as suas histórias através do uso da língua. A língua está associada diretamente à sociedade (Cf. FERRAZ, 2006).

Dessa forma, tratar sobre o envelhecimento machadiano engloba o desnudamento do contexto social de seu tempo, das representações sociais do que seria uma antropologia do envelhecer e das expectativas dos indivíduos que envelhecem. Registra-se, assim, o universo lexical de pessoas, culturas e sociedades. Logo, o léxico ajuda a descrever as realidades linguísticas e extralinguísticas, onde os atores em processo de envelhecimento manifestam as suas crenças sobre o tempo, a idade e o cotidiano, enquanto matizes da Lexicultura (Cf. BARBOSA, 2009).

Nesse ínterim, o campo lexical do envelhecer assume o homem que envelhece e continua a envelhecer. Essa condição pragmática e natural já não podia mais ser ignorada diante do crescimento de pessoas velhas. Debert (1999), explica que

[...] esse movimento que marca as sociedades modernas, onde, a partir da segunda metade do século XIX a velhice é tratada como uma etapa da vida caracterizada pela decadência física e ausência de papéis sociais. (DEBERT, 1999, p. 14)

Contudo, o avanço do sistema capitalista priorizou a produção e os bens de consumo em detrimento de quem não pode produzir de forma acelerada. Sendo assim, a pessoa envelhecida já não encontra tanto espaço dentro dessa atmosfera cultural de exploração da força. Ora, se o velho é fraco, não possui condições necessárias de sobrevivência. Porém, Machado de Assis aponta a velhice como a indesejada que sobrevive aos ditames de uma sociedade burguesa e que é passível de fragilidades e morte. A arbitrariedade de se negar a senescência para a exaltação do trabalho e das máquinas [época da Revolução Industrial] demarcava ain-

da mais uma configuração social, que transformava as instituições e as relações familiares (Cf. REZENDE, 2008).

O quadro a seguir apresenta uma amostra do campo lexical do envelhecer, no âmbito das relações sociais:

Quadro1: Campo das representações sociais do envelhecer em “Memórias póstumas”.

LEXIAS	ABONAÇÕES
VIDA	[...] a <b>vida</b> é uma coisa doce. (ASSIS, 2019, p. 118).
MORRER	<b>Morrer!</b> Todos nós haveremos de <b>morrer</b> ; basta estarmos vivos. (ASSIS, 2019, p. 19).
DOENTE	Não tinha mais ninguém no mundo e estava quase velha e <b>doente</b> . (ASSIS, 2019, p. 110)
VELHO	Virgília nutria grandes esperanças em que esse <b>velho</b> parente, avaro como um sepulcro [...] (ASSIS, 2019, p.123).
DESASTRE	Sucedeu por esse tempo um <b>desastre</b> : a morte do Viegas. (ASSIS, 2019, p. 123).
VELHICE	A <b>velhice</b> ridícula é, porventura, a mais triste e derradeira surpresa da natureza humana. (ASSIS,2019, p.118).
MENDICIDADE	[...] aleguei que a velhice de Dona Plácida estava agora ao abrigo da <b>mendicidade</b> . (Assis, 2019, p.11)
ARFAGEM	Virgília chegaria a ver o que era um velho de gosto. [...] Falava, como se pode supor, lentamente e a custo, intervalado de uma <b>arfagem</b> incômoda para ele e para os outros. De quando em quando, vinha um acesso de tosse; curvo, gemendo, levava o lenço à boca. (ASSIS, 2019, p.126).

#### 4. Considerações finais

Em “Memórias póstumas de Brás Cubas”, é possível realizar um estudo lexicológico, sob uma diacronia estrutural, dando enfoque ao campo lexical do envelhecer e suas representações sociais, no sentido de explorar as fases do curso de vida, bem como as diferentes lexias que remontam ao processo de envelhecimento. Há elementos que constituem a infância, a adultez e a velhice. Sendo que o curso de vida pode ser identificado como passagem do tempo, idade ou desenvolvimento humano. A noção de mudança está presente no curso de vida. Constata-se que a pessoa muda ao longo do tempo, e que cada idade traz significados e repre-



sentações distintas. Sendo Machado de Assis, no contexto da obra, um homem idoso naturalmente retratará a partir do viés da velhice.

Assim, cada etapa do curso de vida é uma construção subjetiva, psicológica e sociocultural, mas, sobretudo linguística. Vivências e interpretações de um indivíduo resultam em representações singulares – com lexias específicas – que podem ser inferidas como positivas ou negativas. No caso de Machado de Assis, a perspectiva do que é bom ou ruim pode ser compreendida como a estrutura do real. Desse modo, a narrativa do envelhecer torna-se relativa e heterogênea.

Há múltiplos fatores associados ao envelhecer. Sob a percepção de Machado de Assis, por exemplo, a morte e as doenças são parte integrante desse processo multifatorial. O indivíduo que envelhece interage com fenômenos comportamentais, ambientais e linguísticos. Assim, o retrato do envelhecer feito pelo autor defunto oferece um panorama de como o desenvolvimento da pessoa humana é complexo, e como a língua tem um papel fundamental na compreensão do processo do envelhecer e suas representações sociais.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBADE, C. M. S. A lexicologia e a teoria dos campos lexicais. Anais do XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011. Disponível em: [http://www.filologia.org.br/xv\\_cnlf/tomo\\_2/105.pdf](http://www.filologia.org.br/xv_cnlf/tomo_2/105.pdf).

\_\_\_\_\_. *Um estudo lexical do primeiro manuscrito da culinária portuguesa medieval: o Livro de Cozinha da Infanta D. Maria*. Salvador: Quarteto, 2009.

\_\_\_\_\_. O estudo do léxico. In: \_\_\_\_\_. *Diferentes perspectivas dos estudos filológicos*. Salvador: Quarteto, 2006.

\_\_\_\_\_. Os campos lexicais do livro de cozinha da infanta D. Maria. *Anais da XX Jornada – Gelne 2004 – João Pessoa-PB*. Disponível em: <http://www.gelne.com.br/arquivos/anais/gelne-2004/PDF/Celina%20M%20Ercia%20de%20Souza%20Abbate.pdf>. Acesso em: 09 de julho 2023.

\_\_\_\_\_. *Campos lexicais no Livro de Cozinha da Infanta D. Maria*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2003.

\_\_\_\_\_. O estudo do léxico. In: TEIXEIRA, M. da C.R.; QUEIROZ, R. de C.R. de; SANTOS, R.B. dos (Org.). *Diferentes perspectivas dos estudos filológicos*. Salvador: Quarteto, 2006 p. 213-225.

ANTUNES, Irlandé. *Território das palavras: estudo do léxico em sala de aula*. Parábola, São Paulo, 2012.

ASSIS, Machado. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

\_\_\_\_\_. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Lafonte, 2019.

\_\_\_\_\_. Crítica literária. *Apud* LUFT, C.P. *Vestibular de português: textos e testes*. Porto Alegre, Globo, 1972.

BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção. O conceito de lexicultura e suas implicações para o ensino-aprendizagem de português língua estrangeira. *Revista Filologia e Linguística Portuguesa*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59812>.

COSERIU, Eugenio. Introducción al estudio estructural del léxico. In: \_\_\_\_\_. *Principios de semántica estructural*. Vers. esp. de Marcos Martínez Hernández, rev. por el autor. Madrid: Gredos, 1977. p. 87-142.

\_\_\_\_\_. Las Estructuras lexemáticas. In: \_\_\_\_\_. *Principios de semántica estructural*. Vers. esp. de Marcos Martínez Hernández, rev. por el autor. Madrid: Gredos, 1977. p. 162-84

\_\_\_\_\_. Para uma semântica diacrônica estrutural. In: \_\_\_\_\_. *Principios de semántica estructural*. Vers. esp. de Marcos Martínez Hernández, rev. por el autor. Madrid: Gredos, 1977. p. 11-86.

\_\_\_\_\_. *O homem e sua linguagem*. Madrid:Gredos, 1977.

\_\_\_\_\_. Hacia una tipología de los campos léxicos. In.: \_\_\_\_\_. *Principios de semántica estructural*. Vers. esp. de Marcos Martínez Hernández, rev. por el autor. Madrid: Gredos, 1977. p. 210-42

DARDENGO, Cassia Figueiredo Rossi; MAFRA, Simone Caldas Tavares. Os conceitos de velhice e envelhecimento ao longo do tempo: contradição ou adaptação? *Revista de Ciências Humanas*, v. 18, n. 2, Minas Gerais, jul./dez. 2018.

FRANCHI, C. Linguagem – atividade constitutiva. In.: FIORIN, J.L.; FRANCHI, E. (Orgs). *Linguagem – atividade constitutiva: teoria e poesia*. São Paulo: Parábola, 2011.

FERRAZ, Aderlande. A inovação lexical e a dimensão social da língua. In: SEABRA, M.C.T.C. de (Org.). *O Léxico em estudo*. Belo Horizonte. Faculdade de Letras da UFMG, 2006. p. 217-34

FIGUEIREDO, Roseana Nunes Paracat de Souza. *A crítica social em Memórias póstumas de Brás Cubas*. Belo Horizonte-MG: SCRIPTA, 2000. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/10360/8462>.

ISQUERDO, Aparecida N. (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande: UFMS, 1998.

IIGARY, Q.; SCHNEIDER, RH. *O envelhecimento na atualidade: Aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais*. Estudos de Psicologia, 2008.

JACINTO, Paulo de Andrade; RIBEIRO, Eduardo Pontual. Crescimento e envelhecimento populacional brasileiro: menos trabalhadores e trabalhadores mais produtivos? *Pesquisa e planejamento econômico*, v. 45, n. 2, 2015.

LEVY, B. *Breaking the Age Code. How Your Beliefs About Aging Determine How Long and Well You Live*. Willim Morrow Publisher, 2022.

MIRANDA, Gabriella Morais Duarte; MENDES, Antonio da Cruz Gouveia; SILVA, Ana Lucia Andrade da. O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.*, 19(3), p. 507-19, Rio de Janeiro, 2016.

MOSCOVICI, S. *A Representação Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, S. *Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

PALÁCIOS, J. Mudança e Desenvolvimento Durante a Idade Adulta e a Velhice. In: C. Coll, J. Palacios; A. Marchesi. *Desenvolvimento Psicológico e Educação*, 2004. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/354022359/Mudanca-e-Desenvolvimento-Durante-a-Idade-Adulta-e-a-Velhice>.

POLGUÈRE, Alain. *Lexicologia e semântica lexical: noções fundamentais*. Trad. de Sabrina Pereira de Almeida. São Paulo: Contexto, 2018.

QUEIROZ, Rita C. R. “Arte de cozinha”: estudo léxico-semântico de um documento português do século XVII. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 186-95, 2013.

REZENDE, C. B. *A Velhice na Família: estratégias de sobrevivência*. 2008. 156f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Franca, 2008. Disponível em: [https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/Disertacoes/Cristiane\\_Barbosa.pdf](https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/Disertacoes/Cristiane_Barbosa.pdf).

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. *Resumo do Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde*. Genebra: OMS, 2015. Disponível em: <https://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2015/10/OMS-ENVELHECIMENTO-2015-port.pdf>.

TEIXEIRA, Maria da C. R. Representações dos escravizados: o vocabulário de alguns anúncios publicados em periódicos baianos no século XIX. In: QUEIROZ, R. de C.R. de (Org.). *Língua, cultura e sociedade: estudos sobre o léxico*. Feira de Santana-BA: UEFS, 2009. 1 CD-ROM.

VILLALVA, Alina. *Introdução ao estudo do léxico: descrição e análise do Português* / Alina Villalva, João Paulo Silvestre. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014. (Coleção de Linguística)

VILELA, Mário. *Ensino da língua portuguesa: léxico, dicionário, gramática*. Coimbra, Portugal: Almedina, 1995.

**O ENTRECruZAR DE OLHARES EM UM PROCESSO-CRIME  
OITOCENTISTA: DO SUPORTE A ALGUMAS  
PARTICULARIDADES DOS ESCREVENTES**

*Fabrcio dos Santos Brandão* (IFBAIANO – *Campus* Catu)  
[birobahia2014@gmail.com](mailto:birobahia2014@gmail.com)

**RESUMO**

Neste trabalho, concentra-se o olhar em questões relacionadas aos materiais, processos e arquitetura de um Sumário de culpa do período oitocentista, lavrado na Vila de Santana do Catu (1886), na Bahia. O referido documento faz parte do acervo do judiciário sob a guarda do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBAIANO) – *Campus* Catu. O objetivo aqui é evidenciar como o texto escrito enquanto atividade filológica dialoga com outras ciências, como a Codicologia e a Paleografia, em uma relação de troca e empréstimos mútuos na contextualização do documento. Por isso, elementos analisados no bojo de tais ciências, como: a questão da numeração, do uso dos reclamos, a presença de capas nos autos, das marcas d'água e das assinaturas são fatores necessários para se entender os modos de produção documental e que certamente ampliam as observações no labor filológico. O conhecimento do suporte material em diferentes dimensões (tipo e dimensões do papel empregado e estado de conservação), somado às idiosincrasias dos escreventes (assinaturas e particularidades linguísticas) são de extrema relevância na leitura, decifração e transcrição por parte do crítico textual, possibilitando, assim, esclarecer os vestígios deixados tanto no que concerne à época, como as possíveis modificações sofridas ao longo do tempo. Dessa forma, ratifica-se que se debruçar sobre esses aspectos em um processo-crime oitocentista é de suma importância para o melhor entendimento de como no âmbito do judiciário os operadores do Direito produziam, circulavam e recepcionavam as diferentes espécies documentais.

**Palavras-chave:**

Codicologia. Paleografia. Processo-crime oitocentista.

**ABSTRACT**

This paper focuses on issues related to the materials, processes and architecture of a Sumário de culpa from the 19th century, drawn up in the town of Santana do Catu (1886), in Bahia. This document is part of the judicial collection held by the Federal Institute of Education, Science and Technology of Bahia (IFBAIANO)-Campus Catu. The aim here is to show how the written text as a philological activity dialogues with other sciences, such as Codicology and Palaeography, in a relationship of mutual exchange and borrowing in the contextualization of the document. For this reason, elements analyzed in the context of these sciences, such as: the issue of numbering, the use of claims, the presence of covers in the records, watermarks and signatures are necessary factors for understanding the modes of document production and certainly broaden the observations in philological work. Knowledge of the material support in different dimensions (type and dimensions of the paper used and state of conservation), together with the idiosyncrasies of the scribblers (signatures and linguistic peculiarities) are extremely important when reading, deciphering and transcribing for the textual

critic, thus making it possible to clarify the traces left behind, both in terms of the period and the possible modifications undergone over time. In this way, it is ratified that looking at these aspects in a nineteenth-century criminal case is of the utmost importance for a better understanding of how, within the judicial sphere, the operators of the law produced, circulated and received the different types of documents.

**Keywords:**

Codicology. Paleography. Nineteenth-century criminal proceedings.

**1. *O labor filológico e o diálogo com outras ciências: um ponto de partida***

O trabalho filológico se constitui por sua natureza transdisciplinar, pois envolve um conjunto de operações que visa esclarecer diferentes aspectos intrínsecos e extrínsecos à fonte escrita. Dentre as áreas que mais impactam diretamente o exercício do crítico textual, encontram-se a Codicologia e a Paleografia, como bem sinaliza Cambraia (2005) ao dizer que

Uma das características mais instigantes da crítica textual é sua transdisciplinaridade. Para o efetivo exercício da fixação de textos é sempre necessário um conjunto muito diversificado de conhecimentos, o que obriga o trânsito por diversas áreas do conhecimento. (CAMBRAIA, 2005, p. 22)

Essa articulação se deve a abrangência que o estudo filológico envolve na percepção material e na existência histórica do texto escrito que busca situá-lo tanto em seu “aspecto” físico (modo de produção, de transmissão e de recepção), como nos “elementos” físicos (componentes gráficos, gramaticais, lexicais, discursivos, as técnicas usadas na preparação e publicação de edições de texto).

Por esse motivo, toma-se aqui como análise um processo-crime da Vila de Sant’Anna do Catu iniciado em 1885 e concluído em 1886 com a absolvição do acusado. O documento supracitado se encontra disposto em 97 fólios (recto e verso), custodiado no Acervo do Judiciário, pertencente ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBAIANO) – *Campus* Catu.

Dessa forma, para se compreender a materialidade da fonte escrita é preciso partir do processo-crime para sua exterioridade, ou seja, dos autos para fora, pois na produção de cada auto que se configura em uma espécie documental específica, pode-se inferir informações sobre os fatos, os seus produtores e receptores e até mesmo da sociedade catuense da época.

No entanto, um dos caminhos que possibilita examinar a dimensão material do documento é o “lugar de produção”, por ser capaz de oferecer dados quanto à “escolha e utilização das técnicas de elaboração, além das marcas e vestígios que revelam seu uso ao longo do tempo” (ALMADA, 2014, p. 136) .

Nessa perspectiva, a referida autora salienta que o pesquisador pode analisar aspectos que participam da construção de sentido do texto e que também se encontram para além da malha textual. Destaca que é necessário introduzir as fontes escritas dentro do escopo teórico-metodológico dos estudos históricos em torno da cultura material, isto por que:

[t]em-se discutido na historiografia atual sobre o uso dos objetos como fonte de pesquisa. Este debate tem contribuído para a ampliação do conceito de cultura material, ao pretender tecer teias metodológicas interdisciplinares para a capacitação de historiadores no uso de outras fontes além dos documentos escritos. No entanto, ao se questionar o uso extensivo e prioritário das fontes textuais, os próprios documentos não têm sido considerados objetos de natureza material e, como tal, constituídos historicamente. (ALMADA, 2014, p. 136)

Diante do exposto, essa cultura material mencionada pela autora pode ser vista no processo-crime em análise a partir da relação dos operadores do direito e os demais participantes, na sequência dos autos, ou seja, como foram encartados, se simultaneamente ou em espaço-tempo diferente e como circularam. Na verdade, o suporte em que se lavrou o documento carrega essas marcas e vestígios do uso, das alterações e da guarda e que merecem ser abordados aqui.

Sendo assim, esses vestígios se encontram no objeto em questão desde a numeração dos fólios refeita à medida que se anexam outros documentos produzidos anteriormente ou solicitados no decorrer da tramitação processual; na inserção de capas aos autos; na quantidade de mãos que sinalizam as circunstâncias de produção de cada auto e os lugares onde circularam, evidenciando as manifestações materiais do pensamento humano, neste caso, da organização judiciária em um Sumário de culpa do século XIX.

## ***2. Aspectos codicológicos presentes em um documento oitocentista na Vila de Santana do Catu***

Conforme Castro (1997, p. 605) a Codicologia se concentra no “(...) estudo do livro manuscrito como artefacto, com relevo para os ma-

teriais, processos e arquiteturas da sua confecção, para os centros produtores (...) para a sua circulação (...)”. Embora, o documento analisado se trate de um processo judicial, elementos observados no bojo da análise codicológica se aplicam, por esse motivo, podem ser considerados, a saber: a numeração, o uso de reclamo, a presença de capas nos autos e das marcas d’águas são aspectos necessários para compreender as formas de produção documental.

Em linhas gerais, trata-se de um processo-crime materializado em diferentes espécies documentais, abarcando desde a petição de denúncia até a sentença de absolvição e segue completo, possuindo 97 fólios, sendo que apenas 79 deles possuem mancha escrita no recto e no verso e os demais não possuem, a saber: 1v, 3v, 7v, 12v, 19v, 36v, 45v, 56v, 59v, 66v, 68v, 72v, 77v, 78v, 84v, 87v, 93v e 97v, totalizando dezoito fólios.

No geral, é composto por in-fólios, isto é, resultantes da folha dobrada uma vez (quatro páginas) e apenas cinco dos fólios presentes são in-planos, ou seja, se encontram em um fólio simplesmente, portanto, duas páginas (o recto e o verso), a saber: f.1r e v (capa dos autos), 2r e v (petição de denúncia), 3r e v (capa do inquérito policial), f.20r e v (notificação ao carcereiro) e f.45 r e v (capa da petição do exame de sanidade).

A respeito do papel usado é predominantemente almaço com pauta e em alguns casos específicos, como os fólios 1, 45, 47 e 48 apresentam-se sem pauta e em uma gramatura um pouco mais espessa. Ainda sobre esse suporte material é importante destacar a presença das marcas d’água que possibilitam não somente identificar a procedência do papel e estimar a datação de documentos não datados, como também, servem para apontar quais fabricantes se fizeram mais recorrentes em uma determinada época, por inúmeras razões: das políticas de acesso, decorrentes da escassez do papel, da demora em chegar a determinados lugares e do custo, e ainda de quais papeleiros foram priorizados pela administração no sistema imperial brasileiro.

No processo-crime, há presença de duas fabricantes: a fabricante portuguesa Prado Thomar utilizada em menor quantidade na inserção das capas nos autos e a fabricante inglesa Smith & Meyner Fiume nos demais fólios, como se vê nas figuras a seguir.

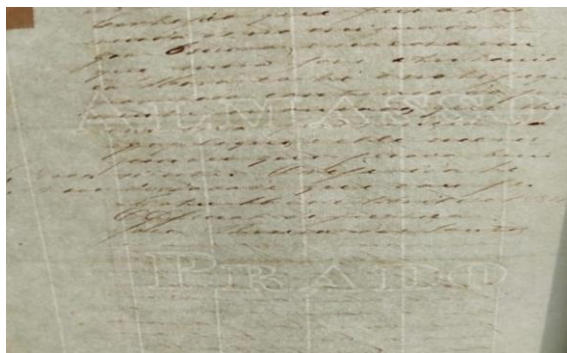
Figura 1: Marcas d’água do fabricante Smith & Meyner nos fls. 7v e 35v, respectivamente.





Fonte: Imagem capturada pelo autor.

Figura 2: Marca d'água com a inscrição ALMASSO/PRADO no f.47 v.



Fonte: Imagem capturada pelo autor.

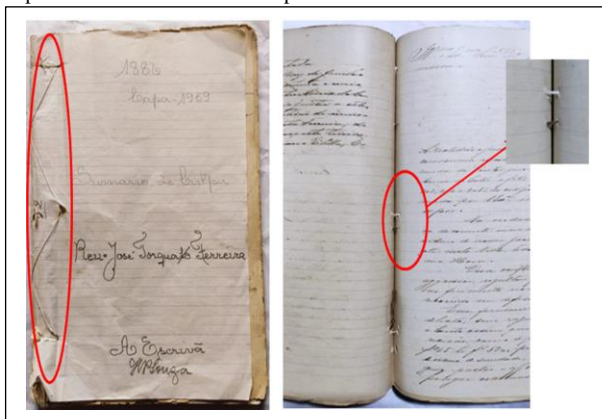
Outro elemento codicológico fundamental vinculado ao suporte material é a questão da encadernação, revelando o tipo de intervenção que o documento sofreu em dois contextos de produção distintos: a) o da aposição dos autos ao longo do processo-crime no período em que se desenvolveu e b) a intervenção posterior que sofreu com a inserção de uma capa em 1959, para fins de catalogação na comarca de Catu. Isso fica evidente através das marcas de furos, pelo tipo de papel empregado e pela diferença entre os barbantes no processo de costura.

A inserção de capa posterior ao período em que se desenvolveu o processo-crime sinaliza pelo menos que quem executou, preocupou-se

em preservar os limites da encadernação anterior, configurando-se assim, como elemento que permite sob o prisma da materialidade perceber que “(...) guardam os vestígios dessa trajetória no tempo através das inúmeras marcas de uso e de guarda e das modificações que recebem ao longo do tempo pelos mais diversos sujeitos (...) testemunham relações culturais que podem ser percebidas em seus suportes” (Almada, 2014, p.136).

Na figura a seguir é possível notar os vestígios deixados no processo-crime posterior à época em que tramitou. À direita e no interior da imagem, tem-se a percepção de dois barbantes em posição simétrica: um em tom marrom, certamente, mais escurecido pelas ações do tempo e o outro branco. Por sua vez, a presença externa do barbante branco no documento confirma a intervenção posterior realizada para fins arquivísticos do processo no Fórum de Catu, como se observa na imagem à esquerda.

Figura 3: Capa inserida em 1959 e detalhe para os barbantes e furos entre os fls. 61v e 62r.



Fonte: Imagens capturadas pelo autor.

### **3. A organização do processo-crime: a questão da numeração, assinaturas e reclamações**

A organização do processo-crime nos oitocentos simboliza como cada ato processual se realiza em manuscritos independentes até o momento de sua encadernação, sobretudo, para os documentos produzidos posteriormente ao regulamento lei nº 2.033, de 20 de setembro de 1871, em que se deu a descentralização das atividades judiciais, definindo as atuações da justiça e da polícia.

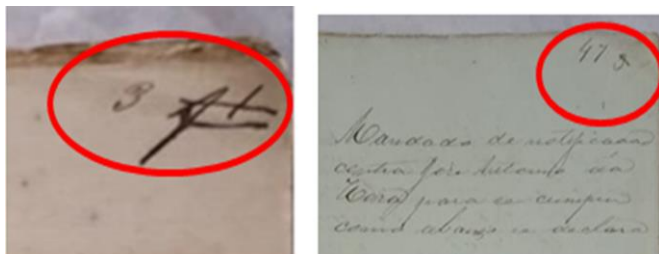
Os documentos constantes no processo-crime, como o caso do objeto em análise, poderiam se configurar em duas fases distintas da sua produção: a do inquérito policial vinculada à fase administrativa e anterior à judicialização e à fase judicial, instante que o sumário de culpa é instaurado (a autoridade recebe a denúncia e dá os encaminhamentos necessários).

Essa divisão de funções permitiu que o inquérito se tornasse um espaço de atuação exclusivamente policial, em que os elementos probatórios do crime já se encontravam lavrados antes mesmo do oferecimento da denúncia, como: o auto de exame e corpo de delito ou até mesmo o auto de prisão em flagrante. Com isso, tais documentos recebiam uma numeração no momento de sua produção nessa esfera e ao serem tramitados no âmbito judicial recebiam uma nova numeração.

Isso explica a reordenação atribuída pelo *scriptor* toda vez que nos autos se anexam documentos já sequenciados em outros contextos de suas produções, mostrando-se dado relevante para se entender que a correção da numeração não se deve a um lapso do escrevente, na verdade, demonstra dois diferentes momentos da produção documental.

Assim, por exemplo, presencia-se a renumeração inicialmente entre os fólios 3r ao 21r provocada pela inserção do inquérito policial, posteriormente, entre os fólios 45r e 49r com a petição do exame de sanidade na vítima. A existência da numeração se dá no ângulo superior direito de quase todos os fólios rectos, com exceção do último, o f.97r, que não se encontra numerado.

Figura 4: Fragmentos contendo a numeração refeita nos fls. 3r e 47r, respectivamente.



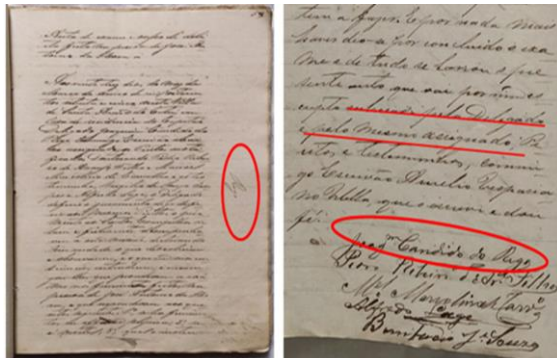
Fonte: Imagens capturadas pelo autor.

Essa reordenação ainda mostra que associado a isso, os reclamos e assinaturas eram usados para ordenar/sequenciar cada documento. No que se refere à assinatura, nem sempre o responsável por escrever os do-

cumentos era o que autenticava, por isso, no término da lavratura de alguns, o amanuense reforça a necessidade da autoridade para além de assinar a peça processual, ele deveria rubricá-la como um indício de confidência e autenticação da pessoa responsável por aquele procedimento.

No processo-crime, os fólhos 5r e 6r se encontram rubricados na vertical da margem direita e no fólho 6v ao final da lavratura do corpo de delito segue a assinatura da autoridade, ambas do delegado Joaquim Candido do Rego, ilustrando a importância desses elementos para tal propósito.

Figura 5: Rubrica no f. 5r e assinatura no fragmento do f. 6v do Auto de exame de corpo e delito.

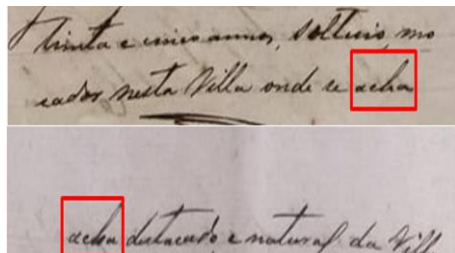


Fonte: Imagens capturadas pelo autor.

Essas informações são essenciais para a compreensão das mãos que compunham o manuscrito, porque conforme mencionado, nem sempre quem escreve a peça jurídica, como o caso do escrivão, é quem valida o documento, como já discutido. E o modo como ocorre essa validação é indicador da disposição da assinatura ou rubrica na mancha escrita.

Quanto aos reclamos, nota-se que o principal *scriptor*, Aurelio Vespasiano Vilella, usava de forma consciente esse recurso textual, porque de forma recorrente aparecem em seus escritos, sobretudo, pelo fato dos manuscritos serem produzidos de forma independente e serem agrupados à medida que se concluíam um ato processual e começava outro. Então, infere-se que esse era o mecanismo mais eficaz para se garantir a progressão documental, uma vez que novos documentos poderiam ser anexados, exigindo a reordenação dos autos ou ainda de um in-fólio se tornar um in-plano por algum motivo.

Figura 6: Reclamo “acha” pelo punho de Aurelio Vilella nos fls. 18r e v.



Fonte: imagens capturadas pelo autor.

#### 4. Aspectos paleográficos presentes em um documento oitocentista na Vila de Santana do Catu

No processo-crime, foram consideradas apenas as mãos que redigiram a documentação, sendo: dois escrivães, um promotor, um carcereiro, dois oficiais de justiça, um delegado, um juiz municipal, um juiz da comarca, um representante do réu, um representante da vítima (soldado de polícia), um médico e outros dois punhos não identificados. Apesar de um número considerável de punhos, na maioria são os operadores do direito que deixam sua caligrafia registrada nos autos.

Os principais escreventes respectivamente são os escrivães, Aurelio Vespasiano Vilella e Gracindo Pinto Ribeiro Bulhões, oferecendo particularidades acerca da escrita da época e revelando o grau de letramento dos indivíduos. No geral, as diferentes mãos que compõem o documento se mostram hábeis no desenvolvimento de sua atividade laboral ainda que em um momento ou outro apresentem particularidades quanto aos traços físico-caligráficos, porém mesmo assim os grafemas possuem formas contínuas e com ligaduras sugestivas de traçado realizado com segurança.

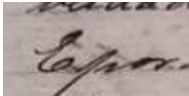
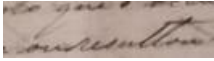
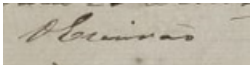
Grosso modo, os escreventes no processo-crime produziram uma escrita quase sem borrões ou rasuras, com alguns casos de ausência de fronteiras entre palavras e respeitam em quase sua totalidade a pauta e as linhas imaginárias, com uniformidade nas margens, dentre outros aspectos.

Das ocorrências da falta de fronteiras entre palavras no documento, observou-se a presença em quase todos os punhos, sobretudo, no principal *scriptor*, Aurelio Vespasiano Vilella, que devido às especificidades de seu ofício como escrivão se encontrava em alguns contextos

frente à iminente atividade de transcrever os atos processuais e os demais termos concomitantemente ao tempo do ato judicial acontecido (depoimentos e inquirições), exigindo-lhe mais rapidez e, por isso, escrevia com o material de escrita em continuidade e sem o descanso da mão.

Esse contexto pode favorecer, a depender da habilidade do escrevente, uma maior ou menor frequência de uso, ou não de fronteiras entre palavras. No processo-crime, podem-se observar, a seguir, alguns exemplos de ausência de fronteiras entre palavras em decorrência do instrumento de escrita continuar se movendo na própria pauta ou em sentido ascendente.

Quadro 1: Casos de ausência de fronteiras entre palavras no punho do principal escrevente no processo-crime.

<b>PUNHO</b>	<b>IMAGEM</b>	<b>FÓLIO</b>
Aurelio Vespasiano Vi- lilla	 (Epor)	15v, 1.9
	 (ouresultou)	5v, 1.2
	 (OEscrivão)	7r, 1.12

Fonte: Elaborado pelo autor.

Muito embora outras peculiaridades possam ser destacadas, concentra-se aqui em outro aspecto paleográfico que merece ser salientado que é o recurso do “gesto característico” utilizado nas suas assinaturas e rubricas dos operadores do direito e demais envolvidos no processo-crime. Este termo é mencionado por Santos (2004, p. 62) para as assinaturas pessoais que imprimem ao traçado uma fisionomia especial que nenhum outro escrevente consegue reproduzir fielmente.

Este autor enumera dez elementos gráficos que servem como traço característico nas assinaturas, a saber: gancho, clave, golpe de sabre, inflação, espiral, laço, movimento em triângulo, bucle, arco, guirlanda e serpentina. Destes gestos, no presente documento, encontram-se os ganchos que consistem no movimento de regressão situado nos finais das letras ou nas barras do “t” e os laços que se referem ao movimento de re-

torno ao ponto de partida, podendo ser ao início ou ao meio da assinatura.

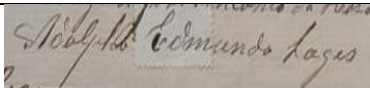
Os laços ou laçadas nas assinaturas pessoais podem aparecer marcado na última letra por um traço sinuoso ou não e no mesmo movimento de escrita, ou seja, no mesmo *cursus*. Por esta razão, ao falar dos manuscritos brasileiros, Acioli (1994) destaca que:

O uso mais frequente das assinaturas restringiu o emprego dos selos, generalizando-se os impressos em papel para documentos cartoriais. Sendo geralmente redigidos por escrivães de notas, os documentos têm nas assinaturas a definição da sua autenticidade ou falsidade. Suas transcrições, contudo, constituem numa das tarefas mais árduas na leitura de textos manuscritos. Os autógrafos vêm, às vezes acompanhados de traços supérfluos chamados de cetras – laçaria caligráfica acrescentada a uma firma – que dificultam a sua interpretação. Também é grande o número de nomes abreviados e não existe uma rigidez na composição das letras que formam a palavra reduzida. (ACIOLI, 1994, p. 57)

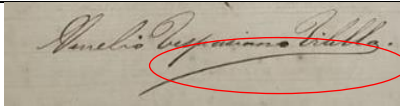
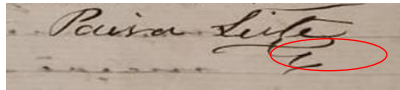
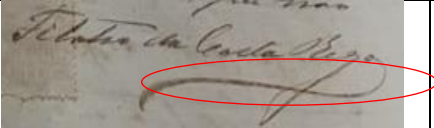
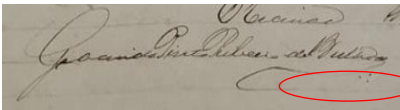
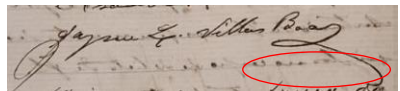
Ainda, no que se refere às assinaturas presentes no processo-crime, é possível perceber as mesmas observações encontradas em Santos (2004, p.60), isto é, de modo geral, “(...) as letras e as partes constitutivas da mesma apresentam pequenas desigualdades rítmicas (...)”, evidenciando uma simetria da escrita, denotando que a proporção empregada nas assinaturas revela um alto calibre por parte dos escreventes por inúmeros aspectos, a saber: o tamanho dos traços gráficos proporcionais à ocupação na caixa de linha, ao ângulo de inclinação para a direita, ao emprego da pontuação e acentuação (mínimos gráficos), a velocidade da escrita que é um fator importante para se entender o cuidado no traçado e na individualização das letras, na identificação de uma escrita angular e na regularidade do módulo.

Acredita-se aqui, que os gestos característicos (ganchos e laçadas) discutidos em Santos (2004) não só reforçam o que apresenta Acioli (1994) sobre a autenticidade ou falsidade documental atrelada às assinaturas pessoais, como também revelam quais os mecanismos predominantes na escrita que se valeram cada um dos escribas.

Quadro 2: Exemplos de algumas assinaturas pessoais dos escreventes no processo-crime

IMAGEM	FÓLIO	IDENTIFICAÇÃO
	69	Assinatura pessoal de Adolpho Edmundo Lages (negociante), sem ganchos e sem laço.
	7r	Assinatura pessoal de



		Aurelio Vespasiano Vilella (principal Escrivão), com laçada.
	2v	Assinatura pessoal de Ernesto Paiva Leite (Juiz Municipal), com laçada.
	62v	Assinatura pessoal de Filoteo da Costa Rego, (escrevente a rogo do réu), com laçada.
	50r	Assinatura pessoal de Gracindo Pinto Ribeiro de Bulhões (escrivão), com laçada.
	2v	Assinatura pessoal de Jayme Lopes Villas Boas (Promotor), com laçada.

Fonte: Elaborado pelo autor.

No manuscrito em estudo, percebe-se que o gesto característico com laçada é o mais usado nas assinaturas tanto pelos operadores do direito como dos demais envolvidos. Certamente, a sua predominância entre os escreventes se deva pelo fato desse recurso caligráfico dificultar ou evitar a falsificação nos documentos, ainda que as laçarias fossem “traços supérfluos” (ACIOLI, 1994, p. 57). Para Santos (2004), o movimento em um mesmo  *cursus* , como o que caracteriza a laçada, dificulta a sua reprodução, porque exige um traçado mais longo do que o empregado no gancho, sem parada e principalmente sem elevação do objeto de escrita.

## 5. Considerações finais

O trabalho transdisciplinar com a Codicologia e a Paleografia oferece ao filólogo subsídios indispensáveis para o entendimento da fonte escrita tanto na dimensão do texto como do documento, pois ao situá-la no tempo e espaço de sua produção com seus produtores, receptores e demais envolvidos é possível mapear aspectos históricos, culturais, políticos e tantos outros da Vila de Santana do Catu oitocentista.



Em suma, o conhecimento do suporte material em diferentes dimensões (tipo e dimensões do papel empregado e estado de conservação), somado às idiossincrasias dos escreventes (assinaturas e particularidades linguísticas) são de extrema relevância na leitura, decifração e transcrição por parte do crítico textual, possibilitando, assim, esclarecer os vestígios deixados tanto no que concerne à época, como as possíveis modificações sofridas ao longo do tempo.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLI, V. L. C. *A escrita no Brasil colônia*. Recife: Universitária, Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massagana, 1994.

ALMADA, M.. *Cultura escrita e materialidade: possibilidades interdisciplinares de pesquisa*. *PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG*, v. 4, n. 8, p. 134-47, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/15485>.

CAMBRAIA, C. N. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CASTRO, I. *Filologia. Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*. Lisboa: Verbo, 1997, v.2.

SANTOS, C. R. *Análise de Assinaturas Manuscritas Baseada nos Princípios da Grafoscopia*. Dissertação - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós Graduação em Informática Aplicada. Curitiba, 132p. 2004. Disponível em: [https://www.ppgia.pucpr.br/pt/arquivos/mes-trado/dissertacoes/2004/2004\\_cesar\\_roberto\\_santos.pdf](https://www.ppgia.pucpr.br/pt/arquivos/mes-trado/dissertacoes/2004/2004_cesar_roberto_santos.pdf). Acesso em: 27 mar. 2024.

## O LETRAMENTO COMO INSTRUMENTO MULTICULTURAL

*Beatriz dos Santos Alves (FFP-UERJ)*

[bhia.santos22@gmail.com](mailto:bhia.santos22@gmail.com)

*Maria Isaura Rodrigues Pinto (FFP-UERJ)*

[m.isaura27@gmail.com](mailto:m.isaura27@gmail.com)

### RESUMO

O presente trabalho surgiu a partir de estudos desenvolvidos na disciplina de Estágio Supervisionado de Língua Portuguesa e Literatura II, na qual realizamos estudos sobre diferentes literaturas e elaboramos sequências de atividades, visando contribuir para a formação leitora dos alunos do ensino médio. Utilizamos na fundamentação teórica os conceitos de multiculturalismo de Ana Canen (2000), ancestralidade de Ailton Krenak (2023), de literatura indígena de Janice Cristine Thiél (2013) e de antirracismo de Djamilia Ribeiro (2019). Além dos conceitos de letramento de Magda Soares (1998), de letramento literário de Rildo Cosson (2015) e de educação libertadora de Freire (2014). Para a elaboração das propostas de atividades, inspiramo-nos no modelo de Sequência Básica de Cosson. A proposta apresentada pauta-se em estudos de diferentes modalidades de literatura e poderá ser utilizada em escolas de educação básica. Nosso objetivo é contribuir para fortalecer o letramento literário dos alunos, principalmente, no que diz respeito à literatura indígena. Em um contexto pós-pandêmico, em que a maioria dos alunos apresentam dificuldades de letramento literário, a exploração desse campo pode auxiliar no processo de construção de uma cultura leitora. Além disso, a abordagem do tema visa gerar criticidade e criatividade e ampliar conhecimentos acerca da literatura indígena e da literatura negra.

### Palavras-chave

Multicultural. Literaturas indígenas. Prática de Ensino.

### ABSTRACT

This study emerged from research developed in the Supervised Internship in Portuguese Language and Literature II course, focusing on diverse literatures and designing activity sequences aimed at enhancing high school students' reading development. The theoretical foundation integrates concepts of multiculturalism from Ana Canen (2000), ancestry from Ailton Krenak (2023), Indigenous literature from Janice Cristine Thiél (2013), and anti-racism from Djamilia Ribeiro (2019), as well as literacy principles from Magda Soares (1998), literary literacy from Rildo Cosson (2015), and Paulo Freire's (2014) liberating education approach. Activity proposals are modeled on Cosson's Basic Sequence framework, exploring various literary genres suitable for basic education contexts. The goal is to strengthen students' literary literacy, particularly with Indigenous and African literatures. In a post-pandemic context, where many students face challenges with literary literacy, this approach seeks to foster a reading culture while promoting critical thinking, creativity, and a broader understanding of Indigenous and Black literature.

### Keywords:

Multiculturalism. Indigenous Literature. Teaching Practice.

## 1. *Introdução*

O presente trabalho contempla a relação entre teoria e prática como parte essencial da formação de professores, pois volta-se para a aplicabilidade de conhecimentos teóricos no cotidiano da sala de aula. A proposta envolve reflexão teórica e produção de materiais didáticos. A ideia de pesquisa surgiu a partir de atividades desenvolvidas na disciplina de Estágio Supervisionado de Língua Portuguesa e Literatura II, do curso de Letras da Faculdade de Formação de Professores, no município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, na qual discutimos ideias concernentes ao conceito de letramento literário (Cf. COSSON, 2015), repensando-o a partir de uma perspectiva decolonial.

Tendo isso em consideração, o trabalho em questão busca favorecer a leitura de textos de literaturas que não fazem parte do cânone instituído, são elas, a literatura indígena e a literatura negra, mais especificamente a indígena. Nas aulas da disciplina mencionada, após discutirmos a temática dos textos, observarmos sua estrutura e contemplarmos os recursos linguísticos neles utilizados, elaboramos, entre outras, uma proposta de atividade, baseada no modelo de Sequência Básica (Cf. COSSON, 2015), que receberá destaque na parte final deste trabalho.

Desde o início da graduação, participei ativamente de programas de iniciação à docência que correlacionam a práxis das escolas aos ensinamentos da universidade, a fim de refletir sobre os atuais padrões de ensino. Deparei-me, então, nas disciplinas de Estágio Supervisionado do meu curso, especificamente, na disciplina de Estágio de Língua Portuguesa e Literatura II, ministrado pela professora Maria Isaura, com questionamentos que se relacionavam diretamente com reflexões feitas por mim, anteriormente, no início da vida acadêmica, os quais tinham como foco a valorização de uma educação plural, multicultural e decolonial.

Vivemos em uma sociedade racista, homofóbica e desigual moldada por parâmetros herdados da colonização, iniciada com a invasão e pautada na exploração e escravidão. Ela formula ideias padronizadas, identificadas com a realidade do colonizador, ignorando, assim, outras culturas aqui presentes. A educação escolar deve, então, empenhar-se em oferecer um ensino multicultural e multimodal como instrumento de enriquecimento do letramento dos nossos jovens estudantes.

Vale ressaltar que, atualmente, nos encontramos em um contexto pós-pandêmico, em que a maioria dos alunos apresentam dificuldades de alfabetização e de letramento. Sendo assim, o contato com atividades di-

versificadas pode auxiliar no processo de construção de uma cultura leitora. O conceito de leitura aqui adotado é o produzido por Paulo Freire, segundo o qual “a leitura de mundo precede a leitura da palavra” (FREIRE, 1986, p. 22). Há também a leitura de imagens e de expressões, assim como há diversos tipos de letramentos, “(...) estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita” (SOARES, 1998, p. 6), como o digital, matemático, literário etc., sendo todos importantes para a formação de um sujeito criticamente ativo na sociedade.

É na etapa dos estágios que, efetivamente, teoria e prática se encontram e que podemos descobrir vários caminhos de uma práxis libertadora para “valorizar e acolher identidades plurais sem representar ameaças ou quaisquer formas de naturalização do preconceito e desrespeito à vida humana” (SILVA; BRANDIM, 2008, p. 51). A exploração desse campo de pesquisa tem sensibilizado professores em formação e também os já atuantes, isso favorece uma prática de reparação histórica na sociedade.

## **2. O que diz a teoria?**

Para Canen e Franco (2001), o multiculturalismo é um instrumento primordial para promover as diversas culturas presentes na sociedade em diferentes contextos, especialmente no campo educacional. Os autores, na maioria, veem o multiculturalismo como um movimento que vai além da simples convivência de diferentes culturas, enfatizando a necessidade de questionar as relações de poder e as desigualdades que permeiam essas interações:

Conforme tem sido apontado (McLaren, 2000; Canen, 1997; Canen & Moreira, 1999), multiculturalismo é um termo polissêmico, que pode abarcar desde posturas de reconhecimento da diversidade cultural sob lentes de exotismo e folclore, passando por visões de assimilação cultural, até perspectivas mais críticas de desafio a estereótipos e a processos de construção das diferenças. (CANEN; FRANCO, 2001, p. 164)

O multiculturalismo crítico, ou seja, o segundo tipo apresentado na citação, especificamente no campo de ensino-aprendizagem, visa à desconstrução de estereótipos direcionados às culturas que se diferenciam do padrão eurocêntrico. Aproximar os alunos de diferentes vozes e formas literárias, como a literatura indígena, negra, asiática e outras, promove um letramento plural e contextualizado, identificado com as propostas do multiculturalismo crítico.

Isso posto, elaboramos atividades baseadas em propostas de Cosson, apresentadas em seu livro *Letramento literário*, de 2006, no qual o autor aponta formas de elaboração de atividades sequenciais, que podem estimular o interesse dos alunos pela leitura, com o objetivo de contribuir para a prática leitora dos mesmos. As atividades são distribuídas em quatro etapas, sendo elas: motivação, introdução, leitura e interpretação. Como proposto pelo autor, cada uma dessas etapas têm uma função fundamental para atingir os objetivos da chamada Sequência Básica. A “motivação” é a etapa que prepara o aluno para a atividade de leitura, conectando-o ao contexto da obra a partir de atividades lúdicas, a “introdução” corresponde à fase em que são apresentados o autor e os elementos paratextuais da obra a ser utilizada (capa, imagens etc.), a “leitura”, por seu turno, deve ser feita pausadamente de acordo com o que será combinado com a turma; e a “interpretação” é o momento em que o aluno será incentivado a produzir inferências acerca do que foi lido. É preciso considerar que o desenvolvimento do pensamento crítico literário envolve uma série de habilidades cognitivas e metacognitivas que permitem aos estudantes não apenas compreender o conteúdo de uma obra, mas também questioná-la, avaliar suas ideias e relacioná-la com outros textos e contextos culturais.

Magda Soares diz, em sua obra *O que é letramento e alfabetização. Letramento: um tema em três gêneros*, de 1998, que o termo letramento apareceu pela primeira vez no livro de Mary Kato, *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*, de 1986. O conceito de letramento, ainda complexo para muitos e pilar de diversas pesquisas, é fator primordial para a formação de uma sociedade crítica, que a partir dos diversos tipos de letramento acaba por construir uma visão crítica de mundo. Soares considera que a alfabetização é um processo de decodificação de símbolos da língua escrita, já o letramento refere-se ao uso social das habilidades de leitura e escrita. O indivíduo letrado não apenas decodifica símbolos, ele utiliza a leitura e a escrita no seu contexto social.

Ailton Krenak, em suas obras, trata do conceito de ancestralidade. Em “Pensando com a cabeça na Terra”, de 2017, ressalta de forma primorosa a relação entre os povos indígenas e a Terra. Para Krenak, ancestralidade não é apenas uma questão de linhagem familiar, mas sim algo muito mais amplo, que envolve pertencimento cósmico ao mundo, e a natureza faz parte desse ciclo ancestral. No ambiente escolar, o conceito de ancestralidade deve ser amplamente explorado, visto que os alunos e suas respectivas origens devem ser valorizados. Isso poderá criar uma maior conexão com temáticas multiculturais, que podem ser ensinadas

na escola Essa valorização também combate a marginalização e o silenciamento de grupos historicamente oprimidos.

Janice Cristine Thiél em seu artigo “A literatura dos povos indígenas e a formação do leitor multicultural” (2013), faz um recorte muito condizente com os propósitos deste trabalho, analisando aspectos da escrita indígena. A autora destaca alguns aspectos, entre eles:

[...] o uso de fórmulas linguísticas de repetição do já dito, a fim de garantir referência ao que já foi dito e continuidade narrativa; interação com o público de forma a provocar sua reação; referência ao cotidiano da vida humana. (THÉL, 2013, p. 1180)

Tais características estão presentes em diversas obras da literatura indígena, como por exemplo no livro *Pássaro encantado*, de 2014, de Eliane Potiguara. Trata-se de um livro voltado para um público infanto-juvenil, que exemplifica bem os aspectos destacados por Thiél. Além desses aspectos, o livro faz constantes menções a elementos da natureza e é a expressão de uma cultura rica e diversificada, que valoriza as tradições, histórias e cosmovisões dos povos indígenas.

Para refletir sobre antirracismo e literaturas de autoria negra, nos pautamos nos ensinamentos de Djamila Ribeiro, que em sua obra *Pequeno manual antirracista*, de 2019, enfatiza a importância da educação antirracista, defendendo que escolas e instituições de ensino devem abordar o racismo de forma crítica. A autora também incentiva a leitura de autores negros e o aprendizado sobre a cultura e a história africana e afro-brasileira. Ela assim se pronuncia:

É importante lembrar que, apesar de a Constituição do Império de 1824 determinar que a educação era um direito de todos os cidadãos, a escola estava vetada para pessoas negras escravizadas. A cidadania se estendia a portugueses e aos nascidos em solo brasileiro, inclusive a negros libertos. Mas esses direitos estavam condicionados a posses e rendimentos, justamente para dificultar aos libertos o acesso à educação. (RIBEIRO, 2019, p. 6)

Relembrar o passado escravocrata do Brasil é um fator primordial para pensar formas decoloniais da pedagogia contemporânea. Krenak e Djamila discorrem, em suas respectivas obras, sobre problemáticas relacionadas à discriminação sofrida pelos povos negros e indígenas no Brasil. Tratam de questões nacionais e identitárias extremamente importantes para a luta contra a exclusão.

O patrono da educação brasileira, Paulo Freire, defende os conceitos de alfabetização e de leitura de mundo, em seu livro *Pedagogia do*

*oprimido*, de 1968. Adotando uma perspectiva multicultural, discute as relações sociais de opressão e sua influência sobre a educação. Consideramos que é indispensável utilizar uma pedagogia freiriana que promova diálogo, respeito à diversidade cultural e emancipação, na escola. Ou seja, uma educação que se oponha à prática de dominação. Em uma educação plural, os educandos são incentivados a pensarem criticamente, a questionarem e a refletirem sobre o mundo à sua volta. Isso é fundamental para a formação de cidadãos capazes de lutar por uma sociedade mais igualitária e democrática.

Além disso, chamamos atenção para o conceito de multiletramento, desenvolvido por Rojo (2017), o qual surge como uma resposta às transformações culturais, sociais e tecnológicas da contemporaneidade, que exigem novas formas de interação com os textos e as diferentes práticas de leitura e escrita. O termo refere-se à multiplicidade de letramentos necessária para lidar com a diversidade de linguagens, mídias e culturas que existem no mundo globalizado.

Por fim, gostaria também de chamar atenção para o livro produzido pelo Coletivo Investigador da FFP-UERJ, organizado pela professora Sueli Moreira, intitulado *Descolonizar e recriar a formação docente: um projeto coletivo*, lançado em 2023, no qual são expostos relatos de experiências de iniciação à docência, a partir de uma perspectiva crítica em constante diálogo com os conceitos aqui utilizados. A obra busca valorizar uma nova pedagogia, uma pedagogia transformadora e emancipatória à qual tanto aspiramos.

### **3. O currículo e suas problemáticas**

O currículo escolar contemporâneo deveria ser elaborado a partir de uma perspectiva multicultural, visando não apenas à transmissão de conteúdos instituídos, mas também ao reconhecimento e à valorização da diversidade cultural presente na sociedade. A necessidade de um currículo multicultural surge a partir do entendimento de que a educação é um instrumento central para formação de sujeitos críticos. Essa perspectiva multicultural implica o reconhecimento de diferentes saberes, tradições e identidades que coexistem no ambiente escolar, desafiando a hegemonia de uma visão eurocêntrica: “Não basta mais a escola enfatizar apenas os letramentos da letra e do impresso, bem como os gêneros discursivos da tradição, é preciso dar enfoque nos multiletramentos presentes na vida dos estudantes.” (MEDEIROS; MORAES, 2022, p. 4).

Com relação aos *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental* (1998), convém ressaltar que o que vem neles estabelecido deveria ser alcançado. Entre o previsto está que os alunos sejam capazes de: “perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente” (PCNs, 1998, p. 7) e também “desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania” (PCNs, 1998, p. 7). Sendo assim, percebemos que é também papel da escola dar espaço à valorização das diversas vozes e culturas dos alunos.

De acordo com Jean-Pierre Jallade (2000 *apud* LOPES, 2004, p. 111), “o currículo é o coração de um empreendimento educacional e nenhuma política ou reforma educacional pode ter sucesso se não colocar o currículo no seu centro”. A elaboração de um currículo eficaz deve contemplar questões sociais e ser mais do que um simples conjunto de conteúdos. Ele deve representar a visão, os valores e as metas que orientam o processo de ensino-aprendizagem, para que as reformas educacionais tenham um impacto positivo na comunidade escolar.

A falta de uma formação leitora eficaz influencia não só nas questões pedagógicas dentro da escola, mas também interfere na leitura de mundo do aluno, na sua visão crítica da sociedade e na sua própria existência dentro dela. É a partir daí que surge uma das maiores problemáticas presentes nas escolas atualmente: poucas escolas possuem projetos de incentivo à formação multicultural. Nesta pesquisa, reconhecemos a importância da criação desses espaços dialógicos, não só na comunidade escolar, mas também na academia, para que a formação docente e discente se amplie e se enriqueça.

Os PCNs, de 1998, preveem, ainda, acerca do ensino de língua portuguesa, que os alunos sejam capazes de compreender a cidadania como participação social e política, o exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais. Além disso, cita a necessidade de se utilizar a linguagem na escuta e produção de textos orais e na leitura e produção de textos escritos de modo a atender a múltiplas demandas sociais, responder a diferentes propósitos comunicativos e expressivos, e posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais. Isso posto, podemos observar que são vários os caminhos que po-



dem legitimar o trabalho a ser desenvolvido. Para analisar produções escritas vinculadas à oralidade, nada melhor do que utilizar textos em que a modalidade oral da língua é valorizada, como os da literatura indígena, por exemplo.

Deve ser levado em consideração que são múltiplas as realidades e as diferentes formas de escolas encontradas no Brasil. Não podemos esquecer de que realidades distintas não têm as mesmas demandas e os mesmos objetivos. É certo que um estudante de escola pública, com pouca infraestrutura e sem acesso à internet, não terá o mesmo letramento digital de um aluno que tem acesso a aulas de informática. Da mesma forma, um aluno que não possui acesso a livros e a materiais de leitura não terá o mesmo letramento literário de alguém que tem acesso contínuo a uma biblioteca.

#### **4. A Pesquisa-Ação: Como?**

A metodologia utilizada neste trabalho é a da pesquisa-ação, ou seja, “uma maneira de se fazer pesquisa em situações em que também se é uma pessoa da prática e se deseja melhorar a compreensão desta” (ENGEL, 2000, p. 182). Sendo assim, enquanto sujeitos formativos (educandos e educadores) a prática da pesquisa-ação contribui não só para os interesses acadêmicos de produzir dados de análise, mas também contribui coletivamente, de alguma forma, com o “objeto de pesquisa”, neste caso, a escola e seus sujeitos. Franco acerca da questão, assim se posiciona:

Acredito que toda pesquisa-ação tem caráter formativo; no entanto, no caso da pesquisa-ação pedagógica, a formação pedagógica dos sujeitos da prática passa a ser a finalidade primeira. É um trabalho participativo, colaborativo, pedagógico, entre pesquisadores e professores, na perspectiva de formação crítico-reflexiva, que, por pressuposto, reverterá na melhoria do ensino. (FRANCO, 2016, p. 513)

A busca por uma prática pedagógica emancipatória está diretamente relacionada aos objetivos aqui citados. Ela visa a uma educação multicultural que valorize as mais diversas identidades. Concordamos com a seguinte argumentação de Canen:

Argumentamos que implicações curriculares, nessa perspectiva, traduzir-se-ão em diretrizes em que a dialética universal-multicultural, global-local, seja trabalhada de forma articulada. Busca-se, dessa forma, desnaturalizar discursos de identidade nacional que excluem vozes culturais não-dominantes de sua “história”, ou que tratem da diversidade cultural de forma estática, homogeneizadora de grupos culturais, ignorando o dina-

mesmo, a hibridização cultural e os mecanismos discriminatórios que legitimam a valorização diferencial dos padrões socioculturais. (CANEN, 2000, p. 140)

É, portanto, a articulação entre prática e pesquisa um caminho valioso para a valorização da pluralidade cultural. Os estudos realizados na academia dão-se a partir de leituras sobre temáticas atuais e os encontros formativos resultam em propostas a serem desenvolvidas no ambiente escolar, como por exemplo, oficinas, produção de material, debates dialógicos, jogos educativos, dinâmica de grupo, desenhos, leituras e rodas de conversa. Esse material é utilizado nas escolas parceiras e contribui para a formação dos estudantes, considerados sujeitos portadores de conhecimentos a serem mutuamente compartilhados conosco.

##### **5. A literatura indígena e de autoria negra**

A literatura indígena e a literatura negra no Brasil desempenham um papel fundamental na preservação e valorização das culturas e identidades desses grupos historicamente marginalizados. Através de narrativas que refletem suas vivências, lutas e sabedorias ancestrais, essas literaturas oferecem uma perspectiva única sobre a formação social e cultural do país.

A literatura negra é fundamental no combate ao racismo, pois fortalece a resistência e a busca por reconhecimento e igualdade. Essa forma de produção literária não apenas denuncia as injustiças históricas e contemporâneas, mas também celebra a riqueza da cultura afro-brasileira e sua influência na formação da identidade nacional.

O contato com a literatura negra, por exemplo, promove a valorização das contribuições culturais e intelectuais da população negra na formação da identidade nacional. Obras de autores como Machado de Assis, Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e outros oferecem uma visão crítica sobre a sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que desafiam estereótipos e preconceitos. Incorporar obras de autores negros ao currículo é fundamental para promover a representatividade dos alunos que se identificam com essas narrativas.

A literatura indígena, também, enriquece o currículo escolar ao introduzir novas formas de pensar e de se relacionar com o mundo, oferecendo uma educação que valoriza a diversidade cultural. A inclusão dessas vozes é essencial para formar cidadãos conscientes e preparados para atuar em um mundo plural e interconectado.

Valorizar essas autorias requer apresentar as obras e os autores aos alunos de forma cuidadosa. Baseando-nos no conceito de Sequência Básica proposto por Cosson, buscamos ar destaque à cultura e à obra do autor. Para tanto, valemo-nos de imagens, vídeos, filmes e outros materiais.

## **6. *Objetivos: A escola que queremos e a escola que queremos***

[...] nós, domesticados pelo pensamento colonial, passamos a reproduzir isso de uma maneira tão eficiente que em torno de nós criamos colônias de pessoas subjugadas, submetidas e humilhadas, que vão se sentir sempre menores do que são, em qualquer lugar que estiverem, porque estão espelhando um modelo de vida que não é o que ele traz em si, mas sim o que estão oferecendo para ele. (KRENAK, 2017, p. 7)

Para pensar em que tipo de escola gostaríamos de ter no futuro, devemos refletir sobre a escola do passado até chegar na que temos atualmente. O que representa a escola, cada uma delas, em seu diferente contexto e espaço? O que quase todas as escolas do tempo atual têm em comum: a colonização. Como apontado por Krenak (2017) e aprofundado por Luiz Rufino em “A escola dos sonhos” (2021), o chão da escola também possui uma ancestralidade que não pode ser descartada, pois são “chãos (...) nos quais se escavaram as histórias antepassadas e se cultiva a esperança e a sementeira de um novo tempo” (RUFINO, 2021, p. 61). As escolas, na época da colonização, eram direcionadas para um público restrito, naquele tempo, negros e indígenas não podiam frequentá-las; mas, ainda hoje, resquícios delas perseveram nas escolas atuais, regidas por um padrão colonial, que faz com que muitos alunos não consigam significá-las, vê-las como algo que lhes pertence.

A educação decolonial valoriza o conhecimento tradicional e comunitário, reconhece que diferentes formas de saber têm igual importância na formação dos estudantes e busca promover um espaço seguro e acolhedor para todos, independentemente de sua origem étnica, cultural ou social.

## **7. *Resultados: proposta de atividades***

Desenvolver o pensamento literário é desafiador, especialmente quando se trata de estudantes que têm pouca exposição a textos complexos ou que vêm de ambientes onde a leitura crítica não é incentivada. Intervenções educacionais eficazes incluem a introdução gradual de textos

de complexidade crescente, a realização de discussões em sala de aula que promovam a análise crítica e a orientação dos professores para ajudar os estudantes a desenvolver habilidades.

Durante a realização da pesquisa, desenvolvemos propostas de atividades para serem aplicadas em escolas. Tendo em vista que as pautas sociais e as questões de letramento são as mais urgentes no ambiente escolar, elaboramos atividades utilizando obras pertencentes à literatura indígenas e negra. Apresentamos a seguir uma das propostas de trabalho com o modelo de Sequência Básica, que elaboramos para turmas de primeiro ano do ensino médio.

### **7.1. Sequência básica**

- **Motivação**

Para dar início à sequência básica, será proposta uma oficina de argila. Cada aluno será incentivado a produzir com a argila um objeto que lembre sua casa. Em seguida, os estudantes deverão assistir a vídeos sobre a cultura indígena, como o vídeo “#AbriIndígena - Povo Apinajé”, o qual fala sobre aulas, na época da pandemia, na comunidade indígena Apinajé e também o vídeo “Povos Indígenas no Brasil: Cultura e Organização Social”. Também será exibido um vídeo de música do grupo “Brô MC’s”, que focaliza o dia a dia na aldeia e artefatos artísticos indígenas. Em seguida, será projetado um mapa mostrando a porcentagem da população indígena por região do país. A partir daí serão realizados debates sobre o conceito de “etnia”.

- **Introdução**

A técnica utilizada, nesta etapa, será a da aula invertida – assim sendo, os alunos pesquisarão em casa sobre aspectos da cultura indígena e apresentarão, em grupos, para a turma, informações sobre a cosmovisão indígenas. Os elementos paratextuais do livro serão projetados e, a partir disso será discutido o conceito de autoria. Além disso, apresentaremos um documentário sobre o povo Apinayé: “Documentário Conhecer para Preservar – Povos indígenas do Tocantins”, para que os alunos aprofundem conhecimentos sobre a cultura dos autores das etnopoemas, que serão analisadas.

- **Leitura**

Esta fase vai além da simples decodificação; ela envolve uma leitura ativa e crítica, na qual o aluno buscará compreender tanto o conteúdo literal quanto os sentidos implícitos, explorando a estrutura do gênero literário e o contexto da obra. É, nesta etapa e em seus intervalos, que o professor poderá perceber as possíveis dificuldades dos alunos.

A leitura será realizada com pausas previamente definidas. A cada pausa para discussão sobre a obra, será proposta uma atividade. No primeiro intervalo, os alunos escolherão um dos poemas para recitá-lo para a turma; no segundo, farão desenhos que representem o poema escolhido; no terceiro, destacarão palavras que não conhecem e irão buscar os significados no dicionário, já, no quarto, observarão marcas da oralidade presentes nos textos.

- **Interpretação**

Nesta fase, o objetivo é que o aluno interprete o texto, conectando suas próprias vivências, conhecimentos e visões de mundo com as informações e temas apresentados. Para tanto, será preciso considerar o contexto social, histórico e cultural da obra. As possibilidades de interpretação são diversas e dependerá das experiências individuais dos alunos e do contexto no qual a turma estará inserida.

A turma será incentivada a montar uma peça teatral em que os protagonistas não são pessoas e sim elementos da natureza com o propósito de desconstruir o estereótipo de “fantasias de índio” e valorizar a relação dos povos originários com os elementos da natureza e sua ancestralidade. A peça será apresentada para a comunidade escolar e ressaltará valores da cultura indígena.

Buscando articular a proposta com a realidade vivida pelos alunos, também serão realizadas atividades envolvendo *raps* nacionais com letras, que simbolizam a resistência negra, como as de Projota, Emicida e o grupo de *rap* indígena “Brô MC’s”. Serão utilizados recursos tecnológicos para tornar as atividades mais dinâmicas. Além disso, haverá a proposta de passeios culturais a comunidades indígenas e quilombolas.

## **8. Considerações finais: Para não esquecer**

Desconstruir padrões, em vigor há muitos anos, não é nada fácil, mas também não é impossível. Em uma sociedade, cada vez mais avan-

çada como a nossa, não podem ser admitidas formas de ensino que vão de encontro a uma conduta básica e garantida por lei: o respeito. A literatura, em muitos casos, é instrumento de denúncia de visões racistas, xenofóbicas e repletas de muitos outros preconceitos.

A literatura indígena e a literatura negra não devem ser somente consideradas como instrumento de reparação histórica, mas também como mecanismo de luta e de valorização da arte e da cultura. Ressaltamos que, não há, de forma alguma, oposição ao estudo das obras do cânone literário instituído, que são adotadas nas escolas. O que se propõe é um acréscimo de obras de legítima importância artística e cultural para a formação de nossos estudantes, pertencentes à literatura indígena e negra.

Utilizar a pesquisa acadêmica, articulando-a com ações diversificadas de leitura literária, contribui, de diversas formas, para diminuir as dificuldades encontradas no chão da escola. Levar os alunos a se sentirem pertencentes à realidade escolar, protagonistas de suas ações e orgulhosos de sua ancestralidade é um dever do professor.

Portanto, um letramento literário plural é essencial para o crescimento pessoal e social dos indivíduos. Ele constitui a base para uma vida rica e significativa e promove o desenvolvimento de habilidades e valores que são fundamentais para a convivência em uma sociedade tão diversa.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) Língua Portuguesa*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997.

CANEN, A.; ARBACHE, A. P.; FRANCO, M. Pesquisando Multiculturalismo e Educação: o que dizem as dissertações e teses. *Educação & Realidade*, v. 26, n. 1, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/41321>. Acesso em: 20 jun. 2024.

\_\_\_\_\_. Educação multicultural, identidade nacional e pluralidade cultural: tensões e implicações curriculares. *Cadernos de Pesquisa*, p. 135-149. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742000000300007>. Acesso em: 02 jul. 2024.

COSSON, Rildo. *Letramento literário: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2015.

ENGEL, Guido Irineu. Pesquisa-ação. *Educar em Revista*, p. 181-191. Paraná: Universidade Federal do Paraná, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.214> . Acesso em: 05 ago. 2024.

FRANCO, M. A. Pesquisa-ação pedagógica: práticas de empoderamento e participação. *Revista de Educação Temática*, v. 18, n. 2, p. 511-513. Campinas: UNICAMP, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8637507>. Acesso em: 01 set. 2024.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três textos que se completam*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1986.

\_\_\_\_\_. *Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

JALLADE, Jean-Pierre. Secondary education. *Europe: main trends*. Paris: BID, 2000.

KATO, Mary Aizawa. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1986.

KRENAK, Ailton. Pensando com a cabeça na Terra. *Anais da ReACT - Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia*, v. 3, n. 3. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 2017. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/react/article/view/2641>. Acesso em: 14 ago. 2024.

LOPES, Alice Casimiro. Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos?. *Revista Brasileira de educação*, p. 109-118. Rio de Janeiro: ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782004000200009>. Acesso em: 24 de set. 2024.

MEDEIROS, Lucas Ayub de; MORAES, Jerusa Vilhena de. Multiletramentos, web 2.0 e pbl: uma contribuição ao processo de alfabetização científica em geografia. *Anais CIET: Horizonte*. 6, n. 1, São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2024. Disponível em: <https://ciet.ufscar.br/submissao/index.php/ciet/article/view/966>. Acesso em: 29 set. 2024.

MOREIRA, Sueli de Lima. *Descolonizar e recriar a formação docente: um projeto coletivo*. Curitiba: CRV, 2023.

ROJO, Roxane. Entre Plataforma, ODAs e Protótipos: Novos multiletramentos em tempos de WEB2. *The Specialist*, v. 38, p. 1-20, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/esp/article/view/32219>. Acesso em: 06 abr. 2024.

RUFINO, Luiz. A escola dos Sonhos. In: \_\_\_\_\_. *Vence-demanda: educação e descolonização*. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno Manual Antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Maria José Albuquerque da; BRANDIM, Maria Rejane Lima. Multiculturalismo e educação: em defesa da diversidade cultural. *Diversa*, v. 1, p. 51-66, 2008.

SOARES, Magda. O que é letramento e alfabetização. *Letramento: um tema em três gêneros*, v. 2, p. 27-60, 1998.

THIÉL, J. C. A literatura dos povos indígenas e a formação do leitor multicultural. *Educação & Realidade*, [S. l.], v. 38, n. 4, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/38161>. Acesso em: 11 nov. 2023.



## O NÃO DITO EM “ANA TERRA”

Cesar Christian Ferreira dos Santos (UFRGS)  
[cesarchristian2@gmail.com](mailto:cesarchristian2@gmail.com)

### RESUMO

“Ana Terra” é um texto de Erico Verissimo que faz parte de sua grande obra: O tempo e o vento, mais especificamente, está dentro do tomo, O Continente I. “Ana Terra”, como todo clássico, não é um texto que se despe completamente à primeira leitura, sendo necessária diversas outras para que possamos preencher as informações lacunares e não ditas na obra. Também é necessário, se se nos propormos a um estudo mais aprofundado, um conhecimento prévio de toda a obra O continente I. Dessa forma, a partir de uma visão hermenêutica, que dialoga com a história, e, de uma visão a partir da estética recepção podemos chegar a problemas teóricos mais profundos, como por exemplo, as questões que envolvem literatura e sociedade na obra, ou ainda, as tensões existentes na obra, como por exemplo a questão da posse da terra, que é pano de fundo de toda a narrativa de Verissimo e também não deixa de ser uma informação lacunar que mostra já de cara a importância do sobrenome de Ana Terra.

### Palavras-chave:

Informações lacunares. Não ditos. Tensões na narrativa.

### ABSTRACT

“Ana Terra” is Erico Verissimo’s text, that belong to his great work: O tempo e o vento, more specifically, it is inside of the tome, O continente I. “Ana Terra”, as all classic text, doesn’t undress completely at first read, being necessary, to many others readers to fill in all lacunars and don’t said in the text. It’s necessary too, if our purpose is a further study, a knowledge about all the work O continente I. That way, from a hermeneutic view, which dialogues with history, and, from a view based on aesthetic reception, we can reach deeper theoretical problems, such as, for example, the issues involving literature and society in the work, or even, the tensions that exist in the text, such as the issue of land ownership, which forms the background of Verissimo’s entire narrative and is also a piece of missing information that immediately shows the importance of Ana Terra’s surname.

### Keywords:

Unspoken. Missing information. Tensions in the narrative.

### *1. Texto literário, romance regional e a obra de Erico Verissimo*

Diversos teóricos tentaram ao longo da história da literatura defini-la, entende-la e para tal também ensaiaram algumas definições teóricas. Estabelecendo então conceitos diversos, uns mais completos outros menos sobre a “coisa chamada literatura”. Dessa forma a pergunta: o que é literatura? Passou a ter diversas respostas complexas que se autocompletavam. Eagleton (2006) propõem que a literatura seja uma escrita

“imaginativa” no sentido de ser ficção, ou seja, uma escrita que pode não ser literalmente verídica, mas o próprio autor na sequência de seu raciocínio admite que uma abordagem diversa seja necessária e que “talvez a literatura seja definível não pelo fato de ser ficcional ou ‘imaginativa’, mas porque emprega uma linguagem peculiar” (EAGLETON, 2006, p. 3). O referido autor completa seu argumento citando o crítico russo Roman Jakobson, que segundo este último a literatura escrita seria uma “violência organizada contra a fala comum”, o que certamente causaria no leitor o chamado estranhamento, que é uma das características da literariedade, segundo os formalistas. Mas então, como textos iguais aos que, por exemplo, fazem parte da obra de Erico Verissimo conseguiram ser tão populares e alcançar uma “universalidade” trazendo em seu bojo uma linguagem tão distante da linguagem comum? Os textos de Verissimo, sem dúvida, afastam-se dessa linguagem comum e aproximam-se da definição do referido autor, pois o emprego de vocábulos regionais sem abrir mão da norma culta compõem um texto singular, que ao mesmo tempo se aproxima da linguagem comum e regional (variação diatópica) afasta-se da mesma ao ser impecável no uso da norma culta.

Aqui talvez nós possamos completar as definições que Eagleton nos traz em um primeiro momento, observando que Verissimo tem a habilidade de tecer parte de sua obra (*O tempo e o vento*, por exemplo) com um pano de fundo histórico, e, sendo assim, até mesmo causando dificuldades de distinguir o que se tratava de ficção e o que se tratava de realidade, pois a história narrada na obra em questão era a história de muitas famílias da Província de São Pedro do Rio Grande, tornando-se dessa maneira uma obra profundamente identitária. Podemos presumir então, que essa identitariedade da obra é que fê-la tornar-se universal, “se quiser ser universal, cante sua aldeia”, para ilustrar nossa ideia fazemos a seguinte citação:

A história de duas famílias, os Terra Cambará e os Amaral, atravessando dois séculos de vida perigosa, é o fio romanesco que une os episódios do ciclo e embasa as manifestações de orgulho, de ódio de amor e de fidelidade; paixões que assumem uma dimensão transindividual e fundem-se na história maior da comunidade. (BOSI, 2012, p. 436)

A obra de Erico Verissimo como um todo faz parte do que se convencionou ser chamado pela crítica literária de Romance Regional da geração de 30 e ao lado de Jorge Amado alcançou grande sucesso junto ao público, “só há um romancista brasileiro que partilha com Jorge Amado o êxito maciço junto ao público: Erico Verissimo” (BOSI, 2012, p. 434). Mas Verissimo foi à época alvo de muitos comentários e análises

depreciativas (talvez depreciativa não seja o termo mais adequado) como por exemplo a crítica do próprio Bosi (2012, p. 436): “Não se trata, aqui, de fechar os olhos aos evidentes defeitos de fatura que mancham a prosa do romancista: repetições abusivas, incerteza na concepção de protagonistas, uso convencional da linguagem.”. Porém, quando Bosi fala de “uso convencional da linguagem” é porque Verissimo coloca em sua obra muito do léxico regional, e com isso atinge o leitor médio.

Sendo assim, a própria variação linguística regional, as questões regionais, a história regional foram o material estético que Verissimo usou como matéria prima para moldar suas obras. O elemento humano da região também faz parte dessa construção estética, e, neste trabalho vamos abordar uma de suas principais obras, que é homônima de uma de suas principais personagens femininas.

“Ana Terra” é um dos livros que compõem a complexa narrativa de Verissimo, *O tempo e o vento*<sup>15</sup>. Vamos brevemente falar, para situar nosso leitor sobre a estrutura da referida obra. Dentro dela temos:

– O continente I: O sobrado I, A fonte, O sobrado II, Ana Terra, O sobrado III, Um certo Capitão Rodrigo, O sobrado IV.

– O continente II: A teiniaguá, O sobrado V, A guerra, O sobrado VI, Ismália Caré, O sobrado VII.

“O continente” inicia a narrativa que conta a saga da família Terra Cambará, apresenta essa leitura de forma não linear, pois se formos lê-la linearmente deveríamos começar em “A fonte” que conta a história do nascimento de Pedro Missioneiro, para depois iniciarmos a história de “Ana Terra”, “Um certo Capitão Rodrigo” e “O sobrado I, II, III e IV”.

Feita então, essa breve contextualização sobre onde se situa a obra a ser analisada neste trabalho, podemos agora partir para a análise propriamente dita a que se propõem este pequeno artigo: O não dito em “Ana Terra”.

---

<sup>15</sup> A obra de Verissimo, *O Tempo e o Vento* é composta além de *O continente* (2 volumes), *O retrato* (2 volumes) e *o Arquipélago* (3 volumes). Porém, neste trabalho faremos menções apenas aos livros pertencentes ao *O Continente*, a fim de que não percamos o escopo ou tomemo-lo demasiado grande.

## **2. Informações lacunares presentes na obra**

Quando falamos que o texto literário afasta-se da linguagem comum, talvez possamos inferir que ele seja mais complexo do que um texto comum<sup>16</sup> porque é sobrecarregado da função poética da linguagem, onde a ênfase está no elemento estético do texto e não na sua capacidade de transmitir a mensagem. Sendo assim, podemos dizer que o texto literário não se despe aos olhos do leitor com rapidez:

Não se trata do prazer do strip-tease corporal ou do suspense narrativo. Em ambos os casos, não há rasgão, não há margens; há uma revelação progressiva: toda a excitação se refugia na esperança de se ver o sexo (sofno de colegial) ou de conhecer o fim da história (satisfação romanesca). (BARTHES, 2013, p. 16)

Essa conotação sexual dada por Barthes ao processo de leitura, dá-se tendo em vista o envolvimento emocional que texto literário pode despertar em seu leitor, mas, sobretudo, a questão do *strip-tease* do texto literário é porque ele é cheio de informações lacunares que vão sendo preenchidas lentamente pelo leitor, muitas vezes sendo necessário mais de uma leitura do mesmo texto. Isso dá características de obra de arte ao texto de Verissimo, pois a obra de arte

Sem negar a validade dos conceitos ou das ideias racionais, a obra de arte trabalha com a técnica das evocações lacunares, isto é, com não-ditos que pairam, silenciosa e indiretamente articulados em torno de metáforas e imagens que se espelham mutuamente conteúdos de extrema complexidade, mas que não são explicitados em proposições claras. (ROSENFELD, 1997, p. 79)

“Ana Terra” é um desses textos, que possui informações lacunares e não ditos, que se constroem a partir de metáforas diversas, construindo informações que se preenchem de acordo com o nível do leitor e o objetivo da leitura.

### **2.1. Lacunas estéticas observadas em “Ana Terra”**

Talvez não tenha ficado claro até o presente momento, que iremos analisar a obra e seus personagens e não somente a personagem que dá nome à obra em questão. Também é importante analisarmos que toda a narrativa de “O Continente I”, na qual está inserida “Ana Terra”, tem como pano de fundo a luta pela posse da terra (e pelo poder advindo de

---

<sup>16</sup> Não faz parte do escopo deste trabalho discussões sobre o que é um “texto comum”, apenas abordamos algumas características comuns aos textos literários para que estas pudessem servir de subsídio para desenvolvermos nosso raciocínio.

sua posse), constituindo tal luta em uma tensão constante, castelhanos contra portugueses, farrapos contra imperiais, maragatos contra chimangos, e a própria luta entre as famílias Terra Cambará contra os Amaral. Por essa exposição, já podemos ter um panorama da importância do sobrenome Terra, escolhido cuidadosamente pelo autor.

Erico Verissimo tem como característica desenvolver personagens femininas extremamente fortes e com personalidades marcantes, e esse é exatamente o caso de Ana Terra. A família Terra tem suas origens na Capitania de São Paulo, neta de um bandeirante, Juca Terra, que errava pelo continente de São Pedro tropeçando e em busca de terras para tomar posse:

Quando a mulher se queixava de que ele era um vagamundo e tinha bicho-carpinteiro no corpo, o velho Terra meio que entrustecia e com sua voz grossa e lenta dizia: “Vosmecê pensa que gosto dessa vida de judeu errante? O que eu quero mesmo é um sítio, uma lavoura, um gadinho e uma vida sossegada. Um dia inda hei de me estabelecer nos meus campos do Continente”. Dizia isso com orgulho, batendo na guaiaca, onde guardava sua carta de sesmaria. (VERISSIMO, 2004) p. 163)

Juca, efetivamente, não toma posse da terra, porém seu filho Maneco Terra o faz, levando toda a família com ele para a Província de São Pedro do Rio Grande, sendo assim, podemos perceber e já aqui analisar uma informação lacunar, que seria a escolha do sobrenome “TERRA” para uma família que estava sempre em busca de terras para sua ocupação e posterior posse e fixação. Sendo assim, podemos analisar que a própria descendência de Ana Terra, no caso em questão sua neta Bibiana Terra confirma essa informação apresentada, porque a moça em questão casa-se com o capitão Rodrigo Cambará, que era um aventureiro que carrega um sobrenome que também é nome de uma árvore e que em algum momento decidiu parar suas andanças e fixar-se em um lugar com uma moça com sobrenome Terra:

A Bibiana vai casar. Não diga! Com quem? Com o Bento Amaral? Não. Com aquele homem bonito que chegou a Santa Fé. O capitão Rodrigo? Esse mesmo. Diz que vai ser um casamento muito lindo. (VERISSIMO, 2004, p. 321)

Podemos estabelecer uma analogia onde a árvore cambará planta-se na terra, desta forma encerrando a mensagem lacunar existente no próprio sobrenome da família Terra.

A complexidade e extensão da obra são um impedimento de abordar todos os aspectos lacunares que ela apresenta, porém a escolha do próprio no de Ana pode ser considerada um desses aspectos, o nome da

heroína vem do hebraico *Hannah*, que significa graça ou cheia de graça. Ou seja, estamos aqui falando da graça divina, podemos dizer que ela era a “graça da terra” ou que ela evocava uma “terra cheia de graças”. O nome Ana, carrega a própria essência da criação, a graça divina. E, é claro, “Ana Terra” vai carregar algumas características de um herói típico do romantismo<sup>17</sup> como o conhecemos hoje, ou seja, Ana tem a capacidade de se sacrificar para ajudar seu semelhante, sua família mesmo que a família dela tenha feito várias coisas com as quais ela não concordava ou que a fizeram sofrer. Portanto, tal qual o próprio Cristo, Ana se imola para salvar sua família.

Sobre os sacrifícios de Ana Terra, podemos estabelecer aqui outra analogia em relação ao sobrenome da heroína, pois sendo ela Terra, partimos da premissa de que a própria terra para produzir e dar frutos é “ferida” precisa ser sulcada e arada, podemos dizer, sem medo de errar, que em toda a narrativa de “O continente” nenhum personagem, masculino ou feminino sofre tanto quanto a Ana Terra, que resiste a tudo e continua, cria seu filho sozinha e vê sua família prosperar.

E talvez, sejam os Terras os principais responsáveis por todo o legado da família Terra Cambará. Pois é Juvenal Terra que dá apoio político na contenda entre o Rodrigo Cambará e o jovem Bento Amaral, garantindo salvo-conduto a Rodrigo, caso viesse a acontecer alguma coisa com seu oponente. Podemos dizer que há na narrativa uma tensão permanente em volta da terra, pois Juvenal Terra ao sentir-se apoiado por Rodrigo Cambará, volta-se contra os Amarais e sua mágoa com a referida família é por conta de uma disputa de terras:

O velho Ricardo Amaral tirou a terra do meu pai. Botou a corda no pescoço do coitado, quando ele ficou mal de negócios. Todo mundo sabe que a maior parte dos campos que esse velho tem foi roubada. Só sinto é ele não estar aqui pra ouvir estas verdades. (VERISSIMO, 2004, p.380)

Pela citação da fala de Juvenal é nítida essa tensão em torno da terra, o que dá mais significado ainda à escolha do sobrenome Terra por parte de Erico Verissimo. Continuando a mostrar a crescente influência dos Terra, futuramente na narrativa. É Bibiana pois, quem cria o filho órfão de Bolívar Cambará, seu neto, afastando-o da influência materna, que na visão de Bibiana era perniciososa. Então, ela em uma jogada de mestre, puxa a criação para o seu lado e a influencia mais do que a mãe, desta forma ela cria o neto, Licurgo sob todo o imaginário Cambará, mas

---

<sup>17</sup> Não estamos aqui falando que o livro de Verissimo é um romance romântico, apenas nos referimos a algumas características românticas que aparecem na construção da heroína.

transmitindo a eles seus valores, e, ainda, recupera todo o patrimônio (e mais) da família Terra que havia sido praticamente tomado por Agnaldo Silva, avô de Luzia. Ao analisarmos o personagem Licurgo, podemos perceber que ele tem mais características de um Terra do que um Cambará, pois ele é extremamente teimoso e apegado à terra. Dessa forma, podemos perceber como Ana Terra deixa um legado muito grande, que é completado por seus descendentes. Então, para concluir, verificamos que Ana Terra ao sofrer todas as coisas que sofreu na narrativa, floresce e dá frutos, possibilitando que sua família torne-se influente no futuro, formando um legado que está ligado à terra.

Insistimos que a família Terra, talvez até prolixamente, é mais importante, ou melhor dizendo, mais atuante na construção do legado da família Terra Cambará porque os personagens masculinos de Veríssimo vêm e vão muito rapidamente, como é o caso do próprio capitão Rodrigo Cambará e não é diferente com Pedro Missioneiro, o par amoroso de Ana Terra. Neste momento podemos abrir uma discussão interessante a partir de alguns questionamentos, por que Ana Terra foi envolver-se com um mestiço entre um bandeirante aventureiro e uma índia? Sendo que ela era uma moça de boa família e, até certo ponto, bem criada. Como na narrativa tudo é orgânico e funcional, a escolha do par amoroso de Ana é extremamente intencional, pois a relação de Ana com Pedro, naquele momento resumia o elemento humano da região, ou seja, a união de portugueses, espanhóis e indígenas já catequisados. Além do que a escolha do nome Pedro, também é intencional e está empenhada na tradição cristã, pois Pedro na Bíblia seria o alicerce da nova religião que Jesus deixava, e Pedro em “Ana Terra” seria o alicerce sentimental e amoroso no qual a moça depositaria todas as suas energias, levando o sangue indígena com nome português a diante, resumindo, de certa forma, a própria formação do povo brasileiro.

A construção do relacionamento de Ana Terra com Pedro Missioneiro é bem interessante e se faz digno de análise. No início Ana rejeita-o por conta das convenções sociais de seu *status* superior de moça de família. Então ela tentou odiá-lo, fazendo a Pedro pequenas maldades, a saber: “Um dia botou-lhe cinza fria na comida. Noutra, sem que ele visse, atirou um punhado de sal no pote em que ele ia beber leite.” (VERÍSSIMO, 20XX, p. 153). Mas isso não quer dizer que ela não o desejava ardentemente:

E numa ocasião em que Pedro se inclinou para apanhar algo que caíra ao chão, e ela viu aparecer uma nesga da carne de seu torso tostado, desejou

subitamente cravar-lhe as unhas naquela pele até tirar-lhe sangue. Envergonhou-se imediatamente desse desejo [...] (VERISSIMO, 2004, p. 153)

Dessa forma podemos perceber um “que” de naturalismo e também do que muitos teóricos chamam de neo-realismo, mas o fato é que inevitavelmente Ana se relacionaria com Pedro Missioneiro pelos motivos já analisados, ou seja, ela se interessa porque ela é Ana Terra e escolhe alguém crioulo da terra para se relacionar, procriar e deixar seu legado.

### 3. *À guisa de conclusão*

Ao idealizarmos e ao construirmos esse trabalho pensamos em duas abordagens teóricas, a hermenêutica e a estética da recepção. A primeira parte da premissa de que o significado de um texto literário não se esgota a partir do que pretendia o autor, e pensa que quando a obra passa de um período histórico para o outro ela vai sofrer interpretações a partir daquele contexto. E quem vai fazer essas interpretações é o leitor, ou seja, entramos na abordagem chamada estética da recepção ou teoria da recepção, onde, as informações lacunares existentes no texto literários, por exemplo: “Ana Terra”, se auto-completam após a leitura dos outros livros de *O continente*, e também pela própria visão de mundo do leitor e do crítico. Nesse processo o leitor cresce de importância, pois a obra só se realizará plenamente com sua ajuda, e foi o que tentamos estabelecer neste pequeno artigo:

O leitor estabelece conexões implícitas, preenche lacunas, faz deduções e comprova suposições, e tudo isso significa o uso de um conhecimento tácito do mundo em geral e das convenções literárias em particular. O texto, em si, realmente não passa de uma série de ‘dicas’ para o leitor, convites para que ele dê sentido a um trecho de linguagem. (EAGLETON, 2006, p. 116)

Sendo assim, é lógico que o leitor no século XX, à época que obra foi escrita não necessariamente pensaria nesses aspectos lacunares existentes na obra de Erico Verissimo, pois até hoje esses aspectos são pouco explorados até mesmo pela crítica especializada, esta prendendo-se mais à questão da forma do texto de Erico, à leitura das personagens sob sua visão de mundo, e, talvez, à questão da construção do imaginário coletivo brasileiro, pois a obra de Verissimo transitou para diversas outras manifestações artísticas e influenciou diversos outros escritores a escreverem romances regionais.



A questão da obra de Veríssimo transitar entre algumas manifestações artísticas é um ponto a ser levado em consideração. Podemos citar como exemplo de obras do autor que transitaram: “Incidente em Antares” e “O tempo e vento”, essas obras foram televisionadas nas décadas de 60, 70, 80 e 90, a primeira foi produzida e exibida pela Rede Globo de Televisão em 1994 em formato de minissérie, com doze capítulos. Já a segunda, foi uma novela em 1967, e também minissérie, produzida e exibida pela mesma emissora em 1985 com 26 capítulos. Sendo que posteriormente, já no ano de 2022 ganhou nova adaptação para a televisão, na mesma emissora e no cinema. Podemos sem dúvida atribuir à obra de Veríssimo o título de clássico da literatura brasileira, pois o clássico tem essa capacidade de resistir ao teste do tempo, de transitar entre as manifestações artísticas, e, ainda, fazer parte da construção do imaginário de uma coletividade.

Sendo assim, não só pelas vias do romance escrito, mas também pela transição da construção literária para a dramaturgia, *O tempo e o vento* veio a fazer parte do imaginário cultural coletivo brasileiro e “Ana Terra” dentro desse contexto se destaca como obra e como personagem feminina que demonstra valores para a construção de uma sociedade saudável e próspera. Sobre essa questão de construir uma sociedade saudável e próspera, podemos citar dois pontos a partir de Antônio Cândido e Jaime Ginzburg.

Antônio Cândido, intelectual famoso por estabelecer e demonstrar os diálogos existentes entre “Literatura e Sociedade”, que é também título de uma de suas obras mais importantes, da qual fazemos a seguinte citação:

[...] a arte é social nos dois sentidos: depende da ação de fatores do meio, que se exprimem na obra em graus diversos de sublimação; e produz sobre os indivíduos um efeito prático, modificando a sua conduta e concepção de mundo, ou reforçando neles o sentimento dos valores sociais. (CÂNDIDO, 1980, p. 20)

A citação é profícua e mostra como a obra de arte sai de uma sociedade (produzida por um artista) e depois é consumida por essa mesma sociedade, isso ilustra de maneira muito interessante a ideia que queremos concluir, pois podemos dizer que a obra arte pode estabelecer-se em uma antítese hegeliana, para depois estabelecer-se em uma tese, onde os problemas sociais e as tensões estão resolvidas. Na obra de Veríssimo, por exemplo, as questões sobre a terra parecem resolvidas, porém com a exclusão de vozes minoritárias como a voz da família Caré, que aparece apenas marginalmente ao longo de toda a narrativa. E isso nos leva às

críticas de Ginzburg, onde para este os problemas sociais não se dissolvem em uma síntese hegeliana e problemas sociais como a luta pela terra, evidenciados na narrativa de Verissimo, não estão solucionados e trazem “controvérsia e incerteza” (GINZBURB, 2017), seja na leitura e análise da obra em questão, seja trazendo esses problemas e tensões (como as sobre a posse da terra por exemplo) para a realidade nacional hodierna.

Ou seja, “Ana Terra” é um clássico que proporciona diversos tipos de questionamentos atuais e sua leitura se faz imprescindível para entendermos o presente, a partir de uma visão histórico-literária no mínimo relevante para a construção do imaginário coletivo brasileiro e da sociedade em si. Ao completarmos as informações lacunares em “Ana Terra” com nossas leituras e visão de mundo iremos ratificar ou tentar retificar problemas sociais brasileiros que se arrastam desde a colonização, passando pelo império até chegar na república, e, finalmente, em nosso presente.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 48. ed. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 2012.
- CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. 6. ed. São Paulo: Nacional, 1980.
- EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- GINZBURG, Jaime. *Crítica em tempos de violência*. 2. ed. São Paulo: USP, 2017.
- ROSENFELD, Kathrin. Nas malhas da morte: as tramas éticas da figura estética. *Porto Arte*, v. 8, n.15, p. 77-91, Porto Alegre, nov. 1997.
- VERISSIMO, Erico. *O continente I*. 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

## O PRIMING SEMÂNTICO E A COMPETÊNCIA LEXICAL: AS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS

Cristiane Rozenfeld (UFMG)  
[cristiane.rozenfeld@gmail.com](mailto:cristiane.rozenfeld@gmail.com)

### RESUMO

O ensino do léxico da língua portuguesa requer abordagens pedagógicas direcionadas a práticas ativas, voltadas objetivamente ao desenvolvimento da competência lexical dos alunos de língua portuguesa. O objetivo deste artigo é mostrar a contribuição que a análise do *priming* semântico tem a oferecer ao desenvolvimento da competência lexical dos alunos de língua portuguesa à luz da teoria *Lexical Priming*. Para atingir este objetivo, fundamentamo-nos na teoria *Lexical Priming* de Hoey (2005), que norteou a pesquisa. O foco deste trabalho são as expressões idiomáticas, definidas como unidades lexicais de caráter sintagmático indecomponíveis, formadas por dois ou mais elementos constituintes, cujo significado global é diferente da soma dos significados de cada um de seus elementos constituintes. Como conclusão, unindo a a teoria à prática, apresentamos algumas propostas de atividades didáticas para o ensino de língua portuguesa centradas nas expressões idiomáticas.

### Palavras-chave:

Ensino. Lexical *priming*. *Priming* semântico e ensino de línguas.

### ABSTRACT

Teaching the lexicon of the Portuguese language requires pedagogical approaches directed towards active practices, objectively focused on the development of the lexical competence of Portuguese language students. The aim of this paper is to show the contribution that the analysis of semantic priming has to offer to the development of the lexical competence of Portuguese language students in light of the *Lexical Priming* theory. To achieve this objective, we follow Hoey's *Lexical Priming* theory (2005), which guided the research. The focus of this work is the idiom, defined as an indecomposable lexical unit, formed by two or more constituent elements, whose global meaning is different from the sum of the meanings of each of its constituents. In conclusion, combining theory and practice, we present Portuguese language teaching activities centered on idioms.

### Keywords:

Teaching. Lexical *priming*. Semantic *priming* and language teaching.

### 1. Introdução

O trabalho com o léxico em sala de aula requer abordagens pedagógicas direcionadas a práticas ativas, voltadas objetivamente ao desenvolvimento da competência lexical dos falantes de língua portuguesa. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) prevê 41 habilidades voltadas

ao estudo da palavra no ensino fundamental, conforme aponta Liska (2017, p. 148). Esse número corresponde a quase dez por cento das 416 habilidades de Língua Portuguesa estabelecidas pela BNCC. Entre essas habilidades, destacam-se o reconhecimento, a identificação e a inferência dos sentidos das palavras e das combinações de palavras; a análise de seus processos de formação; e a identificação e utilização de recursos de coesão e coerência lexicais (Cf. LISKA, 2017, p. 148).

Esses dados evidenciam a importância de desenvolver práticas pedagógicas focadas no ensino do léxico, com o objetivo de aprimorar a competência lexical dos alunos de língua portuguesa, sendo este artigo parte de uma iniciativa nesse sentido.

Dentro da tipologia de unidades lexicais, escolhemos as expressões idiomáticas – unidades fraseológicas com sentidos conotativos – como objeto de estudo. A escolha se justifica pelas possibilidades didáticas que essas unidades oferecem, além de contribuir para o aprofundamento dos estudos descritivos sobre o léxico.

O objetivo deste artigo é, portanto, mostrar a contribuição que o conceito de *priming* semântico tem a oferecer ao desenvolvimento da competência lexical dos estudantes de língua portuguesa à luz da teoria Lexical *Priming* de Hoey (2005).

## **2. A teoria lexical *priming* e o *priming* semântico**

Michael Hoey publicou seu trabalho *Lexical Priming: A New Theory of Words and Language* em 2005, fundamentando-se na premissa de que as línguas são compostas por um léxico complexo e sistematicamente organizado, e que a gramática seria fruto dessa organização. Tal formulação contraria a visão tradicional de que a gramática é o único elemento estruturado da língua, justificativa que, segundo Hoey (2005, p. 9), ainda sustenta seu papel central no ensino de idiomas.

A teoria Lexical *Priming* é baseada no conceito de efeito *priming*, fenômeno do inconsciente humano, estudado em campos como neuropsicologia e psicologia social desde a publicação de *The Organization of Behavior* por Donald Olding Hebb em 1949. Hebb, neuropsicólogo canadense conhecido por desenvolver a teoria hebbiana do aprendizado, pesquisou o papel dos neurônios em processos psicológicos como memória e aprendizado.

Como dito, o efeito *priming* é um fenômeno relacionado ao inconsciente humano. Schaidhauer *et al.* (2015, p. 285), que estudam o efeito *priming* no comportamento do consumidor, explicam que o fenômeno ocorre quando uma representação mental interna é ativada por um estímulo, fazendo com que a pessoa seja influenciada a responder a estímulos subsequentes sem estar ciente disso.

O quadro seguinte sintetiza as considerações acima sobre o efeito *priming*:

Quadro 1: O efeito *priming*.

Estímulo inicial ( <i>prime</i> )	Respostas ao estímulo (alvo)	ao	Estímulos posteriores	em	Reações aos estímulos posteriores	de
odores imagens conceitos símbolos	despertar memórias	de	itens promoção	em	decisões de compra	
	despertar de desejos		oferta de produto	um	dar um “like”	
	reações		exposição notícias	a	clicar em um link	

Fonte: Elaboração própria.

O quadro 1 ilustra como imagens, sons e conceitos têm o poder de despertar memórias, despertar desejos e provocar reações positivas ou negativas nas pessoas, que por sua vez reagem a novos estímulos, como a oferta de produtos em promoção ou a exposição a alguma notícia.

Em suma, o efeito *priming* acontece quando um estímulo inicial influencia as respostas de um indivíduo a estímulos subsequentes, provocando reações ou alterações em seu comportamento. É importante frisar que o indivíduo não tem controle sobre sua reação. O efeito *priming* é, por isso, uma propriedade do inconsciente (Cf. SCHAIDHAUER *et al.*, 2015, p. 285).

### 3. O *priming* semântico

Como visto, o efeito *priming* é provocado por diversos estímulos, incluindo os de origem ambiental. Por sua vez, o *priming* semântico acontece a partir da relação semântica entre as palavras.

Por exemplo, a palavra “cachorro” facilita o reconhecimento da palavra “osso”, mas o mesmo não aconteceria com o par “cachorro-céu”. O fato foi comprovado em experimentos que mediram o tempo de reação e

a precisão de respostas em tarefas de leitura, como demonstrado por Holderbaum (2009, p. 11).

Deduz-se que, quanto maior a proximidade semântica entre duas palavras, mais rápida e precisa será a resposta do indivíduo ao processamento da palavra-alvo.

Para incorporar o *priming* semântico no ensino do léxico em língua portuguesa, podemos fazê-lo a partir dos conhecimentos prévios dos alunos sobre palavras. Este seria o ponto de partida de nossas atividades, com o objetivo de desenvolver a competência lexical, ampliando o capital lexical dos estudantes.

Os contextos e co-textos em que novas palavras ou expressões surgem também serão usados como estímulos iniciais, permitindo que os alunos incorporem novas palavras ou significados ao seu léxico ativo, como ilustra o quadro 2:

Quadro 2: efeito *priming* e o ensino do léxico.

Efeito <i>priming</i> e ensino do léxico	Estímulo inicial ( <i>prime</i> )	Resposta ao estímulo ( <i>alvo</i> )	Estímulos posteriores	Reações aos estímulos posteriores
	conhecimento prévio sobre palavras	Percepção de novos sentidos, novas palavras, novas	Atividades de leitura e escrita que considerem os conhecimentos prévios e os	Desenvolvimento da competência lexical, com a ampliação do <i>priming</i> para palavras novas e

Fonte: Elaboração própria.

O quadro 2 ilustra como o fenômeno do *priming* semântico está relacionado com o ensino do léxico. Com base nos conhecimentos prévios que os alunos já possuem sobre o léxico de sua língua, é possível promover a percepção de novas palavras ou de novos significados e usos para palavras conhecidas por meio de atividades que exploram suas relações semânticas.

#### **4. O desenvolvimento da competência lexical e a Teoria Lexical *Priming***

O repertório lexical dos indivíduos é dividido em três categorias, conforme argumenta Ferraz (2010): léxico ativo, léxico de reserva e léxico passivo. O léxico ativo compreende as palavras que o falante utiliza

de forma eficaz tanto na fala quanto na escrita. O léxico de reserva inclui as palavras que o falante conhece, mas usa predominantemente em contextos escritos. O léxico passivo engloba as palavras que o falante reconhece, mas não tem plena certeza sobre seu uso ou significado, e por isso, não as utiliza. Com base nessa classificação, o principal desafio no ensino de línguas, tanto materna quanto estrangeira, é expandir o repertório lexical dos aprendizes, promovendo a transferência de palavras do léxico passivo e de reserva para o léxico ativo (Cf. FERRAZ, 2010, p. 1847-8).

Para isso, é fundamental que os textos selecionados estejam adequados ao nível de conhecimento dos alunos. Se as expectativas dos alunos em relação às palavras que ocorrem no texto são incessantemente quebradas na leitura, o estímulo oferecido pelo texto pode não ser suficiente para desencadear o efeito de *priming* semântico, pois o aluno pode não conseguir ativar as representações mentais necessárias para interpretar o texto.

Considerando esses aspectos, é possível entender por que algumas atividades alcançam os resultados esperados com certos alunos, mas não com outros. Alguns estudantes podem não ter em seu repertório lexical as palavras ou o conhecimento extralinguístico necessário para servir como estímulo inicial, trazendo respostas inesperadas. Essas questões podem orientar o professor que busca compreender por que determinadas atividades funcionam para uns e não para outros.

Vale lembrar que nenhuma expectativa em relação à interpretação de texto é definitiva, já que o efeito *priming* é uma propriedade do inconsciente humano, como alertam Schaidhauer *et al.* (2015, p. 285), e há outras variáveis a serem consideradas. Em suma, é legítimo concluir que o conceito de *priming* semântico exerce influência no desenvolvimento da competência lexical.

##### 5. *As expressões idiomáticas: conceito*

Polguère (2018, p. 58-9) explica que as expressões idiomáticas funcionam como unidades lexicais completas, o que justifica a ideia de que a lexia é um tipo de locução. No entanto, nem toda locução é uma expressão idiomática. Como exemplo, o autor cita a locução verbal “mover os ossos”, que é uma expressão idiomática, e a locução nominal “água de coco”. A principal diferença entre elas está no caráter idiomático: o significado global da expressão idiomática é diferente da soma dos signi-

ficados de seus componentes. Já a locução nominal é um conjunto pré-estabelecido cuja função é nomear algo.

Segundo Xatara (1998, p. 170) a expressão idiomática é uma combinação fechada, com distribuição única ou bastante restrita. Por essa razão, “é impossível inserir elementos externos nas expressões idiomáticas” (Xatara, 1998, p. 149), como em “chutar o balde [longe?]”. Também não é permitido substituir seus componentes, como em “sair da aba [boné?] de alguém”, nem alterar as categorias gramaticais dos seus elementos, como em “cair bem [bom?]”.

Acrescentando, Ferraz (2012 p. 66) enfatiza que “as expressões idiomáticas são lexias complexas cristalizadas, com significados estáveis devido à sua frequência de uso, o que as torna consagradas”. O autor também destaca que “a repetida utilização dessas unidades lexicais as consagra pela tradição cultural, promovendo sua cristalização em um idioma e assegurando sua estabilidade”.

Em suma, os pesquisadores concordam em alguns pontos sobre a conceituação das expressões idiomáticas:

a) a lexia é um tipo de locução, ou seja, são lexias complexas que funcionam como um elemento da frase;

b) o seu significado global é conotativo, não podendo ser deduzido a partir dos significados individuais de seus componentes;

c) o seu significado é estável, cristalizado pela frequência de uso, o que se confirma por sua característica de reprodutibilidade.

## **6. *Propostas de atividades***

Como encerramento deste artigo, apresentamos algumas propostas de atividades didáticas para o ensino de língua portuguesa centradas nas expressões idiomáticas.



### 6.1. Trabalhando com as expressões idiomáticas na música



Rita Lee é uma das musicistas brasileiras mais bem-sucedidas em vendas da história, com 30 discos lançados e cerca de 55 milhões de cópias vendidas. Além de ser um ícone na música, ela sempre esteve envolvida em causas sociais, e suas músicas, que falam muito sobre independência feminina, têm sido presença garantida nas paradas desde os anos 70.

Aqui está uma nuvem de palavras que resume sua carreira e contribuições à sociedade:



Responda, considerando as palavras da nuvem:

1. Rita Lee se dedicou a quais movimentos musicais?
2. Quais as habilidades musicais de Rita Lee?
3. A cantora também se dedicou a movimentos sociais. Quais são eles?
4. Você já ouviu as expressões ovelha negra, chove-não-molha e lero-lero? O que elas significam?
5. Pelas palavras apresentadas na nuvem, tente adivinhar o tema da música que iremos ouvir agora.

Agora, ouça a música e veja se a letra aborda os temas que você pensou.

Saúde  
Me cansei de lero-lero  
Dá licença, mas eu vou sair do sério  
Quero mais saúde  
Me cansei de escutar opiniões  
De como ter um mundo melhor  
Mas ninguém sai de cima, nesse chove não molha  
Eu sei que agora eu vou é cuidar mais de mim  
Como vai? Tudo bem  
Apesar, contudo, todavia, mas, porém  
As águas vão rolar, não vou chorar  
Se por acaso morrer do coração  
É sinal que amei demais  
Mas enquanto estou viva e cheia de graça  
Talvez ainda faça um monte de gente feliz.  
(Rita Lee/Roberto de Carvalho)

Fonte: <https://www.letras.mus.br/rita-lee/118834/> acesso em 10/08/2024.

## **6.2. Contextualizando e refletindo sobre a canção**

1. Como os cantores lançam suas músicas hoje? Qual é a diferença em relação ao tempo em que Rita Lee lançou a sua música?
2. Na primeira estrofe da música, o eu lírico afirma que vai sair do sério. Qual é a razão?
3. Qual é o tema do lero-lero?
4. Na visão do eu lírico, por que as opiniões sobre como ter um mundo melhor são um lero-lero?
5. Ainda segundo o eu lírico, além de dar opiniões, as pessoas agem para que um mundo melhor seja uma realidade ou ficam apenas no chove não molha?
6. O que o eu lírico quer dizer quando ele anuncia: “quero mais saúde”? Por que o título da música é “saúde”?
7. A decisão do eu lírico de querer mais saúde está relacionada com a ideia: “Mas enquanto estou viva e cheia de graça, talvez ainda faça um monte de gente feliz”. Como essas ideias representam uma mudança na vida do eu lírico?
8. No ano em que a música foi lançada, o Brasil atravessava um período histórico conhecido como Ditadura Militar. À época, Rita Lee teve al-

gumas de suas músicas censuradas pelo regime autoritário. Comparando aquele período com o momento atual, o lero-lero sobre como ter um mundo melhor valeu a pena ou foi tudo só um chove não molha? Explique seu ponto de vista.

9. Na segunda estrofe, por que o eu lírico conclui que independentemente dos seus desejos, as águas vão rolar?

10. Complete este parágrafo, que resume o sentido geral da canção, com as expressões sublinhadas na letra da música:

Em resumo, podemos concluir que o eu lírico está exausto de tanto \_\_\_\_\_ e de discussões que só ficam no \_\_\_\_\_ e não resolvem nada. Por isso, o eu lírico decide optar pela sua saúde, afastando-se de todo mal estar, pois \_\_\_\_\_ de qualquer jeito e ele não vai se entristecer mais.

11. Você concorda com a atitude do eu lírico de afastar-se de discussões infrutíferas? O que você faria diante da mesma situação?

As atividades são flexíveis e refletem o conceito de ensino da língua portuguesa focado no léxico. Vale destacar que as respostas às atividades são abertas, com o objetivo de estimular a reflexão sobre a língua e, por extensão, sobre o mundo ao nosso redor.

## 7. *Considerações finais*

O léxico é mais do que o conjunto de palavras de uma língua. É a base que sustenta a clareza, a riqueza e a precisão da comunicação. Conhecer as palavras é ter consciência de que elas são os instrumentos que utilizamos para expressar pensamentos, emoções e informações.

A competência lexical também envolve a compreensão de como as palavras se relacionam e se combinam entre si e saber adaptá-las ao contexto comunicativo. O desenvolvimento da competência lexical é, portanto, uma prioridade no ensino de línguas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERRAZ, Aderlande. El desarrollo de la competencia léxica desde el uso del material auténtico en la enseñanza de PLE. *IX Congreso Internacional de Lingüística General 2010* (a). Universidad de Valladolid. p. 1846-1859.

\_\_\_\_\_. Caracterização de unidades sintagmáticas no discurso publicitário. In ISQUERDO, A.; SEABRA, M. *Ciências do Léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia*. Campo Grande: UFMS, 2012. Volume VI.

HEBB, Donald. The Organization of Behavior: A Neuropsychological Theory. *Journal of applied behavior analysis*. New York: John Wiley & Sons, 1949. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/sce.37303405110>. Acesso em: 04/10/2024.

HOEY, Michael. *Lexical Priming. A new theory of words and language*. London: Routledge, 2005.

HOLDERBAUM, Candice. *Efeitos de priming semântico em tarefa de decisão lexical com diferentes intervalos entre estímulos*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Porto Alegre-RS, 2009. 60p.

LISKA, Geraldo. Léxico e ensino de palavras e sentidos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). In: FERRAZ, A. *O léxico do português em estudo na sala de aula II*. Araraquara: Letraria, 2017.

POLGUÉRE, A. *Lexicologia e semântica lexical: Noções fundamentais*. São Paulo: Contexto, 2018.

SCHAIDHAUER, José Carlos; DAMACENA, Cláudio; BRONZATTI, Rafael. Pré-ativação: o efeito priming nos estudos sobre o comportamento do consumidor. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. vol. 15, núm. 1, pp. 284-309. Rio de Janeiro. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451844503016>. Acesso em: 28/10/2024.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *O estudo de vocabulário*. São Paulo: Cortez, 2021.

XATARA, Claudia. Tipologia das expressões idiomáticas. *Alfa: Revista de Linguística*, v. 42, p. 169-76, São Paulo, 1998. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4274/3863>. Acesso em: 13 out. 2024.

**OBJETOS DE CONHECIMENTO DISCURSIVOS  
E O LIVRO DIDÁTICO: O CASO DA MODALIZAÇÃO**

*Noelma Oliveira Barbosa* (FURG)  
[noelma\\_barbosa@hotmail.com](mailto:noelma_barbosa@hotmail.com)

**RESUMO**

Este trabalho é parte de uma pesquisa de doutorado que investiga o Eixo da Análise linguística/semiótica em livros didáticos (LD) aprovados no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Objetivamos investigar como advérbios modalizadores são explorados pelo LD, se como objeto de modalização ou apenas de morfosintaxe. O corpus do estudo constitui-se de dois LD do 8º ano do ensino fundamental de uma coleção avaliada no âmbito do PNLD 2020 e 2024. A investigação, de natureza documental e descritiva, apresenta análise qualitativa, a partir do aporte teórico-metodológico da Análise Dialógica do Discurso (ADD), com base em Mikhail Bakhtin (2011) e releituras, e dos estudos de Castilho e Castilho (2002), de Castilho (2000), Koch e Elias (2024) e de Koch (2013). Os resultados apontam que ainda falta nesse material didático implementação mais efetiva desse objeto de conhecimento, no tocante ao trabalho com o advérbio enquanto estratégia de modalização e quanto algumas reflexões voltadas a determinações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

**Palavras-chave:**

Projeto enunciativo-discursivo. Objeto de conhecimento.  
Ensino de Língua Portuguesa.

**ABSTRACT**

This paper is included in a doctoral research project which investigates the topic of linguistic/semiotic analysis in textbooks approved by the National Textbook Program (PNLD, in Portuguese). The aim was to investigate how modal adverbs are approached in the textbooks, whether as an element of modalization or merely as an element of morphosyntax. The corpus of the study is composed of 8th grade two textbooks from a collection evaluated by the PNLD 2020 and 2024. The research, based on documental and descriptive data, has a qualitative analysis, supported by the theoretical-methodological framework of Dialogical Discourse Analysis (DDA), as outlined in Mikhail Bakhtin (2011) and reinterpretations, and the studies of Castilho and Castilho (2002), Castilho (2000), Koch and Elias (2024 and Koch (2013). The results indicate that this teaching material still lacks more effective implementation of this object of knowledge, in terms of working with the adverb as a modalization strategy and in terms of some reflections focused on determinations of the National Common Core Curriculum (BNCC, in Portuguese).

**Keywords:**

Object of knowledge. Portuguese language teaching.  
Enunciative-discursive Project.

## **1. Introdução**

O processo linguístico da modalização é inerente à interação verbal e orienta o propósito enunciativo na construção dos sentidos, materializando-se em marcas do posicionamento do enunciador frente àquilo que se diz. No ensino de Língua Portuguesa, esse fenômeno constitui-se um dos novos objetos de conhecimento propostos pela BNCC para a educação básica. Nosso interesse em elegê-lo como objeto de pesquisa deve-se a sua importante contribuição para o trato das questões enunciativo-discursivas no ensino de língua, perspectiva esta assumida por este documento curricular normativo.

Nesse sentido, nosso objetivo é compreender como os advérbios modalizadores são abordados pelo LD, se como objeto de conhecimento ‘modalização’ ou apenas ‘morfossintaxe’. O *corpus* analisado constitui-se de LD do 8º ano do ensino fundamental da coleção “Se liga na Língua: leitura, produção de texto e linguagem” e é parte de uma pesquisa de doutorado (em andamento) que estuda o advérbio em função de modalização em coleções didáticas aprovadas no âmbito do PNL D 2020 e 2024. A escolha do exemplar de 8º ano se justifica pelo fato de serem os adjuntos adverbiais usualmente conteúdos programáticos para esse ano de escolaridade. Nesse ponto, o nosso propósito foi observar como as determinações da BNCC, no que se refere à modalização enquanto objeto de conhecimento, vem sendo incorporadas ao LD. Disso resulta o propósito de se analisar paralelamente duas edições de uma mesma coleção.

A partir do nosso referencial teórico-metodológico e do objeto de análise que produzimos (i) buscamos observar se o livro apresenta um capítulo (doravante cap) em que o advérbio aparece como conteúdo de reflexão sobre a língua, (ii) procedemos à busca, nesse material, pela palavra ‘modalização’ e pelas hab que a abarcam enquanto objeto de conhecimento, em seguida, pela palavra ‘advérbio’. Tal metodologia considera a “coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica” das coleções, previstas no Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação dos LD do PNL D 2024-2027, segundo o qual a coleção deve “indicar as competências e habilidades específicas que serão trabalhadas em cada capítulo ou unidade da coleção (ou outra segmentação equivalente)” (p. 38). Por fim, procedemos com a análise dos resultados, verificando se os advérbios encontrados apresentam função modalizadora e se esta é percebida e explorada pelo livro nos exercícios que propõe e nas orientações didáticas que os acompanham.

## 2. *Linguagem e o dialogismo bakhtiniano*

Na perspectiva bakhtiniana, não há separação entre língua e fala, mas o interesse pela linguagem, como resultado do encontro entre os sujeitos, via interação verbal. Essa orientação vê a palavra de forma sempre dinâmica, dentro de um contexto social, histórico e ideológico, como uma espécie de ponte entre os sujeitos, cujo diálogo flui sempre intencionalmente a partir do que, com quem e para quem enunciar.

Nesse processo, um enunciado “de forma alguma pode ser considerado uma combinação absolutamente livre de formas da língua”, diz Bakhtin (2011, p. 285). O enunciado é pleno de tonalidades dialógicas, e sem levá-las em conta é impossível entendê-lo. A nossa própria ideia, seja ela de qualquer natureza, “nasce e se forma no processo de interação e luta com os pensamentos dos outros, e isso não pode deixar de encontrar o seu reflexo também nas formas de expressão verbalizada do nosso pensamento” (p. 298). Nesse sentido, é o elemento expressivo que determina a composição e o estilo do enunciado. Esse elemento é, por assim dizer, “a relação subjetiva emocionalmente valorada do falante com o conteúdo do objeto e do sentido do seu enunciado” (BAKHTIN, 2011, p. 289). É essa relação valorativa do falante com o objeto do seu discurso que determina a escolha dos recursos lexicais, gramaticais e composicionais do enunciado.

Dada as tonalidades dialógicas do enunciado, o objeto do discurso não se torna pela primeira vez objeto do discurso em um dado enunciado, e um dado falante não é o primeiro a falar sobre ele. Bakhtin adverte que o objeto do discurso do falante “já está ressalvado, contestado, elucidado e avaliado de diferentes modos”; tanto se torna um palco de encontro com opiniões de interlocutores imediatos, como nele “se cruzam, convergem e divergem diferentes pontos de vista, visões de mundo, correntes” (BAKHTIN, 2011, p. 300).

Sobral e Giacomelli (2016, p 1079) corroboram ao afirmarem que, no processo interdiscursivo, os enunciados que criamos não são palavras e frases como vindos de gramáticas ou dicionários, mas “a partir de seu uso em enunciados concretos, reais, ditos por alguém em algum momento e lugar a alguém com uma dada intencionalidade, carregados de valor, de valoração”. É nesse sentido que, conforme Bakhtin, o enunciado é uma realidade sógnica e todo signo é ideológico, pois recebe uma valoração social, sua natureza é estar carregado de valores e relacionado a um contexto.

Conforme esse pensamento, não há dizer ingênuo, todo enunciado atende a um projeto de dizer, é ideológico. Sobral e Giacomelli (2024, p. 8/9) explicam que, ao ser usado nas interações, o enunciado traz consigo “a valoração dos envolvidos e de seu histórico de uso. (...) um enunciado ou signo que não assumir um acento subjetivo (valoração, sentido ideológico), não tem vida, desfaz-se”. Ao mesmo tempo, esses pesquisadores advertem que “o signo interior, para deixar de ser uma experiência apenas subjetiva (...) deve integrar-se aos contextos dos enunciados”. Nesse sentido e conforme Volóchinov (2021, p. 181), “nunca pronunciamos ou ouvimos palavras, mas ouvimos uma verdade ou mentira, algo bom ou mau, relevante ou irrelevante, agradável ou desagradável e assim por diante”. Conforme esse estudioso, a forma linguística deve ser assimilada somente como um signo mutável e flexível, pois é apenas a palavra repleta de conteúdo e de significação ideológica ou cotidiana que nos atinge, que compreendemos e respondemos.

De acordo com Geraldi (2019, p. 87-93), a categoria do discurso colocou um terceiro elemento entre o sistema da língua e seu uso, como uma mediação entre a língua e a fala. Esta não mais dicotomicamente “um simples uso livre daquela, mas regulada pelo discurso” a que cada fala se subordina. Assim, “é mais ou menos óbvio que toda a fala se organiza em função dos objetivos a serem atingidos, estrangido o discurso à situação de sua produção”. Nesse processo, “os sujeitos operam com recursos expressivos segundo um conjunto de restrições que não são apenas de ordem gramatical”, mas que presentificam no discurso, e se materializa em textos. Para esse pensamento, o que importa quando falamos é o sentido que se constrói em cada interlocução.

Geraldi (2019) afirma ainda que o desenvolvimento de estudos sobre a língua tem requerido a compreensão de fenômenos que vem contribuindo para a expansão de seu objeto. “Do interior mesmo do projeto de descrição da língua emergiram fenômenos significativos que exigiram a inclusão do discurso para que a própria língua fosse descrita e seus fenômenos explicados.” (GERALDI, 2019). Como exemplo desses fenômenos, o autor cita (entre outros) ‘as modalidades’, “recursos através dos quais se marca no enunciado a atitude do locutor face ao que profere” (GERALDI, 2019), processo por meio do qual se movimenta diferentes recursos linguísticos, desde prosódicos a morfossintáticos.



### 3. *Os modalizadores no projeto enunciativo-discursivo: caso do advérbio*

A modalização é um fenômeno linguístico-discursivo que consiste em exprimir uma avaliação sobre o conteúdo de uma palavra ou de uma sentença. Mesmo não sendo uma categoria estrutural da gramática, quase sempre está alicerçada na alocação cuidadosa de recursos gramaticais ou lexicais propícios aos efeitos de sentido pretendidos.

A Gramática Clássica descreve esse processo ao distinguir dois componentes da sentença: o componente proposicional, constituído de sujeito + predicado, e o componente modal (*modus*), que é uma avaliação sobre o conteúdo e sobre a forma proposicional. Esse segundo componente ocorre em dois modos: (1) “o falante apresenta o conteúdo de P” numa forma asseverativa, interrogativa e jussiva, ao mesmo tempo (2) “o falante expressa sua atitude com relação ao conteúdo proposicional, avaliando seu teor de verdade, ou expressando um julgamento sobre a forma escolhida para a verbalização desse conteúdo”. O processo (1) é habitualmente designado por modalidade, e o processo (2) por modalização (Cf. CASTILHO; CASTILHO, 2002, p. 201; CASTILHO, 2000, p. 155-6).

Para Castilho e Castilho (2002, p. 201), essa distinção é “um pouco especiosa, pois de qualquer forma há sempre uma avaliação prévia do falante sobre o conteúdo da proposição que ele vai veicular”, decorrendo daí suas “decisões sobre afirmar, negar, interrogar, ordenar, permitir, expressar a certeza ou a dúvida sobre esse conteúdo etc.”. Por isso, esses autores tomam os termos modalidade e modalização sinonimamente como ‘modalização’. Nesse entendimento, são chamados modalizadores os elementos que marcam o posicionamento enunciativo ou sinalizam o modo como aquilo que se diz é dito.

Conforme Koch (2013, 50-2), o estudo das modalidades vem desde a lógica clássica e permeia toda a linguística moderna. A autora aponta os principais tipos de modalidade, as quais se apresentam (lexicalizam) como: necessário/possível; certo/incerto, duvidoso; obrigatório/ facultativo. Esses podem ser observados no discurso por diversas formas de expressão, como “certos advérbios ou locuções adverbiais (talvez, provavelmente, certamente, possivelmente etc.); verbos auxiliares modais (poder, dever, etc.); construções de auxiliar + infinitivo [ter de + infinitivo, precisar (necessitar) + infinitivo; dever + infinitivo, etc.]” (KOCH, 2013, 50-2) ou outros, como orações modalizadoras (tenho a certeza de que..., etc.). Para essa autora, um mesmo conteúdo proposicional pode ser vei-

culado sob modalidades diferentes. Da mesma forma, uma mesma modalidade pode ser expressa por meio de recursos linguísticos variados (advérbios, adjetivos, verbos etc.) e um mesmo indicador modal pode imprimir modalidade diferente, como em “os candidatos devem comparecer em traje social (é obrigatório)”, “o tempo deve melhorar amanhã (= é possível)”, “vamos, a reunião deve estar começando (= é provável)”.

No que se refere aos advérbios, o Projeto da Gramática do português culto falado no Brasil (que é uma amostra do corpus do Projeto Nurc-Brasil) ordena os advérbios predicadores (tradicionalmente reconhecida por sua função semântica de modificação) em modalizadores (predicação por avaliação da classe-escopo), quantificadores (predicação por quantificação da classe-escopo) e qualificadores (predicação por qualificação da classe-escopo). Contudo, Castilho (2000, p. 155) adverte que essas designações se remetem a processos semânticos não excludentes, não opositivos e não negativos. Equivale a dizer que um mesmo item “pode desencadear mais de uma significação, gerando outras tantas ambiguidades que tipificam as línguas naturais como produtos de situações sociais” (CASTILHO, 2000, p. 155).

Logo, o valor semântico dos advérbios ou expressões adverbiais vai depender da significação mais saliente representada em contexto e do modo de interação em curso. Porém, estudos de Castilho e Castilho (2002) apontam que os modalizadores são os advérbios predicativos mais frequentes na amostra do referido Projeto. “Há casos em que o escopo dos advérbios modalizadores pode estar só no enunciado (a sentença, ou um constituinte da sentença) ou, simultaneamente, no enunciado e na enunciação (o falante, a relação comunicativa entre o falante e o interlocutor)” (CASTILHO, CASTILHO, 2002, p. 244). Neste último caso, gera-se um valor semântico complexo.

Com base nessa investigação, esses autores apresentam o seguinte quadro: (1) Modalizadores epistêmicos, expressam uma avaliação sobre o valor de verdade e as condições de verdade da proposição, são eles: (a) asseverativos - indicam que o falante considera verdadeiro o conteúdo de P, apresentado por ele como uma afirmação ou uma negação, consiste numa necessidade epistêmica e expressa alta adesão do falante a esse conteúdo; (b) quase-asseverativos – indicam que o falante considera o conteúdo de P quase certo, próxima à verdade, por isso, ele não se compromete com a verdade ou falsidade dessa proposição, disso resulta a baixa adesão do falante com relação ao conteúdo verbalizado; (c) delimitadores – estabelecem os limites dentro dos quais se deve encarar o con-

teúdo de P e implicam uma negociação entre os interlocutores, necessária à manutenção do diálogo. (2) Modalizadores deônticos, indicam que o falante considera o conteúdo de P como um estado de coisas que deve/precisa ocorrer obrigatoriamente. (3) Modalizadores afetivos, verbalizam as reações emotivas do falante em face do conteúdo de P, subdividem-se em: (a) subjetivos – expressam uma predicação dupla, a do falante em face de P e a da própria proposição; (b) intersubjetivos – expressam uma predicação simples, assumida pelo falante face a seu interlocutor, a propósito de P.

Ainda que a tradição gramatical já considerasse o estudo das chamadas modalidades, foi com as pesquisas da Linguística nas últimas décadas que a modalização se tornou recurso importante no trato das questões enunciativo-discursivas. No que se refere ao ensino de Língua Portuguesa, esta constitui-se um objeto de conhecimento previsto na BNCC, assim, um dos encaminhamentos necessários na elaboração do material didático de Língua Portuguesa.

#### **4. (In)determinação sobre modalizadores na BNCC**

A BNCC é o documento com força regulatória que orienta as políticas públicas em educação, a organização curricular dos estados e municípios, formação de educadores e a produção de material didático em geral. No trato do ensino da Língua Portuguesa, adota a concepção enunciativo-discursiva de linguagem e por meio dela propõe estar alinhada com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN.

Nessa perspectiva, muitos dos objetos de conhecimento apresentados no documento são influenciados pelos gêneros textuais/discursivos e pela situação de produção. A intenção é a de que as habilidades de aprendizagem propostas não sejam “desenvolvidas de forma genérica e descontextualizada, mas por meio da leitura de textos pertencentes a gêneros que circulam nos diversos campos de atividade humana” (BRASIL, 2018, p. 75). Com isso, esse dispositivo legal propõe que a demanda cognitiva das atividades de leitura aumente progressivamente, passando de processos de recuperação de informação, a processos de compreensão e de reflexão sobre o texto (como análise, articulação, apreciação e valorações estéticas, éticas, políticas e ideológicas). Esse documento, além dos objetos de conhecimento mais clássicos (como os fonológicos e morfosintáticos) aponta também para objetos de conhecimento mais con-

temporâneos, fruto do desenvolvimento dos estudos linguísticos, como a modalização e as múltiplas semioses.

No que se refere à modalização enquanto objeto de conhecimento, esta aparece em cinco habilidades do referido documento, todas dentro de práticas de linguagem que contemplam o eixo da Análise linguística/semiótica, são elas: (EF07LP14) e (EF08LP16) para todos os campos de atuação; (EF89LP16) para o campo jornalístico-midiático; (EF89LP31) para o campo das práticas de estudo e pesquisa e (EF69LP28) para o campo de atuação na vida pública. Observamos que todas essas habilidades destinadas ao 8º ano contam (dentre outros) com o advérbio enquanto conteúdo para se trabalhar a modalização, seja com menção direta ao termo ‘advérbio’ ou ‘locuções/orações adverbiais’ (caso das duas primeiras) ou com expressões adverbiais que ilustram conteúdos apropriados para os tipos de modalização pretendida: modalização epistêmica e modalização deôntica (caso das duas últimas).

O documento não diz o que define com modalização, mas afirma que a análise linguística/semiótica envolve o conhecimento que se desenvolve transversalmente aos dois eixos – leitura/escuta e produção oral, escrita e multissemiótica. Nesse sentido, afirma que:

O Eixo da Análise Linguística/Semiótica envolve os procedimentos e estratégias (meta)cognitivas de análise e avaliação consciente, durante os processos de leitura e de produção de textos (orais, escritos e multissemióticos), das materialidades dos textos, responsáveis por seus efeitos de sentido, seja no que se refere às formas de composição dos textos, determinadas pelos gêneros (orais, escritos e multissemióticos) e pela situação de produção, seja no que se refere aos estilos adotados nos textos, com forte impacto nos efeitos de sentido (BRASIL, 2018, p. 80)

Entretanto, como é sabido, esse documento não dá encaminhamentos metodológicos de como realizar esses procedimentos e os próprios conteúdos constantes nas habilidades são possibilidades, alternativas de conteúdos adequados ao alcance de tais habilidades. As orientações didáticas sobre quais desses recursos ou sequência de conteúdos trabalhar são parte das informações de responsabilidade dos currículos locais, da elaboração dos materiais didáticos (a exemplo do LD) e, por fim, do planejamento da escola. No que se refere à modalização no LD, a seção a seguir analisa se os exemplares em pauta trabalham o advérbio como recurso de modalização e como o fazem.

### 5. *Resultados e discussões*

O LD “Se liga na Língua: leitura, produção de texto e linguagem”, corpus de análise nessa investigação, organiza-se em oito capítulos. Cada um destes apresenta as seções “Leitura 1” e “Leitura 2” (com exceção do cap. 7, que apresenta apenas uma seção com esse título), seguidas da subseção “Textos em conversa” e depois da seção de reflexão sobre a língua, intitulada “Falando sobre a língua”. Ao buscarmos pelas hab. que trabalham objeto de conhecimento modalização e trazem o advérbio como um de seus conteúdos, encontramos no manual do professor a indicação da (EF08LP16), a ser trabalhada nos cap. 5 e 6; a (EF89LP16), proposta para o cap. 2, 4, 6 e 7; a (EF89LP31) para os cap. 6 e 7, e a hab. (EF69LP28) para os cap. 3 e 4. Estes cap. (na ordem de 2 a 7) estão organizados pelos gêneros: Roteiro de cinema, estatuto/regulamento, reportagem, crônica reflexiva, artigo de opinião e debate, respectivamente.

Buscamos pela palavra advérbio(s) e encontramos doze ocorrências, das quais duas aparecem em orientações didáticas ao longo do livro, quatro delas em atividades para o aluno (p. 92, 134, 159 e 169) e dessa apenas nas duas primeiras o advérbio apresenta função modalizadora, as demais ocorrências estão no manual do professor.

Observamos que o advérbio não aparece como conteúdo destacado em nenhum dos cap., embora o manual do professor assim o apresente, a exemplo do item “advérbios como modalizadores que reforçam a argumentação” (p. XCI), apresentado como dos conteúdos do cap. 6. Entretanto, não encontramos ocorrência sobre advérbio no referido cap, apenas os códigos das hab (EF08LP16), (EF89LP16) e (EF89LP31) a serem contempladas no referido cap, porém atendidas por outros conteúdos modalizadores que não o advérbio.

Ainda neste ponto, o manual traz como um dos objetivos do cap. 2 “analisar a modalização realizada na resenha crítica por meio do emprego de advérbios” (p. LXXXI). Ao que observamos, não há ocorrências de uso desse recurso sinalizada neste cap., que vem organizado pelo gênero “roteiro de cinema” e não pela “resenha crítica”. Os advérbios com função modalizadora trabalhados nos exercícios estão recortados nas figuras 1 e 2, embora não considerados nas orientações didáticas ou previstos apenas em partes pelas hab. apontadas pelo manual do professor para os respectivos cap ou seções. Segue a figura 1.

Figura 1: Advérbio expressando modalização deôntica em texto legal.

6. Releia o seguinte trecho.

IV. O livro emprestado deve obrigatoriamente ser devolvido no balcão de empréstimo;

6a. Não. Obrigatoriamente reforça o valor do verbo auxiliar *deve*, que já é suficiente para indicar conduta obrigatória.

a) O trecho trata de uma conduta indispensável. Se o advérbio obrigatoriamente fosse excluído, esse sentido seria eliminado? Justifique sua resposta.

Fonte: Ormundo e Siniscalchi (2022, p. 92).

Esta questão foi recortada do cap. 3, que se apresenta organizado pelo gênero “regulamento”. Como se observa na sugestão de resposta, o LD coloca a ênfase da questão no ‘ser suficiente’ ou não para “indicar conduta obrigatória”, caso em que o advérbio “obrigatoriamente” (modalizador deôntico) apenas reforçaria esse sentido, que não se perderia caso esse advérbio “fosse excluído”.

Entendemos que a questão poderia ser uma oportunidade de se explorar essa co-ocorrência entre esses recursos voltados uma mesma indicação de “conduta obrigatória”, por que utilizá-la e o que ela diz sobre o propósito enunciativo. Percebe-se que, com a exclusão do “obrigatoriamente”, mesmo permanecendo o sentido de “conduta indispensável”, o enunciado sofreria mudança de sentido e esse é (deveria ser) o propósito da questão. Observamos também que os conteúdos e objetivos eleitos para este cap. não enfatizam tais efeitos de sentido e as orientações didáticas para esse exercício também não mencionam essa questão 6. Vejamos situação similar no recorte da figura 2 a seguir.

Figura 2: Advérbio expressando modalização afetiva em texto noticioso.

1. Os jornais abordaram o início da vacinação contra a covid-19 sob diferentes óticas.

c) Qual sentido é construído pelo uso do advérbio *enfim*, empregado em duas das cinco manchetes?

1c. *Enfim* sugere, nesse contexto, a ideia de que a vacina foi esperada por muito tempo.

Fonte: Ormundo e Siniscalchi (2022, p. 134).

O exercício recortado nessa figura, que pertence à seção “Leitura 2” do cap. 4 (organizado pelo gênero “reportagem”), apresenta manchetes de alguns jornais que, o dia 18 de janeiro de 2021, destacaram o início da vacinação contra a covid-19 no Brasil. As duas manchetes mencionadas na questão desse recorte pertencem aos textos apresentados na

decorrer da seção, são elas: “Enfim, a vacinação” e “Enfim, a notícia que o Brasil mais esperava”, dos jornais Estado de Minas e Diário Pernambuco, respectivamente. Como se observa, o exercício pede o sentido “construído pelo uso do advérbio enfim” e sugere como resposta “a ideia de que a vacina foi esperada por muito tempo”. Entendemos que essa resposta, em si, é genérica e considera o contexto da publicação das notícias, mas não o propósito enunciativo específico do enunciador, ou seja, a ideia de que tal advérbio (nessa interação verbal) verbaliza uma avaliação fundamentada na percepção que o falante tem de P (Cf. CASTILHO; CASTILHO, 2002), no sentido de que há ênfase do conteúdo proposicional, resultando como efeito de sentido a alta adesão do enunciador a esse conteúdo, o que expressa um juízo de valor do sujeito ou instituição que assume tal autoria frente ao dito.

No manual do professor, esse LD diz que a exploração das leituras de reportagens permite aos alunos “a observação de escolhas efetuadas com o objetivo de promover efeitos específicos (informar, sensibilizar, problematizar, polemizar etc.)”. Nessas leituras incluem o estudo de capas de jornais, “por meio das quais chamamos a atenção para linhas editoriais distintas”. Afirma ainda que o capítulo contribui para “o desenvolvimento da autonomia e do pensamento crítico” do estudante (p. LXXXV).

Dentre os objetivos propostos nesta seção, o livro traz (dentre outros) “perceber em texto jornalístico as posições assumidas por meio das modalidades apreciativas”, o que nos parece ser o caso dessa questão da figura 2. Porém, a sugestão de resposta colocada não atinge essa perspectiva e não há orientação didática específica colocada para tal exercício. Vê-se nesses dois exercícios recortados acima que estão muito a cargo do professor que vai trabalhar com o livro, do seu compromisso e entendimento acerca dessas questões, explorar os efeitos de sentido expressos por esses modalizadores e desenvolver estratégias pedagógicas para a sua compreensão.

A figura 3, por sua vez, ilustra caso de que o advérbio (dentre outros) é lembrado nas orientações didáticas como recurso que pode expressar marca de subjetividade, mesmo não sendo apontado na questão do exercício, uma sugestão para o professor ampliar a discussão com os estudantes sobre essas questões e sobre o gênero envolvido.

Figura 3: O advérbio entendido como marca de subjetividade.

<p>4. Há marcas de subjetividade no texto?</p> <p>5. O texto explora a interlocução com o leitor, estimulando a formação de uma opinião sobre o conteúdo? Explique sua resposta.</p> <p>5. Não. O texto oferece informações que não podem ser discutidas. Para fazer uso da biblioteca, a pessoa deve aceitar e seguir as regras.</p>	<p>Questão 4 – Verifique se os estudantes compreendem bem o conceito de subjetividade perguntando que tipo de pistas poderiam evidenciá-la. É esperado que citem o uso de primeira pessoa, de adjetivos ou <b>advérbios</b> que marquem opinião, entre outros.</p>
---	--

Fonte: Ormundo e Siniscalchi (2022, p. 91).

O recorte da figura 3 pertence ao mesmo exercício da figura 1, ou seja, recortada do cap. 3, que vem organizado pelo gênero “regulamento” e apresenta para esse exercício um recorte de regimento de uma biblioteca pública. As duas questões aí apresentadas são oportunas à discussão sobre os usos e efeitos de recursos linguísticos que marcam posicionamentos enunciativos, como advérbios. A primeira dela, ao interrogar: “Há marcas de subjetividade no texto?”, sugere que os estudantes, orientados pelo professor, retomem ao texto, onde certamente irão encontrar operadores ou expressões que ilustrem modalizadores, sobretudo os deônticos, que lexicalizam obrigatoriedade (Cf. KOCH, 2013; CASTILHO E CASTILHO, 2002) e são comuns nesse tipo de gênero. Esses procedimentos, reforçados pelas orientações didáticas ao professor, em torno da questão 4 oferecem subsídio para uma discussão satisfatória acerca do gênero “regimento”, sua esfera de utilização e contexto de produção, instigados na questão 5.

Esses recortes foram realizados a partir da versão mais recente da coleção em pauta, ou seja, a do PNL D 2024. Verificamos que os cap aqui recortados, o 3 e 4, organizados nesta versão pelos gêneros reportagem e regimento, respectivamente, foram organizados na versão anterior pelos gêneros debate e estatuto. Na primeira versão desse material, há dez ocorrências para a palavra advérbios, dessas, cinco estão no manual do professor e as demais estão distribuídas no corpo do livro, entre questões de exercício, sugestões de respostas e orientações didáticas. Porém, em nenhum desses casos esse recurso é destacado como marcas de posicionamento enunciativo ou estratégia de modalização.

## 6. Conclusão

O estudo dos dois exemplares da coleção didática em pauta nos mostra que o advérbio é tomado como recurso de expressividade e estra-



tégia de modalização para compreensão de efeitos de sentidos apenas em partes, destacados em questões de exercícios apenas na última versão. Em ambos os casos, essas questões carecem de um diálogo mais efetivo entre o manual do professor, exercícios postos para o aluno e as orientações didáticas e lembretes das hab contempladas com tais exercícios. Isso nos leva a entender que o advérbio enquanto recurso de modalização, nos termos da BNCC, ainda não foi efetivamente incorporado às atividades do LD.

As hab da BNCC são apenas apresentadas em códigos nas seções do livro e não estão claramente vinculadas com as questões dos exercícios que as contemplam. Nesse sentido, a investigação (em andamento) nos diz que esse material carece ainda de diálogo mais efetivo entre a adequação e a pertinência das orientações prestadas ao professor por meio do manual com a coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica no decorrer do livro, no sentido de orientações didáticas, apontamentos sobre as hab e atividades que compõem os cap e seções do exemplares didáticos. Com tais observações, sugere-se que essas questões possam ser revistas na produção desse material didático, a fim de garantir o diálogo fluido entre as informações do manual do professor e os conteúdos postos pelo livro, assegurando que todas as habilidades e objetos de conhecimento dispostos na BNCC sejam efetivamente incorporados.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Introdução e trad. de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Edital de Convocação 01/2022 – CGPLI*. Programa Nacional do Livro e do Material Didático PNLD 2024-2027. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. 2017. Disponível em: <http://base.nacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 27 mai. 2024.

CASTILHO, A. de. O modalizador realmente no Português Falado. *Alfa*, São Paulo, n. 44, p. 147-169, 2000. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4203>. Acesso em: 27 mai. 2024.

CASTILHO, A. de; CASTILHO, C. M. de. Advérbios modalizadores. In.: ILARI, Rodolfo. (org.). *Gramática do Português Falado*. Vol. II. Campinas: UNICAMP, 2002.

KOCH, I. *A inter-relação pela linguagem*. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

ORMUNDO, W. SINISCALCHI, C. *Se liga na língua: leitura, produção de texto e linguagem*. Ensino Fundamental – Anos Finais. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2022.

\_\_\_\_\_. *Se liga na língua: leitura, produção de texto e linguagem*. Ensino Fundamental – Anos Finais. São Paulo: Moderna, 2018.

SOBRAL, A.; GIACOMELLI, K. O que é trabalhar textos da perspectiva da Enunciação: uma proposta teórico-prática. *Domínios de Lingu@gem*, v. 18, p. 1823, Uberlândia, 2024. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/72438>. Acesso em: 25 jun. 2024.

SOBRAL, A.; GIACOMELLI, K. Observações didáticas sobre a análise dialógica do discurso – ADD. *Domínios de Lingu@gem*, v. 10, n. 3, p. 1076-1094, jul./set., Uberlândia, 2016. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/33006>. Acesso em: 25 set. 2014.

VILÓCHINOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2021.

## SINTAXE ORACIONAL DA LÍRICA PROFANA MEDIEVAL Á LUZ DA DIATOPIA GALEGA OU PORTUGUESA

Alexandre Rodríguez Guerra (UVigo<sup>18</sup>)  
[xandre@uvigo.gal](mailto:xandre@uvigo.gal)

### RESUMO

Nesta contribución centramonos na análise sintáctica no nivel oracional (cunha metodoloxía de base funcionalista) de textos medievais da lírica profana galego-portuguesa, a través da selección dunha serie de temas concretos (valencia –esquemas sintácticos–, marcación do CD, tipoloxías verbais, redobro clítico do CD/CI e posición do verbo finito). Dende unha vertente contrastiva investigamos ata que punto a sintaxe oracional dos autores que a literatura identifica inequivocamente como galegos coincide ou discorda coa dos autores adscritos a unha orixe portuguesa. Empregamos un corpus principal propio constituído pola análise de 1562 oracións (863 de trovadores galegos e 699 de portugueses) e, ademais, estudamos contrastivamente as configuracións sintácticas empregadas para a función semántica Estímulo co verbo *prazer*, grazas a ferramentas en liña como *UC*.

### Keywords:

Lírica profana. Sintaxe medieval. Galego & portugués.

### ABSTRACT

In this paper we focus on the syntactic analysis (with a functionalist methodology) at the sentence level of medieval texts of secular troubadour poetry in Galician-Portuguese, using a selection of specific topics (valence –syntactic schemes–, DO marking, verbal typologies, DO/IO clitic doubling and finite verb placement). We investigate from a contrastive perspective the coincidence or discordance of the sentence syntax of the authors that the literature unequivocally identifies as Galician compared to that of those ascribed to a Portuguese origin. We use a main corpus based on the analysis of 1562 sentences (863 from Galician troubadours and 699 from Portuguese) and, in addition, we also contrastively analyze the syntactic configurations of the semantic function Stimulus with the verb *prazer*, thanks to online tools such as *UC*.

### Keywords:

Medieval syntax. Galician & Portuguese. Secular troubadour poetry.

---

<sup>18</sup> Desenvolví este traballo como coordinador do grupo TALG (Tecnoloxías e Aplicacións da Lingua Galega) da Universidade de Vigo, no seo do proxecto de investigación PID2020-113491GB-I00, financiado polo Ministerio de Ciencia e Innovación. Esta pescuda xermolou nunha estadía de investigación no CEHUM da Univ. do Minho, onde me deron todas as facilidades para investigar. Ós/ás colegas do CEHUM e a Mario Botelho, beizón.

## 1. **Introdución**

Cunha metodoloxía de base funcionalista, que aplicamos en traballos como Rodríguez Guerra (2018; 2022a; 2022b), estudamos a sintaxe oracional na lírica profana medieval dende a perspectiva da orixe xeográfica dos trobadores. Pretendemos comprobar ata que punto algúns aspectos seleccionados de sintaxe oracional permiten obter (ou non) comportamentos específicos motivados pola procedencia galega ou portuguesa dos nosos trobadores medievais. Para a identificación da orixe xeográfica empregamos dúas ferramentas esenciais: as *Cantigas Medievais Galego-Portuguesas (CMGP)* e a *Base de datos da Lírica Profana Galego-Portuguesa (MedDB)*. Soamente traballamos cos exemplos que proceden de trobadores do noso corpus identificados en ambas as fontes como de orixe inequivocamente galega ou portuguesa.

O corpus para esta investigación está constituído por 1562 exemplos dos cales 863 pertencen a trobadores galegos e 699 a portugueses:

– Os trobadores identificados como galegos son dezanove e contan cunha media de 45,4 exemplos por autor: Afons’Eanes do Coton [002], Afonso Gomez [005], Afonso Soarez Sarraça [010], Airas Carpancho [011], Airas Moniz d’Asma [013], Airas Nunez [014], Bernal de Bonaval [022], Fernand’Esquio [038], Joan Airas de Santiago [063], Joan de Cangas [065], Joan de Requeixo [067], Joan Servando [077], Martin Codax [091], Meendinho [098], Nuno Treez [110], Paai Gomez Charinho [114], Paai Soarez de Taveiroos [115], Pero d’Armea [121] e Roi Paez de Ribela [147]. A proporción con que se reparten os exemplos entre os distintos tipos de cantigas son: 49,4% de amigo, 19,6% de amor e 31% de escarnio e maldicir.

– Os autores de procedencia portuguesa son catorce (cunha media de 49,9 exemplos por cada un): Afonso Fernandez Cubel [004], Afonso Lopez de Baian [006], Afonso Meendez de Beesteiros [007], Afonso Paez de Bragaa [008], Afonso Sanchez [009], Don Denis [025], Fernan Rodriguez de Calheiros [047], Garcia Soarez [055], Joan Lobeira [071], Joan Perez d’Avoín [075], Pero Gomez Barroso [127], Pero Gonçalves de Portocarreiro [128], Roi Queimado [148] e Vaasco Rodriguez de Calvelo [155]. A proporción con que se distribúen os exemplos estudados segundo a tipoloxía das cantigas é 27% / 49,4% / 23,6% para amigo, amor e escarnio e maldicir, respectivamente.

Este corpus, para un 95% de nivel de confianza, móvese entre unha marxe de erro do 3,203% para os autores galegos e do 3,628% para os portugueses<sup>19</sup>. Por grandes tipoloxías de cantigas as marxes de erro aumentan, para galego e portugués respectivamente, ata o 4,363% / 6,89% nas cantigas de amigo, 7,45% / 5,19% nas de amor e 5,7% / 7,48% nas de escarnio e maldicir.

As funcións sintácticas oracionais que tivemos en conta dentro dos esquemas argumentais son as seguintes<sup>20</sup>:

- Suxeito (SU).
- Complemento directo (CD).
- Complemento indirecto (CI).

Fóra das tres funcións anteriores, (centrais por estaren nunha lingua “más claramente gramaticalizadas” GARCÍA-MIGUEL, 1995, p. 42, cfr. tamén CIDRÁS, 2015, p. 165), contamos tamén con:

– Complemento oblicuo (CO), (cfr. SÁNCHEZ REI, 2010, p. 49, n. 55; CIDRÁS, 2015, p. 165-66; RODRÍGUEZ GUERRA, 2018, p. 187).

– Complemento predicativo (CP), do SU (PS), do CD (PD), do CI (PI). Inclúese baixo esta denominación tanto os atributos (con verbos coma *ser*) coma os predicativos.

- Complemento axente (CA).

Coa presente investigación pretendemos abrir unha vía de exploración de sintaxe diatópica que nos permita comprobar ata que punto é rendible e ofrece resultados interesantes nun sentido (concordancia) ou noutro (discordancia).

## 2. Resultados da investigación

No noso percorrido pola sintaxe oracional dos exemplos pertencentes ós trobadores sinalados na primeira epígrafe, tivemos que seleccionar unha pequena serie de temas obxecto de estudo: esquemas

---

<sup>19</sup> O cálculo realizámolo a partir do número aproximado de oracións totais de cada subconxunto de autores segundo a súa orixe galega ou portuguesa.

<sup>20</sup> O(s) complemento(s) non argumental(is) identifíca(n)se como Complemento circunstancial (CC).

sintácticos argumentais (cuantitativa e cualitativamente), tipoloxía verbal, marcación do CD, redobro do CD/CI, posición do verbo finito en oracións enunciativas e configuracións sintácticas da función Estímulo co verbo *prazer*.

## **2.1. Esquemas sintácticos**

En primeiro lugar aproximámonos ós esquemas sintácticos e facémolo dende unha dupla perspectiva, en termos de valencia cuantitativa e cualitativa (cfr. GARCÍA-MIGUEL, 1995, p. 31-4).

### **2.1.1. Valencia cuantitativa**

A táboa 1 reflicte os resultados dos esquemas sintácticos oracionais na lírica profana medieval (LP) con 1 argumento (monoargumentais), 2 argumentos (biargumentais) ou 3 funcións argumentais (triargumentais), distribuídos entre os autores de procedencia galega (LP\_gal) e portuguesa (LP\_pt).

Táboa 1: Esquemas sintácticos por número de argumentos.

%	LP_gal	LP_pt	LP
Monoargumentais	15,1	16,5	15,5
Biargumentais	55,7	54,4	55,7
Triargumentais	28,2	28	27,8

Fonte: Elaboración propia.

Da lectura da táboa 1 advírtese de inmediato unha similitude máxima entre todos os esquemas: tanto para os trobadores de orixe galega coma portuguesa os biargumentais son os maioritarios (con algo máis da metade dos exemplos), seguidos dos triargumentais (practicamente iguais no 28%) e, finalmente, están os esquemas cunha única función argumental na órbita do 15%-16%.

Por grandes tipos de cantigas si se rexistra algo máis de variación:

– Cantigas de amigo: no ámbito galego os biargumentais soben ata o 58% e os monoargumentais sitúanse no 18,1%, mentres que entre os autores portugueses hai unha lixeira redución naqueles (52,4%) e aumento nestes (24,3%); os triargumentais só oscilan 1 punto porcentual.

– Cantigas de amor: entre os trobadores portugueses os biargumentais ascenden ata o 57,7% e os triargumentais quedan nun

31,9%, mentres que entre os galegos hai unha clara redución nos primeiros (50,3%) e aumento nos segundos (36,6%); os monoargumentais coinciden nunha décima parte dos exemplos en ambos os grupos.

– Cantigas de escarnio e maldicir: neste caso os autores galegos atópanse na media nos biargumentais (55,6%) e por debaixo da media nos monoargumentais (13,4%), mentres que, pola súa banda, os portugueses están por debaixo da media naqueles (50,3%) e por riba nestes (21,2%); nos triargumentais hai unha diferenza de case tres puntos porcentuais favorable ós esquemas rexistrados cos autores galegos.

### 2.1.2. *Valencia cualitativa*

Certamente, alén do número de argumentos dos esquemas, é fundamental coñecermos as funcións sintácticas que configuran estes esquemas sintácticos. Os principais esquemas rexistrados son os seguintes:

Esquemas monoargumentais: obviamente, o esquema moi maioritario en todos os casos é o de (SU)-V (01), pero mentres cos autores portugueses rexistramos un 3,5% de esquemas V-CD (02) –por ningún caso entre os galegos (o que non significa, nin moito menos, que non os haxa, só que non os documentamos no noso corpus)–, o único exemplo de esquema V-CO (03) aparece en Airas Nunez (co verbo *convñir* e o argumento Entidade, que é unha completiva de infinitivo marcada preposicionalmente con *a*, cfr. Rodríguez Guerra, 2023, p. 135-136).

(01) *Ca ven meu amigo. (LP 091)*

(02) *e non á ren que detenha. (LP 155)*

(03) *outro camiño conven a buscar. (LP 014)*

– Esquemas biargumentais: o esquema máis rendible é, sempre, o de (SU)-V-CD (en 6 de cada 10 exemplos, de media –lixeiramente por debaixo cos autores galegos e só un pouco por riba cos portugueses–) (04) e (05). A moita distancia do anterior atópase o esquema (SU)-V-CO, que supón unha cuarta parte dos esquemas biargumentais entre os autores galegos (06) e unha quinta parte entre os portugueses. Os esquemas (SU)-V-PS (07) e (SU)-V-CI (08) presentan un equilibrio na súa representatividade, tanto entre si, coma entre os trobadores galegos e

portugueses, que se sitúa ó redor do 8%. As poucas ocorrencias de V-CI-CO só se documentan con autores portugueses (09).

Se comparamos estes esquemas dende a perspectiva das grandes tipoloxías de cantigas, os construídos con SU e CD son sempre os maioritarios e, tamén sempre para trobadores galegos e portugueses, as cantigas de amor son as máis produtivas con este esquema, seguidas polas de escarnio e maldicir, e en último termo son as de amigo as que presentan unhas proporcións máis baixas –sendo maioritarias– deste esquema (e é nestas últimas e para este esquema onde hai unha maior separación entre a marxe galega e a portuguesa, que, con todo, só é algo máis de 3 puntos porcentuais favorables a aquela). Para os esquemas con SU e CO son máis propicias na beira galega as cantigas de amor por máis de 4 puntos porcentuais (nos outros tipos de cantigas as proporcións son semellantes, con lixeiras vantaxes para a portuguesa). Finalmente, co esquema de SU e PS, só se detecta un equilibrio nas cantigas de amor: nas cantigas de escarnio e maldicir a presenza entre os autores galegos está 6 puntos porcentuais por riba, mentres que nas cantigas de amigo son os exemplos procedentes dos portugueses os que teñen 4 puntos porcentuais máis.

(04)–*Gran folia* pensades. (LP 002)

(05) *Por fazer romaria*. (LP 006)

(06) *u é o mar salido*. (LP 091)

(07)–*São velha*. (LP 002)

(08) *por vos eu non mentir*. (LP 009)

(09) *morte, pois a vos praz én*. (LP 007)

– Esquemas triargumentais: os resultados para galego e portugués están, dende unha perspectiva conxunta, bastante nivelados. En ambos os dous o esquema maioritario é (SU)-V-CD-CI, (10) e (11), con algo máis da metade dos exemplos; a moita distancia do anterior, pero cunhas porcentaxes relativamente importantes (entre o 15,5% e o 9,6%), atópanse outros tres esquemas: (SU)-V-CD-CO (12), (SU)-V-CD-PD (13), e (SU)-V-CO-CI (14), de xeito equilibrado para os dous primeiros, mentres que o terceiro presenta máis de 4 puntos porcentuais na beira portuguesa ca na galega. Outros esquemas como (SU)-V-CO-PS (15), (SU)-V-CI-PI (16) ou (SU)-V-CO-CO (17), son residuais e con valores



similares salvo os dous primeiros: o primeiro deles amosa unha clara desproporción favorable á vertente galega, 4,2% fronte a 0,5% para a portuguesa, mentres que o segundo alcanza un 3,6% cos autores portugueses e un 1,7% cos galegos.

- (10) *Mia senhor, eu vos direi de mi como façades.* (LP 013)
- (11) *Já lhi nunca pediran o castel'a Don Foan.* (LP 007)
- (12) *Quant'eu puge no coração.* (LP 147)
- (13) *e cura non avedes que chamen clérigu'.* (LP 009)
- (14) *que estas todas de que vos falei.* (LP 002)
- (15) *com'eu senneira estou en Vigo?* (LP 091)
- (16) *des que ora foi casada, chaman-lhe Dona Maria.* (LP 009)
- (17) *e sol non meteu i de non poder.* (LP 075)

Se enfocamos a distribución dos esquemas triargumentais en función dos tipos de cantigas verificase que nas cantigas de amor é onde hai máis proximidade nas proporcións dos esquemas, pois entre eles o habitual é que haxa 1 ou 2 puntos porcentuais, excepto co esquema de SU, CO e CI, en que os casos de autores portugueses suman 6 puntos porcentuais máis ca os galegos. Cousa diferente acontece coas outras dúas tipoloxías de cantigas, pois as diferenzas son máis acusadas.

Coas cantigas de escarnio e maldicir, os esquemas (SU)-V-CD-CI, (SU)-V-CD-CO e (SU)-V-CO-CI nos autores galegos posúen cadanseus 5 puntos porcentuais máis ca os dos portugueses; por outra banda, os esquemas (SU)-V-CD-PD e (SU)-V-CI-PI son moito máis abundantes nas composicións dos trovadores portugueses (20,5% e 13,6%, respectivamente) ca nas dos galegos (10,8% e 4,1%, respectivamente).

Coas cantigas de amigo, entre as ocorrencias da vertente galega o esquema (SU)-V-CD-PD case alcanza os 5 puntos porcentuais sobre a portuguesa e o esquema (SU)-V-CO-PS sobe ata o 7,9% na galega e non se rexistra no noso corpus na portuguesa. Por outra banda, (SU)-V-CD-CI entre os autores portugueses supón case 11 puntos porcentuais máis ca cos galegos, co esquema (SU)-V-CO-CI a diferenza é 3,6 puntos porcentuais maior na área portuguesa ca na galega.

## 2.2. Tipoloxías verbais

A táboa 2 reflicte a distribución das seis tipoloxías verbais consideradas (cfr. *ADESSE*) entre os autores galegos e portugueses.

Táboa 2: Distribución segundo a tipoloxía verbal.

%	LP_gal	LP_pt	LP
Mental	26	31,2	28,4
Relacional	11,4	13	12,1
Material	27	21,9	25,2
Verbal	22,1	17,5	19,3
Existencial	5,3	7,6	6,4
Modulación	8,2	8,8	8,5

Fonte: Elaboración propia.

Dos datos ofrecidos na táboa 2 dedúcese que hai unha repartición relativamente equilibrada agás nos subtipos Mental, que é 5 puntos porcentuais máis abundante nos textos da vertente portuguesa, Material, que presenta os mesmos puntos de diferenza pero neste caso a favor da galega, e Verbal, 4 puntos máis abondoso cos trobadores galegos. A proporción entre os trobadores portugueses do tipo Mental (con verbos como *amar, cuidar, oir, sofrer, veer...*) xustifícase pola súa concentración nas cantigas de amor, nas que alcanza un 41,4% (por un 34,3% nos galegos). Os verbos do tipo Material (por exemplo: *bailar, chegar, ir, levar, trager, viir, vivir* ‘morar’...) nas cantigas de amigo son máis abundantes entre os autores galegos (34%) ca entre os portugueses (28,6%). O tipo Verbal (integrado por verbos como *chamar, dizer, julgar, preguntar, rogar...*) nas cantigas de amor ten moita máis presenza na área galega (33,1%) ca na portuguesa (16,8%). As cantigas de escarnio e maldicir merecen un comentario á parte porque os tipos Mental e Verbal posúen 7 e 3 puntos porcentuais máis, respectivamente, entre os autores galegos, mentres que os tipos Relacional (con verbos como *dar* ‘conceder’, *merecer, seer...*) e Material presentan nos trobadores portugueses 5 e 8,9 puntos porcentuais máis, respectivamente, ca nos galegos.

## 2.3. Marcación do CD

Por mor da escaseza no noso corpus de casos de marcación preposicional do CD –unicamente un exemplo de autoría galega–, neste punto da nosa análise empregamos o traballo monográfico de LÓPEZ MARTÍNEZ (1993), que se centra neste aspecto da nosa sintaxe

medieval. Nese estudo obtemos unha visión moito máis completa da distribución dos casos de CD con preposición *a* na lírica profana medieval e, a partir da revisión dos exemplos proporcionados por esta investigadora, pescudamos un a un os pertencentes a trobadores galegos e portugueses entre as cantigas do *Cancioneiro da Ajuda*, de amigo e de escarnio e maldicir. Na obra de LÓPEZ MARTÍNEZ (1993) adóitanse reproducir todos os exemplos de CD marcado preposicionalmente e unha escolma moi ampla para os dous primeiros tipos de cantigas<sup>21</sup> dos CD sen preposición. É certo que non podemos obter datos absolutos das cifras globais de uso da preposición, pero si reveladores no que se refire ó carácter contrastivo da autoría galega ou portuguesa porque a metodoloxía empregada con ambos os grupos é idéntica (cfr. táboa 3) e non hai ningún nesgo nin a favor nin en contra de ningún.

Táboa 3: Marcaxe prepositiva do CD.

	<i>Cajuda</i>				CAmigo			
	Gal		Pt		Gal		Pt	
[+humano]	<i>a</i>	Ø	<i>a</i>	Ø	<i>a</i>	Ø	<i>a</i>	Ø
Pronome persoal	2	3	1	6	1	2	-	6
Pronome indefinido	1	2	1	7	-	-	-	1
Pronome demostrativo	-	-	-	2	-	-	-	-
Pronome relativo	2	4	2	3	2	-	1	-
Nome propio	-	1	-	-	-	-	-	-
Nome común	-	16	-	22	-	22	-	15
Total	16,1%	83,9%	9,1%	90,9%	11,1%	88,9%	4,3%	95,7%

Fonte: Elaboración propia a partir dos datos de LÓPEZ MARTÍNEZ (1993)<sup>22</sup>.

Alén dun maior uso relativo no *Cancioneiro da Ajuda*, (18) con indefinido e de autor portugués, ca coas cantigas de amigo, (19) con pronome persoal de primeira persoa do singular e de trobador galego, entre ambas as tipoloxías mantéñense as proporcións relativas favorables ós trobadores galegos, 7 puntos porcentuais por riba no *Cancioneiro da*

<sup>21</sup> Por exemplo, segundo os nosos cálculos aproximados, para o *Cancioneiro da Ajuda* supoñen a metade do total (LÓPEZ MARTÍNEZ, 1993, p. 19-27).

<sup>22</sup> Unicamente se contabilizan os exemplos fornecidos que se poden asignar de xeito fiable a autores galegos e portugueses. Para o *Cancioneiro da Axuda* só se teñen en conta as cantigas presentes no manuscrito orixinal que chegou a nós –exclúense as cantigas engadidas como apéndice por C. M. de Vasconcellos, que foi a edición empregada por LÓPEZ MARTÍNEZ– e tampouco se contan os casos dúbidosos por sincretismo co artigo *a*.

*Ajuda* e máis de 6 puntos nas cantigas de amigo, en comparación cos portugueses. Os exemplos reproducidos do *Cancioneiro da Ajuda* permítenos, para un total de 10 casos, comprobar que os trobadores de orixe castelá presentan un 10% de uso prepositivo co CD (fronte a un 90% de CD sen preposición *a*), porcentaxe semellante á dos trobadores portugueses<sup>23</sup>.

A información que podemos extraer das cantigas de escarnio e maldicir (cfr. LÓPEZ MARTÍNEZ, 1993, p. 33-36, e só para autorías seguras) é de dous casos de *a* + CD –con pronome persoal (20) e nome común– cos trobadores galegos, e de catro ocorrencias –con pronome persoal, outro relativo e dous nomes comúns– cos portugueses. Mais, como xa se indicou, pola escaseza de exemplos ilustrativos de CD sen preposición (sobre todo con substantivos, pois non se dá ningún), as porcentaxes que podemos obter posúen unha marxe de erro moi elevada. En todo caso, se deixamos á parte os nomes comúns, para pronomes e nomes propios a proporción de uso prepositivo cos autores galegos é do 5,9% e do 25% para os portugueses. Mais como os exemplos marcados preposicionalmente son moi poucos e dado que a cantidade xeral de oracións nestas cantigas é propicia ós trobadores portugueses, sospeitamos que as porcentaxes finais serán moito máis baixas e similares entre si (e se fosen favorables á autoría portuguesa, sería por unha marxe pequena).

(18) *que nunca de tal guisa vi viir a outro. (LP 097)*

(19) *Meu amigo, se vós a min muit'amades. (LP 022)*

(20) *–Senhor, vós creed'a mi. (LP 120)*

#### **2.4. Redobro do CD/CI**

A posibilidade do redobro clítico no CD e mais no CI é un dos grandes cambios innovadores da sintaxe romance en relación coa latina (cfr. RIIHO, 1988; RODRÍGUEZ GUERRA, 2024, p. 123-24). A táboa 4 ofrece os resultados do noso corpus para o CD.

---

<sup>23</sup> Insistimos en que se trata dunha cifra moi aproximada (e moito máis alta da real) porque non podemos acceder a todos os exemplos de CD sen preposición, mais como partimos do feito de que as ocorrencias seleccionadas foron aleatorias en termos de autoría, coidamos que os resultados son comparables entre si.

XXVII CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Táboa 4: Redobro do CD.

%	LP_gal	LP_pt	LP
Con estilo directo (sobre o total de ED)	20,5	28,6	23,3
Redobro clítico / non clítico	25/75	33/67	29/71
Sen estilo directo			
CD léxico sempre anteposto (% sobre total de anteposicións)	4,3	9,1	5

Fonte: Elaboración propia.

Como se aprecia na táboa 4, tamén observamos o estilo directo, isto é, aqueles casos en que co verbo da expresión introdutora se redobra a secuencia citada, de xeito clítico (21) ou non (22). No noso corpus detéctase unha maior preferencia polo redobro entre os autores portugueses, que está 8 puntos por riba da amosada polos galegos. Sendo minoritaria nestes casos a opción clítica, nos trobadores portugueses tamén está 8 puntos por riba da atopada nos galegos.

(21)–Sabede-o *por verdade: sol que viu os genetes...* (LP 007)

(22)*pero direi-vos ña ren: quix ben e quer'e quererrei tal molher.*  
(LP 002)

Os exemplos propiamente de redobro clítico do CD son aqueles que se producen fóra do estilo directo. Na táboa 4 verifícase a pouca produtividade deste redobro que, en todo caso, nos trobadores portugueses (23) duplica as ocorrencias das dos galegos (24).

(23)*O anel do meu amado perdi-o so-lo verde ramo.* (LP 128)

(24)*e las que cantavan leixa-las guarir.* (LP 038)

Finalmente, na táboa 5 ofrécense os resultados do redobro clítico do CI.

Táboa 5: Redobro do CI.

%	LP_gal	LP_pt	LP
Redobro do CI (CI léxico ant.)	40	44,4	46,4
Redobro do CI (CI léxico posp.)	11,1	31,3	25
Redobro do CI (todos os CI léxicos)	29,2	36	35,7

Fonte: Elaboración propia.

En primeiro lugar, constátase a maior abundancia deste redobro fronte ó do CD. Cando os CI léxicos se antepoñen ó verbo, emprégase o redobro clítico en 4 de cada dez exemplos, cunha lixeira preferencia de 4

puntos no caso dos autores portugueses (25). Cos CI léxicos pospostos ó verbo, o redobro diminúe moito no caso dos autores galegos (case 29 puntos porcentuais) e, aínda que cos portugueses tamén baixa bastante, a caída non é tan acusada coma cos galegos (26) e redóbranse tres de cada dez exemplos.

(25) *òs que lho dizen diz-lhis el enton.* (LP 006)

(26) *e ali me lançaron a min a falcatrua.* (LP 038)

## 2.5. Posición do verbo finito (V)

Aplicando os mesmos criterios descritos en Rodríguez Guerra (2024), enxergamos cal é a posición absoluta que ocupa o verbo finito na nosa lírica medieval distinguindo, como xa se vén facendo, entre autores de orixe galega e portuguesa.

Táboa 6: Posición do verbo en oracións enunciativas.

%	LP_gal	LP_pt	LP
<b>V1</b>	55,9	57	55,6
<b>V2</b>	32,3	31,9	32,3
<b>V≥3</b>	11,8	11,1	12,1

Fonte: Elaboración propia.

A táboa 6 reflicte un equilibrio absoluto neste aspecto entre as diferentes posicións consideradas de V, pois todas as cifras están preto das medias e a maior desviación entre elas é só de 1 punto porcentual.

Táboa 7: Posición do verbo en oracións enunciativas en independentes/subordinadas.

%	LP_gal		LP_pt		LP	
	Indp.	Sub.	Indp.	Sub.	Indp.	Sub.
<b>V1</b>	52,6	60	41,2	65,1	45,8	61,3
<b>V2</b>	34	27,9	48,8	25,7	41,6	27
<b>V≥3</b>	13,4	12,1	10	9,2	12,6	11,7

Fonte: Elaboración propia.

Certamente, a situación debuxada na táboa 7 afástase do reflectido na táboa 6. Agora, mentres cos autores portugueses hai unha nidia preferencia por V1 nas subordinadas (case 24 puntos por riba de V1 nas independentes) e a orde V2 é a maioritaria nas independentes, nos autores galegos V1 é sempre a orde preferida, en seis de cada dez casos nas subordinadas e un pouco máis da metade das independentes, con V2 a bastante distancia (máis de 18 puntos porcentuais nestas últimas). Á vista desta distribución, cómpre afinarmos a análise das independentes e

ver, cando menos, o repartimento segundo as tipoloxías das cantigas (cfr. táboa 8).

Táboa 8: Posición de V en enunciativas independentes segundo o tipo de cantigas.

%	LP_gal			LP_pt		
	Amigo	Amor	Escarn.	Amigo	Amor	Escarn.
<b>V1</b>	59,5	26,3	58,6	47,6	32,1	45,2
<b>V2</b>	27	47,4	34,1	33,3	60,7	48,4
<b>V≥3</b>	13,5	26,3	7,3	19,1	7,2	6,4

Fonte: Elaboración propia.

En primeiro lugar, advírtese unha clara diverxencia entre o comportamento nas cantigas de amigo e de escarnio e maldicir por unha banda, e as de amor por outra. Nestas últimas a orde máis habitual, tanto para autores galegos coma portugueses (aínda que a preferencia nestes é moito máis acusada, 13 puntos superior), é V2. Naqueloutras a repartición entre elas tampouco é idéntica: nas cantigas de amigo V1 é a orde preferida, tanto por trobadores galegos coma portugueses (estes quedan a case 12 puntos do documentado para os galegos); nas cantigas de escarnio e maldicir, detectamos nos autores galegos unha situación similar á das cantigas de amigo, cunha nidia predilección por V1, mentres que entre os portugueses hai practicamente un empate entre V2 e V1 (con V2 3 puntos por riba de V1).

## 2.6. O constituínte Estímulo con (a)prazer

En Rodríguez Guerra (2023, p. 136-137) estudouse a distribución do tipo de unidade que ocupaba na lírica profana medieval o constituínte Estímulo co verbo *prazer*. Analizamos novamente a información recompilada por UC (s. v. *prazer*<sub>1</sub>) e na táboa 9 detallamos estruturadamente as diferentes posibilidades do argumento Estímulo proxeccións segundo os trobadores que as empreguen estean identificados como galegos ou como portugueses<sup>24</sup>.

Táboa 9: O argumento Estímulo co verbo (a)prazer.

%	Completivas de infinitivo		Completivas (relativas nominalizadas) finitas		Unidades non oracionais		Sen Estímulo explícito	
	LP_gal	LP_pt	LP_gal	LP_pt	LP_gal	LP_pt	LP_gal	LP_pt
							57,4	49,2

<sup>24</sup> Para a primeira cifra de cada cela só se teñen en consideración os autores cunha filiación xeográfica segura. Entre parénteses rectas fornécense as porcentaxes empregando tamén os datos daqueles trobadores que probablemente sexan galegos ou portugueses.

								[50]	[48,4]
(A)prazer + CI	+...	3,3 [3,5]	0,8 [=]	1,6 [1,2]	8,1 [7,9]	11,5 [15,1]	17,7 [18,3]		
	+de+...	11,5 [18,6]	12,9 [13,5]	3,3 [2,3]	2,4 [=]	6,5 [5,8]	4,8 [4,7]		
	+con+...					4,9 [3,5]	4 [=]		

Fonte: Elaboração propia.

A preferéncia, en ambos os grupos de trobadores, apunta cara á non explicitación do argumento Estímulo, (27), (as proporcións iguálanse cando incluímos tamén os autores cunha localización xeográfica non tan fiable). Na tripla clasificación das unidades localizadas na función Estímulo, son as non oracionais, (28), as maioritarias nos dous conxuntos de autores (as porcentaxes vólvense igualar se contamos cos datos dos trobadores cunha localización probable). Van seguidas polas completivas de infinitivo (29) e, en último termo, polas completivas finitas (e relativas nominalizadas)<sup>25</sup>. Polo que se refire á marcaxe prepositiva, son as unidades non oracionais as únicas que admiten tanto *de* coma *con* (30) –mais con prioridade polas unidades sen preposición–; as unidades oracionais, cando son completivas de infinitivo veñen marcadas maioritariamente coa preposición *de* –nos dous grupos de trobadores, pero cunha proporción maior entre os portugueses (31)–<sup>26</sup>, mentres que coas completivas finitas (ou relativas nominalizadas) os autores galegos –dentro da acentuada escaseza destas unidades– teñen máis casos con preposición *ca* sen ela, fronte ós portugueses, moito máis abundantes e nos que sucede o contrario (32).

Precisamente, cando o Estímulo está ocupado por unha unidade sintáctica superior, os trobadores portugueses optan nun número importante de ocasións por completivas finitas sen preposición (e só detectamos un caso de completiva de infinitivo sen marcaxe prepositiva), mentres que entre os galegos só identificamos unha de relativo nominalizada sen preposición –non documentamos ningunha completiva co verbo finito sen marca prepositiva– e hai algún exemplo máis de completiva de infinitivo sen preposición.

<sup>25</sup> As ocorrencias dos trobadores de orixe castelá presentan a seguinte distribución: 36,4% sen explicitación do argumento Estímulo, 45,4% unidades non oracionais (2/5 sen preposición, 2/5 coa preposición *con* e 1/5 con *de*), 9,1% completivas de infinitivo con preposición *de* e 9,1% completivas finitas sen preposición.

<sup>26</sup> Nestes exemplos con *de*+completiva de infinitivo, o SU explicitase nun 15,4% dos casos sobre o total de trobadores inequívoca ou probablemente galegos e nun 18,8% sobre o total de portugueses.



- (27) *e Deus, se lhe prouguer. (LP 079)*
- (28) *se vos pesar mia morte e vos prouguer mia vida. (LP 141)*
- (29) *Sei que vos praz muito ir-m'eu d'aquen. (LP 063)*
- (30) *Dizede, amigo, se vos prazeria con a vossa morte. (LP 145)*
- (31) *e a que praz d'eu morrer. (LP 025)*
- (32) *pois [a] mia senhor non / praz que eu moira. (LP 073)*

### 3. Conclusións

Neste percorrido, necesariamente limitado, por diferentes aspectos de sintaxe oracional medieval advertimos unha relativamente grande coincidencia na base entre trobadores galegos e portugueses, mais con singularidades máis ou menos importantes.

– Na valencia cuantitativa os datos observados en xeral concordan, mais discordan se nos achegamos independentemente a cada tipo de cantigas. Dende a perspectiva dos esquemas sintácticos concretos, percibiuse certa predilección dos autores galegos por algúns esquemas con CO.

– Coas tipoloxías verbais comprobouse a existencia de disparidades motivadas en grande medida pola maior –ou menor– querenza de determinados verbos nos grandes tipos de cantigas (tipo Material nas cantigas de amigo e Verbal nas de amor entre os galegos, e tipo Mental nas cantigas de amor e Material nas de escarnio e maldicir entre os portugueses).

– Verbo da marcaxe preposicional co CD, e con toda a cautela por mor dos datos con que traballamos, semella que os autores galegos en comparación cos portugueses, dentro sempre dunhas porcentaxes xerais extremadamente baixas, amosan unha lixeira tendencia a un uso algo maior de *a* con CD.

– A análise do redobro de CD e CI deixou ver que son os trobadores portugueses os que lles levan certa dianteira ós galegos no emprego desta construción sintáctica en ambas as funcións.

– A posición absoluta do verbo é, no global, a mesma, mais nalgúns contextos, nomeadamente coas independentes, as escollas diverxen e estas son aínda máis pronunciadas nalgúns tipos de cantigas.

– Proxectamos tamén o noso estudo sobre as distintas construcións sintácticas que na lírica profana medieval vehiculan a

función Estímulo co verbo *prazer*, e o resultado amosa bastantes similitudes pero tamén algunha particularidade ben marcada, coma coas unidades sintácticas superiores con verbo finito e sen marca prepositiva.

Semellanzas si, moitas, pero especificidades tamén, bastantes. Os resultados vistos ata aquí son indicios que parecen sinalar a posible existencia de certas prácticas ou eleccións sintácticas preferentes (non exclusivas) por parte dalgún(s) grupo(s) de trobadores que, neste caso, se distribúen aquí/alén Miño. Para verificar o atinado, ou non, desta hipótese cómpre seguir analizando máis aspectos sintácticos concretos e ampliar o corpus de estudo, só así poderemos comprobar ata que punto as tendencias amosadas nesta investigación adquiren relevancia significativa ou deben ser matizadas á luz de novos focos.

#### REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADESSE = *Base de datos de verbos, alternancias de diátesis y esquemas sintáctico-semánticos del español*. Vigo: Universidade de Vigo. Disponível en: <http://adesse.uvigo.es/>. Acceso o 30/08/2024.

CMGP = LOPES, Graça Videira; FERREIRA, Manuel Pedro *et al.* *Cantigas Medievais Galego Portuguesas* [base de datos en liña]. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, FCSH/NOVA, 2011-. Disponível en: <http://cantigas.fcs.unl.pt>. Acceso o 28/12/2024.

CIDRÁS, Francisco. Sobre la categorización de las relaciones gramaticales. *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana*, v. 26 (2), p. 145-169. Iberoamericana Editorial Vervuert, 2015.

GARCÍA-MIGUEL, José María. *Las relaciones gramaticales entre predicado y participantes*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1995.

LÓPEZ MARTÍNEZ, M<sup>a</sup>. Sol. *O complemento directo con preposición a en galego*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1993.

MedDB = *Base de datos da Lírica Profana Galego-Portuguesa (MedDB)* [base de datos en liña]. Versión 3.11. Santiago de Compostela: Centro Ramón Piñeiro para a Investigación en Humanidades. Disponível en: <http://www.cirp.gal/meddb>. Acceso o 30/08/2024.

RIIHO, Timo. *La redundancia pronominal en el iberorromance medieval*. Berlin / Boston: Max Niemeyer Verlag, 1988. <https://doi.org/10.1515/9783110945478>

RODRÍGUEZ GUERRA, Alexandre. A lingua de Martin Codax: os esquemas sintácticos. In: RODRÍGUEZ GUERRA, A. e ARIAS FREIXEDO, X.B. *O Pergamiño Vindel e Martin Codax. O esplendor da poesía galega medieval*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2018. p. 185-219. DOI: <https://doi.org/10.1075/z.218.11rod>

RODRÍGUEZ GUERRA, Alexandre. Os suxeitos explícitos no galego medieval. *Revista Galega de Filoloxía*, v. 23, p. 144-63. Universidade da Coruña, 2022a. DOI: <https://doi.org/10.17979/rgf.2022.23.0.9378>

\_\_\_\_\_. *Quix e querrei e quero e direivos ùa ren: a sintaxe oracional no Pergamiño Sharrer*. In: PICHEL, R. “*Tenh’eu que mi fez el i mui gran ben*”. *Estudos sobre cultura escrita medieval dedicados a Harvey L. Sharrer*. Madrid: Sílex, 2022b. p. 479-510.

\_\_\_\_\_. Prototipicidade, marcaxe prepositiva e suxeito no galego medieval. *Revista Galega de Filoloxía*, v. 24, p. 132-49. Universidade da Coruña, 2023. DOI: <https://doi.org/10.17979/rgf.2023.24.0.9789>

\_\_\_\_\_. A posición do verbo finito no galego medieval: V1, V2 e V $\geq$ 3. *Scriptum Digital*, v. 13, p. 93-135. Universitat Autònoma de Barcelona, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5565/rev/scriptum.135>

SÁNCHEZ REI, Xosé Manuel. *O complemento preposicional en galego. Análise desde a gramática de valencias*. Monografía 6 da *Revista Galega de Filoloxía*. A Coruña: Área de Filoloxías Galega e Portuguesa da Universidade da Coruña, 2010.

UC = FERREIRO, Manuel (dir.). *Universo Cantigas. Edición crítica da poesía medieval galego-portuguesa*. A Coruña: Universidade da Coruña, 2018-. Dispoñible en: <http://universocantigas.gal/>. Acceso o 28/12/2024.